

Contracampo

BRAZILIAN JOURNAL OF COMMUNICATION | PPGCOM-UFF

VOLUME 39. NÚMERO 1. 2020. E-ISSN 2238-2577. ABR-JUL/2020



FOTO DE CAPA: NELSON ANTOINE / SHUTTERSTOCK.COM

TRABALHO DE PLATAFORMA

Editorial vol. 39 n. 1

Contextualizando o Trabalho em Plataformas

Rafael Grohmann¹

Jack Qiu²

A área de estudos denominada trabalho digital surge na pesquisa em comunicação no início da década de 2010, especialmente com a coletânea organizada por Trebor Scholz (2012). No fim de março de 2020, segundo o Google Scholar, havia, no mínimo, 9430 artigos com a expressão em inglês. Na primeira metade da década, os debates centrais eram sobre o trabalho gratuito de usuários nas mídias sociais e nos games como *free labor* e a pertinência ou não da exploração como categoria de análise (FUCHS, 2014; HUWS, 2014; BOLAÑO e VIEIRA, 2015).

Desde então, o crescimento exponencial de consumo e trabalho em plataformas de transporte e entrega tem levado acadêmicos, ativistas e sociedade civil a discutir fenômenos denominados como uberização ou plataformação do trabalho. Alguns dos temas emergentes são: trabalho e inteligência artificial (incluindo os trabalhadores por trás das plataformas de IA), processos produtivos dos trabalhadores das plataformas, cooperativismo de plataforma e mecanismos de pressão para assegurar trabalho decente nas plataformas (CASILLI, 2019; VAN DOORN, 2017; ROBERTS, 2019; CANT, 2019; WOODCOCK e GRAHAM, 2019).

Quando falamos em trabalho digital, nos referimos mais a uma área ampla de estudos do que a uma categoria de análise fechada, pois trabalho é uma atividade humana. Na literatura, observamos duas perspectivas principais na tentativa de apreender esta ideia. Em primeiro lugar, em um sentido mais amplo, há a concepção de que muitas atividades de trabalho nas cadeias globais de valor apresentam algum componente digital – desde o trabalho de mineração no Leste do Congo extraíndo minérios preciosos até o trabalho na linha de montagem chinesa na Foxconn para produção de celulares, passando pelo trabalho de designers *high-tech* no Vale do Silício. De acordo com Fuchs (2013, p. 1), “há uma complexa divisão global do trabalho digital que conecta e articula várias formas de forças produtivas, modos de produção e suas variantes dentro do modo de produção capitalista dominante”. Assim, há muitos trabalhadores que se relacionam, de uma maneira ou de outra, com contextos digitais ao longo do circuito do trabalho (QIU, CRAWFORD e GREGG, 2014). Fuchs e Sandoval (2014) chegam a uma tipologia de 1728 possibilidades de atividades de trabalho com algum componente digital.

A segunda definição é complementar, porém mais restrita: é o trabalho mediado, organizado e governado por plataformas digitais, no sentido de Van Doorn (2017) e Casilli (2019). Isso significa considerar as atividades de trabalho que são mediadas por plataformas digitais e como são as condições de trabalho dessas pessoas. A isso podemos nomear como trabalho em plataformas.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Editor da newsletter DigiLabour. E-mail: rafaelgrohmann@unisinos.br

² Professor da Escola de Jornalismo e Comunicação da Chinese University of Hong Kong (CUHK). Autor do livro Goodbye iSlave. E-mail: jacklqiu@cuhk.edu.hk

E o que são plataformas? Infraestruturas digitais estruturadas por dados, organizadas por algoritmos e governadas por relações de propriedade, com normas e valores inscritos em seus desenhos (VAN DIJCK, POELL e DE WAAL, 2018; SRNICEK, 2016). Os modos como elas funcionam/trabalham dependem de dados, algoritmos, gestão algorítmica e vigilância (MÖHLMANN e ZALMANSON, 2017), cada uma delas dependente de várias formas de trabalho vivo, com distintas maneiras de extração de valor.

Casilli (2019), por exemplo, traz a importância de considerar valor de qualificação, monetização e automação. Para Sadowski (2020), as plataformas se relacionam ao capitalismo rentista a partir de mecanismos como extração de dados (inclusive como forma de capital), cercamento digital e convergência de capital, reconfigurando processos de produção, circulação e consumo. Há, então, o trabalho em plataformas e os modos de extração de valor das plataformas a partir da Internet dos Senhores de Terra (SADOWSKI, 2020), que utiliza seus mecanismos para flexibilizar força de trabalho e oferecer serviços escaláveis (SRNICEK, 2016).

E o que isso interessa à pesquisa em comunicação? Em primeiro lugar, não há trabalho sem comunicação enquanto práticas materiais (FUCHS, 2018; FIGARO, 2018). Os processos comunicacionais estruturam e organizam as relações de trabalho. Como afirma Williams (2011, p. 69), “a comunicação e seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social”. Desta forma, seguindo Williams (2011), as plataformas são, ao mesmo tempo, meios de produção e meios de comunicação. Enquanto infraestruturas digitais e condições básicas para o trabalho em plataformas (WOODCOCK e GRAHAM, 2019), elas são desenhadas para determinadas formas de interação em detrimento de outras. Podem facilitar, por exemplo, a relação consumidor-trabalhador em detrimento das relações entre trabalhadores. Ou seja, plataformas podem ser projetadas para a desorganização dos trabalhadores. Contudo, argumentamos, por meio deste dossiê, que as coisas podem ser de outra maneira e que é possível um mundo melhor em relação às plataformas.

As plataformas são, então, os meios de organização das atividades de trabalho e de comunicação, apresentando-se como formas organizacionais, que também são políticas (FENTON, 2016). Mecanismos das plataformas, como gestão algorítmica do trabalho, extração de dados e vigilância automatizada configuram-se, pois, como processos comunicacionais (COULDRY e MEJIAS, 2019; ANDREJEVIC, 2019). Enquanto meios de comunicação e produção, as plataformas também contribuem para a aceleração da produção e circulação do capital, como Marx (2011) já alertava nos *Grundrisse* em relação ao papel dos meios de comunicação e transporte, reforçando o papel da comunicação na circulação do capital.

A crescente dependência das plataformas, com seus mecanismos e lógicas, para conseguir e/ou manter atividades de trabalho tem sido chamada de plataformação do trabalho (CASILLI e POSADA, 2019). Junto a essa dependência, esse processo é uma soma de dataficação (COULDRY e HEPP, 2017; COULDRY e MEJIAS, 2019; CHEN e QIU, 2019) e financeirização (GROHMANN, 2019), embasado por uma racionalidade empreendedora (DARDOT e LAVAL, 2016). Desta forma, a plataformação reconfigura o mundo do trabalho a partir de uma crescente *taskificação* das atividades, assim como ocorre na Amazon Mechanical Turk. Isso nos leva a algumas perguntas: quais transformações ocorrem na vida dos trabalhadores quando suas atividades de trabalho passam ser mais dependentes de mecanismos e lógicas das plataformas digitais (como gestão algorítmica, ranqueamento, extração de dados, entre outros)? Como a plataformação do trabalho reestrutura os processos produtivos e comunicacionais?

Colocar a plataformação em destaque significa evidenciar que não há somente um tipo de plataforma. A partir de Woodcock e Graham (2019) e Schmidt (2017), podemos classificar as plataformas de trabalho em: a) plataformas que dependem de uma localização específica e transportam pessoas (como Uber) e coisas (como Deliveroo e iFood); b) plataformas de microtrabalho cujos trabalhadores treinam dados para inteligência artificial, como Amazon Mechanical e Appen, e os que exercem atividades de moderação comercial de conteúdo para empresas de mídias sociais; e c) plataformas de

trabalho *freelance*, tais como 99Designs, WeDoLogos e GetNinjas. As primeiras são as mais conhecidas por serem destaque na cobertura midiática e reestruturarem os espaços urbanos a partir de suas atividades de trabalho nas plataformas. As plataformas de microtrabalho são mais invisíveis e refletem o chamado trabalho fantasma (GRAY e SURI, 2019) atrás das telas (ROBERTS, 2019) como o segredo por trás da automação (CASILLI, 2019). Já as plataformas de trabalho *freelance* dão a ver uma generalização da plataformização das mais variadas atividades de trabalho. Na plataforma brasileira Helpie, por exemplo, há a possibilidade de solicitar serviços de eletricitistas, faxineiras, programadores, designers, professores, assessores de imprensa, DJs e cosplays.

Se há diversidade de plataformas, também existe uma heterogeneidade de trabalhadores que correm o risco de ficar invisíveis a partir da mesma etiqueta, trabalho digital (ABDELNOUR e MEDA, 2019). Há marcadores de raça, gênero e classe no trabalho em plataformas digitais, o que significa dizer que a plataformização não afeta a todos da mesma forma. Para Van Doorn (2017, p. 908), a desigualdade é uma característica e não um *bug* do trabalho em plataformas, permanecendo “completamente incorporado a um mundo criado pela forma-valor capitalista, que depende da subordinação de trabalhadores de baixa renda racializados e generificados”, apesar dos discursos pós-raciais e neutros em termos de gênero por parte das plataformas.

Isso significa que há uma intensificação de desigualdades a partir da plataformização do trabalho. Algumas pesquisas que tratam de raça em suas intersecções com classe e gênero no trabalho digital são as de Amrute (2016), Benjamin (2019) e Noble e Roberts (2019). A investigação de Noble e Roberts, por exemplo, revela como as elites tecnológicas do Vale do Silício trabalham para esconder as inscrições racistas em seus produtos e nas relações de trabalho em suas empresas. Há também a investigação de Lukács (2020) sobre como o trabalho não pago ou mal pago de mulheres em plataformas no Japão é o que estrutura a economia digital no país.

Além de raça, classe e gênero, há outras importantes dimensões no trabalho em plataformas, como as temporalidades e espacialidades do trabalho digital, enquanto fatores que impactam nas condições de trabalho. As temporalidades são marcadas desde o desenho das plataformas, como uma cristalização da cultura de seus criadores, em busca de aceleração do tempo e otimização da produtividade (WAJCMAN, 2015; 2019), auxiliadas por uma gamificação vista de cima (WOODCOCK e JOHNSON, 2018), o que se reflete nas percepções dos trabalhadores sobre tempo de trabalho e tempo de vida.

As espacialidades envolvem as múltiplas dimensões de locais em que os trabalhadores estão inseridos para executar suas atividades de trabalho. Em uma dimensão, é necessário entender quais são os espaços concretos de trabalho: ao redor de toda a cidade? Em casa? Em quais condições? Roberts (2019), por exemplo, mostra que os moderadores comerciais de conteúdo das mídias sociais podem trabalhar em call centers ou em uma agência boutique de publicidade.

Já a concretude espacial do trabalho em plataformas relaciona-se a aspectos mais amplos, envoltos em uma geopolítica global do trabalho digital, (FUCHS e SANDOVAL, 2014; GRAHAM e ANWAR, 2019), abarcando demanda e oferta de trabalho. Segundo o Online Labour Index (OLI), da Universidade de Oxford, o maior empregador de tarefas *freelance* online são os Estados Unidos e a maior parte dos trabalhadores *freelance* online é proveniente da Índia, a maioria (59,8%) no setor de tecnologia e software. Isso significa que há dinâmicas diferentes de trabalho em plataformas no Norte e no Sul, e que, por sua vez, são afetadas por relações de raça, classe e gênero.

Contextualizar a geopolítica do trabalho em plataformas também significa compreender os diferentes sentidos de trabalho nas economias locais, e que a Europa e a América do Norte não são o padrão. No Brasil, por exemplo, o *gig work* é, historicamente, a norma, não a exceção. Desta forma, há também uma geopolítica dos estudos sobre trabalho digital, e é preciso compreender os cenários de países como Brasil (ABÍLIO, 2020), Filipinas (SORIANO e CABANES, 2019), China (CHEN e QIU, 2019), Índia (IRANI, 2019) e África do Sul (ANWAR e GRAHAM, 2020).

Até o momento, não foi dada atenção suficiente à análise do trabalho em plataformas no mundo chamado majoritário. O dossiê do Chinese Journal of Communication (CJC) sobre a plataformaização da sociedade chinesa (v. 12, n. 3) pode ser considerado uma exceção, mas a questão do trabalho é apenas um dos vários conceitos abordados, como infraestrutura, modelos de negócios, regulamentação e gênero. Mais importante ainda, a China – não seu povo ou a sociedade como um todo, mas sua nova geração de plataformas corporativas – mudou-se para a metrópole, longe do Sul Global. Portanto, embora o trabalho seja central em alguns artigos (por exemplo, SUN, 2019; CHEN e QIU, 2019), no geral, esta é uma preocupação secundária no dossiê da revista chinesa.

A insuficiência da análise do trabalho em plataformas no Sul Global significa que, muitas vezes, erroneamente, se supõe que os padrões do Norte também existiriam na América Latina, na África e em regiões em desenvolvimento da Ásia, como se a precariedade do trabalho fosse um fenômeno novo, como se houvesse uma classe trabalhadora média estável que deveria ser chamada com mais precisão de aristocracia trabalhista. Mas, na realidade, a situação não pode ser mais diferente, dadas as estruturas da desigualdade global de longa data entre metrópole e periferia, além da deterioração das condições de emprego no Sul Global.

Para contextualizar este dossiê da revista Contracampo com nossas raízes no mundo majoritário, gostaríamos de destacar três características básicas que condicionam o trabalho em plataformas no Sul. Primeiramente, os legados da economia informal (PORTES, CASTELLS e BENTON, 1989) que prevalecem além da regulamentação governamental, enquanto também formam complexas relações patrão-cliente com o aparato estatal. Do sudeste asiático à África e à América Latina, o setor informal e não regulamentado costuma empregar a maioria da força de trabalho. Por exemplo, [79% da força de trabalho do Vietnã](#) é de trabalhadores informais, o que significa que seus empregos são irregulares, com péssimas condições de trabalho e renda flutuante. No Sul Global, a precariedade é um estado cotidiano de trabalho muito antes da disseminação das TICs. Embora a plataformaização possa trazer um ressurgimento da economia informal, para a classe trabalhadora no mundo majoritário a precariedade não é novidade, e ela estão aplicando suas estratégias de resiliência de longa data vindas do passado, acrescentando táticas novas e digitais.

Escrevendo no meio do surto de Covid-19, temos plena consciência de que o mundo está enfrentando tremendas perturbações econômicas devido à pandemia. Medidas preventivas, como trabalho remoto e distanciamento social, estão devastando a economia, Norte ou Sul, formal ou informal. Embora em setores de plataformas o cenário seja desigual, com certos tipos de trabalho sendo, em dimensão econômica, temporariamente menos afetados (por exemplo, entrega de comida) do que outros (por exemplo, aplicativos de carona), as condições gerais do trabalho em plataformas em um futuro próximo apenas se deteriorarão, especialmente em países em desenvolvimento com altas taxas de desemprego e previdência social quebrada. No entanto, não devemos ser desesperançosos, porque, para os trabalhadores do Sul global, esse desafio que se coloca agora não é inédito. Nem é o fim do mundo. As formas consagradas de resiliência coletiva, incorporadas em famílias, comunidades, sindicatos, cooperativas e redes de trabalhadores online ou offline também estão sendo ativadas pela crise. No enfrentamento da gravidade da recessão e seus danos socioeconômicos, acreditamos que é provável que o trabalho em plataformas encontre seus caminhos em direção à sobrevivência, à força e à solidariedade, como nas crises passadas, algumas das quais estão registradas neste dossiê. Isso significa que é imperativo que vejamos a economia informal não apenas como contextos históricos ou impedimentos ao bem-estar dos trabalhadores, mas também como um repertório estratégico-chave a partir do qual o trabalho em plataformas pode atrair recursos tangíveis e lições gerais de lutas anteriores e contínuas no mundo majoritário.

Em segundo lugar, o Sul Global tornou-se muito mais diferenciado internamente nas últimas décadas. Alguns países como Brasil, China e outros do BRICS têm mais formação de capital doméstico e receberam mais investimento estrangeiro direto (IED) do que todos os outros países em desenvolvimento

juntos. O aglomerado no leste asiático é particularmente digno de nota, pois as capitais de Japão, Coreia do Sul e Taiwan, juntamente com o IED do Ocidente, se fundiram com a ascensão da China continental como o que Lee (2018) classifica enquanto uma nova superpotência da inteligência artificial. As gigantes empresas tecnológicas chinesas, como TikTok, Huawei e Didi, agora podem servir como contrapesos a YouTube, Cisco e Uber, competindo com o Vale do Silício não apenas por meio da rivalidade transpácífica, mas também globalmente por meio de investimentos e aquisições na América Latina, África e Europa. Isso é mais do que uma competição intercapitalista, pois a China implementou um forte modelo estatista na governança de suas plataformas e Pequim ainda carrega a bandeira vermelha do chamado socialismo com características chinesas. A relação capital-trabalho nos gigantes da área de tecnologia da China permanece volátil (WEN, no prelo). O mesmo vale para novas plataformas corporativas no Sul global, com ou sem investimento da China ou dos Estados Unidos.

Em terceiro lugar, movimentos trabalhistas no Sul Global, em alguma medida, se baseiam diretamente em lutas pós-coloniais, descoloniais e anti-imperialistas, o que é completamente diferente do ativismo trabalhista dentro das chamadas metrópoles. As tradições revolucionárias, por mais diversas que sejam, fornecem bases férteis para a resistência no mundo do trabalho e a consciência de classe em contexto de plataformas digitais, quando os trabalhadores precisam se imaginar não apenas como empreendedores ou consumidores neoliberais, mas como cidadãos de uma nação independente, membros de um movimento cultural, ou ativistas com consciência de classe lutando por democracia econômica e justiça social. Aqui, no entanto, também se escondem os perigos da condição pós-colonial, quando o anti-imperialismo é renomeado como nacionalismo, racismo, conservadorismo religioso ou cultural, além de justificativas para um regime autoritário. É comum observar, por exemplo, que os motoristas de aplicativos brasileiros tendem a apoiar o governo Jair Bolsonaro, assim como acontece com Rodrigo Duterte (Filipinas), Narendra Modi (Índia) e Recep Erdogan (Turquia), que possuem popularidade entre os trabalhadores das plataformas de seus respectivos países, apesar de suas políticas racistas e autocráticas.

A partir dos três pontos acima, consideramos que mesmo alternativas ao cenário atual do trabalho digital, como mecanismos de regulação, organização de trabalhadores das plataformas e cooperativismo de plataforma (GROHMANN, 2020), precisam ser compreendidas à luz das condições e contradições dos diferentes lugares. Não basta somente aplicar uma lei da Califórnia ou implementar modelos preexistentes importados do Norte Global. As lutas dos trabalhadores estão em circulação ao redor do mundo, mas com seus diferentes contextos. É preciso, então, pensar no trabalho em plataformas a partir de baixo (ENGLERT, WOODCOCK e CANT, 2020).

Os legados e o ressurgimento da economia informal, as novas formações de capital e as contradições dentro da condição pós-colonial: estes são eixos fundamentais para a compreensão do trabalho em plataformas no Sul Global, que deve ser historicizado e enraizado nas lutas contínuas dos despossuídos, tanto com seus potenciais revolucionários quanto com suas armadilhas regressivas, não apenas nos domínios do mercado e do capital, mas também em relação ao Estado, à sociedade civil, aos movimentos trabalhistas e às políticas culturais. Se estivermos certos de que a maioria das lutas envolvidas no trabalho em plataformas ocorrerá principalmente no Sul, então – *lotta continua!* – o sucesso de nossa análise neste dossiê na revista Contracampo depende de nossa capacidade de recontextualizar o passado e o presente a partir das perspectivas do Sul e de trabalhar em direção a uma nova teoria do Sul (CONNELL, 2007) como uma práxis orgânica rumo a formas mais diversas e dinâmicas de resistência em relação ao trabalho em contexto de plataformação.

O dossiê, desdobrado em dois volumes, reforça o protagonismo da área de comunicação em tomar as rédeas de temas contemporâneos, como um lugar de articulação de saberes. Abrimos o primeiro volume com a contribuição de Ludmila Costhek Abilio (Unicamp), a primeira pesquisadora a falar sobre uberização do trabalho no Brasil. Abilio considera a uberização uma apropriação produtiva e monopolizada

pelas plataformas dos modos de viver das periferias, com questões de gênero, raça e classe, a partir de um olhar do Sul Global, colocando como central o gerenciamento algorítmico.

Em seguida, Vitor Filgueiras (UFBA) e Ricardo Antunes (Unicamp) afirmam que o trabalho em plataformas é uma forma de regulação do capitalismo em prol das empresas a partir da análise de narrativas das corporações e suas exigências. Defendem que tecnicamente nunca foi tão fácil regular o trabalho, mas que é uma luta política, e afirmam que a precarização deve ser entendida como um processo, não como algo estático.

As lutas dos trabalhadores das plataformas envolvem organização coletiva e também busca por outras formas de organização do trabalho., Bruno Moreschi (USP), Gabriel Pereira (Universidade de Aarhus) e Fábio Cozman (USP) traçam um perfil dos trabalhadores brasileiros da Amazon Mechanical Turk, plataforma de microtrabalho para treinar dados para inteligência artificial, mostrando a mistura entre o “fantoche da automação” e a intensificação da viração por meio de plataformas digitais. Mostram também como as mídias digitais atuam com centralidade na comunicação e auto-organização dos trabalhadores, mobilizando lutas por mudanças na plataforma.

O cooperativismo de plataforma e os sindicatos em contexto de plataformas são o tema do artigo de Aina Fernández (Universitat Pompeu Fabra) e Maria Soliña Barreiro (Universidade de Santiago de Compostela) sobre os casos Riders x Derechos e Mensakas na cidade de Barcelona, enfatizando estratégias midiáticas de organização dos trabalhadores para autogestão em contexto de plataformas. As autoras enfatizam as possibilidades de reapropriações tecnológicas para espalhar discursos alternativos à ideologia do Vale do Silício.

A primeira parte do dossiê encerra com duas contribuições mostrando a centralidade dos processos comunicacionais no trabalho em plataformas digitais. Roseli Figaro (USP) e Ana Flávia Marques (USP) analisam como a comunicação é uma forma de trabalho no capitalismo de plataforma a partir de arranjos jornalísticos alternativos, como Jornalistas Livres, Opera Mundi e Agência Pressenza, enfatizando os espaços digitais de trabalho.

Claudia Nociolini Rebecchi (UTFPR) e Geraldo Augusto Pinto (UTFPR) debatem sobre o papel da comunicação, inclusive como prescrição, nos processos de organização do trabalho desde a lean manufacturing até a smart factory a partir do contexto de indústria 4.0. A lógica do trabalho digital, segundo os autores, misturam desenvolvimento de tecnologias e organização e exploração do trabalho com um campo simbólico e ideológico cujas narrativas estruturam o capitalismo de plataforma.

A sessão dedicada às Temáticas Livres reúne pesquisas com diversificados e ricos debates políticos. O artigo “‘É de confiar desconfiando’: tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia” abre a sessão com uma análise de plataformas digitais voltadas ao ativismo pró-LGBT para entender o papel desses espaços nas ações ativistas. O trabalho seguinte, “O Projeto Escola Sem Partido tem partido?: debate político nas redes sociais” se debruça sobre ambientes digitais contrários ao Projeto Escola Sem Partido e faz um mapeamento do coletivo MBL para entender como esses ambientes se instituem politicamente. Ainda nessa linha, o artigo “Apropriações do discurso neoliberal das lutas por reconhecimento” propõe uma análise de imagens divulgadas pelo Movimento Brasil Livre nas redes sociais para refletir sobre os limites das lutas simbólicas por reconhecimento. O quarto artigo da sessão, “A mídia como ator político: as manifestações brasileiras de 2013 e 2015 na Folha de S. Paulo”, faz uma análise de publicações feitas pela Folha de S. Paulo sobre as manifestações de 2013 e sobre o movimento pró-impeachment de 2015. Finalmente, “A relevância da crônica para o projeto de escrita de Luiz Ruffato: formação da autoridade sobre uma temática específica” analisa crônicas de Ruffato publicadas no jornal El País como forma de entender as nuances e complexidades desse material no contexto da produção cultural brasileira.

Referências

- ABDELNOUR, Sarah; MEDA, Dominique (Orgs.). **Les nouveaux travailleurs des applis**. Paris: PUF, 2019.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: a globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 12-26, 2020.
- AMRUTE, Sareeta. **Encoding race, encoding class: Indian IT workers in Berlin**. Durham, NC: Duke University Press, 2016.
- ANDREJEVIC, Mark. Automating surveillance. **Surveillance and Society**, v. 17, n. 1-2, p. 7-13, 2019.
- ANWAR, Mohammad; GRAHAM, Mark. Between a rock and a hard place: Freedom, flexibility, precarity, and vulnerability in the gig economy in Africa. **Competition & Change**, Online First, 2020.
- BENJAMIN, Ruha (Org.). **Captivating technology: Race, carceral technoscience, and liberatory imagination in everyday life**. Durham, NC: Duke University Press, 2019.
- BOLAÑO, César; VIEIRA, Eloy. The political economy of the Internet: Social networking sites and a reply to Fuchs. **Television & New Media**, v. 16, n. 1, p. 52-61, 2015.
- CANT, Callum. **Riding for Deliveroo: Resistance in the New Economy**. London: Polity, 2019.
- CASILLI, Antonio. **En attendant les robots: Enquête sur le travail du clic**. Paris: Seuil, 2019.
- CASILLI, Antonio; POSADA, Julián. The Platformization of Labor and Society. In: GRAHAM, Mark; DUTTON, William (org.). **Society and the Internet**. Oxford: OUP, 2019, p. 293-306.
- CHEN, Julie; QIU, Jack. Digital utility: Datafication, regulation, labor, and Didi's platformization of urban transport in China. **Chinese Journal of Communication**, v. 12, n.3, p. 274-289, 2019.
- CONNELL, Raewyn. **Southern theory: Social science and the global dynamics of knowledge**. London: Polity, 2007.
- COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The mediated construction of reality**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- COULDRY, Nick; Mejias, Ulises. Data colonialism: Rethinking big data's relation to the contemporary subject. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 336-349, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- ENGLERT, Sai; WOODCOCK, Jamie; CANT, Callum. Digital workerism: Technology, platforms, and the circulation of workers' struggles. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 18, n. 1, p. 132-145, 2020.
- FENTON, Natalie. **Digital, political, radical**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- FIGARO, Roseli. Comunicação e trabalho: Implicações teórico-metodológicas. **Galáxia**, n. 39, p. 177-189, set./dez. 2018.
- FUCHS, Christian. Theorising and analysing digital labour: From global value chains to modes of production. **The Political Economy of Communication**, v.1, n. 2, p. 3-27, 2013.
- FUCHS, Christian. **Digital labour and Karl Marx**. London: Routledge, 2014.
- FUCHS, Christian. Karl Marx & communication @ 200: Towards a Marxian theory of communication. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 16, n. 2, p. 518-534, 2018.

FUCHS, Christian; SANDOVAL, Marisol. Digital workers of the world unite! A framework for critically theorizing and analyzing digital labour. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 12, n. 2, p. 486-563, 2014.

GRAHAM, Mark; ANWAR, Mohammad. The global gig economy: Towards a planetary labour market? **First Monday**, v. 24, n. 4, apr. 2019.

GRAY, Mary; SURI, Siddharta. **Ghost work**: How to stop Silicon Valley from building a new global underclass. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2019.

GROHMANN, Rafael. Financeirização, mediação e dataficação como sínteses sociais. **Inmediaciones de la Comunicación**, v. 14, n. 2, p. 97-117, 2019.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **EPTIC**, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

HUWS, Ursula. **Labor in the global digital economy**: The cybertariat comes of age. New York: Monthly Review Press, 2014.

IRANI, Lilly. **Chasing innovation**: Making entrepreneurial citizens in modern India. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019.

LEE, Kai-Fu. **AI superpower**: China, Silicon Valley and the New World Order. Boston, MA: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.

LUKÁCS, Gabriella. **Invisibility by design**: Women and labor in Japan's digital economy. Durham, NC: Duke University Press, 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÖHLMANN, Mareike; ZALMANSON, Lior. Hand on the Wheel: navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. **Anais do International Conference on Information Systems (ICIS)**, COEX Convention Center, Seul, 10 a 13 de dezembro de 2017.

NOBLE, Safiya; ROBERTS, Sarah. Technological elites, the meritocracy, and postracial myths in Silicon Valley. In: MUKHERJEE, Roopali; Banet-Weiser, Sarah; GRAY, Herman (Eds.). **Racism postrace**. Durham, NC: Duke University Press, 2019. p. 113-133.

PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren (Orgs.). **The informal economy**: Studies in advanced and less developed countries. Baltimore, MA: John Hopkins University Press, 1989.

QIU, Jack; GREGG, Melissa; CRAWFORD, Kate. Circuits of labour: A labour theory of the iPhone era. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 12, n. 2, p. 564-581, 2014.

ROBERTS, Sarah. **Behind the screen**: Content moderation in the shadows of social media. New Haven: Yale University Press, 2019.

SADOWSKI, Jathan. The internet of the landlords: Digital platforms and new mechanisms of rentier capitalism. **Antipode: A Radical Journal of Geography**, v. 52, n. 2, p. 562-580, 2020.

SCHMIDT, Florian Alexander. **Digital labour markets in the platform economy**: Mapping the political challenges of crowd work and gig work. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2017.

Scholz, Trebor (Org.). **Digital labor**: The Internet as factory and playground. New York: Routledge, 2012.

SORIANO, Cheryll; CABANES, Jason. Between 'world class work' and 'proletarianised labor': Digital labor imaginaries in the Global South. In: POLSON, Erika; SCHOFIELD CLARK, Lynn; GAJJALA, Radhika (Eds.). **Routledge Companion to Media and Class**. New York: Routledge, 2019.

SRNICEK, Nick **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

SUN, Ping. Your order, their labor: An exploration of algorithms and laboring on food delivery platforms in China. **Chinese Journal of Communication**, v. 12, n. 3, p. 308-323, 2019.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The Platform Society**. New York: Oxford, 2018.

VAN DOORN, Niels. Platform Labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 6, p. 898-914, 2017.

WAJCMAN, Judy. **Pressed for time**: The acceleration of life in digital capitalism. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

WAJCMAN, Judy. How Silicon Valley sets time. **New Media & Society**, v. 21, n. 6, p. 1-18, 2019.

WEN, Yun. **The Huawei model**: The rise of China's technology giant. Urbana-Champaign, IL: University of Illinois Press, no prelo.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOODCOCK, Jamie; GRAHAM, Mark. **The gig economy**: A critical introduction. Cambridge: Polity, 2019.

WOODCOCK, Jamie; JOHNSON, Mark. Gamification: What it is, and how to fight it. **The Sociological Review**, v. 66, n. 3, p. 542-558, 2017.

EQUIPE EDITORIAL

Editoras-chefes

Ariane Holzbach (UFF)
Thaiane Oliveira (UFF)
Ângela Pryshton (UFPE)

Editores-executivos

Luana Inocêncio (coordenadora)
Caio Melo
Gabriel Ferreirinho
Lucineide Magalhães
Matheus Bibiano
Paula Fernandes
Renata Menezes Constant
Rodrigo Reis

Triagem

Mayara Araújo (coordenadora)
Lieli Loures

Revisão

Ana Luiza de Figueiredo Souza (coordenadora)
Ana Paula Barros
Beatriz Medeiros
Rodrigo Quinan

Tradução / Versão

Leonam Dalla Vecchia (coordenador)
Deborah Santos
Jessika Medeiros

Projeto gráfico / Diagramação

Érica Ribeiro (coordenadora)

Planejamento estratégico

Angélica Fonseca (coordenadora)
Camilla Quesada Tavares
Daniela Mazur
Ícaro Joathan

Comunicação

Luiza Costa (coordenadora)
Lucas Bragança
Nayara Amaral

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?

Digital platforms and uberization: Towards the globalization of an administrated South?

LUDMILA COSTHEK ABÍLIO

Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT - UNICAMP)
– Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: l.c.abilio@gmail.com. ORCID:
0000-0002-2332-8493.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.

Submissão em: 12/11/2019. Revisor A: 10/01/2020; Revisor B: 09/02/2020; Revisor B: 03/03/2020. Aceite em: 08/03/2020.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38579>

Resumo

Este artigo trata do trabalho de plataforma a partir da definição de uberização, uma tendência global que estabelece novas formas de organização, gerenciamento e controle do trabalho. É analisado o gerenciamento algorítmico: catalisado pelas plataformas digitais, se refere a uma nova forma de controle que opera de forma monopolizada na extração e processamento de dados da atividade da multidão de trabalhadores, costurada pela possibilidade de mapear plenamente o processo de trabalho. A partir da análise do trabalho de revendedoras de cosméticos argumenta-se que características tipicamente femininas e periféricas do trabalho se generalizam com a uberização; com a pesquisa com motofretistas na cidade de São Paulo são analisadas as mudanças em um trabalho que está se uberizando.

Palavras-chave

Motoboys; Revendedoras de cosméticos; Gerenciamento algorítmico; Trabalho de plataforma; Uberização.

Abstract

The article discusses platform work based on the definition of uberization. This definition is understood as global trend that establishes new forms of work organization, management and control. The novelty catalysed by digital platforms refers to an algorithmic management which can be understood as a new form of control that operates in extracting and processing data from the multitude of workers, informed by the possibility of full mapping the work process. The work of cosmetic sellers is brought to the analysis in order to present typically feminine characteristics of work that are becoming generalized; also the results of empirical research with motorcycle couriers and their uberisation in the city of São Paulo are discussed.

Keywords

Motorcycle couriers; Cosmetic resellers; Global South; Platform labour; Uberisation.

Introdução

“é tempo, enfim, de deixarmos de ser o que não somos”
(Aníbal Quijano, A colonialidade do poder).

A uberização é aqui definida como uma nova forma de organização, gerenciamento e controle do trabalho, que se apresenta como uma tendência global. Apesar de ter ganhado visibilidade com o trabalho de plataforma (seguindo aqui com a definição de VAN DOORN, 2017), a uberização transcende-o: é fruto de décadas de eliminação de direitos, da dispersão global e, ao mesmo tempo, centralizada de cadeias produtivas – aliadas à liberalização de fluxos financeiros e de investimento – e do desenvolvimento tecnológico, que fundamenta novas formas de organização e controle do processo de trabalho. Entretanto, há uma novidade catalisada pelas plataformas digitais que se refere ao gerenciamento algorítmico, o qual precisa mais bem compreendido e analisado pelos estudos do trabalho. Sinteticamente, trata-se da gigantesca possibilidade de extração, processamento e administração de dados da multidão de trabalhadores, de forma centralizada e monopolizada. Estabelecem-se meios novos e obscuros no gerenciamento do trabalho, informados por um pleno mapeamento do processo de trabalho e de um novo tipo de subordinação, que conta com a previsão e a indução individualizada de comportamentos (ZUBOFF, 2018). O difícil acesso às informações das empresas-aplicativo (termo cunhado em ABÍLIO, 2017) sobre os modos de funcionamento das plataformas dificulta a compreensão de como o gerenciamento do trabalho vem sendo concebido e executado; entretanto, é possível perscrutar uma nova forma de controle a partir das perspectivas dos trabalhadores e trabalhadoras uberizados (ABÍLIO, 2019; ROSENBLAT e STARK, 2016; ROSENBLAT, 2018; MÖEHLMANN e ZALMANSON, 2017).

Assim, tratar da uberização requer ao mesmo tempo olhar para o gerenciamento algorítmico e os processos de flexibilização e precarização do trabalho, que, como veremos, culminam de modo entrelaçado na formação de enormes contingentes de *trabalhadores just-in-time* (ABÍLIO, 2017; ABÍLIO, 2019; DE STEFANO, 2016). Desprotegidos socialmente, estes arcam com riscos e custos de sua atividade, vivem na incerteza sobre sua própria remuneração e carga de trabalho e estão subordinados, sob novas lógicas, a empresas que têm alto poder de monopolização e centralização (SLEE, 2018).

Por isso, é preciso esmiuçar as definições de uberização, de ser *just-in-time* e o gerenciamento algorítmico. Essas tornam-se mais complexas e também centrais quando olhamos para o trabalho na periferia. Termos como flexibilização, precarização e agora uberização requerem um cuidado permanente com a aplicação de categorias, de modo que não se obscureça a precariedade estruturante do mundo do trabalho em países do Sul, assim como não se invisibilize elementos que são comumente tratados como marginais ou desimportantes (ABÍLIO, 2018; CASILLI, 2018). A perspectiva que costura toda a análise é que a uberização deve ser compreendida como a tendência à generalização de características de mercados de trabalho do Sul, os quais agora ganham visibilidade ao se espriarem por países do centro e entre trabalhadores com qualificação e rendimento maiores (ABÍLIO, 2017; ABÍLIO, 2019). A análise embasa-se em pesquisa empírica finalizada em 2011 sobre revendedoras de cosméticos (ABÍLIO, 2014), assim como por pesquisa em andamento há cinco anos com motofretistas na cidade de São Paulo (ABÍLIO, 2019). A investigação sobre as revendedoras mostra que a flexibilização do trabalho pode ser compreendida como uma generalização de elementos centrais que definem o trabalho tipicamente feminino e periférico. Estes agora passam a ser potencializados e aprofundados por meio do *gerenciamento algorítmico* e da uberização (ABÍLIO, 2019). A pesquisa com motofretistas permite evidenciar a profunda reestruturação do trabalho promovida pela entrada das empresas-aplicativo nesse ramo de atividade.

Uberização: Uma tendência para além da plataformização do trabalho

Apesar da visibilidade conferida pela empresa Uber, a uberização não está restrita nem ao setor de transportes nem às plataformas digitais. A perspectiva aqui apresentada vem sendo construída desde 2007, quando termos como *crowdsourcing*, *sharing economy*, *gig economy* ainda não haviam sido formulados. A pesquisa com revendedoras de cosméticos para uma única empresa, a brasileira Natura – que se torna uma gigante mundial com a aquisição da Avon internacional –, já delineava questões que hoje estão fortemente associadas ao trabalho de plataforma, mas que na época foram analisadas pela perspectiva da informalidade e da exploração do trabalho tipicamente feminino (ABÍLIO, 2014). A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas baseadas no estudo de trajetórias de vida de 23 revendedoras de diferentes perfis socioeconômicos em São Paulo, além de uma consultora em Paris e outra em Londres; entrevistas semiabertas com cinco funcionários e ex-funcionários da empresa, além de acompanhamento de reuniões da empresa com as consultoras.¹ Em 2007, essa investigação olhava para um exército de 200 mil revendedoras, que apresentou um crescimento exponencial naquela década: em 2011 eram mais de um milhão de revendedoras trabalhando para uma única empresa.

O estudo de uma ocupação tipicamente feminina, socialmente invisível – até os dias de hoje – possibilitou uma perspectiva que já tratava de um trabalho realizado sob o gerenciamento da multidão, gerenciamento que ganharia um nome com o artigo e o livro de Jeff Howe (2006, 2008): *crowdsourcing*. Com o crescimento do exército de revendedoras delineava-se cada vez mais fortemente a questão: como pode uma empresa organizar toda sua distribuição com base na atividade de um exército de um milhão de trabalhadoras informais? Ao chegar às descrições e análise de Howe foi possível concluir que estava em jogo no mundo do trabalho uma nova forma de organização e controle, que também conta com novos modos de engajamento e mobilização dos trabalhadores. Esse tipo de organização opera não a partir de um contingente preestabelecido de trabalhadores, pelo contrário, pode crescer indefinidamente; não há contrato, mas adesão ao trabalho; formalmente não há pré-requisitos, são habilidades, competências e estratégias pessoais que garantem o sucesso e a permanência na atividade.

O *crowdsourcing* pode então ser compreendido como uma nova forma de controle e organização do trabalho. Sua definição é complexa, na medida em que envolve uma crescente indistinção entre o que é trabalho e o que não é, assim como entre trabalho e consumo. Envolve desafios sobre o reconhecimento e a categorização de novas formas de valorização e sua relação com atividades que dificilmente podem ser identificadas como trabalho, mas engajam uma multidão de usuários. Podemos entender o *crowdsourcing* como um novo tipo de terceirização que caminha junto e entrelaçadamente com uma perda de formas do trabalho. Há um deslocamento da constituição de uma identidade profissional forjada no trabalho para a de trabalho amador (DUJARIER, 2009), definição que aqui nomeia um trabalho sem forma trabalho bem estabelecida, que tem alta flexibilidade e transita entre consumo, lazer, trabalho não remunerado e trabalho temporário.

Quando informalidade vira informação

A atividade das consultoras de cosméticos é desempenhada pela multidão de trabalhadoras informais, em um trabalho sem forma trabalho; com elas é possível deslocar o foco excessivo das plataformas para o mundo do trabalho e suas transformações. Provavelmente por ser um trabalho

¹ A pesquisa sobre as revendedoras foi sediada no programa de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH-UNICAMP, entre 2007 e 2011, com financiamento do CNPq..

tipicamente feminino, a revenda de cosméticos, e o Sistema de Vendas Diretas como um todo, não têm a visibilidade social da multidão de motoristas da empresa Uber.

O Sistema de Vendas Diretas atua dentro da legalidade, há regulações nacionais e também a organização internacional das empresas que utilizam esse modo de comercialização e distribuição de seus produtos. O exército de trabalhadoras-consultoras é, portanto, legalmente informal. O trabalho das revendas é apresentado pelas empresas de cosméticos quase como se não fosse um trabalho, mas um exercício de sociabilidade, um meio para a promoção da beleza e até mesmo da responsabilidade ambiental. No caso de empresas-aplicativo, e sua multidão de trabalhadores uberizados, a ausência de predeterminações sobre a jornada de trabalho, sobre a dedicação a uma única empresa-aplicativo e sobre procedimentos na execução do trabalho coloca lenha na fogueira da celebração do empreendedorismo e da defesa de que o trabalho de plataforma não guarda vínculos empregatícios.

O trabalho das revendedoras apresenta altas maleabilidade, flexibilidade e capilaridade. As 25 entrevistas em profundidade com revendedoras evidenciaram diferentes relações com a atividade, diferentes percepções, assim como diferentes possibilidades de obter ganhos e de proteger-se dos riscos das revendas. O perfil socioeconômico tem uma ampla variação em termos de idade, rendimento, raça, ocupação. Assim como a categoria Uber Black cria uma distinção entre motoristas pelo valor de seu carro, o que também operará para o lado do consumo – pagar mais para andar em um carro mais caro –, a empresa Natura criou o setor Crystal. Este congrega revendedoras da elite e da classe média paulista que também vendem e circulam entre um público de maior poder aquisitivo, possibilitando que se distingam das revendedoras de baixa qualificação e rendimento.

Assim, as revendedoras mantêm diferentes relações com um trabalho que tem alta permeabilidade com outras ocupações e diferentes sociabilidades, sendo exercido, portanto, como trabalho amador (DUJARIER, 2009; ABÍLIO, 2014; ABÍLIO, 2019). A professora vende nos intervalos do horário escolar; a diarista de limpeza vende para sua patroa e vizinhas enquanto trabalha; a dona de casa monta uma loja informal no térreo do sobrado onde o marido tem seu escritório de contabilidade e torna-se uma das revendedoras que mais vendem em São Paulo; a digitadora de 60 anos de idade largou essa profissão há trinta, passando a dedicar-se inteiramente à revenda de cosméticos. Do mesmo modo que o motorista da Uber afirma que trabalha para pagar a prestação do carro que virou seu meio de trabalho, a revendedora pode engajar-se nas revendas movida pelo objetivo de consumir, concebendo o que seria sua remuneração como um desconto sobre os produtos desejados.

Assim como atualmente milhares de pessoas se tornam empresárias amadoras de suas próprias casas ao aderirem ao Airbnb, milhões de motoristas tornam-se profissionais de transporte ao aderirem ao Uber, milhares de jovens desempregados ou subocupados tornam-se bike boys ao aderirem ao Ifood, Rappi, UberEats (atividade que tem como principal elemento o extenuante uso de sua força física), nas últimas duas décadas centenas de milhares de mulheres aderiram às revendas. Em todos esses casos, adesão significa o engajamento em atividades que trazem riscos e custos ao mesmo tempo em que não oferecem nenhuma garantia, direito ou proteção. A maleabilidade e a flexibilidade dessas atividades permitem diferentes relações de trabalho, além de diferentes possibilidades de se obter uma real remuneração por elas.

Para as empresas, essa flexibilidade da forma trabalho está bem amarrada e administrada: a revenda do lado de fora da fábrica de cosméticos traduz-se em informação administrada para o lado de dentro. As tecnologias da informação permitem que informalidade e produção *just-in-time* estejam imbricadas e se retroalimentem. Cada revendedora é um número num cadastro de centenas de milhares de trabalhadoras. Seu pedido é uma informação, o fluxo dos pedidos é um conjunto de dados que pautam de forma automatizada o que será produzido, em que tempo, em qual quantidade. A empresa trabalha com baixos níveis de estoque e alta taxa de inovação. O tempo das revendas pauta o da produção; riscos e custos do estoque estão dispersos nas gavetas de revendedoras que vendem em relações informais e

sem predeterminações ou garantias legais, ao mesmo tempo que têm seu compromisso com a empresa formalizado por meio de um boleto bancário.

Crowdsourcing e a dispersão global e controlada do trabalho

Com a empresa Natura podemos então ver elementos centrais do *crowdsourcing* a partir de um trabalho tipicamente feminino e socialmente invisível. A flexibilidade, a falta de definições, a indistinção entre o que é e o que não é trabalho, entre o que é e não é tempo de trabalho, evidenciam a capilaridade do trabalho e sua aderência – o espaço da escola, o espaço da casa, o tempo de trabalho de outra ocupação e o tempo do lazer são colonizados pelas vendas e já não é possível delimitar fronteiras para a análise. Entretanto, para as mulheres essas indistinções não são verdadeiramente novidades. Como desenvolvido mais profundamente em ABÍLIO (2014 e 2018), as fronteiras borradas entre o que é e o que não é tempo de trabalho; o que é espaço da casa e o que é espaço do trabalho; o que é trabalho e o que não é; o que é trabalho remunerado e o que não é, são elementos que estruturam de diferentes maneiras o emprego doméstico, o trabalho em domicílio e o trabalho reprodutivo. A novidade é que tais elementos estão subordinados a uma empresa, que opera com essas indistinções de modo organizado, administrado e produtivo. Ou seja, esses elementos são gerenciados na transformação da atividade da multidão em informação que pauta a linha de produção.

O espraiamento do trabalho por plataformas traz consigo um árduo exercício de compreensão e definição das categorias que o estruturam (CASILLI 2018; DE STEFANO, 2016; SRNICEK, 2016). Atualmente o trabalho por plataforma envolve diferentes setores econômicos, tipos de serviço, formas de trabalho. Antonio Casilli (2018) define como trabalho digital as tarefas que são realizadas por usuários humanos em sites da *web* e aplicativos, mediadas por algoritmos e baseadas em plataformas. Independentemente da forma mais ou menos visível do trabalho, são trabalhos digitais na medida em que produzem riqueza para as empresas. De Stefano (2016) estabelece duas categorias de análise que estão fundadas na relação entre trabalho e territorialização para pensar múltiplas relações de trabalho e os desafios que trazem sobre sua regulação e categorização. O *crowdwork* traz consigo as relações de trabalho que são oferecidas e concluídas *online*. Ou seja, não há uma predeterminação necessária sobre a localidade física onde o trabalho será realizado. Um *turker* pode aceitar e completar as tarefas da Amazon Mechanical Turk de qualquer local. Já o *work on demand* (DE STEFANO, 2016) caracteriza-se como trabalho que é oferecido *online*, mas tem uma determinação territorial para sua conclusão. O motorista da Uber, por exemplo, não pode realizar seu trabalho em qualquer lugar, mas apenas na cidade onde está localizado e de onde se origina o pedido.

Nas últimas quatro décadas, o encontro entre desenvolvimento tecnológico, flexibilização do trabalho e globalização das cadeias produtivas, aliados às políticas de eliminação de direitos e proteções ao trabalhador, consolidaram a possibilidade de dispersar globalmente o trabalho sem perder o controle sobre ele (BERNARDO, 2004; HARVEY, 1992; RITZER 2008). George Ritzer (2008), ao cunhar o termo *mcdonaldização*, mirou na importação e expansão do taylorismo para o setor de serviços. Entretanto, a *mcdonaldização* não se referia apenas à taylorização do setor terciário que Harry Braverman (1987) já havia apontado nos anos 1970; demonstra também uma dispersão altamente organizada e subordinada do trabalho. Analisando a corporação McDonald's, o autor mostra como essa empresa enxuta subordina e controla ferozmente a produção de seus fornecedores, da alface aos frigoríficos, como globaliza sua distribuição via franquias e ao mesmo tempo detém controle total sobre a padronização, o tempo da produção e da distribuição, assim como o preço de seus produtos.

Dispersão do trabalho e centralização do controle não envolvem apenas empresas, mas também trabalhadores, elemento central do toyotismo. A figura do *home office* deixa clara essa dispersão controlada, visto que transfere para o trabalhador o gerenciamento de seu próprio tempo e do seu local de trabalho;

entretanto, essa transferência da administração de sua jornada não significa perda de controle sobre seu trabalho. Tanto a figura das metas e bônus, como a da participação nos lucros e resultados, evidenciam novas formas de controle do trabalho que contam com uma dispersão bem sucedida do gerenciamento para o próprio trabalhador, o qual contribui com incremento de sua própria produtividade.

O trabalho por plataformas possibilita pensar num *outsourcing* global, na formação de um mercado de trabalho planetário que, entretanto, é geopoliticamente definido (GRAHAM e ANWAR, 2019). É um fenômeno global, que produz novas especificidades e desigualdades nos contextos nacionais e é também determinado por estes. Trata-se da formação de um espaço transnacional de exploração do trabalho, que ainda tem constrangimentos da territorialização (cada vez mais restringidos ao trabalho e não ao capital), mas opera desvinculado das regulações e proteções nacionais do trabalho. A perspectiva da formação de um mercado de trabalho planetário (GRAHAM e ANWAR, 2019), assim como as categorias de De Stefano (2016) e Casilli (2018), abrem para uma geopolítica do trabalho digital, na medida em que possibilitam pensar as determinações da exploração do trabalho no espaço, a apropriação e os limites das empresas com relação às especificidades locais e nacionais, a divisão internacional do trabalho e como ela é produzida e reproduzida por meio dessa nova forma de dispersão e controle do trabalho. Estão em jogo novos meios de concentração territorializada da demanda de trabalho e dispersão geopoliticamente definida da mão de obra (CASILLI, 2018; GRAHAM et. al., 2016). Possibilitam também perscrutar possibilidades e desafios de organização e resistência. Já assistimos à greve mundial dos motoristas Uber, que se reconhecem no espaço da cidade, se articulam e se organizam também espacialmente. Quais seriam as formas de organização dos *turkers*?

A preocupação é menos a de nos atermos a crítica ou limites dos termos que hoje envolvem trabalho digital, plataformas, uberização, Sul global, e mais a de contribuir com instrumentos de análise que embasem perspectivas críticas. Como afirma Ursula Huws (2003), nossa atual dificuldade em nomear os processos se dá não pela falta de um termo certo, mas pela pouca clareza sobre os horizontes que guiam a análise. Nenhum termo será suficientemente adequado ou preciso na categorização dessas transformações. O que está em jogo é evidenciar os processos cristalizados nessas definições e qual o horizonte crítico que as guia.

Aqui, a categoria Sul sintetiza o trabalho socialmente invisível, recorrentemente associado às margens do desenvolvimento e à descartabilidade social, historicamente associado aos negros e, mais especificamente, às mulheres negras. No Brasil, estas se encontram na base da pirâmide social, nas ocupações de mais baixa remuneração, no trabalho informal e no emprego doméstico. O movimento de dispersão e centralização traz consigo o espraiamento de características tipicamente periféricas do trabalho que, entretanto, estão subordinadas a novos modos e ganham novas visibilidades.

Gerenciamento algorítmico e consolidação do trabalhador *just-in-time*

A definição de trabalhador *just-in-time* (ABÍLIO, 2017; ABÍLIO, 2019; DE STEFANO, 2016) põe à mostra o cerne das novas formas de controle, gerenciamento e exploração. Elas trazem uma nova complexidade à flexibilização do trabalho, na medida em que consolidam a transferência de riscos, custos e responsabilidades para o trabalhador, ao mesmo tempo que eliminam proteções, direitos e garantias. Tornou-se possível, de forma administrada, racionalizada e produtiva, converter uma multidão de trabalhadores em trabalhadores informais que estão disponíveis ao trabalho mas só são utilizados na medida determinada pelas próprias empresas.

A figura do trabalhador que está disponível, mas só é remunerado de acordo com a exata utilização de sua força de trabalho não é uma novidade, pelo contrário, mobiliza a permanentemente conflituosa relação entre capital e trabalho. O conflito materializa-se historicamente nas batalhas entre reduzir o

trabalhador a força de trabalho eficientemente utilizada no tempo e no espaço ou reconhecê-lo como um ser humano que tem direito ao descanso no decorrer e fora de sua jornada, à segurança sobre sua própria reprodução, ao envelhecimento etc. Materializa-se na luta pela redução dos poros do trabalho, faz-se nos limites ou desregulações do tempo de trabalho e de sua intensidade. Nesse cabo de guerra os nós da corda são feitos pelas definições em permanente disputa e movimento, nunca universalizadas, do que é justiça e dignidade. A uberização parece consolidar a redução do trabalhador a mero fator de produção que, enquanto pessoa, passa a estar inteiramente responsabilizado por sua própria reprodução social. Nada lhe está garantido, nem a remuneração, nem a carga de trabalho, nem o tempo de trabalho, ao mesmo tempo que está disponível para ser utilizado quando necessário. Nessa consolidação há um embaçamento entre o que é e o que não é tempo de trabalho, o que também pode significar que todo tempo é potencialmente tempo de trabalho (ABÍLIO, 2014). Ser *just-in-time* é ser um motorista da Uber que passa doze horas logado, em uma fila de centenas de motoristas no aeroporto, à espera de uma corrida (MACHADO, 2017). Agora vemos o dia a dia dos *bike boys*, que perambulam pela cidade doze horas por dia, sete dias por semana, movidos pela espera da próxima entrega (ALIANÇA BIKE, 2019). Ser *just-in-time* é adoecer de ansiedade e *burn out*, como já mostram estudos sobre os trabalhadores da plataforma Amazon Mechanical Turk, que chegam a passar 24 horas do dia conectados esperando uma tarefa que pode vir do outro lado do globo (BERGVALL-KAREBORN e HOWCROFT, 2014).

Afirmar que o trabalhador disponível só será utilizado na exata medida da demanda requer destrinchar o que se sustenta e se cristaliza nesse argumento. É preciso, de saída, explicitar que “exata medida da demanda” não se refere à defesa de um equilíbrio geral – supostamente abstrato e neutro – entre oferta e procura. A noção liberal de equilíbrio geral é central hoje para que empresas-aplicativo se apresentem como meras mediadoras, promotoras de um simples encontro autorregulado entre oferta e procura, assim como embasa a perspectiva de que o uso de algoritmos no gerenciamento do trabalho se fundamenta em uma aleatoriedade neutra.

Caminhando com Gillespie (2018, p. 98), algoritmos são procedimentos codificados, orientados por resultados desejados; não se trata de concebê-los como “realizações técnicas abstratas” e sim, “desvendar as escolhas humanas e institucionais que estão por trás desses mecanismos frios”. Quando olhamos para as empresas-aplicativo e sua multidão de trabalhadores uberizados, é preciso mirar no controle do trabalho. Em um poderoso processo de informalização, a pergunta urgente e necessária é: quem detém o poder de definir as regras do trabalho e como elas operam. Rosenblat e Stark (2016), ao tratarem do gerenciamento algorítmico, referem-se à assimetria de poder e informação como elementos fundamentais para a estruturação do controle da Uber sobre os trabalhadores. Baseados em acompanhamento dos fóruns de discussão e em entrevistas com motoristas, os autores evidenciam como as regras que regem a distribuição do trabalho no tempo e no espaço, e as possibilidades de remuneração, operam de modo permanentemente cambiante, sendo obscuro para os trabalhadores como elas funcionam e o que as fundamenta. Não há clareza nem mesmo sobre quais são as regras.

Recorrendo a Zuboff (2018), um dos elementos do capitalismo de vigilância é a possibilidade tecnológica de mapear plenamente as diferentes etapas do processo de trabalho. Esta não é apenas uma mudança quantitativa, altera qualitativamente a forma como o trabalho pode ser organizado e a racionalidade que opera em seu gerenciamento. Ainda, a administração refere-se à possibilidade de codificar e transformar a vida cotidiana em dados – a serem processados, gerenciados e utilizados para fins que não estão claros para o cidadão/consumidor/trabalhador.

Hoje o discurso do empreendedorismo e da liberdade de escolha é propagado na uberização (ROSENBLAT, 2018; ABÍLIO, 2019), inclusive pauta argumentos jurídicos para o não reconhecimento de vínculos trabalhistas; mas em realidade o que está em jogo é um autogerenciamento subordinado (questão aprofundada em ABÍLIO, 2019). Autogerenciamento no sentido de que, submetido a um gerenciamento obscuro e cambiante que define/determina quanto ele pode ganhar e quanto tempo terá

de trabalhar para tanto, o trabalhador estabelece estratégias de sobrevivência e adaptação, visando ao mesmo tempo decifrar, adequar-se à e beneficiar-se da forma como o trabalho é organizado, distribuído e remunerado. Essas estratégias também são previsíveis e integráveis à gestão. É preciso considerar ainda que o trabalhador não tem poder algum de interferência – nem mesmo de negociação – sobre as regras de distribuição e remuneração do trabalho. O gerenciamento algorítmico, em sua relação com o *crowdsourcing*, realiza um mapeamento pleno da distribuição da multidão de trabalhadores, a avaliação permanente de sua produtividade, um rastreamento constante e onipresente das dinâmicas da demanda. Estabelece procedimentos – obscuros, informais e definidos humanamente – que determinam e alteram a distribuição dos trabalhadores no tempo e no espaço, que beneficiam trabalhadores mais produtivos, que punem trabalhadores que não se adequem às regras que nem mesmo estão acordadas.

O trabalhador uberizado adere, não é contratado. De modo que não é demitido, mas pode ser desligado. Saindo do campo obscuro dos algoritmos e voltando às revendedoras, já ficava evidente que a concorrência é um instrumento poderoso que regula o dia a dia da atividade. Mecanismos informais operam na vigilância do trabalho e nos estímulos às estratégias pessoais que garantem a produtividade e a permanência naquele trabalho. O desligamento não era um elemento tão operante, mas a concorrência e as dificuldades na venda podiam funcionar como incentivos à desistência e ao mesmo tempo estabelecimento de estratégias pessoais, como abrir mão de parte da remuneração para vender mais. Já as bonificações, premiações e ranqueamentos operam onipresentemente, o que coloca a revendedora para trabalhar, para arcar com riscos e custos que ela não previa inicialmente, para dedicar-se à atividade em busca do reconhecimento como bem ranqueada. No caso do gerenciamento algorítmico, ranqueamento e bonificação são incorporados como método de gestão, por meio de elementos programados e automatizados da formação, extração e gerenciamento de dados. São utilizados na definição de procedimentos e resultados a ser obtidos, em uma retroalimentação permanente entre a ação dos trabalhadores, a participação vigilante dos consumidores (ABÍLIO, 2017) e a gestão do trabalho.

O termo gamificação do trabalho (SCHOLZ, 2013) nomeia essa racionalidade nos novos tipos de informalização do trabalho. Na realidade, consiste numa transferência de riscos e em estímulos à produtividade, que também são novas formas de controle sobre o trabalho. A forma-desafio que é lançada ao trabalhador deixa claro que nada está garantido, nem mesmo a remuneração pelo trabalho executado. É preciso arriscar-se, e o risco é justamente o de trabalhar de graça, na medida em que a bonificação pode ou não chegar. Assim como é a empresa-aplicativo que define as regras do jogo, pode ser ela também que define quem será o vencedor. Um dos entrevistados, Mauro, 39 anos, motofretista há 15, narra o gerenciamento de sua produtividade operando, sua percepção deixa evidente o saber-se subordinado, vigiado e controlado:

Se o tempo estiver chuvoso, igual hoje de manhã, eles mandam mensagem às 9 horas: 'das 10h até as 13h, fazendo 8 pedidos delivery você ganha mais R\$50'. Se você não fizer você não ganha o bônus (...). Eu, você e outro *motoboy* estamos trabalhando lá, são 8 pedidos para conseguir o bônus. Eu e você fizemos 7, o outro *motoboy* fez 4. Para quem eles vão jogar a entrega? Para o outro *motoboy*.

O trabalhador põe à mostra que aquilo que aparece como uma aleatoriedade algorítmica na realidade pode ser uma distribuição programada. Enquanto não se abrir a caixa preta do gerenciamento algorítmico, são apenas hipóteses confirmadas ou não pela experiência dos trabalhadores e trabalhadoras, que podem até mesmo ser rotuladas como mitos e lendas urbanas (na definição um tanto decepcionante de MÖEHLMANN, ZALMANSON, 2017). Como alega Zuboff (2018), as empresas têm sido vencedoras na defesa de sua privacidade em detrimento da dos cidadãos.

Motoboys: Da vida loka do pai de família para o trabalho amador

“estão transformando nossa profissão num bico”
(fala de um motoboy, Gig – uberização do trabalho)

A pesquisa empírica com motofretistas vem sendo feita desde 2014, de modo que foi possível ver em ato o processo de uberização de seu trabalho.² Em 2014 apliquei 50 questionários semiabertos com *motoboys* em diferentes bairros da cidade. A estratégia era abordá-los em seus pontos de descanso/espera pela cidade. Alguns trabalhadores e uma trabalhadora dispuseram-se a conversar fora do horário de trabalho, o que resultou em cinco entrevistas guiadas pelo estudo de trajetórias de vida (REVEL, 1998). Em 2019 realizei mais duas entrevistas com motofretistas, todas orientadas pelo estudo de trajetórias de vida, no âmbito do projeto Informalidade no Brasil Contemporâneo.

Em 2014 a pesquisa evidenciou que ser *motoboy* era uma ocupação tipicamente masculina e que não era ocupação tipicamente juvenil, apesar de ter participação de jovens. Um terço dos entrevistados tinha até 30 anos e os outros dois terços, entre 30 e 60 anos. Quanto à escolaridade, 35% tinham ensino fundamental completo ou incompleto e 47%, ensino médio completo. Nenhum dos 50 respondentes havia concluído o ensino superior.

Quanto à jornada de trabalho, 90% trabalhavam mais de oito horas por dia, 50% ultrapassam dez horas e 20 % trabalhavam usualmente entre 13 e 16 horas diárias como motoboys. Com relação à remuneração, havia uma variação significativa: de R\$500 a R\$4.500, do seguinte modo: 30% tinham remuneração entre R\$ 500 e R\$ 1.500; 40% tinham remuneração entre R\$1.300 e 2.000; 20%, entre R\$ 2.500 e 3.000; 10%, acima de R\$3.000. Entretanto, seu rendimento familiar per capita apresentava uma uniformidade: 80% auferiam rendimento familiar per capita inferior a R\$1.500, dos quais 60% inferior a R\$ 1.000, sendo que 39% auferiam rendimento inferior a R\$ 800.

A variação da remuneração explicava-se pela experiência do trabalhador e pelo tipo de relação que estabelecia com a atividade. Até sua uberização, o *motoboy* tinha diferentes contratos e formas de remuneração. Estes permanecem operantes, mas de modo reduzido frente ao processo de monopolização das empresas-aplicativo, acompanhado de uma crescente multidão de motofretistas autônomos. O trabalhador pode ser contratado diretamente por uma empresa, por exemplo, ser empregado de uma corretora de imóveis, formalizado ou não. Pode ser contratado terceirizado, ou seja, é contratado por uma empresa de *motoboys*, a qual presta serviço para aquela corretora, fornecendo o trabalho de um de seus *motoboys*. Nesses casos, geralmente têm um salário fixo, o que eles chamam de *trabalhar com contrato*. Mas há também o contrato de trabalho definido como esporádico. Os esporádicos recebem o piso salarial mais um valor pelas entregas que fazem; podem estar formalizados ou não.

Até a entrada dos aplicativos, o trabalhador com contrato geralmente era aquele que fazia uma opção por uma remuneração menor, mas com mais segurança e menor intensidade de trabalho. Trata-se da diferença entre ter um salário fixo ou ser remunerado por entrega. Era comum a frase dos entrevistados, “eu era esporádico, mas casei, tive filhos e mudei para o com contrato”. Para o trabalhador esporádico a remuneração depende da oferta de trabalho da empresa, mas também de seu próprio conhecimento

² A pesquisa com os motoboys tem três fases. A primeira foi sediada na Faculdade de Economia da USP, como parte de pesquisa de pós-doutorado financiada pela FAPESP entre 2012 e 2015. Nesta apliquei 50 questionários semiestruturados com motofretistas, realizei entrevistas em profundidade baseadas no estudo de trajetória de vida com cinco destes trabalhadores em São Paulo, além de entrevista aberta com fundadores da empresa Loggi. Em 2018 realizei duas entrevistas em profundidade com motofretistas, uma em São Paulo e outra em Campinas. Estas integram a atual pesquisa de pós-doutorado sediada no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) – UNICAMP, financiada pela CAPES; contei também com auxílio da Fundação Perseu Abramo como parte da pesquisa nacional sobre trabalho informal no Brasil por mim coordenada entre 2018 e 2019.

sobre a cidade e de suas competências para realizar mais entregas, lidando com o cálculo permanente entre risco e remuneração.

Além de ser responsável pela manutenção de sua moto e ter de saber dirigir “aniquilando o espaço pelo tempo” (HARVEY, 1992), cabe ao motoboy uma série de saberes que envolvem tarefas burocráticas, como autenticação de documentos em cartórios e coleta de assinaturas de documentos; monetárias, como pagamento de contas, retirada de talões de cheque e transporte de valores; entrega de bens pessoais, como livros e exames médicos; transporte e entrega de produtos delicados, como flores e alimentos; além de não só transportar com a moto, mas carregar com as próprias mãos objetos pesados, como galões de água.

Na pesquisa em 2012, os entregadores de pizza geralmente faziam jornada dupla; a entrega de refeições podia então ser considerada um bico, um complemento de renda – tanto que alguns entrevistados diferenciavam ser *motoboy* de ser entregador de pizza. O entregador de alimentos trabalhava em uma área mais restrita e com apenas um tipo de entrega.

Passados cinco anos, uma parte significativa das empresas terceirizadas quebrou na concorrência com as empresas-aplicativo. A empresa Loggi entrou no mercado paulistano no final de 2013, hoje está avaliada em US\$ 1 bilhão e tem mais de 25 mil motofretistas cadastrados. Apresentou este ano o plano ambicioso de realizar qualquer entrega em qualquer local do país em um dia (FIESER, 2019). Como descreve outra reportagem, a “estratégia de expansão agressiva da empresa” inclui “explorar desde o transporte a pé até entregas feitas por barcos” (STACHEWSKI, 2019, *online*).

Quando a pesquisa com *motoboys* teve início, em 2014, os aplicativos de entrega ainda eram uma novidade. A maioria dos entrevistados trabalhava para empresas terceirizadas de entrega ou diretamente empregados por pequenos estabelecimentos, em sua maioria recebendo o piso salarial da categoria mais a remuneração por entrega.

As entrevistas em profundidade realizadas em 2014 e 2019 evidenciam que a opção pelos aplicativos se dá majoritariamente por uma tentativa de eliminação da mediação das empresas terceirizadas. Entretanto, o crescimento da adesão dos trabalhadores aos aplicativos e a centralização e monopolização conquistadas por algumas empresas-aplicativo delineiam um novo tipo de concorrência, um fator permanente de degradação das condições de trabalho e da remuneração. Como explica Mauro, o motofretista já citado:

Você vai até achar estranho de eu falar só Loggi, hoje eles conquistaram o mercado, tanto que você tem que trabalhar até meia-noite, a carga horária aumentou... antigamente você tinha meta, eu particularmente e vários amigos meus, tinha meta de R\$300 por dia... 'Eu vou fazer, tipo, até as 6h, no máximo até 7h'... você conseguia... hoje não. É o que a gente fala, o cara quando não tem família, é solteiro, é diferente, ele trabalha até a hora que ele quiser, então hoje a Loggi está praticamente obrigando você ficar até meia-noite, 11 horas, na rua.

Mauro explicita o autogerenciamento subordinado: os motofretistas uberizados definem as metas que têm de alcançar cotidianamente, mas a duração de sua jornada dependerá inteiramente do modo como o trabalho lhes for distribuído. Em tempos de crise econômica e aumento da concorrência, potencializa-se a precariedade do ser *just-in-time*.

Com o trabalho uberizado, a distinção entre o que é e o que não é tempo de trabalho torna-se nebulosa, assim como o que é trabalho pago e trabalho não pago. Estar disponível ao trabalho, à espera das entregas, torna-se tempo de trabalho não pago, envolvendo a tarefa permanente de encontrar estratégias que garantam mais trabalho, ou em outros termos, engajar-se no deciframento das regras cambiantes do gerenciamento algorítmico. Ainda com Mauro:

Antes tinha muita entrega, não tinha tanto *stress*, não era tão nervoso, hoje em dia você cansa mais andando de moto, gastando sem ganhar nada do que trabalhando.

Por isso que eu falo, nesse último ano agora, pelo amor de Deus, o *stress*, nervoso, cansaço, as dores físicas nas costas, mental, piorou, porque você está andando mais de moto do que fazendo serviço, porque você tem que ficar rodando.

A concorrência entre as empresas tem como instrumento o rebaixamento do valor do trabalho. Segundo Mauro, os trabalhadores não estão organizados para enfrentar essa desvalorização, quanto mais aderem individualmente aos aplicativos, mais veem coletivamente o valor de seu trabalho ser rebaixado. A entrada dos aplicativos como iFood, Rappi, UberEats, Glovo, altera as características da oferta de trabalho e o perfil dos trabalhadores. Estabelecimentos que não utilizavam *delivery* – mercados, restaurantes de pequeno porte, sorveterias, entre outros – passam a fazê-lo. Também aí operam novas formas de subordinação e monopolização desses estabelecimentos (MADUREIRA, 2020). O que era um bico para os *motoboys* – a entrega de comida – vai se tornando sua principal tarefa. Com a crise econômica, trabalhadores desempregados, subutilizados e em ocupações precárias tornam-se *motoboys* uberizados. O que era uma profissão agora pode ser vivenciado como mais uma tentativa precária, instável, improvisada, passageira, de garantir a própria sobrevivência.

Em São Paulo, para ser *motoboy* para a empresa Loggi é preciso que o motofretista esteja regularizado como tal no departamento de trânsito, com moto branca de menos de cinco anos e com placa vermelha, e seja MEI (microempreendedor individual). Essa não é uma exigência de todas as empresas-aplicativo. Isso requer uma série de custos para o trabalhador. Entretanto, a empresa criou um meio de facilitar a adesão. O programa *Loggi Start* permite que o trabalhador que não esteja regularizado se cadastre no aplicativo; a regra é que ele pode trabalhar para a plataforma por até um ano. Para tanto, recebe um valor menor por sua hora de trabalho. A descrição de Mauro mostra uma mudança na própria figura profissional do trabalhador e em sua relação com o trabalho:

Porque funciona assim, eles têm um ano para se regularizar, a pessoa não vai se regularizar, ela vai ganhar dinheiro, e fora a escravidão que ela faz, é um absurdo... que nem, esse galpão aí pega e entrega para esses caras fazerem de R\$38, para você ganhar dinheiro, meu, você vai rodar muito, é 15, 20 pacotes, é muito serviço para ganhar R\$38. Então eu olho para os caras e falo: vocês são doidos. [Passa um *motoboy* Loggi Start] Olha aí, tudo cheio, Loggi Start que passa, é humilhação que eles estão fazendo, os caras vêm com mercadoria tudo para o lado de fora, é pedir para ser assaltado, eu não faço isso.

A profissão do *motoboy* sempre foi precária, com baixos índices de formalização, insalubre e arriscada. Distantes da figura clichê do *cachorro loko*, na realidade esses profissionais enfrentam discriminações cotidianas, têm no espaço conflituoso e violento do trânsito seu local de trabalho, mobilizam permanentemente suas competências e estratégias para garantir uma remuneração melhor. Casilli (2018) evidencia o deslocamento da categoria trabalho para a de tarefas. A partir da análise do trabalho das revendedoras, inspirada em Dujarier (2009), pode-se pensar na categoria de trabalho amador. Maleabilidade, capilaridade, perda de formas preestabelecidas do trabalho fundamentam o deslocamento da identidade profissional do trabalhador, que de *motoboy*-motofretista torna-se um entre os milhares de entregadores temporários por aplicativo.

A uberização de seu trabalho tem de ser compreendida em sua dupla face: monopolização e novas formas de gerenciamento, controle e subordinação do trabalho. Vemos em ato a transformação do motofretista em trabalhador *just-in-time* e amador, que, diferentemente daqueles que já de forma precária e arriscada ficavam jogando dominó no quintal de uma empresa terceirizada até chegar a vez de sua próxima entrega – recebendo um piso salarial e tendo ciência das regras da distribuição –, passa a ficar rodando pela cidade em busca do chamado, concorrendo com a multidão, sem nem mesmo ter clareza sobre as regras que regem seu trabalho. Em vez de um valor por entrega pré-definido e baseado na distância e no tempo de trabalho, ou uma remuneração estabelecida por um contrato, agora passam a operar as definições

obscuras e oscilantes sobre o valor do trabalho, as bonificações e estímulos para dirigir na chuva, na neve, na madrugada. A necessidade de trabalhar todos os dias da semana, mais de doze horas por dia, se dá na nebulosidade do que é e do que não é tempo de trabalho, ou, melhor dizendo, na ampliação de seu tempo de trabalho não pago. Vemos uma perda de formas socialmente estabelecidas desse trabalho que passa a se apresentar como um bico permanente que, entretanto, ocupa inteiramente o tempo da vida do trabalhador.

Conclusão: a monopolização produtiva de um viver periférico generalizado

Apesar de ter uma participação ainda pequena nas economias europeias, o trabalho por plataforma apresenta um crescimento veloz (HUWS et al., 2018). O termo *gig economy* vem sendo utilizado como um guarda-chuva analítico para essas ocupações mediadas por/subordinadas a empresas-aplicativo. Também vem sendo perigosamente traduzido e importado para a realidade brasileira como economia dos bicos, o que invisibiliza e obscurece elementos estruturais do mundo do trabalho daqui que estão sendo apropriados e subordinados sob novas lógicas.

Nas dualidades evolucionistas e estruturantes, tão bem evidenciadas por Quijano (2005), que se fazem entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, centro e margem, trabalho formal assalariado e trabalho informal, o modo de vida periférico é associado ao atraso, aos resquícios do desenvolvimento, às margens onde residem os não integrados e não integráveis da modernização – como os jovens *bike boys* negros periféricos, as empregadas domésticas, os *motoboy*s.

O estabelecimento de estratégias pessoais, o trânsito por diversas ocupações, o acúmulo de diferentes tarefas, as indefinições sobre o que é tempo de trabalho e o que não é, o trabalho não pago, a incerteza e a ausência permanentes de garantias sobre a remuneração não são novidade para trabalhadores da periferia, dando aqui o sentido ao que definimos como Sul. Esse modo de vida é persistentemente invisibilizado quanto a sua centralidade no desenvolvimento e acumulação capitalistas.

Quando se constrói um olhar a partir da periferia o que fica evidente é que, na uberização, empresas-aplicativo conseguem subordinar massivamente e apropriar-se de forma organizada e produtiva de um autogerenciamento que é constitutivo do viver de trabalhadores e trabalhadoras periféricos. A real *vida loka* do trabalhador *motoboy* hoje está subsumida, controlada e gerenciada por algumas poucas empresas que conseguem ao mesmo tempo monopolizar os setores em que atuam e transformar as estratégias cotidianas dos que vivem permanentemente na precariedade em dados administrados, integrando de forma monopolizada e racionalizada o viver por um fio (CASTEL, 1998) à gestão.

Portanto, o viver periférico é agora centralizado e produtivamente administrável. Para além dessa façanha, as características tipicamente periféricas do trabalho passam hoje a apresentar-se como tendência global nas formas de organização e controle do trabalho. Reconhecê-las como tendência global não quer dizer apenas enxergá-las na *gig economy* – termo que em realidade cristaliza que o invisível modo de vida do Sul chegou ao Norte, também de forma subordinada e monopolizada. Seguindo com a perspectiva de Casilli (2018) de tornar visíveis as atividades produtivas invisíveis, é preciso dar um passo além e compreender que os elementos que estruturam a vida dos trabalhadores da periferia vêm se generalizando por meio do que denominamos flexibilização do trabalho. A uberização apresenta uma mudança qualitativa nessa flexibilização por meio da combinação entre gerenciamento algorítmico e redução do trabalhador a trabalhador *just-in-time*. É preciso, portanto, salientar que a uberização não se restringe aos trabalhos de baixa qualificação e rendimento oferecidos nas plataformas, mas se apresenta como uma tendência poderosa que atravessa generalizadamente o mundo do trabalho. Não se trata de uma generalização homogênea: a produção, reprodução e aprofundamento de desigualdades se fazem também por dentro da uberização. Trata-se do espriamento de características tipicamente periféricas do trabalho, que agora ganham uma visibilidade outra e que, talvez, sejam reconhecidas em sua centralidade.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila. **Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos**. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2014.
- ABÍLIO, Ludmila. Uberização do trabalho: A subsunção real da viração, **Site Passapalavra/ Blog da Boitempo**, 2017.
- ABÍLIO, Ludmila. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. **Revista Margem esquerda**, São Paulo, Brasil: Boitempo, n.31, pp. 54-61, 2018.
- ABÍLIO, Ludmila. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Psicoperspectivas**, vol.18, n.03, p. 41-51, 2019
- ALIANÇA BIKE. **Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo**, *online*. São Paulo, Brasil: Aliança Bike, 2019. Disponível em: <http://aliancabike.org.br/pesquisa-de-caracterizacao-e-contagem-de-ciclistas/>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- BERNARDO, João. **Democracia totalitária: Teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BERGVALL-KAREBORN, Birgitta; HOWCROFT, Debra. Amazon mechanical turk and the commodification of labour. **New technology, work and employment**, v. 29, n. 3, p.213-223, 2014.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DE STEFANO, Valério. The rise of the “just-in-time workforce”: On-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy **Conditions of Work and Employment Series**, n. 71, Geneva, Suíça: ILO, 2016.
- DUJARIER, Marie-Anne. **Le travail du consommateur**. Paris: La Découverte, 2009.
- FATOS e dados sobre a Uber. **Uber**, sem data informada, *online*, 2019. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- FIESER, Ezra. Loggi agora unicórnio quer fazer entregas de um dia no Brasil. **Uol**, 05 jun. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2019/06/05/loggi-agora-unicornio-quer-fazer-entregas-de-um-dia-no-brasil.htm>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- GRAHAM, Mark et. al. Digital Labour and Development: New Knowledge Economies or Digital Sweatshops. **Digital Transformations of Work conference**, Oxford Internet Institute, University of Oxford, 2016.
- GRAHAM, Mark; ANWAR, Mohammad. The global gig economy: Towards a planetary labour market? **First Monday**, v. 24, n. 4, abr. 2019, online.
- GIG – A uberização do trabalho. Direção: Carlos Juliano Barros, Caue Angeli, Maurício Monteiro Filho. São Paulo: Produção Repórter Brasil, 2019. Documentário (60 min.), son., color.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOWE, Jeff. The rise of crowdsourcing. **Wired magazine**. jun. 2006.
- HOWE, Jeff. **Crowdsourcing: How the power of the crowd is driving the future of business**. New York: Random House, 2008.
- HUWS, Ursula. **The Making of a Cybertariat: Virtual Work in Real World**. New York: Monthly Review Press, 2003.

HUWS, Ursula, et. al. **Work in the European Gig Economy**. Brussels: Foundation for European Progressive Studies (FEPS), 2018.

MADUREIRA, Daniele. Como apps de entrega estão levando pequenos restaurantes à falência. **BBC NEWS Brasil**, 08. fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51272233>. Acesso em: 02 fev. 2020.

MACHADO, Leandro. Por corrida cara, motorista de Uber 'acampa' por 12h perto de aeroporto. **Folha de S. Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 09 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1857136-por-corrída-cara-motorista-do-uber-acampa-por-12-h-perto-de-aeroporto.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2020.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder: Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

ROSENBLAT, Alex. **Uberland: How algorithms are rewriting the rules of work**. California: University of California Press, 2018.

ROSENBLAT, Alex; STARK, L. Algorithmic Labor and Information Asymmetries: A Case Study of Uber's Drivers. **International Journal of Communication**, v. 10, n. X, p. 3758-3784, 2016.

SCHOLZ, Trebor. (Org.). **Digital labor: The internet as playground and factory**. London: Routledge, 2013.

SLEE, Tom. **Uberização: A nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. London: Polity, 2016.

STACHEWSKI, Ana Laura. Loggi, o mais novo unicórnio brasileiro, quer ter frota de aviões para fazer entregas. **Empresas & Negócios**, Startups, 05 jun. 2019. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Startups/noticia/2019/06/loggi-o-mais-novo-unicornio-brasileiro-quer-ter-frota-de-avioes-para-fazer-entregas.html>. Acesso em: 03 fev. 2020.

VAN DOORN, Niels. Platform labor: On the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. **Information, Communication & Society**, v. 6, n.20, p. 898-914, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: ZUBOFF, Shoshana; BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (Orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. p. 17-68.

Ludmila Costhek Abílio é pesquisadora do CESIT (IE/UNICAMP), pós-doutoranda em Desenvolvimento Econômico no IE/UNICAMP, pós-doutora em Economia pela FEA/USP, doutora em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP e mestre em Sociologia pela FFLCH/USP.

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo

Digital platforms, Uberization of work and regulation on contemporary Capitalism

VITOR FILGUEIRAS

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: fvitor@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-3284-9178.

RICARDO ANTUNES

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: rlcantunes53@gmail.com. ORCID: 0000-0002-9035-0033.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

Submissão em: 06/12/2019. Revisor A: 17/01/2020; Revisor B: 10/02/2020; Revisor C: 09/02/2020. Aceite em: 09/03/2020.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>

Resumo

O objetivo deste texto é analisar a relação entre trabalhadores/as e as chamadas plataformas e aplicativos, bem como as possibilidades de sua regulação, à luz do uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC). Para tal, apresentamos os principais elementos da narrativa dominante das “plataformas”, contrapondo-os às evidências empíricas oriundas das relações estabelecidas. Ao contrário do ideário empresarial, estas relações são caracterizadas por uma intensa exploração do trabalho. Tecnicamente, nunca foi tão fácil regular o direito do trabalho. Porém, politicamente, talvez nunca tenha sido tão difícil. A narrativa sobre o que são essas empresas joga papel importante na promoção dessa gestão precarizante, ainda que haja sinais de resistência dos trabalhadores a esse processo.

Palavras-chave

Uberização; Assalariamento; Regulação.

Abstract

The aim of this text is to analyze the relationship between workers and “platforms” and “applications”, as well as the possibilities for their regulation, in the light of the use of new information and communication technologies (ICT). To this end, we present the main elements of the dominant narrative from the “platforms”, contrasting them with the empirical evidence from the actual relationships. Contrary to business rhetoric, these relationships are characterized by an intense exploitation of labour. Technically, it has never been easier to regulate labour law. However, politically, it may never have been so difficult. The narrative about what these companies are plays an important role in promoting this kind of management, even though there are signs of workers’ resistance to this process.

Keywords

Uberization; Wage labour, Regulation

Introdução

Nesta segunda década do século XXI, têm sido crescentes as alusões e análises sobre grandes transformações na organização e natureza das relações de trabalho associadas à utilização de novas tecnologias, particularmente da informação e comunicação, que se acentuam ainda mais com as propostas e avanços da chamada Indústria 4.0 (e o conseqüente aumento da automação e da inteligência artificial).

Não é a primeira vez que são reivindicadas grandes mudanças no mundo do trabalho em escala global. É recorrente a tese de que determinadas transformações levariam até mesmo à perda de centralidade do trabalho em nossa sociedade. Esse chamado adeus ao trabalho, todavia, não se confirmou. (ANTUNES, 1995, 1999). E mais recentemente, uma retórica em alguma medida assemelhada vem propugnando a tese de que as supostas novas formas de trabalho estariam substituindo o assalariamento como modo predominante de organização do trabalho, engendrando uma espécie de novo adeus à classe trabalhadora (FILGUEIRAS e CAVALCANTE, 2020).

Na conjuntura atual, parte desse movimento se expressa em um leque de palavras presentes nas plataformas digitais que, a despeito de não designarem exatamente os mesmos processos, se aproximam por se relacionar ao uso de ferramentas digitais e da internet para gerir a produção e o trabalho, como as chamadas plataformas digitais e os aplicativos. Uma miríade de atividades pode ser efetuada presencialmente (entregas, transporte, limpeza etc.) ou eletronicamente (por meio do próprio computador, como serviços de engenharia, tradução etc.). Seu crescimento e sua natureza, entretanto, merecem uma avaliação crítica, ao mesmo tempo cautelosa e rigorosa, de modo a evitar conclusões superficiais e precipitadas.

Desde logo é necessário contrapor-se ao léxico e à retórica empresarial acerca desses chamados novos negócios, novas formas de organização, especialmente porque a narrativa do capital é um elemento central para, ao escamotear sua natureza, alcançar com maior eficiência seus objetivos. Mascarar, e assim negar o que efetivamente significam, tem sido um ingrediente central para o dito sucesso das plataformas e aplicativos.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar algumas características das mudanças que o mundo do trabalho vem experimentando, particularmente no que concerne à utilização das novas tecnologias, e em relação à natureza e à processualidade dessas mudanças no controle, organização e regulação do trabalho por aplicativos e plataformas.

Os principais argumentos desenvolvidos podem ser assim resumidos:

1) As supostas novas formas de organização do trabalho associadas ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e às empresas que se apresentam como plataformas ou aplicativos são, de fato, estratégias de contratação e gestão do trabalho que mascaram o assalariamento presente nas relações que estabelecem. A negação do assalariamento é elemento central da estratégia empresarial, pois, sob a aparência de maior autonomia (eufemismo para burlar o assalariamento e efetivar a transferência dos riscos), o capital busca, de fato, ampliar o controle sobre o trabalho para recrudescer a exploração e sua sujeição;

2) A recusa da condição de empregador como estratégia de gestão e controle do trabalho é um fenômeno praticado há décadas; porém, a utilização das TIC por plataformas e aplicativos vem potencializando e aprofundando exponencialmente esse processo. Isso ocorre tanto quando o discurso empresarial propaga a narrativa de que os trabalhadores/as seriam seus clientes (e, portanto, desprovidos de relações de trabalho efetivas), quando se utiliza destas novas ferramentas de processamento e transmissão de dados para subordinar, sujeitar e ampliar os níveis de exploração da força de trabalho;

3) Vivemos um momento de contradição quase irônica no capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista técnico, a utilização das TIC na gestão do trabalho torna a identificação e a efetivação de direitos aos trabalhadores/as mais fácil do que em qualquer outro período da história. Contudo, o discurso de

que estamos diante de novas formas de trabalho que não estão sujeitas à regulação protetiva (ou de que não é possível tal regulação) tem desempenhado papel fundamental para legitimar, incentivar, cristalizar e acentuar a falta de limites à exploração do trabalho e à precarização de suas condições. A mesma tecnologia que torna a regulação tecnicamente mais fácil é apresentada pelas empresas como fator que inviabiliza a proteção. E esse contraditório e complexo movimento, típico da razão instrumental e de suas engrenagens de dominação, tem impactado fortemente as legislações, as instituições públicas, além de se constituir em um elemento a mais para dificultar e obliterar a criação de laços de solidariedade e de organização da classe trabalhadora.

Nossos argumentos estão alicerçados em uma série de dados e informações de bases primárias e secundárias, além da revisão crítica de parte da bibliografia disponível. Em relação às fontes primárias, esse artigo apresenta os resultados de pesquisa que resultou de 26 entrevistas com trabalhadores/as de quatro empresas de entrega, entre 20/05/2019 e 17/10/2019, na cidade de Salvador (BA). Desses, 16 eram motoboys e 10 bike-entregadores, abordados em efetivo labor em sete bairros da cidade. Além da aplicação de questionário semiestruturado, a pesquisa adotou a estratégia metodológica de captação de *prints* das telas dos celulares (quando autorizada pelos trabalhadores), de modo que as informações coletadas são incontroversas quanto às jornadas, pagamentos e outras características da relação entre trabalhadores e aplicativos.¹

Tecnologias digitais e novas relações de trabalho?

Na produção acadêmica, nas instituições, nos veículos de comunicação, nos meios empresariais, há uma profusão de termos para definir transformações nos negócios do capital e no mundo do trabalho, que estariam associadas ao uso das novas TIC. *Gig-economy*, *platform economy*, *sharing economy*, *crowdsourcing*, *on-demand economy*, *uberização*, *crowdwork*, trabalho digital, entre outros, para os quais há mais dissenso do que consenso.

De Stefano (2017), por exemplo, apresenta uma definição que pode englobar *platform economy*, *gig-economy* e *collaborative economy*. Para o autor, nestas atividades o trabalho seria contratado ou realizado através das TIC, podendo ser efetuado digitalmente (*crowdwork*) ou presencialmente (*on-demand*).

Nesse contexto, ganham destaque as empresas que se identificam como aplicativos ou plataformas digitais. É frequente a ideia de que o objetivo desses empreendimentos seria conectar a demanda de clientes por serviços específicos ofertados por trabalhadores/as provedores (THE HAMILTON PROJECT, 2015). Nessa mesma direção, outra definição mais ampla de *platform economy* como *intermediação* contempla tanto serviços quanto bens e ativos a serem vendidos (FARELL, GREIG, 2016).²

A análise também pode ser feita numa perspectiva que relaciona transformações na estrutura empresarial e do trabalho. Neste caso, as plataformas digitais significariam uma mudança fundamental no processo de *outsourcing*, que permitiria que trabalhadores/as superassem as barreiras dos mercados de trabalho locais para potencialmente realizar tarefas de qualquer lugar do mundo para outro. (GRAHAM et al., 2017).

Crowdwork, *work on-demand* e *digital labour* também podem aparecer como sinônimos. É o caso de Chesalina (2017), que defende que a *platform economy* estaria acompanhada pela ascensão de

¹ Dados extraídos do Projeto *Caminhos do Trabalho* (UFBA-PRT 5ª Região, coordenado por Vitor Filqueiras), sendo que as fontes secundárias foram consultadas nas bases da RAIS, CAGED e PNAD. Parte da pesquisa qualitativa é resultado também dos Projetos "Trabalho, Tecnologia e Impactos Sociais: o Advento da Indústria 4.0" (UNICAMP/PRT 15ª. Região, coordenado por Ricardo Antunes) e Bolsa-Produtividade/CNPq, *Trabalho Intermitente e 'Indústria 4.0': Complexificando a Nova Morfologia do Trabalho*, de Ricardo Antunes.

² Neste texto, priorizamos as plataformas e aplicativos em que os trabalhadores/as oferecem sua força de trabalho, deixando de lado aquelas em que os são ofertados bens, que merecem uma análise específica.

novas formas de emprego, não mais caracterizadas pela transferência de atividades de uma empresa para agentes específicos, mas para um grande número de indivíduos ou organizações indefinidas.

Nosso objetivo aqui não é esgotar e nem delimitar precisamente cada um dos termos, mas tão somente identificar características comuns, presentes nestas expressões e fenômenos que têm impacto relevante na natureza das relações de trabalho. Assim procedendo, parece-nos essa terminologia pretende identificar fenômenos que possuem as seguintes identidades típicas das TIC: 1) contatos on-line entre produtores e consumidores; trabalhadores e empresas; 2) uso de aplicativos ou plataformas para acesso em computador ou instrumentos móveis de comunicação; 3) uso abrangente de dados digitais para a organização e gestão dessas atividades; 4) relações estabelecidas por “demanda” (ou seja, que resultam de arranjos por cada produto, desprovidos de segurança jurídica capaz de garantir sua continuidade).

A posição de perfil mais acrítico, que parece predominar, é a de que essas transformações têm sido benéficas para quem trabalha, dentre outras razões, porque permitiriam que as restrições de oferta de serviços especializados por questões geográficas fossem reduzidas, facilitando também a busca por oportunidades de renda para trabalhadores/as, independentemente da sua localização espacial (KITUR, et al, 2013). Ou ainda, de que as plataformas e aplicativos tornariam a conexão e comunicação entre provedores de serviços e consumidores, mais fácil e dinâmica, constituindo mercados on-line que facilitariam os negócios para ambos (MANYIKA et al, 2016).

Um dos elementos centrais das análises e das disputas nesse cenário (muitas vezes reproduzido acriticamente) é o fato de que as organizações se apresentam como empresas de tecnologia, “intermediárias” entre “consumidores e produtores”, constituindo um mercado de “dois lados”, com externalidades cruzadas por redes (VALENDUC, 2019). Dada a inexistência de compromisso formal de continuidade da contratação de serviços, essas empresas apresentam o argumento de que trabalhadores/as realizam as atividades apenas quando querem e onde querem.

Afirma-se também que plataformas e aplicativos criam ambientes de trabalho mais atrativos para quem tem estilos diferentes de vida, sem a rigidez dos empregos tradicionais e assim facilitam a manutenção de mais de um emprego. Também é comum a alegação de que esses trabalhos são apenas um meio de conseguir uma renda extra ou um modo divertido de conseguir dinheiro no tempo livre (DI STEFANO, 2017).

A ideia de expansão das oportunidades para pequenos negócios, desenvolvida com a ampliação das TIC, é também bastante difundida pelo Banco Mundial (World Bank, 2019) e instituições congêneres e apresentada como uma variante de neoempreendedorismo. Isso acarretaria, então, uma democratização dos meios de produção (basta ter um computador/celular, carro ou mesmo bicicleta) para a produção autônoma de renda, seja como criador, seja como parceiro de uma *startup*. E o léxico corporativo, com sua alta dose de mistificação, acrescenta: mais do que nunca, seu sucesso só depende de você. Tendência que se intensifica quando as empresas alegam disponibilizar aplicativos ou as plataformas digitais para pessoas que querem ofertar e melhorar seus negócios, engendrando a ideia de que o/as trabalhadores/as são clientes das empresas. Por exemplo, a Uber afirma que o/as motoristas não são empregados, nem prestam serviço à empresa, mas sim aos consumidores, de modo que são o/as trabalhadores/as considerados independentes que contratam os serviços do aplicativo e não o contrário. Nessa mesma direção, também é comum identificar nos estudos sobre esta temática, a responsabilização do/as trabalhadores/as pelo sucesso ou fracasso em aproveitar as “oportunidades” fornecidas pelas plataformas (MANYIKA et al., 2016).

É preciso reconhecer, entretanto, que há posições críticas sobre essas transformações vinculadas às TIC. Alguns autores indicam que defender e mesmo justificar a instabilidade e mesmo intermitência em nome da flexibilidade não é uma estratégia recente para invisibilizar a figura do empregador e assim dificultar a regulação protetiva do trabalho (IRLE, 2017). Outros argumentam que o trabalho em plataforma deve ser entendido no contexto mais geral de precarização do trabalho (HUWS, 2014 e 2003; DE STEFANO, 2017; ANTUNES, 2018).

Os assim chamados apps e plataformas digitais impõem os/as trabalhadores/as, quase sempre, o rótulo de autônomo/as, sendo o trabalhador/a remunerado por tarefa ou lapsos temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e de remuneração, o que acarreta implicações importantes na dinâmica da gestão e controle da força de trabalho (dada a ausência de compromisso explícito de continuidade).

Enfeixa-se o ciclo da lógica da exploração nas grandes plataformas digitais, visto que as corporações alegam que: 1) são empresas de tecnologias digitais; 2) fazem a intermediação de atividades nas quais trabalhadores/as oferecem serviços de forma autônoma; 3) convertem a força de trabalho em clientes; 4) eliminam a subordinação, alegando liberdade para trabalhar quando, onde e como quisessem.

Mesmo entre autores críticos, muitas vezes não se percebe ou não se explicita o caráter assalariado dessas relações ou se supõe que é impossível sua regulação (STANDING, 2016, 2014). Em linhas gerais, prevalece a ideia de que houve ou haverá grandes mudanças na natureza da organização do trabalho e que esse fenômeno está produzindo alterações estruturais nos mercados de trabalho.

Em nosso entendimento, entretanto, a chamada uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada como expressão de *modos de ser* do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, onde as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que isso for possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a *aparência* de prestação de serviços. Mas, os traços constitutivos de sua concretude, como veremos a seguir, são expressão de formas diferenciadas de assalariamento, comportando tanto obtenção de lucro, exploração do mais valor e também espoliação do trabalho, ao transferir os custos para seus/suas trabalhadores/as que passam a depender diretamente do financiamento de suas despesas, que são imprescindíveis para a realização de seu labor.

Diferentemente da planta produtiva taylorista e fordista que foi dominante no século XX, na era do automóvel, as empresas liofilizadas e flexíveis desta nova fase digital-informacional-financeiro, vêm impondo sua tríade destrutiva em relação ao trabalho, no qual a flexibilidade, a informalidade e a intermitência se convertem em partes constitutivas do léxico, do ideário e da pragmática da empresa corporativa global. Vem ocorrendo tanto a derrelição e corrosão da legislação protetora do trabalho, quanto imposta uma nova legislação que em verdade permite as formas mais arcaicas de exploração, como ocorreu com a legalização do trabalho intermitente na contrarreforma trabalhista realizada pelo governo Temer em 2017 (ANTUNES, 2018).

Enquanto o conjunto amplo, compósito e heterogêneo da força global de trabalho nas plataformas digitais e nos aplicativos se torna responsável por suas despesas de seguridade, gastos de manutenção de seus veículos e demais instrumentos de produção (que os capitais, em um vilipêndio ideológico desmesurado definem como sendo proprietários dos meios de produção), a plataforma digital se apropria da mais-valia gerada pelos trabalhos, burlando sistematicamente as formas de regulamentação do trabalho existentes.

Não é por outro motivo que, a partir da expansão das TIC, ampliaram-se os processos de precarização da força de trabalho em amplitude global, que propiciou inclusive a universalização do termo uberização do trabalho. Floresce, então, nas plataformas digitais e nos aplicativos, um mosaico de modalidades de trabalho, como se pode presenciar na Amazon (e Amazon Mechanical Turk) e nos aplicativos de transportes privados e delivery da Uber (e UberEats), Cabify, 99, iFood, Rappi, Glovo etc., criando um *novo proletariado de serviços* que padece das vicissitudes da chamada escravidão digital (ANTUNES, 2018).

Liberdade e flexibilidade, ou mais subordinação e controle?

Como outros autores já indicaram, a tecnologia digital não é condição necessária para a adoção de modalidades contratuais de trabalho flexibilizadas e precarizadas (DE STEFANO, 2017). Do mesmo modo, a

estratégia de contratar trabalhadores/as, negando sua condição de assalariamento, vem se intensificado há algumas décadas (FILGUEIRAS, 2016). Muito antes da existência das plataformas dos aplicativos, já se falava na expansão de novas formas de trabalho. Dentre outros exemplos, temos as cooperativas, o aluguel de cadeira, o trabalho integrado, os sócios, *freelancers*, o trabalho avulso etc. Nesses casos, negar a condição de assalariamento é uma estratégia chave na gestão do trabalho, pois, ao precarizar (negando direitos e garantias) e transferir os riscos o/as trabalhadores/as, acaba por trazer novas dificuldades para a organização e resistência às determinações do capital, acentuando, inclusive, sua subsunção (FILGUEIRAS, 2013).

Conjugando o rótulo do trabalho autônomo (ou a negação da própria relação de trabalho) com o contrato por tarefa³, o/as trabalhadores/as, além de não terem salário, renda ou jornada garantida em seus contratos, não gozam de qualquer direito, mesmo quando conseguem um serviço. Assim, a grande novidade na organização do trabalho introduzida pelas novas TIC é, além de potencializar exponencialmente as formas de obtenção de lucros e até mesmo de extração do mais valor, é o de permitir que as empresas utilizem essas ferramentas como instrumental sofisticado de controle da força de trabalho, de que são exemplos o registro em tempo real da realização de cada tarefa, velocidade, local e movimentos realizados; a mensuração das avaliações; tudo sob o aparente comando dos algoritmos.

E este novo fetiche do mundo tecnológico do capital permite, ao mesmo tempo, que se expanda o ideário fetichizado de que tudo está sob impulsão de uma neutra tecnologia, autônoma, quando é a engenharia informacional do capital que tem de fato o comando do algoritmo e, portanto, dos ritmos, tempos, produtividade e eficiência no universo microcômico do trabalho individual, tendência que não para de se acentuar com a proposta da chamada Indústria 4.0., como se esta fosse um imperativo inexorável da tecnologia.

A ideia de liberdade e flexibilidade (trabalhar quando e onde quiser) propagada pelas empresas constitui, na verdade, a transferência deliberada de riscos para aumentar o controle sobre os/as trabalhadores/as, pois essa liberdade significa ausência de salário garantido e incremento de custos fixos que se convertem em responsabilidade dos mesmos. Ademais, em contradição com o discurso da liberdade, as plataformas e aplicativos empregam ao menos 11 medidas explícitas para controlar os/as trabalhadores/as, conforme apuramos nos termos de uso, autos de infração, processos judiciais, entrevistas realizadas e mensagens de celulares analisadas. As plataformas e os aplicativos têm um claro receituário, que executam cotidianamente:

Primeiro: determinam quem pode trabalhar. Se elas são mais ou menos exigentes na admissão, isso não muda o fato de que as decisões são tomadas segundo suas conveniências e interesses (estratégias). Os/as trabalhadores/as estão sempre sujeitos à aceitação do cadastro na plataforma para poder trabalhar.

Segundo: delimitam o que será feito, seja uma entrega, um deslocamento, uma tradução, uma limpeza, etc. Os/as trabalhadores/as não podem prestar serviços não contemplados pelas plataformas e aplicativos.

Terceiro: definem que trabalhador/a realizará cada serviço e não permitem a captação de clientes. Ou seja, as empresas contratam (ou não) os serviços segundo suas conveniências. As avaliações dos clientes são apenas um dos instrumentos para uma decisão de alocação que é a empresa que realiza.

Quarto: delimitam como as atividades serão efetuadas. Isso ocorre nos mínimos detalhes, seja o trajeto, condições dos veículos, controlando até mesmo o comportamento do/as trabalhadores/as frente aos clientes.

Quinto: determinam o prazo para a execução do serviço, tanto para as entregas, quanto os prazos máximos para realização das traduções, projetos e demais atividades realizadas.

Sexto: estabelecem de modo unilateral os valores a serem recebidos. Essa é uma variável chave, porque os pagamentos são manipulados para dirigir o comportamento do/as trabalhadores/as.

³ De modo que constituem, de fato, modalidades de contrato de zero hora (só que sem admissão do vínculo de emprego), como os tradicionais chapas nos portos secos.

Aqui entram os algoritmos, que, conforme dissemos anteriormente, nada mais são do que programas comandados pelas corporações globais, para processar grande volume de informações (tempo, lugar, qualidade) que permitem direcionar a força de trabalho segundo a demanda em todos os seus momentos.

Há uma espécie de leilão invertido que coloca os/as trabalhadores/as em concorrência permanente, na busca por um novo labor a ser executado. Criam-se mercados de trabalho no interior de cada empresa, visando ao enfraquecimento do poder de barganha da força de trabalho. Assim, um amplo contingente (recrutado em diversas profissões, em sua maioria desempregada) fica à disposição da plataforma, para competir entre si, permitindo que haja sempre a possibilidade real de rebaixamento salarial.

Essa baixa remuneração converte-se em importante mecanismo para a imposição de longas jornadas, uma vez que para sobreviverem, são obrigados a arcar com o conjunto dos custos de manutenção, comprando ou alugando carros e motos e assim contraindo dívidas que dependem dos salários percebidos para serem quitadas. De fato, quanto menor a tarifa paga, mais horas de trabalho serão necessárias para garantir a sobrevivência do indivíduo.

Não bastasse a instabilidade das tarifas, as empresas usam promoções para tornar os rendimentos ainda mais incertos. Nos casos do/as entregadores/as pesquisados, constatamos que é frequente que mais de 50% dos pagamentos sejam provenientes das metas cumpridas ao longo das jornadas de trabalho e das gorjetas percebidas. As empresas muitas vezes chegam a determinar até o valor das gorjetas que os trabalhadores podem receber.

Sétimo: determinam como os/as trabalhadores/as devem se comunicar com suas gerências. Por exemplo, é vedado a/os entregadores/as acessar o site RECLAME AQUI, redes sociais, ou quaisquer outros meios que não aqueles estipulados pelas empresas.

Oitavo: pressionam os/as trabalhadores/as para serem assíduos e não negarem serviços demandados. No site da Uber, por exemplo, explica-se que o/a trabalhador/a poderá ser desativado se tiver uma taxa de aceitação de corridas menor do que a taxa de referência da cidade. Em nossas entrevistas, realizadas em Salvador, detectamos mensagens de empresa que questiona o entregador que só realizava pedidos acima de determinada quantia.

Nono: pressionam os/as trabalhadores/as a ficar mais tempo à disposição, através do uso de incentivos. Como relatado por todos os entrevistados, são comuns as promoções, que atuam como metas com horários a serem cumpridos pelos entregadores/as, para incitar que trabalhem por mais tempo.

Décimo: usam o bloqueio para ameaçar os/as trabalhadores/as, o que implica deixá-lo/as sem poder exercer suas atividades por tempo determinado, por inúmeras razões arbitrárias, sempre determinadas pelas plataformas.⁴

Décimo primeiro: utilizam a possibilidade de dispensa a qualquer tempo e sem necessidade de justificativa, sem qualquer espécie de aviso prévio, como um importante mecanismo de coerção e disciplinamento da força de trabalho. Isso transparece de modo patente nas entrevistas e nos termos de uso de diversas empresas. Vário/as entregadores/as entrevistados relataram seus desligamentos arbitrários e mesmo quando recorreram ao suporte da empresa, nenhuma justificativa objetiva lhes foi oferecida.

Todas essas medidas de controle mantêm os/as trabalhadores/as em completa instabilidade, convertendo-se o regramento acima descrito em poderoso instrumental de gestão e controle da força de trabalho. Ao assim procederem, as empresas utilizam-se desta condição de vulnerabilidade, que é enormemente potencializada pelas TIC que permitem uma infinidade de dados que podem ser usados contra a classe trabalhadora.

O controle e a subordinação são ainda mais exacerbados pela transferência dos riscos a/os assalariados/as, que inclui a assunção de custos, como a aquisição de carros, celulares, computadores,

⁴ Conforme as entrevistas, estes atrasos são decorrentes de falha do restaurante e não dos entregadores. Em muitos casos, sequer uma resposta objetiva é oferecida para as razões do bloqueio.

bem como a sua manutenção. As empresas conseguem, então, transformar instrumentos de trabalho em capital constante, sem nenhum risco e sem necessidade de terem sua propriedade formal.

Desse modo, para as empresas há ampla flexibilidade (DAL ROSSO, 2017), mas para o/as trabalhadores/as a flexibilidade (escolher horários, periodicidade, locais e forma de trabalho) é apenas aparente, porque na prática são obrigados a trabalhar mais para garantir sua sobrevivência e manutenção de seus instrumentos de trabalho, exatamente como a empresa indica.⁵

A despeito de não gozar da flexibilidade aludida pelas empresas, trabalhadores/as (e instituições) são fortemente influenciados por esse discurso, interiorizando-o em suas práticas e em suas subjetividades. E, mais uma vez, a “neutra” tecnologia digital emerge para aperfeiçoar o controle e mesmo sujeição, ao oferecer uma radiografia completa de como atuam os/as trabalhadores/as, com uma precisão inimaginável para o próprio Taylor. Assim, as TIC, com seus instrumentos de controle e exploração, ao exasperar a retórica das novas formas de trabalho, procuram legitimar e cristalizar a estratégia de gestão do capital. Forma-se, então, uma situação aparentemente contraditória: poucas vezes o trabalho foi tão estritamente controlado (agora pela via informacional-digital), enquanto o discurso apologético não para de propagandar as benesses do trabalho autônomo, livre, do empreendedorismo etc. Não é difícil constatar que, na contrapartida destas formulações apologéticas, estamos presenciando o advento de um novo proletariado de serviços que não para de se expandir na era digital. (ANTUNES, 2018; ANTUNES e BRAGA, 2009).

Uma fenomenologia da exploração sem limites

Os rigorosos monitoramento e controle das empresas são normalmente acompanhados pelo labor intensivo e salários rebaixados. Nas atividades de entrega com bicicletas, por exemplo, pesquisa da Aliança Bike (PERFIL, 2019) sobre os ciclistas, realizada em junho de 2019, com 270 entregadores, indica que 57% trabalham todos os dias (de segunda a domingo) e 55% trabalham 10 ou mais horas por dia (apenas 25% trabalham menos do que 8 horas diárias). São resultados muito parecidos com os obtidos por nossa pesquisa em Salvador, em que a jornada média foi de 10h23min por dia, seis dias na semana. Em ambos os casos, os limites legais de jornada e descanso são amplamente ignorados. Essas situações são também similares às detectadas para os entregadores no Reino Unido (FILGUEIRAS e CAVALCANTE, 2020).

Em vários setores, é comum que os trabalhadores passem muito tempo on-line esperando por serviços. Por isso, como apurou pesquisa da OIT:

Noventa por cento dos trabalhadores da pesquisa relataram que gostariam de trabalhar mais do que atualmente, citando trabalho insuficiente e baixos salários como os motivos para não fazê-lo. Apesar do desejo por mais horas, muitos já estavam trabalhando muito: 40% dos entrevistados relataram que trabalhavam regularmente sete dias por semana e 50% indicavam que haviam trabalhado por mais de 10 horas durante pelo menos um dia no mês passado. O baixo salário, combinado com a necessidade de trabalhar, resultou em trabalhadores gastando longas horas online (DE STEFANO, 2017, s/n, tradução nossa).⁶

Não por acaso, por exemplo, os indivíduos em zero hour contracts (em que se enquadram os/as

⁵ Nesse sentido, chega a ser risível esperar que as empresas controlem o ponto diretamente. Se o fizessem, estariam obrigados a garantir alguma renda ou salário, exatamente o inverso da sua estratégia de controle e de exploração do trabalho.

⁶ No original: “Ninety percent of workers in the survey reported that they would like to be doing more work than they are currently doing, citing insufficient work and low pay as the reasons they were not. Despite the desire for more hours, many were already working a lot: 40% of respondents reported that they regularly worked seven days a week and 50% indicated that they had worked for more than 10 hours during at least one day in the past month. Low pay coupled with the need to work resulted in workers spending long hours online”.

trabalhadores/as digitais), também no Reino Unido, laboram ora muito mais, ora muito menos do que a média, criando uma espécie de polarização das jornadas (FILGUEIRAS et al. 2017). Algo muito semelhante é verificado no Brasil após a reforma trabalhista de 2017 (KREIN et al., 2019). Além disso, ao contrário do propalado pelas empresas, a maioria do/as trabalhadores/as não têm vínculos apenas pontuais com essas empresas para uma renda extra (DE STEFANO, 2017; PERFIL, 2019). Similarmente, em nossa pesquisa, 70% dos entregadores só possuíam essa ocupação. Assim, configura-se uma tendência à subsunção permanente do trabalho à dinâmica do capital (e não apenas durante a jornada), já que trabalhadores/as passam a moldar sua vida toda à demanda (ou possibilidades de encontrá-la) por seus serviços, podendo ficar ininterruptamente à disposição.

Fotografia 1 – Tela de celular de trabalhador de empresa de entrega



Fonte: Os autores

Como já indicamos, as baixas remunerações são condição essencial para a submissão dos trabalhadores a longas jornadas. Há várias evidências de que isso procede de maneira dramática, como ilustra o *print* acima, em que o entregador trabalhou sete dias seguidos, ficou on-line por mais de 61 horas, e recebeu apenas 212 reais. Em São Paulo, trabalhando 09h24min por dia, os entregadores ganham R\$ 936,00 por mês (PERFIL, 2019); se fosse uma jornada legal de 44 horas, eles receberiam R\$762,66 por mês. Em Salvador, um/a entregador/a recebe, em média R\$ 1.100,00 por mês; mas, quando se restringem a uma jornada de 44 horas, conseguem apenas R\$780,64 mensais. Em ambos os casos, a renda média da jornada regular é muito inferior ao salário mínimo.

A grande São Paulo, a pesquisa realizada por Moraes, Oliveira e Accorsi (2019), com 100 motoristas de transporte particular por aplicativo, oferece um quadro particular. Segundo os autores, os/as motoristas entrevistado/as, por um lado, se sentem como empreendedores/as e valorizam a flexibilidade da jornada

de trabalho, mas, contraditoriamente, seguem em busca de um trabalho formal, reclamam da carga horária de trabalho excessiva, da baixa remuneração percebida e entendem a falta de vínculo como um fator negativo na relação às empresas similares de transporte particular por aplicativo.

Na pesquisa verificou-se a predominância do trabalho masculino (88%), com a faixa etária entre 26 e 45 anos (69%); escolaridade oscilando entre o ensino médio completo e superior completo (90%); pouco tempo de trabalho com o aplicativo (89% até dois anos); jornada diária de trabalho entre 6 e mais de 8 horas (77%); dirigindo de 5 a 7 dias por semana (73%); remuneração bruta⁷ inferior a R\$ 2.000,00 (90%) por semana, tendo no aplicativo de transporte sua fonte única de remuneração (57%) (MORAES, OLIVEIRA, ACCORSI, 2019, p. 667).⁸

Dentre os aspectos positivos, os/as trabalhadores/as citam as “vantagens como a oportunidade de conhecer outras pessoas e certa liberdade para determinar o próprio horário de trabalho”, mas não deixam de apontar as desvantagens, como a “necessidade de trabalhar muitas horas na semana; a ausência de “total liberdade para definir a jornada de trabalho”; a falta do vínculo empregatício; “os rendimentos auferidos na atividade são inferiores ao de um emprego tradicional”, além de afirmar que “gostariam de ter carteira assinada” e “direitos trabalhistas” (MORAES et al., 2019, p. 674).

No Brasil, o rendimento médio do setor de transporte de passageiro/as (em que predomina o trabalho autônomo) na média móvel de setembro de 2019 (PNAD) foi de R\$ 1.876,00 e tem caído justamente após a expansão do UBER (chegou a ultrapassar R\$ 2.050,00 em 2014). Motoristas com carteira, em 2018, tiveram média salarial de R\$ 2.137,00 (sem contar demais direitos).⁹

Nos arranjos sem reconhecimento do vínculo de emprego, as longas jornadas, que remetem aos primórdios da Revolução Industrial (BASSO, 2018), bem como a negação completa de direitos do trabalho acentuam os riscos à própria vida do/as trabalhadores/as, pois as plataformas e aplicativos não se consideram responsáveis pela saúde e segurança do trabalho. Em julho de 2019, em São Paulo, o trabalhador (motoboy) Thiago de Jesus Dias, no exercício de seu trabalho para a Rappi, sofreu um AVC e, sem receber atendimento imediato da empresa, morreu alguns dias depois. O descaso, brutal e desumano, repercutiu fortemente na grande imprensa (ANTUNES, 2019, p. 548).

Sabemos que esse trágico acidente letal não é um caso isolado. Segundo Relatório da Companhia de Engenharia de Tráfego da cidade de São Paulo, em 2018, os acidentes fatais com motociclistas aumentaram 18% (360 no total)¹⁰, ultrapassando, pela primeira vez, aqueles envolvendo pedestres. Além dos acidentes de trânsito, os trabalhadores/as estão também expostos à violência que resulta em morte durante o labor. Segundo matéria publicada por Mike Issac (The New York Times, 23 de agosto de 2019)¹¹, 16 motoristas do Uber foram assassinados no Brasil até meados de 2019. Na grande São Paulo, apenas em setembro, ocorreram cinco assassinatos de motoristas.¹²

Vale destacar que quando adoecem, descansam, tiram férias, têm seus instrumentos de trabalho

⁷ É importante destacar que todas as despesas são sempre pagas pelos trabalhadores/as, o que reduz significativamente este montante.

⁸ Em Nova York, 85% do/as motoristas de transporte de passageiro/as ganhavam abaixo do mínimo por hora, em 2017, sendo que 60% trabalhavam em tempo integral (17% mais de 50 horas por semana) (PARROT e REICH, 2018).

⁹ Mesmo quando o modelo de contratação sem garantia de jornada é usado em empregos formais, se verifica uma precarização acentuada. Os dados da RAIS para os/as trabalhadores/as intermitentes em todos os setores, em dezembro 2018, sugerem que ao menos 40% não tiveram remuneração e outros 25% receberam um salário mínimo ou menos.

¹⁰ Não por acaso, cresceu de 9% para 14% a participação de entregadores e motofretistas entre as mortes de motociclistas no trânsito em 2018 (CET, 2019)

¹¹ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/23/business/how-uber-got-lost.html>. Acesso em: 10 nov. 2019.

¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/30/motorista-de-aplicativo-e-espancado-no-abc-setembro-registra-5-mortes-na-grande-sp.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2019.

fora do funcionamento, em todas estas situações, os rendimentos são zerados para os/as trabalhadores/as. É por isso que, para sobreviver, atenuar suas vicissitudes e manter seu vínculo de trabalho, são obrigados a trabalhar por longas horas, suprimir descansos, intensificar suas jornadas e ainda agir em estrito acordo com o que é determinado pela empresa.

Em suma, se as novas TIC trazem grandes mudanças para o mundo do trabalho, os seus elementos centrais estão canalizados tanto para elevar a capacidade de controlar e comandar um enorme exército de força sobrando de trabalho, do que resulta um aumento exponencial, tanto na exploração, quanto na espoliação do trabalho, levando ao limite os interesses ditames do capital e de suas corporações. Desse modo, as TIC se configuram como um elemento vital, dentre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo de nosso tempo. Ao contrário da equivocada previsão do fim do trabalho, da classe trabalhadora e da vigência da teoria do valor, o que de fato temos é uma ampliação do trabalho ainda mais precarizado, que se estende e abarca (ainda que de modo diferenciado) desde os/as trabalhadores/as da indústria de software aos de call center (o infoproletariado ou cibertariado), atingindo crescentemente os trabalhos nos bancos, comércio, fast food, turismo, além da própria indústria e agroindústria etc. (ANTUNES et al., 2009; HUWS, 2003, 2014).

É por isso que, nos dias atuais, é difícil encontrar qualquer modalidade de trabalho que não tenha alguma forma de interação e dependência de celulares, computadores, smartphones e semelhantes, sendo que a gestão praticada nos moldes das plataformas tornou-se potencialmente expansível para um imenso conjunto de ramos e setores. São estabelecidas relações sem qualquer limite de jornada, renda, saúde, segurança. Nesse sentido, é necessário acentuar que esse vilipêndio em relação ao trabalho não é uma possível remissão ao futuro. No presente, a expansão do trabalho digital vem demolindo a separação entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele (ANTUNES, 2018; 2019).

Nesse cenário, algumas contradições emergem. Primeiro, com a individualização dos serviços e da remuneração, a exploração se torna mais explícita – sabe-se quanto cada trabalhador/a produz e o qual o percentual desse valor que é apropriado pela empresa, que está rigorosamente quantificado nas plataformas digitais, ao mesmo tempo em que se nega, de modo mais do que dissimulado, a natureza assalariada das relações de trabalho.

Ademais, o controle do capital se reforça e se reproduz com a ideia de que os/as trabalhadores/as estão se autogerindo. Mas, contrariamente, as plataformas digitais controlam todo o processo, determinam os formatos exatos dos contratos de trabalho, pagam, mobilizam, ameaçam e dispensam. Os/as trabalhadores/as são *induzidos* a adotar estes comportamentos e estas atitudes, não lhes cabendo outra alternativa, se querem permanecer exercendo o seu labor. O fato de serem submetidos a estas condições, então, não significa que a iniciativa, o controle e a autonomia das atividades estejam em suas mãos.

Contudo, tratando-se de um sutil mecanismo de sujeição, ao menos nas primeiras fases do trabalho, não é de surpreender que o consentimento seja maior em relação aos ditames empresariais. Não por acaso, esses/as trabalhadores/as externam com frequência a defesa de uma suposta liberdade existente, dada a aparente ausência do patrão, ou também vejam como positiva a flexibilidade (FILGUEIRAS e CAVALCANTE, 2020). Tudo isso, entretanto, tende a se desvanecer, quando se vivencia um cotidiano pautado por vilipêndio, exploração e precarização, como procuramos demonstrar ao longo do artigo.

Por fim, justamente quando é mais fácil proteger o trabalho do ponto de vista tecnológico, mais difícil se torna politicamente implementar essa regulação, por conta da assimetria de forças em que a retórica joga papel muito importante, como veremos.

É impossível criar mecanismos de proteção ao trabalho?

No capitalismo, dar efetividade aos direitos previstos para a classe trabalhadora é um desafio central que constitui a própria história do movimento operário. Desde os primórdios das normas de proteção ao trabalho, a luta do capital para impossibilitar os direitos da classe operária é marcante, como seminalmente indicou Marx em *O Capital* (MARX, 2013). Com o advento das novas TIC e seu uso pelas empresas na gestão e controle do trabalho, podemos provocativamente dizer que nunca foi tão fácil, do ponto de vista técnico, efetivar o direito do trabalho. As novas tecnologias (particularmente a internet e os dispositivos móveis) tornam muito mais rápido, preciso e incontroverso identificar os trabalhos realizados, seus tempos e movimentos, suas durações, pagamentos e demais ocorrências, assim como impor às empresas o cumprimento de normas.

A identificação de todos os aspectos da relação de emprego, antes dependente de testemunhas, papéis e inspeções in loco, agora se encontra minuciosa e detalhadamente disponível na rede e nas bases de dados das empresas, para cada trabalhador/a, individual ou coletivamente: jornadas de trabalho, descansos, pagamentos, tarefas etc. Para acessar essas informações, bastaria requisitá-las. Isso já foi feito, por exemplo, em Nova York, apurando-se que a grande maioria dos motoristas de passageiros recebia menos do que o salário mínimo da cidade.¹³

Também a efetivação das normas se tornou tecnicamente muito mais fácil. Até hoje têm sido usados procedimentos presenciais como audiências, assinatura de compromissos, eventual uso da polícia, procura por bens etc. Sob o mundo digital e suas plataformas, bastaria tão somente interpelar diretamente a empresa, sob ameaça, bloqueio ou intervenção direta em seu aplicativo ou conta. Desse modo, há uma facilidade técnica inédita para impor limites às horas trabalhadas, seu ritmo e intensidade, garantir descansos, férias, pagamentos mínimos, pagamentos de horas extras, ou qualquer outro aspecto da relação de emprego.

Contraditoriamente, entretanto, talvez nunca tenha sido tão difícil impor normas de proteção ao trabalho para limitar a compulsão do capital. Vivemos uma conjuntura de grande ofensiva do capital sobre o trabalho, uma verdadeira contrarrevolução preventiva de amplitude global, sustentada por uma forte ideologia neoliberal em uma fase de crise estrutural do capital (ANTUNES, 2018). E são estes condicionantes que permitem às empresas de aplicativos *impor* uma suposta inviabilidade de regulação protetiva.

A ideia de que o direito do trabalho gera desemprego impregnou o discurso em geral, contaminando fortemente o debate sobre a regulação de aplicativos e plataformas, particularmente pela condição aparentemente flexível que os trabalhadores/as dessas empresas se encontram. Além disso, o discurso sobre a própria natureza do trabalho nas plataformas e aplicativos tem papel importante no enfraquecimento do direito do trabalho. Ele é parte de uma espécie de novo adeus à classe trabalhadora, uma narrativa que advoga a emergência de mudanças radicais nos mercados de trabalho em amplitude global, na o qual o assalariamento estaria sendo substituído por novas formas de trabalho (FILGUEIRAS e CAVALCANTE, 2020).

Há pelo menos três diferentes perspectivas que se enquadram nesse novo adeus à classe trabalhadora, englobando distintos matizes teóricos e ideológicos. A primeira, mais “radical”, pressupõe que o trabalho autônomo está substituindo o trabalho assalariado. A segunda afirma que novas formas de trabalho estão se expandindo e por isso não se enquadrariam como assalariadas ou autônomas, constituindo o que tem se chamado de zona cinzenta. Essas duas perspectivas são normalmente combinadas para enfatizar as mudanças nos mercados de trabalho. Elas aparecem, por exemplo, numa publicação da Organização Internacional do Trabalho, sugestivamente chamada de *The Changing Nature of Jobs* (ILO, 2015), ou a mudança da natureza dos empregos.

Essas formulações costumam dar destaque ao papel das novas tecnologias na promoção dessas mudanças, que junto com a nova maneira como as empresas organizariam a produção seriam fatores

¹³ Disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-50418357>. Acesso: em 15 nov. 2019.

chaves por trás das mudanças nas relações de trabalho e da disseminação de novas formas de trabalho (ILO, 2015).

A terceira perspectiva é apresentada por Standing (2011, 2016), sintetizada pelo que ele entende como precariado, uma nova classe social que estaria crescendo ao redor do mundo, que se diferencia dos assalariados. O tipo de trabalho que mais cresce é o *crowdwork*, realizado pelos *taskers*, que integram o precariado e estão em atividades desprovidas de direito, estabilidade e garantia de renda. Os *taskers* trabalhariam por meio dos *labour brokers* (como o Uber), consideradas pelo autor como rentistas, pois não seriam proprietários dos meios de produção. Para o autor, estes novos contingentes sociais não seriam empregados, pois não sendo diretamente supervisionados e sendo proprietários dos principais meios de produção, teriam o controle do seu tempo de trabalho (STANDING, 2016)

Por isso, para Standing, a regulação protetiva do trabalho não é solução para essa parcela crescente da população. Para o autor, estamos vivendo uma *revolução nas formas de trabalho* que inviabiliza a regulação anterior para proteger os trabalhadores.

Em síntese, em suas três versões, o novo adeus à classe trabalhadora presume (quando não apoia) que o direito do trabalho tende a ser anacrônico porque as novas formas de trabalho o tornariam inviável ou inaplicável. Trabalhadores/as seriam crescentemente autônomos, empreendedores ou parte do precariado sem vínculos com um empregador específico que pudesse ser responsável pelos seus direitos (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020).

E estas formulações encontram eco e ganham amplas adesões inclusive junto às instituições públicas, além de se ampliar socialmente junto a parcelas de trabalhadores/as que, premidos pelo desemprego ou seu risco iminente, tendem a introjetar e assimilar esse ideário. Esse processo, então, se retroalimenta e se reitera pelas formas de contratação que, como enfatizamos, mascaram e negam a condição de assalariamento e assim se converte em um *leitmotiv* das plataformas digitais, que são de fato grandes corporações do capital (como a Amazon, Uber e tantas outras já mencionadas anteriormente), agenda de destaque na demolição e corrosão dos direitos do trabalho.

O empreendedorismo é exemplar: trata-se frequentemente de uma forma oculta de trabalho assalariado, apresentada como “trabalho autônomo”. E essa mistificação encontra base social, uma vez que o/a “empreendedor/a” se imagina, por um lado, como *proprietário/a de si-mesmo*, enquanto em sua concretude e efetividade se converte em *proletário/a de si-próprio*. (ANTUNES, 2018).

Uma breve nota conclusiva

Esse amplo e multiforme processo de precarização do trabalho, apesar de suas dificuldades, vem acarretando descontentamentos, revoltas, mobilizações, bem como esboçando novas formas de representação, todas procurando responder ao intenso processo de corrosão dos direitos sociais do trabalho que atingem o infoproletariado ou ciberproletariado (HUWS, 2003, 2014; ANTUNES e BRAGA, 2009; DYER-WHITEFORD; 2015).

Como a precarização não é algo estático, mas um *processo* que tanto se amplia como se reduz, a capacidade de resistência, revolta e organização deste novo proletariado digital será um elemento decisivo para a conquista de formas protetivas de trabalho, capazes de obstar sua escravidão digital.

Tendo um desenho ora mais espontâneo, ora esboçando elementos de organização, estas ações vêm ocorrendo nas ruas, praças, avenidas e demais espaços de trabalho, sendo que seu exemplo mais expressivo foi a recente tentativa de paralisação mundial dos trabalhadores/as da Uber, em 8 de maio de 2019. Mesmo tendo uma amplitude parcial e limitada, esta ação sinalizou o mal-estar que começa a transparecer no universo dos trabalhos que se proliferam nas plataformas digitais e aplicativos.

Também no plano jurídico, a despeito das enormes pressões das pautas empresariais profundamente destrutivas em relação ao trabalho (como a recente decisão do Tribunal Superior do

Trabalho, no Brasil, que considera os motoristas do UBER como autônomos), há precedentes de imposição de limites à exploração do trabalho por plataformas e aplicativos em vários países. No Reino Unido, em dezembro de 2018, a Court of Appeals (segundo tribunal mais importante do país) reconheceu vínculo empregatício dos Motoristas da Uber. Na Argentina, um tribunal condenou a Rappi por ter bloqueado três entregadores que atuavam para organizar um sindicato para representá-los. Na Espanha, o Tribunal Superior de Justiça de Madri ratificou a condenação da Deliveroo, após a Inspeção do Trabalho constatar que seus entregadores eram falsamente considerados como autônomos.

Outra importante vitória ocorreu no estado da Califórnia, em setembro de 2019, com a aprovação da lei AB5, que considerou os/as trabalhadores/as da Uber e a Lyft como assalariados vinculados às empresas. Em seguida, a Uber e a Cabify pediram uma liminar para revogar o AB5, que, entretanto, foi negada em 10 de fevereiro de 2020.

Estes exemplos indicam, então, que por meio de ações de resistência e confrontação é possível combater a intensa precarização do trabalho que impera nas grandes plataformas digitais. Como a precarização é uma processualidade, que tanto se amplia como se reduz, será através da capacidade de resistência e organização da classe trabalhadora (contemplando e incorporando esse enorme contingente de trabalhadores/as das plataformas digitais) que essa destrutividade poderá ser obstada.

Referências

PERFIL dos Entregadores Ciclistas de Aplicativo. **Aliança Bike**, Entregadores Ciclistas de Aplicativos, São Paulo, jul. 2019. Disponível em: http://aliancabike.org.br/pagina.php?id_secao=10&id_page=50. Acesso em: 10 set. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

BALARAM, Brhmie; WARDEN, Josie; WALLACE-STEPHENS, Fabian. Good Gigs: A fairer future for the UK's gig economy. **RSA**, Publications and Articles, London, 27 abr. 2017. Disponível em: <https://www.thersa.org/discover/publications-and-articles/reports/good-gigs-a-fairer-future-for-the-uks-gig-economy>. Acesso em 15 jul. 2019.

BASSO, Pietro. **Tempos Modernos, Jornadas Antigas**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

BERG, Janine; DE STEFANO, Valerio. It's time to regulate the gig economy. **Sheffield Political Economy Research Institute**, Sheffield, 17 abr. 2017. Disponível em: <http://speri.dept.shef.ac.uk/2017/04/18/its-time-to-regulate-the-gig-economy/>. Acesso em 25 jun. 2019.

BERG, Janine. The inefficient technological revolution. International Labour Organization. **VI Regulating for Decent Work Conference**. Genebra, 5 a 7 de julho de 2017.

CET (Companhia de Engenharia de Tráfego). Relatório anual de acidentes de trânsito – 2018. Município de São Paulo, 2019.

CHESALINA, Olga. Social security for platform economy as a challenge for social security in Germany and in Russia: a comparative study. **Spanish Labour Law and Employment Relations Journal**, v. 7, n. 1-2, p. 17-28, 2017. Disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/SLLERJ/article/view/4433>. Acesso em: 20 ago. 2019.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE STEFANO, Valerio. Labour is not a technology – reasserting the declaration of philadelphia in times of platform-work and gig-economy. *IUSLabor* 2/2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/155003521.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DE STEFANO, Valerio. The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”. **International Labor Office**, Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch, Conditions of work and employment series, n. 71, Geneva, 2016. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443267.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.

DYER-WITHEFORD, Nick. **Cyber-Proletariat**: Global Labour in the Digital Vortex. London: Pluto, 2015.

FARRELL; Greig. **Paychecks, Paydays, and the Online Platform Economy Big Data on Income Volatility**. [s.l.]: JP Morgan Chase & Co Institute, 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2911293

FILGUEIRAS, Vitor. Novas/Velhas formas de organização e exploração do trabalho: a produção “integrada” na agroindústria. **Revista Mediações**, v. 18, n. 2, p. 230-245, 2013.

FILGUEIRAS, Vitor. Regulação da terceirização e estratégias empresariais: o aprofundamento da lógica desse instrumento de gestão da força de trabalho. **Cadernos do CEAS**, n. 239, p. 742-770, 2016.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. What has changed: a new Farewell to the Working Class?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, p. 1-22, 2020.

GRAHAM, Mark; HJORTH, Isis; LEHDONVIRTA, Vili. Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on worker livelihoods. *European Review of Labour and Research*. Vol 23, Issue 2, 2017.

HUWS, Ursula. **The Making of a Cybertariat**: Virtual Work in a Real World. London: Merlin, 2003.

HUWS, Ursula. **Labor in the Global Digital Economy**: the Cybertariat Comes of Age. London: Merlin, 2014.

ILO. **World employment and social outlook 2015**: The changing nature of jobs/ International Labor Office. Geneva, ILO, 2015.

COLLIER, Ruth Berins et al. Labor Platforms and Gig Work: The Failure to Regulate. **IRLE Working Paper**, n. 106-17, set. 2017. Disponível em: <http://irle.berkeley.edu/files/2017/Labor-Platforms-and-Gig-Work.pdf>. Acesso em abr. 2018.

MANYKA, James et al. Independent work: choice, necessity, and the gig economy. **Mckinsey Institute** Featured Insights, out. 2016. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/employment-and-growth/independent-work-choice-necessity-and-the-gig-economy>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Rodrigo Bombanati de Souza; OLIVEIRA, Marco Antonio Gonsales; ACCORSI, André. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 647-681, 2019.

KITTUR, Aniket et al. The Future of Crowd Work. In *Proceedings of the ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work*. February 23–27, 2013, San Antonio, Texas, USA. Disponível em: <https://>

hci.stanford.edu/publications/2013/CrowdWork/futureofcrowdwork-cscw2013.pdf. Acesso em 25 mar. 2018.

PARROT, James A.; REICH, Michael. **Report for the New York City Taxi and Limousine Commission**. New York: CNYCA/CWED, 2018. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/53ee4f0be4b015b9c3690d84/t/5b3a3aaa0e2e72ca74079142/1530542764109/Parrott-Reich+NYC+App+Drivers+TLC+Jul+2018jul1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

STANDING, Guy. **The Precariat: The New Dangerous Class**. London: Bloomsbury Academic, 2011.

STANDING, Guy. A Revolt Is Coming for Cloud Labor. **Huffingtonpost**, News, 27 out. 2016. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/guy-standing/cloud-labor-revolt_b_8392452.html. Acesso em: 05 maio 2017.

THE HAMILTON PROJECT. A Proposal for Modernizing Labor Laws for Twenty-First- Century Work: The “Independent Worker”. **DISCUSSION PAPER 2015-10** | DEC. 2015. Disponível em: https://www.hamiltonproject.org/assets/files/modernizing_labor_laws_for_twenty_first_century_work_krueger_harris.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

VALENDUC, Gérard. New form of work and employment in the digital economy. In: *The Deconstruction of Employment as a Political Question*, eds A. Serrano-Pascual and M. Jepsen. Brussels: Palgrave Macmillan, 2019. p. 63–80.

THE WORLD BANK. **The changing nature of work**. Washington, DC: International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2019. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/816281518818814423/2019-WDR-Draft-Report.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Vitor Filgueiras é professor de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor visitante

da Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de Universidade Complutense da Madrid (UCM). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Ricardo Antunes é professor titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

The Brazilian Workers in Amazon Mechanical Turk: Dreams and realities of ghost workers

BRUNO MORESCHI

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, SP, Brazil. E-mail: brunomoreschi@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8938-5004>.

GABRIEL PEREIRA

Universidade de Aarhus (AU) – Aarhus, Midtjylland, Denmark. E-mail: gabrielopereira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9267-4189>.

FABIO G. COZMAN

E-mail: fgcozman@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4077-4935>. Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, SP, Brazil.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Moreschi, B.; Pereira, G.; Cozman, Fabio G. (2020). The brazilian workers in Amazon Mechanical Turk: Dreams and realities of ghost workers. Contracampo – Brazilian Journal of Communication, 39 (1).

**Submitted on 11 November 2019. Reviewer A: 06 February 2020. Reviewer B: 08 March 2020.
Accepted on 09 March 2020.**

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38252>

Abstract¹

Contributing to research on digital platform labor in the Global South, this research surveyed 149 Brazilian workers in the Amazon Mechanical Turk (AMT) platform. We begin by offering a demographic overview of the Brazilian turkers and their relation with work in general. In line with previous studies of turkers in the USA and India, AMT offers poor working conditions for Brazilian turkers. Other findings we discuss include: how a large amount of the respondents affirmed they have been formally unemployed for a long period of time; the relative importance of the pay they receive to their financial subsistence; and how Brazilian turkers cannot receive their pay directly into their bank accounts due to Amazon restrictions, making them resort to creative circumventions of the system. Importantly, these “ghost workers” (Gray & Suri, 2019) find ways to support each other and self-organize through the WhatsApp group, where they also mobilize to fight for changes on the platform. As this type of work is still in formation in Brazil, and potentially will grow in the coming years, we argue this is a matter of concern.

Keywords

Digital platform labor; Amazon Mechanical Turk; Global South; Brazil; digital capitalism.

¹ This article was written in collaboration with Gustavo Aires Tiago (gustavo.tiago@usp.br), who is an undergraduate student in Social Sciences at the University of São Paulo (USP). Although Gustavo contributed to the data analysis of this study, he was not credited as a co-author due to the journal's guidelines, which do not allow listing an undergraduate student as a co-author. The authors would also like to thank the reviewers for their very constructive input, which greatly improved this article.

Introduction: the ghost workers

In her presentation *The Labor that Makes AI Magic* at the AI Now seminar in the White House, Lilly Irani (2016) wrote on her first slide, in capital letters: “ARTIFICIAL INTELLIGENCE. IT’S MADE OF PEOPLE.” Irani’s intention in highlighting this sentence was to emphasize a concern rarely raised by the technology industry: the operation of automated technological systems, such as artificial intelligence, depends on a vast human workforce (El Maarry et al., 2018; Gray & Suri, 2019). Besides the highly-visible human labor that legitimates AI (specialized and well-paid workers such as engineers, designers, programmers, computer scientists, statisticians), there is – several “floors” down – a more precariously organized labor force. This army of people are defined by Mary L. Gray and Siddharth Suri (2019) as ghost workers: responsible for “the human labor powering many mobile phone apps, websites, and artificial intelligence systems [which] can be hard to see. In fact, it’s often intentionally hidden” (p. 7). Ghost work marks the irony of doing a form of labor that is at the same time increasingly prevalent, but hidden away from view. In today’s growing gig economy ghost workers sell their labor as tasks or services in platform-based marketplaces.

In this article, we are interested in a specific type of ghost workers, those who perform microtasks in the Amazon Mechanical Turk marketplace (hereinafter referred to as AMT). The AMT worker, a prototypical form of *crowdworker*, is often simply referred to as a turker. The word “turker” is due to a machine created by Hungarian inventor Wolfgang von Kempelen called The Turk, and supposedly able to play chess. In fact the apparent automated behavior was controlled by a person hidden inside the box. Kempelen traveled across Europe with his machine in the XVIII century – an ode to intelligent machines, but in fact enabled by human exploitation performed as an entertaining game (see Aytes, 2012). Today, the logic of the invisible worker remains the same, but no longer in the form of a public show and on a scale of another magnitude.

The turkers in AMT are responsible for performing microtasks that computers cannot do efficiently, which are known as *Human Intelligence Tasks* (HITs)². These are varied, and can be things such as transcribing texts, searching for information on the web, responding to surveys, and describing images for projects such as ImageNet (Gershgorn, 2017). Microwork, the labour of performing microtasks, is not a unique feature of AMT, as there are many other platforms that compete for this digital piecework market.

As can be seen in Fig. 1, from *Anatomy of an AI System* (Crawford & Joler, 2018), ghost work is used in developing the Amazon Alexa AI. These workers are represented in the “Unpaid or Low paid labour” section, and may include crowdworkers (such as Turkers) and other forms of outsourced labor. They are not the only workforce involved in training the datasets, but their level of payment and involvement sets them on a social scale totally separate from “Professionals,” such as engineers and developers. In essence, turkers are one of the human intelligence layers that turn “unintelligent computing machines” (Broussard, 2019) into “intelligent machines”. As described by Irani (2016), “automation doesn’t replace labor. It displaces it.”

² Turkers are somewhat different from other gig workers such as Uber drivers (Woodcock and Graham, 2019), as they work completely through the internet and without any face-to-face contact with service requesters. There are, though, also similarities with these other gig workers as both operate in undefined work hours, effectively enabling a “sleepless work 24/7” in late capitalism (Crary 2014).

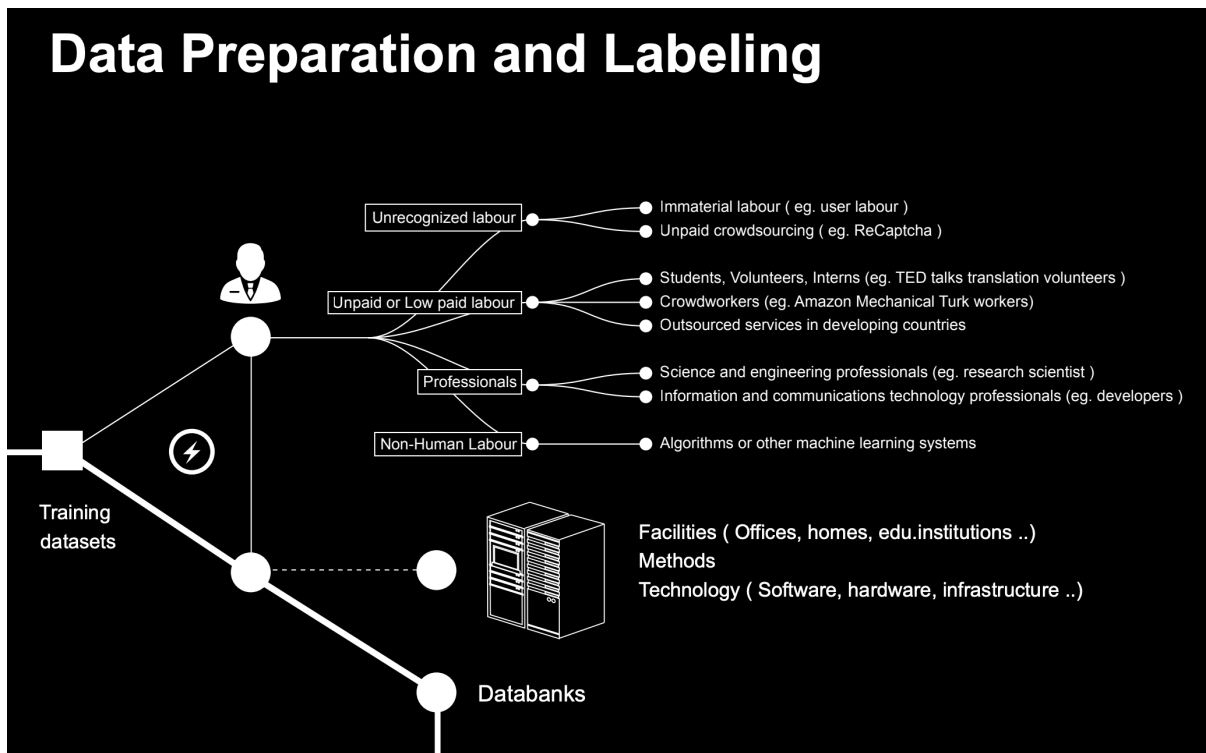


Figure 1 - Detail of the anatomy of the Amazon Echo and its AI systems, where turkers are mentioned as crowdworkers, under "Unpaid or Low paid labour". From: Crawford & Joler (2018).

To contribute to critical studies of digital platform labor and those who show that platforms are not neutral, but opaque (Silva, 2019), we focus on a particular context: that of Brazilian turkers. This specific Global South context is underdiscussed, as turkers from the USA and India are more discussed due to being particularly numerous and representative in the platform.

As Brazil goes through an economic crisis with substantial unemployment (12.8 million unemployed citizens; IBGE, 2019), a significant part of the Brazilian population looks for income through the gig economy, as seen in the boom of delivery and ridesharing workers.³ In this context of unemployment/informal work, and following the logic that a crisis situation makes workers accept work under "early industrial conditions" (Fuchs, 2014), we suppose that the number of Brazilian ghost workers is bound to increase. It is thus quite important to understand who they are, how they see the digital labor they perform in the AMT platform, and how they are organizing to fight for their rights. Likewise, as a critical study, we consider it essential to give visibility to how these Brazilian turkers face the challenges posed by an unregulated digital platform labor. As stated by one of our respondents:

We definitely need to be heard. I think a lot is said about AI, but little about us [turkers], which made this area and its applications feasible. I exist and I want you and others to know that.

The main research questions that guided our survey study were directly related to the turkers' plea for recognition: Who are the Brazilian Amazon Mechanical Turkers? What is their work like, and what conditions do they face that may make their work more difficult? How do they see AMT, and what role does it take in their life? What is specific to Brazilian turkers, if they are compared to those from other nationalities?

³ An example of this is the fact that Brazil now has the second largest market for Uber, counting over 600 thousand registered Uber drivers (Oliveira & Salomão, 2019).

We begin this article with an overview of AMT and its operation, including the challenges that workers in the platform face globally. We then go on to explain the methodology for the study, which has consisted primarily of a survey of Brazilian turkers that self-organize through a WhatsApp group. Next, we present the findings of the survey, which focuses on the Brazilian turkers, their labor culture, and their self-organization outside of AMT. As we further argue in the conclusion, the position Brazilian turkers assume involves an overlaying of challenges that makes them into an “under-underclass” – since, as we will show, the difficulties they have to receive money for their work makes them even more exploited than most other turkers.

Amazon Mechanical Turk (AMT): global digital platform labor

Before looking into Brazilian turkers in AMT, it is necessary to overview the challenges it poses for turkers and researchers globally. Even though it’s not just Amazon that mediates the relationship between ghost workers and requesters (those businesses and individuals who pay for tasks), AMT is considered to be the largest digital labor platform for micro-tasks – Clickworker, Figure Eight, Fiverr and JobBoy are some of its competitors. As discussed by previous studies of turkers (e.g. Hara et al., 2019; Ipeirotis, 2010; Ross et al., 2010; Gray & Suri, 2019), work in the AMT marketplace is marked by a global and dispersed workforce that is anonymous, receives no context for the tasks they perform, and receives low payments for their labor.

A survey by Difallah et al. (2018) shows that 75% of turkers are from the United States, 16% from India, and the remaining 9% from all other countries. According to Amazon, there are 500,000 AMT registered workers (AMT, 2019b), and Ipeirotis estimates that 2,000 to 5,000 workers can be found on the platform at any time (apud Gray & Suri, 2019, ebook). It should be noted that none of these numbers are completely reliable, due to the opacity of the platform and the difficulty for researchers to survey it – results vary significantly across studies and the years that they were published.

Besides being a global workforce, turkers are also dispersed, as they are not offered any formal way of communicating and organizing through the platform, and do not need to communicate or cooperate to complete the tasks. This makes it difficult to have any form of social support from other turkers, and for mobilization to happen (e.g. to improve working conditions). Turkers, activists and academics have formed independent organizations and initiatives that have sought to change this situation, such as Turkopticon (Irani & Silberman, 2013), TurkerNation (Zyskowski & Milland, 2018), MTurkForum and ExperimentalTurk. These forums, alongside other communication platforms used by turkers, have been shown to enable a “substantial communication network within the crowd” (Yin et al., 2016). This shows that, although AMT doesn’t support workers’ organizational endeavors, they still operate and support each other as a network.

The tasks turkers perform in AMT are given without any specific context or specification of what this labor makes possible. A task such as, for example, “Trace Object Boundaries,” is given just a brief and direct set of instructions. Almost none of the tasks have indications as to which digital infrastructures it serves, or the studies it makes possible. This situation seems to be a practical case of what Marx (2010) calls the externalization (*entausserung*) of labor that makes not only work become something with external existence (*aussern*), but also that it exists outside the creator (*ausser ihm*) – creating a new working class Antunes (2019) calls “infoproletariat” or “cyberproletariat” (see also Grohmann, 2018).

The human computation of AMT relies on the invisibility of the workers to make it possible (Irani & Silberman, 2013). Programmers access turkers through the use of impersonal Application Programming Interfaces (APIs), in which workers are represented as an impersonal string of characters, instead of a name (Silberman et al., 2010). This dehumanized zone (Gray and Suri, 2019) makes the turkers appear in the context of “a new general industrial base in the cloud” (Finn, 2017, p. 327), thus “abstract[ing] physical and cultural infrastructure away altogether” (ibid). The effect such anonymity provides has been likened to a gamification process (Finn, 2017).

The most pressing issue of AMT, as defined both by turkers and researchers, is the value of compensation for the tasks performed. Requesters are given complete freedom when setting the value paid per task, and Amazon does not regulate the market in any way – in fact, there often are tasks that pay just 0.01 cents for minutes of work. Although some research shows that turkers often have motivations that may not be direct financial gain or subsistence pay (Ross et al., 2010), workers from the Global South may be more dependent in using AMT as a primary income source, leading to a form of inequality (ibid; Hara et al., 2019; see also Aytes, 2012).

Although all of these challenges are frequently raised by turkers, researchers and activists, AMT is intentionally positioned as a “lean platform”, enabling the outsourcing of workers as “independent contractors” while having no liability for the work they do (Srnicsek, 2017, ebook; see also Gillespie, 2010). An example of this is that, according to its FAQ, it’s important for turkers to be careful of scams and phishing attempts, “because AMT isn’t directly involved in the creation of HITs posted by Requesters” (AMT, 2019a). This position as an unaccountable platform is directly tied to a “neoliberal system of exception facilitated by digital networks, taking advantage of legal gray zones in the international labor regulations in order to maximize profits for multinational corporations” (Aytes, 2012; see also Ong, 2006).

Methodology: finding and surveying a community of Brazilian turkers

Our main method of data collection was a 72-question survey answered by Brazilian turkers, published in early June 2019 as a task on AMT. The survey took inspiration from previous research on turkers in different countries, focusing on demographic profile (e.g. Ipeirotis, 2010; Berinsky, Huber and Lenz, 2012; Ross, Irani, Silberman, et. al., 2010; Milland, Hara, Adams, et. al., 2019). It also asked other open-ended questions to more broadly understand their labor and culture. We paid 4.50 US dollars for each turker to answer a survey that took about 15 minutes to complete—a value proportionally higher than the minimum wage in the USA and Brazil. This process was developed in accordance with the guidelines of *TurkerNation*, a *Turker*-led community on *Reddit*. The survey was completely in Portuguese, and the responses have been translated to English in this article.

The main difficulty of this research process was finding the Brazilian turkers. Although it is possible to filter the location of the turkers who are allowed to do a task in AMT, we chose not to do this in order to also include Brazilians who eventually live outside of Brazil or that may be somehow faking their location. In our test survey, which used a different method for restricting access, a Brazilian turker offered to include us in the “*MTurk*” group on the messaging app *WhatsApp*. As this group was composed only of Brazilian participants, we used the group to share the task, and thereby were able to receive the responses of 149 Brazilian turkers. All of the respondents were verified as participants in the *WhatsApp* group⁴. Our sample, although of limited size and not created through probability sampling, is particularly unique (there has been no previous study that focused specifically on the Brazilian turkers). The *WhatsApp* group (which was one of the largest and most influential used by Brazilian turkers) also allowed us to observe the Brazilian turkers communicate over a six month period in 2019. This permitted better understanding their work routines, self-organization, and challenges in more granular detail. We used *WhatsApp* and email to ask further questions to 21 out of the 149 turkers, aiming to better understand some of their responses.

We received informed consent from all participants, and always identified ourselves as the authors of an academic research on the Brazilian workers in AMT when observing and interacting on the *WhatsApp* message group. We also preserved the Worker IDs and real names of participants, ensuring

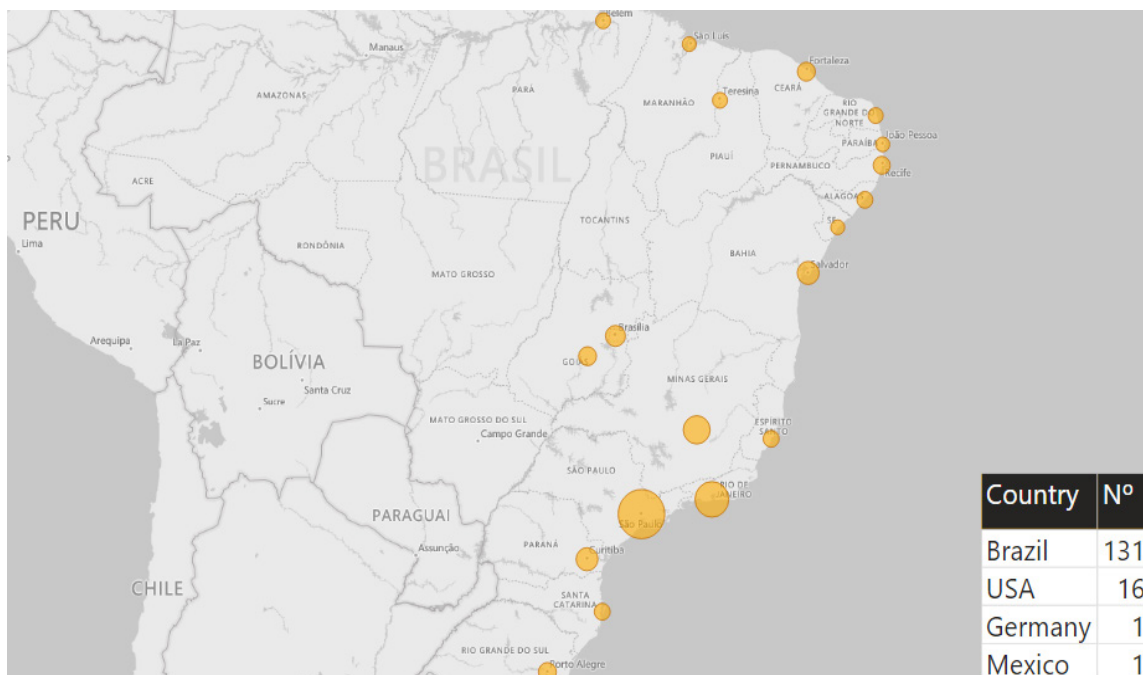
⁴ As the number of Brazilian turkers is not known, it is not possible to say whether or not this is a representative sample.

their anonymity. This research aims to address the concerns brought up by the Brazilian Turkers, thus adopting an activist stance of shedding light into the problems and questions posed by these participants. For those reasons, although we find the use of the AMT platform and the sharing of information on these workers potentially problematic, we understand that sharing their dreams and realities is ethical as it supports the workers’ pleas for recognition, and increases accountability of the platform and requesters.

Understanding the Brazilian turkers: Between the promise of easy money and the real difficulties of getting paid

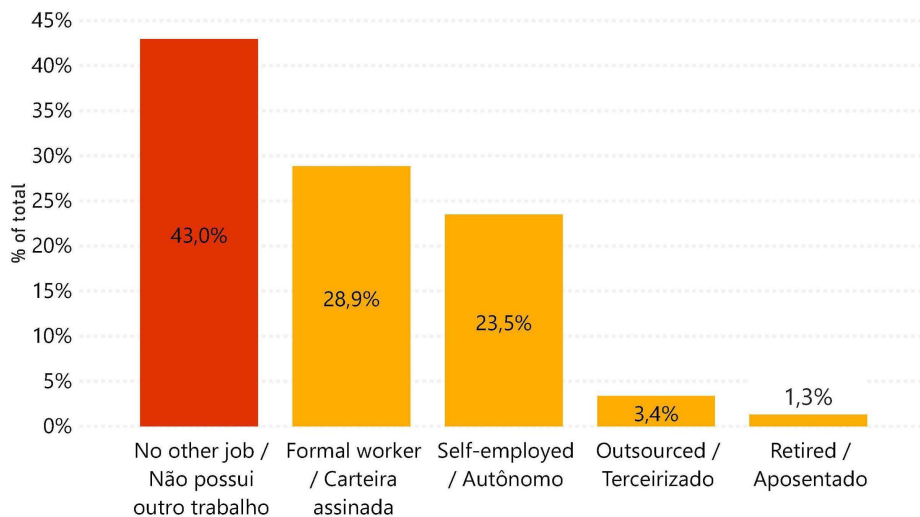
In order to understand the Brazilian turkers and their relation with the AMT digital labor marketplace, we begin by analyzing their demographic composition, and what is their relation with work in general.

Most of the Brazilian turkers respondents to the survey are white (64%) and male (66.4%), with an average age of 29 years old. The number of mixed race (“parda”) and black (“preta”) are respectively 21.5% and 12.7%. The racial composition of the turkers is quite different from that of the general population of Brazil, which is 45.2% white, 45% mixed and 8.8% black, according to IBGE (2015). Regarding religion, 43% of respondents Turkers are Catholic, while 29% declare themselves as non-religious and 18% as evangelicals. The number of non-religious is particularly high, as across the Brazilian population that number is around only 8% (IBGE, 2010). As shown in Map 1, almost all Brazilian turkers surveyed reside in Brazil, especially in the southeast region.

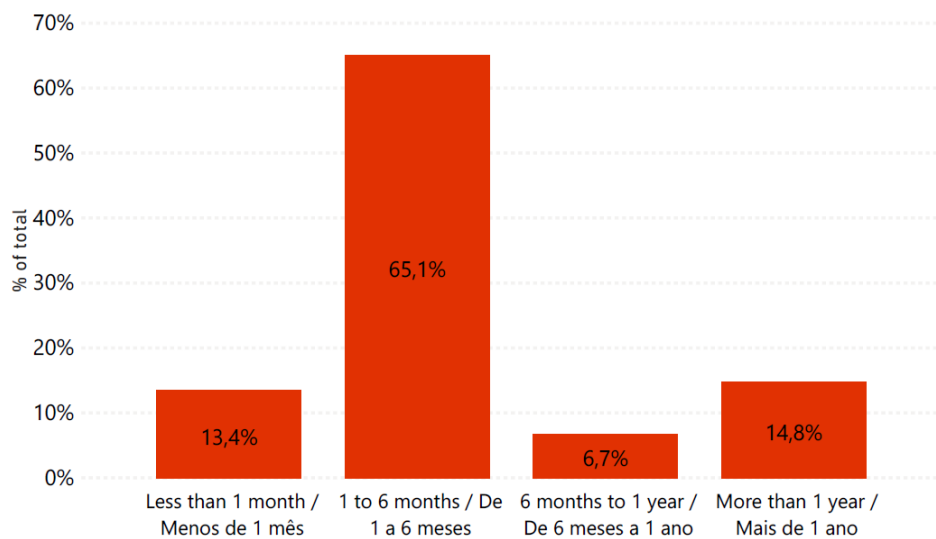


Map 1 - Answers to the question “In which country, city, and state do you live in?”.

The Brazilian turkers work on the platform, per week, an average of around 17 hours and a median of 10 hours. The majority of the workers (around 63% of them) work below 18 hours a week. This is particularly meaningful considering a total of 57% of the Brazilian turkers have some kind of work outside of the AMT platform. Of this total, 28.9% claim to have a formal contract and 23.5% identify themselves as self-employed (Graphic 1). When asked about how much experience they have with AMT, 52.3% have been working on the platform for less than two months – indicating that this type of work is a recent reality in Brazil (Graphic X).



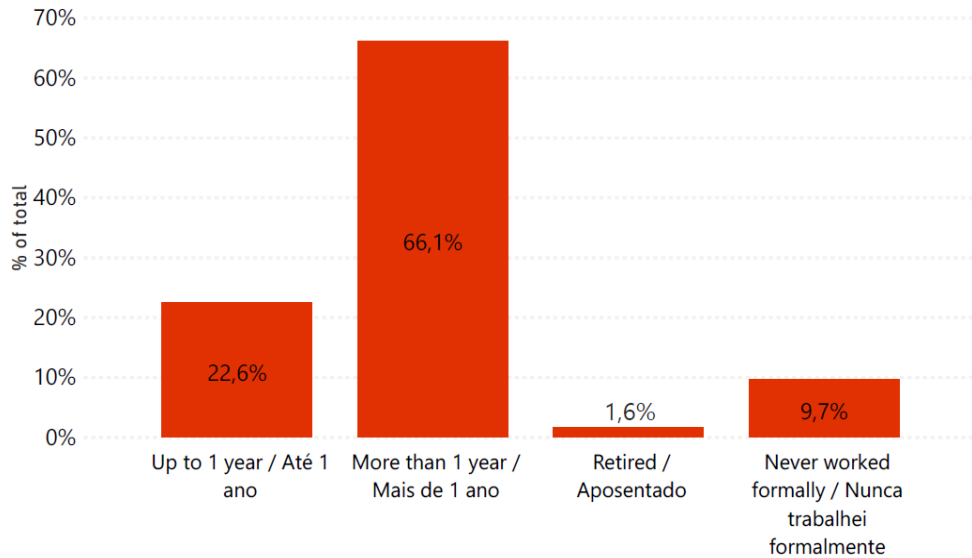
Graphic 1 - Answers to the questions “Do you have another type of work?” and “What’s your work condition?”.



Graphic 2 - Answers to the question “How long have you worked on AMT?”.

A total of 44% of participants said they work for some other microwork and/or crowdwork service, indicating that Amazon’s platform is just one of many other possible platforms of digital labor Brazilian turkers use. Clickworker and Appen were the two most cited companies, followed by Figure Eight and Uber.

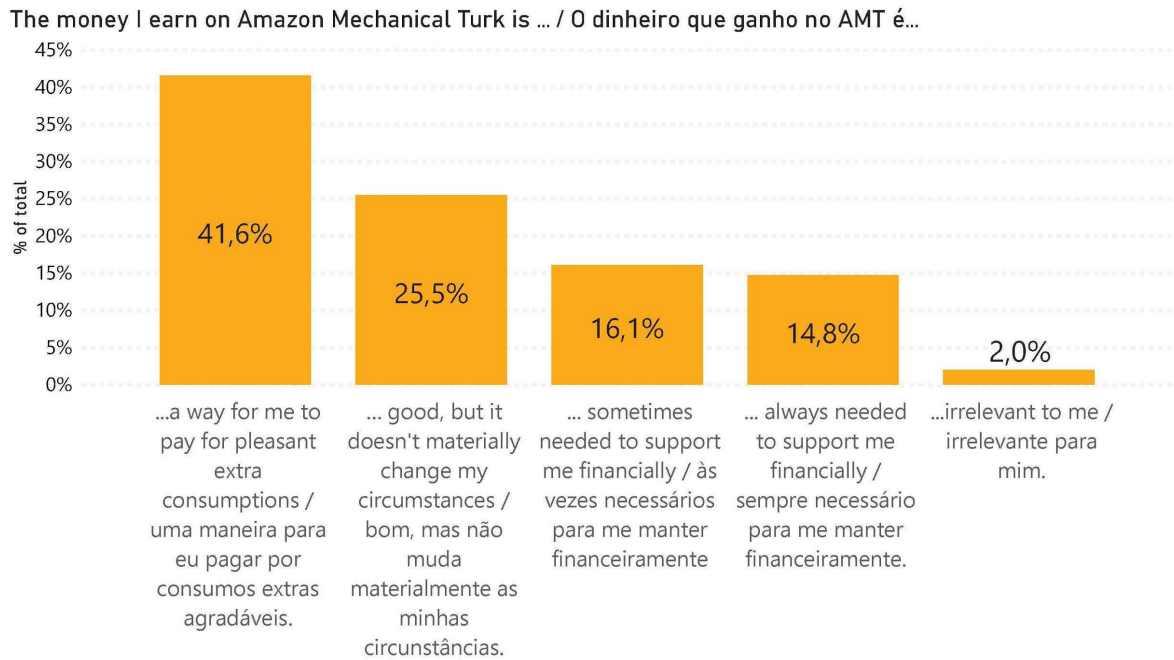
About 43% of the surveyed turkers have no other job than crowdwork services. From those, 66,1% have not had a formal job for over a year (Graphic 3). This high number of turkers who have been unemployed for a long amount of time shows how AMT is an option for the so-called “desalentados,” a growing mass of Brazilians who, discouraged from the continuous frustration of searching for jobs, gives up on looking for a formal occupation. In May 2019, according to the IBGE, the “desalentados” correspond to 4.9 million people in Brazil, the highest amount since they started to be tracked in 2016.



Graphic 3 - Time unemployed – Answers to the questions “Do you have another type of work?”, and “Since when have you been unemployed?” (Total answers: 62 out of 149 total)

In line with this high number of turkers who find themselves outside of the formal job market, around a third (31%) of them are either completely or partially reliable on AMT “to make ends meet” (Graphic 4). This number is similar to the results found by Ross et al. (2010) with Indian workers, and is much higher than those found among U.S. turkers (14%). Further complicating this dependency on AMT is the fact that, when given just two options, 54.4% of Brazilian respondents feel that they do not receive a fair pay for the work done in AMT, while the rest (45.6%) believe that the compensation is satisfactory. This leads to the conclusion that workers from Brazil (and potentially other Global South countries) are unequally dependent on these platforms for their living, while still receiving a very low pay.

Also it’s important to highlight that Brazilian turkers receive payment in dollars, which means a currency exchange from a strong currency (US Dollar) to a more devalued one (Brazilian Real). For this reason, it is very common to read celebrations in the WhatsApp group when the dollar is most valued in Brazil, due to political or economic events, which means that turkers can receive more for their work. This currency fluctuation may cause differences in over 10% from one day to the other, and even more from week to week. This reliance on a separate infrastructure of currency fluctuation adds further risk to the turker’s labor.



Graphic 4 - Answers to the question “The money I earn on AMT is...?”

Searching for opportunities, and the rhetoric of “hard work never fails”

The context of increasing unemployment in Brazil is one of the reasons that makes the complicated labor conditions of AMT alluring to the turkers. 42% of respondents said that they frequently search the web for “online jobs,” “extra income,” “how to make money without working away from home,” and other queries related to digitally-mediated financial gain. As part of this context of avid search for opportunities, they encounter AMT as a flexible platform to work from their own homes.

Once given this opportunity, the Brazilian turkers try to make their best to make AMT a sustainable workplace, including by supporting each other as a community. During the observation of the WhatsApp group, a welcoming ritual became visible when new participants join the group and introduce themselves as newcomers. Most often, a veteran immediately replies with a message such as: “Welcome!! Focus and believe in yourself. With that, you will make money here. God bless you!!”

This rhetoric that blends entrepreneurship with elements of religiosity and self-help appears often in how turkers describe their work in the platform⁵. In one of our survey questions, we presented the figure of god Atlas carrying a globe (Image 1). We asked participants to explain if the image (presented without any caption) had anything to do with what they do in AMT, and how – an intentionally open question. About 45% of the turkers directly associated this figure’s effort to carry the world on their backs with the work they do there. Most, however, distanced themselves from

⁵ Discourse related to entrepreneurship was also observed in another project, *Exch w / Turkers*, carried out by two of the authors (Moreschi and Pereira) in partnership with programmer Bernardo Fontes, designer Guilherme Falcão, and the aarea online art platform. On an interactive website, for 20 days of March 2020, the public could chat with five turkers (2 Americans, 2 Brazilians, and 1 Indian). The content of these conversations can be accessed at <https://exchanges.withturkers.net/>

such association, employing ideas of overcoming adversity, and a logic of entrepreneurship and pride of one's own effort:

"Hard work never fails";
"Slavery? Well, I'm not forced, so no, I do it on my own";
"No, because I'm doing it willingly, so I can't complain about the weight or the difficulty";
"I think HITs are a test of resistance, because most give up in the first week as they think the pennies are worthless";
"I want more jobs so I can live my life in style";
"I hope to continue to prosper... always moving on forward...".

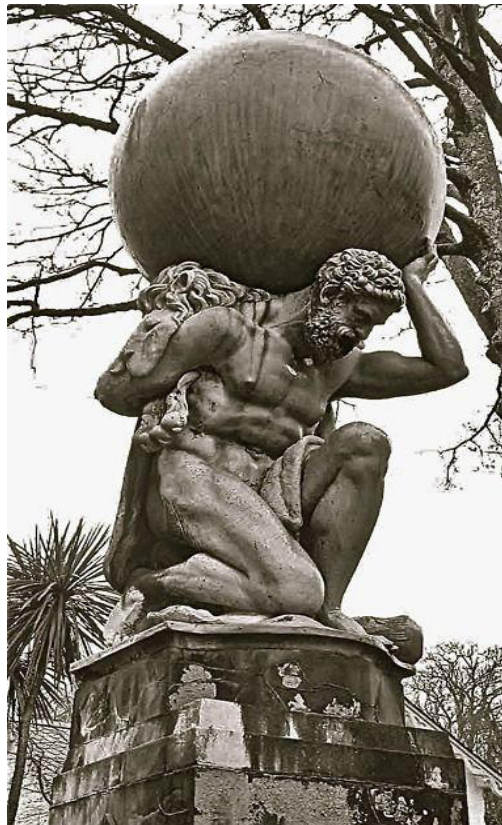


Image 1 - After an insurgency, Atlas was punished by Zeus for carrying the world and his knowledge. Its history is associated with the excess of obligations and tasks that we are constantly submitted to.

These and other responses often mention the idea that the turkers are part of the future of work, which they identify as a source of pride and satisfaction. Such belonging to a community of workers of the future is presented as a benefit, even if clearly conforms and accepts the harsh reality imposed by AMT and its rules:

"Flexibility is the future";
"Technology is a part of our human life. We must accept this";
"The world is changing, like a new industrial revolution, we are making it happen here on amazon [AMT]";
"You have access to new technologies that will be increasingly present in people's lives";
"I strongly believe in artificial intelligence and it is an honor to be able to help in a certain way";
"I have adhered to a working model that will be common in the coming years".

We contacted this last turker to better understand if this feeling of being in a job that might be common in the future is a reason to be proud:

I will not write here that it is easy work. But as I am a big fan of sci-fi, I also often think that it is at least very cool to know that machines are getting smarter because of me. Of course a minimal part, but still haha [laugh].

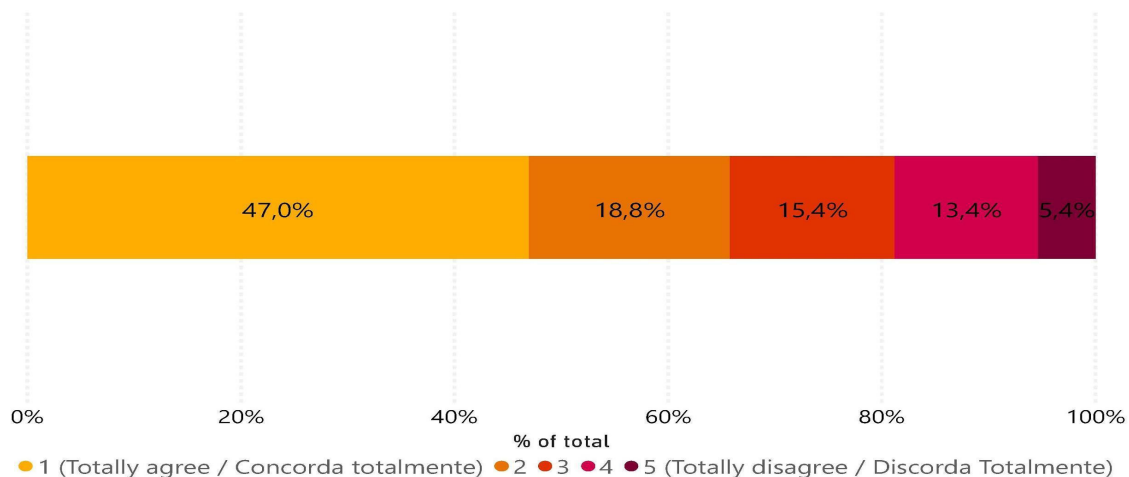
We then asked this turker if such a feeling of pride in being partly responsible for an intelligent machine would be greater if their work was more valued and well paid:

This is an interesting point. One day I wondered how interesting it would be if I could receive not only cash payments but courses, to make me smarter and thus contribute to an even better technology. It would be nice if I were seen as a teacher – not that a teacher is highly valued in Brazil, but it should. A teacher of machines...

Although these workers often endure long work hours and low pay, they adopt a view that they are part of a growing, future-oriented, entrepreneurial type of digital labor. Ghost work is defined as a highly alienated type of work (in Marx’s sense), but workers still find and construct for themselves notions, however small, of belonging in a community, purpose, and a certain hope and optimism for a technological future.

Contradictions of a semi conscious work and its domestic scenario

There is a certain paradox about whether or not turkers see themselves as workers. When asked directly about this, the vast majority tend to agree that what they do is work. In one section of the questionnaire, we asked them to respond to the statement “What I do in Amazon Mechanical Turk is a type of work” (Graphic 5). The average degree of agreement was 2.1, a significant proportion (47%) totally agree, followed by 18.8% who mostly agree. Only 5.4% totally disagreed with the idea that their actions on the platform can be considered a type of work, indicating that there is a strong agreement with the phrase.



Graphic 5 - Responses to the phrase “What I do in Amazon Mechanical Turk is a type of work”. From a scale of 1 to 5, where 1 is “Totally agree”, and 5 “Totally disagree.”

This level of agreement with AMT being a form of work, however, is not as strongly found when we analyze answers to other questions that associate the platform with labor issues and rights. When asked whether the absence of regulatory laws on AMT (besides the Amazon Terms of Service) is fair, 54.4% of Brazilian turkers responded “yes”. This majority seems to accept current regulatory conditions which

privilege the AMT requesters in expense of workers such as themselves. Although this is an interesting finding, it makes sense in light of the larger cultural scenario in Brazil: 41.4% of the employed population is working informally (PNDA Contínua, 2019), and a part of the population supports a government that promises the reduction of labor rights to generate more jobs.

Another aspect that complicates the understanding of AMT as a type of work is its domestic scenario and the flexibility it offers. When asked to “Look at an object near you and answer: what do you see?” all the answers obtained indicate that they work in their own homes, surrounded by many types of personal objects:

“A sofa”;
“I see a cereal [cereal] bowl my cigar box my phone and some family photos next to my computer tower”;
“Pillow”;
“The television controller”;
“The image of an Orixá, Oxumare”;
“A picture of Jesus”.

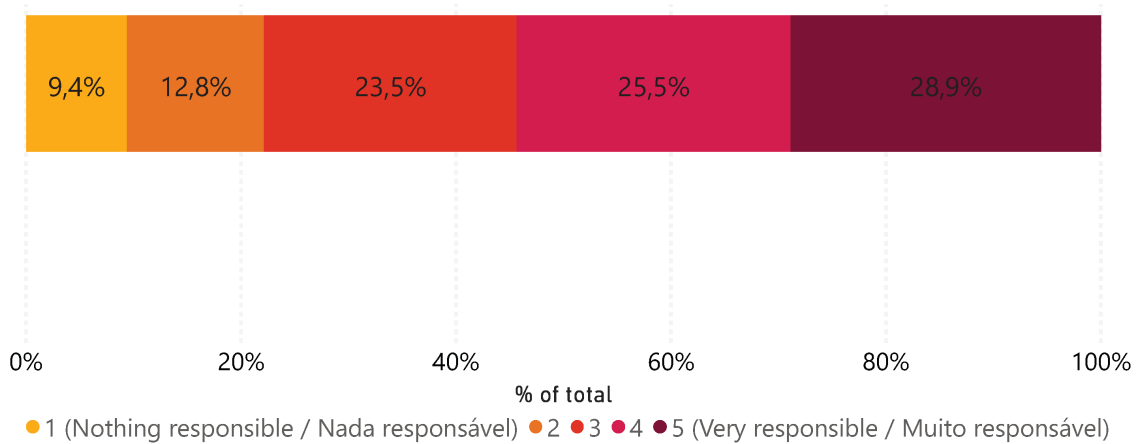
Reinforcing this casual and flexible work environment, Brazilian turkers responded that they also do other things while working in AMT. 38.3% claim to watch TV, Netflix or YouTube content while performing HITs. As one Brazilian turker replied: “This is a typical job for an increasingly multitasking world. Work and play are now more mixed than ever.” As many other studies of turkers show (Gray & Suri, 2019; Hara et al., 2019), some Brazilians also seem to like what they do because they can stay at home performing HITs, thus avoiding traffic, taking care of family members, or enjoying time flexibility. An example of this is a Brazilian turker who pointed out that AMT is “a way to earn money because I have a small child and prefer to stay with him to provide better care.”

Levels of understanding of support to technological systems

In the survey, we asked questions to understand how much these Brazilian workers felt part of building and maintaining technological systems, including those of AIs. About 10% categorically said they could not explain how their role in Amazon Mechanical Turk is associated with technology. The rest (90%) responded quite differently, suggesting different levels of understanding their support to technological systems. Some of these answers were succinct, such as one of the Brazilian turkers who defined themselves as a “pawn of technology”. Other more detailed accounts include:

“I label and help AI machines examine data from my work, so I’m helping the world to be more digital”;
“Ah, purely data analysis right. Sometimes it takes a helping hand for technology to be able to analyze everything, because bots confuse a lot. These days I did one [task] to analyze some computer-made 3D humans and my God, if there was no one [human] to judge, it would generate a very ridiculous thing”;
“I believe this is a way of studying our behaviors and abilities as a human”.

Our survey asked the turkers, on a scale of 1 (“Not at all responsible”) to 5 (“Very responsible”), how much they feel responsible for the operation and implementation of AI in the current world. 28.9% understand they are very responsible, followed by 25.5% of them who said they’re partially responsible, which demonstrates a considerable level of agreement (Graphic 6).



Graphic 6 - Responses to the question "Do you feel part of the functioning and implementation of Artificial Intelligences in the current world?"

We also asked the turkers to justify their choice in a written answer. These responses show how often these turkers actually recognize their labor as part of something larger:

"uehuehuehuehuehuehuehe [long laugh], it's a silly little pride I feel, but it's true. I find it a good motivation to keep doing this here";
"Without our work much would not advance in the creation and improvement of technology";
"It is the humans behind the data that make the data generate the automations used in AI";
"We are somehow contributing to patterns of behavior and psyche. Artificial intelligences will be based on the common sense of these behaviors";
"Because I explain everything to the machines".

Other responses reveal that some Brazilian turkers feel responsible, but much more moderately, feeling like what they do is a very tiny part of the overall AI development:

"We just give a little help";
"In some ways I have some importance, although it's only one of thousands (or millions)".

Finally, some respondents do not feel at all responsible for the operation and implementation of AIs, because they do not feel fully trained for such activity:

"I am not a scientist";
"I contribute in some way because I use the systems, so it keeps learning from what I research and etc., but I do not participate effectively, because I do not develop such software";
"Actually I do not understand artificial intelligence";
"It would be implemented without my help".

Responses like these are directly associated with the fact that the vast majority of tasks in AMT do not explain what they are used for, be it AI applications or any other services and studies – as discussed previously in this article.

Various jobs, whatever the cost may be

In the survey, we asked what was the strangest and most interesting task these Brazilian turkers had completed in the platform. This helps to understand more accurately the daily work of turkers: a day composed of many different and diverse tasks. The HITs they described are an immense set of peculiar actions:

“Analyze images of zebras; play video games for 1 hour”; “repeat what the voice of google and alexa say”; “watch movies and rate them”; “identify flowers and fruits in Brazilian plants”; “draw boxes on lab rats in different pictures”; “mark body parts of people fighting”; “answer true or false on a questionnaire about marijuana”; “mark which employees in photos were wearing helmets”; “locate hard-to-find business addresses on their original websites”; “make facial expressions on the computer camera”; “map furniture and floors in a kitchen”; “modify phrases in the imperative such as “play pagode [Brazilian genre] music” to “press play to pagode music in the living room””; “rate tweets on twitter”; “transcribe commercial receipts”; “describe what you see in a photo of Tom Hanks”; “take pictures of one’s eyes”; “film 40 hand gestures”; “dance in front of the camera”; “count how many grains of corn were in a corn cob”; etc.

In addition to this diversity, some of the responses about the work done at AMT indicates a work environment replete with tasks that can, in the long run, have negative health consequences for these workers. These can include problems such as invasions of privacy and exposure to pornographic and/or violent images – as discussed in other contexts by Roberts (2019) and Riesewieck & Block (“The Cleaners,” 2018). It is common to find in the HIT titles an indication that they may involve offensive content.⁶ Among these tasks, we highlight here some that Brazilian turkers mentioned in the survey:

“Push a button to send sms to other people”; “sexual image analysis”; “moderate photos from adult dating sites”; “produce videos getting inside and leaving one’s house”; “take pictures of pants, often with views that include intimate regions”; “watch pornographic movies up to 30 minutes long”; “play a game on the mobile phone while one’s face is being filmed”; “categorize images from pornographic sites”; “write an erotic history”; “upload personal photos”; “describe images of dead people, full of blood”; etc.

Even if it is a more demanding type of work, the respondents pointed out that content moderation tasks have similar remuneration to others that are less taxing: “Surely you should earn more for this, it is not easy. This is a lawless land...” There are, thus, strong consequences of Amazon’s refusal to moderate the tasks posted on its platform. As explained by a turker who detailed this process to us:

“Look, there’s a bit of everything. There was one that asked to draw squares on the heads of pigs. I could tell it was to count the pigs on the trucks, but I still found it very suspicious, a lot of young piggies piled up. Also, there was one to analyze the videos of people performing actions in front of houses’ doors, but wow, it was very strange, they say that these videos are super confidential, and I suddenly felt like invading people’s privacy. You also have to moderate the photos of flirting apps, to say if there’s an explicit penis and such. I once had one that involved seeing a lot of Russians and Japanese carrying guns, clearly underage. The latter made me pretty bad emotionally, like, for weeks and weeks”.

With so many troublesome services, such as the ones listed above and the lack of support or responsibility by Amazon, it seems understandable that some turkers responded indicating that they feel highly dissatisfied and anxious:

⁶ Turkers who choose to perform these services need to go through a ridiculous and inefficient control that basically consists of clicking an agreement button, claiming to be someone of age and aware that they may come across something graphic – a way for Amazon and requesters to protect themselves from legal action.

“I hate this platform. Everything wrong with the world can be summarized to this here. Exploitative bosses, and workers who struggle to work like slaves”;
“It’s frustrating most of the time, I can’t seem to turn it off anymore, because I don’t make enough money and if I go to sleep a good task will pop up and I’ll be sleeping. I even used some medicines to get some rest, meditation didn’t help. when I was doing the same job for another company, but with a contract for a workload of hours, I didn’t get to this”;
“I don’t like being on the computer so much”.

These complaints, among others, seem to come from the context of invisibility and informality turkers are subject to, alongside AMT’s role as an unaccountable platform. In response to this, there is little to do other than for the workers to self-organize. As well spoken by Angela Davis (2018, p. 56), we cannot feel it’s enough to just have individual actions, because it is “in the collectivities that we find possibilities of hope and optimism.”

Organization and a common point of struggle

In an email exchange, a Brazilian turker pointed out an interdependent relationship between the inability of turkers to talk to each other and the low payment offered by the HITs:

In my first week of work, I did a very exhausting HIT that paid 0.01 cents. That’s when I realized that isolating who works there [in AMT] is a strategy used by Amazon: by myself, I don’t have enough power to complain about the poor quality of the descriptions, nor the payment.

In response to these feelings of alienation from each other, Brazilian turkers self-organize through MTurker, a very busy WhatsApp group. In it, around 1500 messages are exchanged daily, including not only text, but audio messages and various images such as memes and stickers. Discovering this community of Brazilians turkers, and that they gathered and exchanged messages daily, also offered us a glimpse into a specificity of the Brazilian context: around 120 million out of the 210 million Brazilians use WhatsApp, and 92% of them use the tool at least once a day.

The Brazilian turkers exchange information such as the best tasks of the day, tips on how to deal when their work is rejected by requesters, and dealing with the bureaucracies of the system. The MTurker community is also used for the exchange of affectionate and stimulating messages, which may involve criticism or jokes about some of the tasks offered in the platform – this functions as a form of digital labor workplace informal interaction not very different than workers commenting on their superiors in a traditional company (Roy, 1959). About 22% of the stickers (emoticon-style figures that are successful among Brazilians on WhatsApp) sent by group members are associated with feelings of stress or indignation at the types of jobs found on the Amazon platform, as shown in Image 2. This formation of a local Brazilian community confirms previous studies that, in general terms, turkers often connect to those of a similar geographic location (Yin et al., 2016, p.1302) in order to, e.g., help each other with sign-up and payment bureaucracies, and share information on lucrative tasks (p.1293).

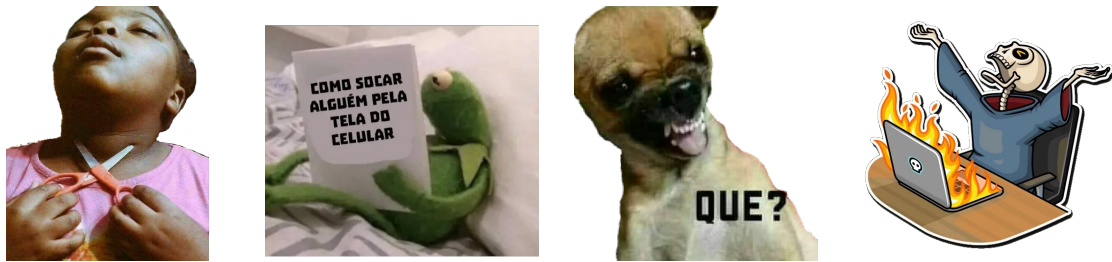


Image 2 - A collage of some of the shared stickers on the MTurker WhatsApp group. These stickers were shared as a reaction to some of the tasks offered at AMT. In the second sticker, the cover of a book read by Kermit the Frog is a phrase saying "How to punch someone through a computer screen"; in the third, an expressively angry dog is accompanied by the caption "What?".

Beyond serving as a community of support and informal interaction, the MTurker WhatsApp group serves as a meeting space for mobilizing to advocate for changes to AMT. The struggle that unites Brazilian turkers like nothing else is their impossibility of receiving payment for their work in a straightforward way. According to Amazon Terms of Service, only workers resident in the United States, and a select few from India, and 24 other countries can receive their pay directly to a bank account via online money transfer. For all turkers located elsewhere, including the Brazilians, the payment is turned into credits that must be used on the US Amazon website. This adds another layer of exploitation to the Brazilian turkers: they offer their services to a company, and when they get paid they must exchange their payment for products made available by the company to which they work for, which further increases the company's profit. This turns them into an "under-underclass," being exploited not only through the work they are doing and its low pay, but also through the added layer of not being paid directly for their services.

For Brazilians, to buy something on Amazon US means paying expensive shipping charges and taxes, not to mention the many weeks of delivery to receive their products. Why, then, do Brazilians accept such troublesome working conditions and work to receive credits that they can hardly actually use? The MTurker group is a space for sharing the multiple ways to circumvent this reality. A website, for example, allows buying products from Amazon and receiving the value in bitcoins. This worked for a few weeks, but without further explanation, all the Brazilian turkers who did this were blocked and since then no one has ever been able to repeat this operation. Most Brazilian turkers opt for a similar strategy: trading Amazon credits for gift card codes for, among others, GooglePlay, Nintendo and PlayStation. They then go on to sell these codes on auction websites. This means besides using a part of the money to pay the auction fees, they depend on the auction website's volatile market to sell the gift cards.

It is not uncommon for Brazilians to be blocked at the gift card auctions. When this happens to one of the members of the group, tensions rise in an expectation that this strategy could be blocked by Amazon. By audio message, the creator of the MTurker group – also one of the most active and supportive turkers there – explained the process and its hurdles:

We've been buying more PlayStation credit because it's the one with most demand, but it's still slow right now, everyone is complaining. We buy these credits from Amazon and sell them on GameFlip, a game-only platform [marketplace for gift cards]. There you can put the credits you got on Amazon, but you always have to offer discounts [to sell the gift cards]. This month [July] is horrible. The process always means losses: you buy a gift card for US\$10 and have to sell there for about US\$ 8.50, often even less than that. As if that were not enough, once sold, you finally receive the money via Paypal, discounting another 8% of the value. When the dollar value goes down, everything gets even harder.

To try to change this situation of work exploitation consisting of several layers and stages, Brazilian turkers are mobilized. Almost every day, they send emails to Amazon asking the company to allow Brazilians to receive their payments directly into their bank accounts, as happens in the USA, and sometimes in India and other countries. So far, they haven't received an answer from Amazon. Although their complaints haven't been fruitful, and the turkers haven't yet had enough power to change Amazon's position, we understand their creation of networks of support and organization as an important step in their mobilization as a labor force.

Conclusions

In this article, we focused on better understanding AMT workers (i.e. turkers) who are Brazilian. One of our main goals was to expose what are the conditions of this kind of digital labor in Brazil. Much as expected, and in line with previous studies of turkers in USA and India, the poor working conditions of Brazilian turkers lead to low incomes, a high workload, and different forms of stress and anxiety. The lack of any regulation makes it so that workers are sometimes exposed to violent or pornographic content without any form of support. Our findings differ from previous studies of turkers in other countries in three particular regards: the role of AMT in Brazilian turkers' economic lives, the consequences of the lack of direct payment, and the importance of WhatsApp for organizing.

Brazilian turkers (much like the Indian turkers) are more dependent on the money they make from AMT for their living expenses than turkers from the USA. A large amount of the respondents affirmed they have been unemployed for a long period of time. This type of work thus seems directly tied to the rise of unemployment in Brazil, and the subsequent expansion of the gig economy. Further confirmation of this is that in July 2019 the WhatsApp group for Brazilian turkers had 108 participants, while the number had increased to 165 in August 2019. Once given the opportunity of working at AMT, the Brazilian turkers find meaning and motivation through a rhetoric of "hard work never fails." The flexibility of this form of labor is understood as one of its main selling points, with workers embedded in a domestic and multitasking environment.

The most specific conclusion of this study is that workers in Brazil, differently from many other countries, including USA and some of the Indian workers, are doubly-exploited: not only is their work demanding and low-paid, but they have to use many different subterfuges to get their payment. As Amazon does not make a transfer to their bank account, like turkers in some other countries can, the turkers in Brazil find themselves at the bottom of an unregulated market. Even though Amazon accepts workers from Brazil, its procedures do not cover the most basic aspects of work, such as payment. In this process, the company is able to grow its services in the country, profiting without being accountable to the workers in its platform, which become an "under-underclass."

The difficulties Brazilian turkers face make them rely on self-organized groups, such as the MTurker WhatsApp group, which operate as spaces for these workers to congregate and support each other. There they share the difficulties of being a turker and ways to circumvent the impossibility of receiving payments to their bank account. This mobilization is still fragile, and doesn't necessarily change the labor conditions of AMT, but offers some hope that, although digital platform labor attempts to isolate workers from each other, forms of mobilization and self-organization can still exist. Although studies of turkers from other countries speak of forums and other forms of connection, we have not previously identified reports on turkers using WhatsApp as a crucial site of organizing.

As indicated by Antunes (2019), the current mode of digital work in contexts of the Global South has specificities in relation to the North. We understand there is a strong need for further studies on how ghost work operates in Brazil, especially as it happens through large scale platforms

from the Global North. These often operate irregularly in the country, so future studies can support these workers by better understanding their labor and its social consequences, while further enhancing public understanding and governmental regulation/oversight.

To conclude, we must emphasize that the interaction of humans and machines is obviously not a problem in itself: turkers are only one particular, somewhat troubling, example where humans are in the loop. If human-machine interaction is central to the future of labor, as some speculate, then it is fundamental that workers such as turkers be treated fairly and responsibly — more akin to the surgeon, a master of a complex domain, than to a pawn, a playing piece lost in a complex and unfair game. Likewise, it is important to question whether the job insecurity faced by turkers directly affects the quality of support they offer to technological and artificial intelligence systems that are developed and maintained through their labor. In other words, would better trained and informed workers offer results of a higher quality to these systems? This is a fundamental question for those who ask for fair and ethical digital infrastructures: their challenges do not necessarily reside in programming, but possibly also on the labor contexts that support these technologies.

Bibliography

“*The Cleaners*”. Directors: Moritz Riesebeck & Hans Block. Berlin: Gebrueder Beetz Filmproduktion, 2018. 1 DVD (90min.).

AMT. FAQs. Retrieved from: <<https://www.mturk.com/worker/help>>. Accessed in: 2019a

AMT. *Overview of mechanical turk*. Retrieved from: <<https://docs.aws.amazon.com/AWSMechTurk/latest/RequesterUI/OverviewofMturk.html>>. Accessed in: 2019b.

Antunes, R. (2019). (ed.). *Riqueza E Miséria Do Trabalho No Brasil IV*. São Paulo: Boitempo.

Aytes, A. (2012). “Return of the crowds: Mechanical turk and neoliberal states of exception”. In: Scholz, T. *Digital labor: The internet as playground and factory*. NY: Routledge.

Berinsky, A. J.; Huber, G. A. et al. (2012). “Evaluating online labor markets for experimental research: Amazon.com’s mechanical turk”. *Political Analysis*, v. 20, n. 3, p. 351-368.

Broussard, M. (2019). *Artificial Unintelligence: How Computers Misunderstand the World*. Cambridge: MIT Press.

Buolamwini, J.; Gebru, T. (2018). “Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification”. 81, *Anais*.

Crary, J. (2013). *24/7: Late Capitalism and the Ends of Sleep*. Verso Books.

Crawford, K.; Joler, V. (2018). Anatomy of an AI System. Retrieved from: <anatomyof.ai>. Accessed in: 2018.

Davis, A. (2018). *A Liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo.

Difallah, D.; Filatova, E. et al. (2018). “Demographics and Dynamics of Mechanical Turk Workers”. In: *Proceedings of the Eleventh ACM International Conference on Web Search and Data Mining - WSDM’18*, Anais. NY, New York: ACM Press.

El Maarry, K.; Milland, K. et al. (2018). “A Fair Share of the Work”. In: *Proceedings of the 10th ACM Conference on Web Science - WebSci’18*, Anais. New York: ACM Press.

Finn, E. (2017). *What Algorithms Want*. Cambridge: MIT Press.

Gershgorn, D. (2017). The data that transformed AI research—and possibly the world. Retrieved from:

<https://qz.com/1034972/the-data-that-changed-the-direction-of-ai-research-and-possibly-the-world/>.

Accessed in: 2019.

Gillespie, T. (2010). "The politics of 'platforms'". *New Media & Society*, v. 12, n. 3, p. 347-364.

Gray, M. L.; Suri, S. (2019). *Ghost Work: How to Stop Silicon Valley From Building a New Global Underclass*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt.

Grohmann, R. (2018). "Materialidades do trabalho digital no sul global e invisibilidades comunicacionais". *Comunicação & Educação*, v. 23, n. 2, p. 153-163.

Hara, K.; Adams, A. et al. (2019). "Worker Demographics and Earnings on Amazon Mechanical Turk: An Exploratory Analysis". *Anais, ACM*.

IBGE. *Censo 2010*. Retrieved from: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Accessed in: 2010.

IBGE. *Conheça o Brasil: Cor ou Raça*. Retrieved from: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Accessed in: 2015.

IBGE. *PNAD Contínua: Desemprego cai para 11,8% com informalidade atingindo maior nível da série histórica*. Retrieved from: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25534-desemprego-cai-para-11-8-com-informalidade-atingindo-maior-nivel-da-serie-historica>. Accessed in: 2019.

Ipeirotis, P. G. (2010). "Demographics of mechanical turk". *NYU Working Paper No. CEDER-10-01*, v. n. p.

Irani, L. (2016). White House / NYU AINow Summit Talk: "The Labor That Makes AI Magic". Retrieved from: <https://quote.ucsd.edu/lirani/white-house-nyu-ainow-summit-talk-the-labor-that-makes-ai-magic/>. Accessed in: 2016.

Irani, L. C.; Silberman, M. S. (2013). "Turkopticon". In: Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems - CHI'13, x, 2013. *Anais*. New York: ACM Press.

Marx, K. (2010). *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

Oliveira, C.; Salomão, K. (2019). *Os números secretos da uber: US\$ 1 bi no brasil, US\$ 11 bi no mundo*. *Exame*. Retrieved from: <https://exame.abril.com.br/negocios/os-numeros-secretos-da-uber-us-1-bi-no-brasil-us-11-bi-no-mundo/>. Accessed in: 2019.

Ong, A. (2006). *Neoliberalism as Exception*. Durham: Duke University Press.

Roberts, S. T. (2019). *Behind the Screen*. New Haven: Yale University Press.

Ross, J.; Irani, L. et al. (2010). "Who Are the Crowdworkers". In: Proceedings of the 28th of the international conference extended abstracts on Human factors in computing systems - CHI EA'10, USA. *Anais*. New York: ACM Press.

Roy, D. F. (1959). "Banana Time" Job satisfaction and informal interaction". *Human Organization*, v. 18, n. 4, p. 158-168.

Silberman, M.; Irani, L. et al. (2010). "Ethics and tactics of professional crowdwork". *XRDS: Crossroads, The ACM Magazine for Students*, v. 17, n. 2, p. 39-43.

Silva, T. (2019). "Teoria Racial Crítica e Comunicação Digital: Conexões Contra a Dupla Opacidade". In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém. *Anais*.

Srnicek, N. (2017). *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity.

Woodcock, J.; Graham, M. (2019). *The Gig Economy: A Critical Introduction*. Cambridge: Polity.

Yin, M.; Gray, M. L. et al. (2016). "The Communication Network Within the Crowd". In: Proceedings of the 25th International Conference on World Wide Web - WWW'16, x, 2016. *Anais*. New York: ACM Press.

Zyskowski, K.; Milland, K. (2018). "A crowded future: Working against abstraction on turker nation". *Catalyst: Feminism, Theory, Technoscience*, v. 4, n. 2, p. 1-30.

Bruno Moreschi holds a PhD in Arts at Unicamp (Brazil) and acts as researcher at GAIA (Art and Artificial Intelligence Group) / C4AI / Inova USP, University of São Paulo. In this article, Bruno contributed by leading the research project, conducting fieldwork and surveys, literature review and writing.

Gabriel Pereira is a PhD Fellow at the Department of Digital Design and Information Studies at Aarhus University (Denmark). In this article, Gabriel contributed in the research methodology, data analysis, literature review, and writing.

Fabio G. Cozman is full professor at Universidade de São Paulo. In this article, Fabio contributed with supervision of the research methods and processes, writing, and revision.

The Algorithm is not My Boss Anymore: Technological appropriation and (new) media strategies in *Riders x Derechos* and *Mensakas*

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

AINA FERNÀNDEZ

Universitat Pompeu Fabra (UPF) – Barcelona, Catalunya, Spain. E-mail: afernandez@tecnocampus.cat. ORCID: 0000-0002-1256-3199.

MARÍA SOLIÑA BARREIRO

Universidade de Santiago de Compostela (USC) – Santiago de Compostela, Galiza, Spain. E-mail: msolinabarreiro@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8932-6474.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Fernandez, Aina; Barreiro, Maria Soliña. (2020). The Algorithms is not My Boss Anymore: Technological appropriation and (new) media strategies in Riders x Derechos and Mensakas. *Contracampo – Brazilian Journal of Communication*, 39 (1), p. 65-83, April-July.

Submitted on: 02 November 2019. Reviewer A: 27 January 2020. Reviewer B: 26 January 2020. Accepted on 09 March 2020

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38404>

Abstract

This paper studies how a group of delivery workers in Barcelona were able to organize a successful traditional and a social media strategy in order to claim for their rights as waged workers. They created a union, *RidersxDerechos*, and they also decided to create a worker's cooperative, *Mensakas*, with their own application and algorithm. We will study how they were able to re-appropriate technology and to use digital communities to spread alternative discourses. We have used different methodologies: traditional content analysis in Media, debate analysis in Social Media, qualitative ethnography. We noticed that *RidersxDerechos* access to media was very successful (300 piece of news analyzed) thanks to strikes and court trials, facilitating a change of perspective in the treatment of platform economy in Media. Media were following up the digital entrepreneurship rhetoric until then. Along with the traditional media strategy they developed a diversified communicative pathway in social media (Twitter, Instagram, Facebook, and Goteo) that helped them to establish alliances with riders from other cities and countries. We focused on more than 25.000 tweets. Finally, they proposed a new way to use technology by creating their own app and algorithms for their working cooperative, *Mensakas*. Crowdfunding was also used to fund it and to spread an alternative working storytelling from Silicon Valley's.

Keywords

Technological reappropriation; Digital labour; Glovo; Worker's media representation; Union new communication strategies.

Introduction

The transformation of the productive and communicative landscape in the past two decades synthesizes its phenomenology in digital technology and its new uses. New forms of “cool, flexible and innovative” labour, such as Glovo, Deliveroo, Uber, Cabify, have anchored their business in a logarithmic application, and have influenced the ideology of the worker as a consumer and the end of class struggle, by offering workers the possibility to become entrepreneurs. In fact, we have never before had millions of people around the world working synchronized within the same platform (Scholz, 2017).

This technological phenomenology of the end of wage labour and, occasionally, the end of professional information has led workers to modify their communicative strategies in contexts of conflict, deconstructing the idea of precarious workers becoming entrepreneurs and using new technologies for their own purposes. Because of this, union struggle has evolved at various levels: the material improvement of their labour conditions in conflictive situations by stating their identities as workers and not entrepreneurs, and the subversion of awareness through the partial re-appropriation of technologies.

This paper proposes a study of the narrative, economic, technological and communicative process performed by a group of delivery drivers (riders) who in July 2017 created *RidersxDerechos* in Barcelona, a trade union that defends their rights as workers and reports false self-employed status.

RidersxDerechos soon established a successful communication strategy in traditional media. At the same time, they enlarged their support through social media, union and social movement networks. The riders’ trade union took the conflict a step further by reshaping the technological instrument in a fairer labour context: they created *Mensakas*, a rider’s cooperative, with their own application. Thus, they can now also confront the rhetoric about the obsolescence of labour legislation or the assumption that technology must sweep away labour rights.

We are not against new technology, we use it and we welcome it; but labour rights –suitable workdays, public holidays, holidays, extra pay – can be perfectly combined (...) with technology. *Mensakas* will launch the application and everybody will be able to order. But users will know that the delivery person is working under fair conditions. Juanjo Lavergne (*RidersxDerechos*, personal communication, March 14, 2019).

It has nothing to do with modernization, that’s not the question, but public debate is oriented that way when taxi drivers opposed to VTC and you hear everywhere: ‘Modernize yourself!! Free competition!!’ Yes, we want competition, but fair competition. Núria Soto (*RidersxDerechos*, personal communication, March 14, 2019).

Mensakas is a new delivery project that can be listed with other global projects that are slowly appearing, in order to counter new digital working systems based on unfair and unilateral conditions: “Each form of digital work carries a different degree of violence; its own level of expropriation and cruelty; and it opens up new avenues for solidarity” (Scholz, 2017, p. 122). Founding a workers cooperative in the context of a deregulated digital economy is a kind of meaningful action in order to recover “the notion that labour is not a commodity, but rather it is part of the human being that, therefore, needs to be protected and differentiated from other trades and goods is not only an abstract principle – it also has and must have practical implications” (De Stefano, 2017, p. 11).

Objectives and Methodology

The main objective of this research is to focus on the case study of *RidersxDerechos* and *Mensakas* as activist groups in order to study how they do to subvert the power (economical and ideological) of the logarithm of the delivery platforms (Glovo and Deliveroo), re-appropriating the technology and using

digital communities to spread alternative discourses and why they do that in the collaborative economy era. Our study case focuses on contemporary events and tries to solve the why and how research questions (Yin, 2009, p. 8). To do this, we will accomplish other secondary objectives:

- 1) Analyze the counter–discourse of workers against labour deregulation sponsored by ‘technology’ companies.
- 2) Study the use of new technologies and digital communities as an alternative.
- 3) Expose the alternative routes to an emancipatory use of technology, reshaping to turn it into means of production or using it to spread alternative ideological positions.

The study case methodology proposes that there are “many more variable of interest than data” and those data should “converge in a triangulating fashion” with “multiple sources of evidence” (Yin, 2009, p. 2). That is why we have chosen a multidisciplinary methodology of work that integrates different strategies; each one adapts to the specificity of the objectives of the research.

Traditional content analysis is applied to the press and media, based on the analysis of 302 news published in the Media in Spain, such as *El País*, *El Mundo*, *ABC*, *La Vanguardia* and *El Periódico*. The sample covers from 2015, with the first news about the new entrepreneurs of the so-called collaborative economy, to April of 2019, when the court sentences against some platforms practices have already appeared on media, by searching in each media all the news that used the keywords Deliveroo, Glovo, Mensakas or RidersxDerechos. In order to perform this task, we will apply the framing paradigm with 19 variables to analyze related to information production routines and political storytelling (i.e. sources, section, editorial responsibility etc.).

This analysis is enriched by using the Node XL tool to analyze conversational structures in social media around Glovo and Deliveroo. With Node XL, two samples of tweets have been analyzed: the first one with the key words Glovo and Deliveroo gives a sample of 24.564 tweets. The second one is a sample with the key words *RidersxDerechos* and *Mensakas* and it contains 986 tweets. NodeXL provides aleatory significative samples used in various investigations (Smith et al., 2014). The topics are discussed, as well as mapping hub relations between vertex and nodes (digital actors). This is a way to determine the importance of *RidersxDerechos* in the debate on alternative discourses and track the scope of the campaigns being launched. In addition, it will facilitate the establishment of spatial relationships with initiatives in other parts of Spain.

Qualitative methodology has been useful in conducting interviews in–depth to the groups and actors involved, and some participant observation approaches have been fulfilled in to–be riders meetings organized by Glovo in Barcelona.

In general, the method allowing the unification of the various methodologies is the Critical Theory, understanding the analysis of technologies as part of a dual approach: technological re–appropriation of *Mensakas* by reshaping the delivery application and its logarithm through a workers cooperative, and the ideological deconstruction of the neoliberal rhetoric applied to the ‘sharing economy’ by reframing it as a workers’ collaboration.

Technology and Work

Relations between technology and work have been employed throughout history as a Trojan horse for the deregulation of labour relations and the reduction of the autonomy of the workers. The technological element proved not to be essential in the transformation of the production model, but in the model of labour relations.

Just as the *luddites* did not destroy the machinery just due to its introduction in the production process – they did when there was an excuse to lower wages or to dismiss workers (Thompson, 2012) –,

neither the riders were opposed to the introduction of a tool that facilitates organization of work.

The recurrent idea that change in labour model happens just through the act of including a computer tool cannot stand as if it is observed that firms are not mere intermediaries. They hierarchically coordinate work and press with various strategies in order to cover all delivery schedules. Furthermore, delivery work can be flexibly developed without the decline of rights, as it is proved by the previous delivery organizations before digital platforms appeared. In fact, in Spain delivery workers have recently been included in the general labour agreement of trade and services (hospitality). In a recent court decision, delivery riders work “on foot or by any type of vehicle not requiring administrative authorization established by the regulation of transportation, as provision of service settlement or on behalf of another company, including digital or through the same platforms” (BOE 29/03/2019, 32704).

Technology design is a political act, and the algorithms act as a black box, impervious to the labour regulation; a black box that decides “objectively” and removes collective bargaining from the map, bringing the myth of technical efficiency to the extreme, while acting out of the distance and with alleged objectivity. Algorithm decisions are seen as neutral and trustworthy, dismissing the social power of the technical systems (Beer, 2017).

In the case of Uber, the changes in the algorithm resulting from the manipulation of the company are presented to the workers as “errors”, “glitches” or “bugs in the system” hiding the real motives (changes in the rates, non-payment of gratuities, default for no client showing) a technology error that cannot be tackled, which is superior to the human will and avoids taking responsibility for these alleged failures.

Obscurantism on the mechanism of functioning of the algorithm, together with the unilateral changes in its operation implies uncertainty for the workers when it comes to regulate their behaviour. The union *Free Riders* have come to report the manipulation of the geolocation records of the distribution application to avoid paying overtime. In relation to the trials held against Glovo riders have been recommended “to download an app that registers your geolocation to credit the extra hours of the 12 and 13 hours a day that we hit”.¹

Temporality, according to Sun (2019) is an important source of value that has an increasing relevance in the platform economy. Speed and efficiency are calculated and re-calculated so far that create a huge pressure to workers, and as a result there was, since 2017, an increasing number of traffic accidents in China affecting delivery workers. In Spain the first tragic accident that finished with death happened on 2019 May 25th², when a Glovo delivery worker was knocked down by a truck.

Algorithms act as a true surveillance economy (Warin and McCann, 2018), where the level of control is almost total throughout the endless working days. Mobile devices are acting as panoptic: pauses, geolocation, or any other input the rider generates.³ In addition, the only work review comes from both customers and associated restaurants, which may include elements not controllable by the rider, plunging the worker into a sense of inability to control his own working performance.

The production relationship in the so-called new sharing economies directly makes the customer become a worker controller, which is backed by the qualifications that receives once the service is completed (Batista-Dominguez, 2018), a gamified process in which workers perceive themselves to be involved in an algorithmic game that includes ratings and evaluations (Sun, 2019):

What companies have done is to lead the customers to rate you. Now it is the client

¹ Tweet of @Free Riders 18/04/19 made at 17:54.

² Agencias (2019, April 5): Muere un repartidor de Glovo tras ser arrollado por un camión de la basura. Diario Público. Retrieved from <https://www.publico.es/sociedad/muere-repartidor-glovo-arroyado-camion-basura.html>.

³ “Uber does track driver behaviour (...) Uber management practices borrow heavily from how Silicon Valley platforms manage and manipulate their users (...) Uber applies these same principles to the world of employment (...) Big Data smartphones are basically ubiquitous sensors”. (Rosenblat 2018, p.139-141)

that is examining you, and then what happens? Through this test your scores can go up or down so you can access or not access some working schedules. So that's where labour autonomy is, that's where it starts to collide Juanjo Lavergne (*RidersxDerechos*, personal communication, March 14, 2019).

The control through the app replaces the direct guardianship of the company, that is hidden behind the algorithm because "a policy guide or employee handbook, could produce accusations that *Uber* is directly supervising drivers (signifying an employment relationship)" (Rosenblat, 2018, p. 150).

All elements that constitute the labour relation dominated by an algorithm lead to the central element of the lack of counterweight of the workers: neither collective negotiation, nor control of the strategies of labour safety, nor transparency in the rates. Under the idea that the algorithm is neutral and more effective than the human management, it is repeated, as since the 1920's denounced Kracauer, Adorno or Horkheimer, a domain of instrumental reason: the formalization of reason is far removed from the thought, taking away the real object from us and closing in on appearances of rational processes.

The Enlightenment has dismissed the classical requirement of thinking (...) because such a requirement distracts from the imperative to govern praxis (...). The mathematical mode of procedure became, as it were, a ritual of thought. Despite the axiomatic self-limiting, this procedure is established as necessary and objective: it transforms thinking into something, as it is called (Horkheimer and Adorno, 2006, p. 79).

This situation is significant, not so much because of the number of workers involved, but because of the ideological gap that starts and because these new workers are joining the almost "twenty percent of the workforce [who] is now in no-man's land in terms of trade union representation" (Pérez-Chirinos, 2017, p. 129).

For this reason, it is essential to study the narrative strategies of technology-based transport companies from the communicative point of view supported by David Harvey according to the dialectical role of technology in neo-liberalism:

In manufacturing, labour was disempowered by tech change. Also, offshoring with tech change is much more important (...), and it can't be said that only with his appropriation it can be subverted as there's no such thing as good and emancipate technology that cannot be co-opted and perverted into a power of capital (Harvey in Jipson, Jitheesh 2019, n.d.)

Narratives of entrepreneurship: Silicon Valley and labour deregulation

Technology ethnographer Alex Rosenblat argues how *Uber* has performed the notion of work. The essay *Uberland – How algorithms are rewriting the rules of work* (2018) exposes how Silicon Valley has been allowed to transform the rhetoric of work into rhetoric of consumption, equating passengers and drivers presenting both as "users" in the application. The fallacy of the end of work hides different key elements: the disempowerment of workers and services (the boss is no longer responsible for their affiliations to social security, occupational health, or adequate provision of services); the supposedly objective algorithms whose sanctions are indisputable and their errors are practically unprovable; also the creation of a new ideological post labour universe in which technology organizes efficiently while language is emptied of its content to avoid the law (workers are entrepreneurs and schedules are replaced by flexibility and freedom), while they are more like traditional employers that they can admit but "they attempt to strike a regulatory sweet spot between legislative protections that benefit them and obligations that do not" (Gillespie, 2010, p.2). As Wyatt (2004) argues, as the technology becomes opaque

and increasingly black-boxed, language and metaphors used in economical terms influence our views of its potential.

“Uber confuses categories such as innovation and lawlessness, work and consumption, algorithms and managers, neutrality and control, sharing and employment” (Rosenblat, 2018, p. 9). When Silicon Valley launched the idea of a ‘sharing economy’ as a cover-up for deregulated work, it was a perfect moment for its acceptance: the great economic crisis of 2007 favoured this type of work and speech to be accepted by unemployed workers and media willing for solutions. Despite the alleged end of the crisis, temporality, instability and precariousness of employment remained and these jobs began to settle as a quick employment alternative. Likewise, these companies were building a good image of themselves by ensuring that they created jobs in a time of recession, a strategy that has been called “economic populism”: “As the gig economy continues to grow, it functions sometimes as a social safety net for workers with high income volatility or gaps in employment (...) This is partly why sharing technology has been reframed as an engine of economic populism” (Rosenblat, 2018, p. 29).

The ideological propaganda of the technological companies has counted on the voice of publicity, media and the institutions. We may remember how the press reacted to the taxi conflict in Barcelona, Valencia and Madrid against Uber, presenting headlines about taxi drivers as living in the “Pleistocene”, subtitles with threats from taxi drivers “burning the *Generalitat*”, or columnists telling the taxi drivers that “the world is advancing and that’s the progress”. Rosenblat describes similar attitudes in Austin or Vancouver. “By losing Uber, Austin is no longer a tech capital” or “Why has Vancouver been so slow to join the sharing economy?”, technological and innovative companies are often welcomed in a very compromising way, understanding the end of the production economy as the mass worker has been completed, flattening the ideological path for its expansion. “The technology industry has operated with low regulation oversight because it has successfully persuaded the regulator, and society, that low regulation is essential to innovation” (Rosenblat, 2018, p. 171).

In addition to the idea of the worker as an entrepreneur, the sharing economy and technological exceptionality, these companies have launched a new image that replaces the working class with the image of a free, narcissistic, consumer and glamorous Millennial. The images that technology companies generate through their workers are powerful ideological incentives for the sense of social success because “on-demand platforms project a higher social status onto work that has long been associated with lower status workers” (Rosenblat, 2018, p. 37). They are no longer blue collar anchored for 14 hours at the wheel or the delivery bike but people who have made a lifestyle choice⁴, modern and outside-of-old-precepts such as labour rights. The rhetoric of choice goes further and aims to present its workers as app consumers.

Labour deregulation and the impact of the evils of capitalism in the so-called “self-employment” is a figure of what some have called “Postmodern Slave” (Guerra, 2018) or “Digital Neofeudalism” (Morozov, 2018), obviating a historical abyss by which the feudal lord, however, offered military protection. Following the simile, none of these platforms offers protection to their workers, eluding any legislation on occupational hazards.

Trebor Scholz uses the concept of “crowd fleeing” to describe the exploitation of workers in the context of the platform economy. Despite being a clear continuation of the traditional forms of exploitation, Scholz wants to highlight certain discontinuities in the new forms of exploitation, arisen by three new factors: the scale, real time and the business concentration (Scholz, 2018).

Uber is the first great successful experiment of this new labour context. It was founded in March 2009 and eleven years later it has more than three million active drivers around the world. Its operating dynamics were quickly emulated by other firms with similar underemployment strategies and with almost

⁴ Inuit CEO assured “We know the gig economy is real. It’s here. It’s a secular trend. It didn’t just start with Uber and Lyft. It started years ago. It’s a lifestyle choice for millenials” (Rosenblat, 2018, p. 35).

identical narratives, as is the case of Deliveroo and its local imitator developed in Barcelona, Glovo. In Europe, France and the United Kingdom are the countries with the most platforms of this type, followed by Germany, the Netherlands and Spain (Rocha 2018, p. 81). Its rapid extension has been facilitated by the globalized neoliberal economy that builds on the “digital colonialism” described by Olivia Solon in relation to the monopoly and lack of neutrality of *Facebook*. It does this by introducing its logarithmic opaque principles and its Silicon Valley–ideology in the productive sphere.

Despite a speech focused on flexibility and freedom, which only appeals to these values in terms of the company’s “liquid” responsibility for its workers, the control and monitoring of work is stronger than ever (De Stefano, 2017).

The context: Glovo and Deliveroo in Spain

Deliveroo is a British food delivery company founded in 2013 by Will Shu and Greg Orlowski. It has operations in more than 12 countries, mainly in Europe but also in Singapore, the Arab Emirates and Hong Kong. Glovo was founded in 2015 in Barcelona by Oscar Pierre, and now has 400 employees (in addition to 7.000 riders that operate as false freelancers). It is expanding in Latin America, in some important cities in Peru, Argentina, Ecuador, but it has left Chile and Brazil after two months operating there. Pierre embodies the narrative of Silicon Valley: as young, engineer, believes that “we are a solution, and this excites us very much, because we believe that we are changing the world”.

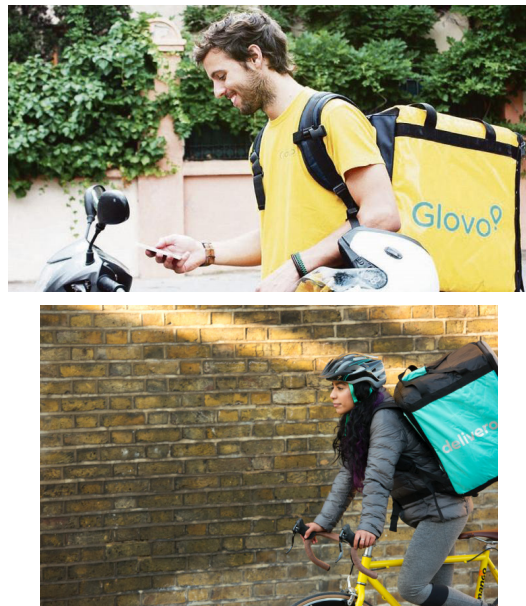
The creation of a modern and sophisticated image is a well–defined feature by Deliveroo and Glovo. Companies insist on introducing riders as the urban youth of the 21st century, which are thus detached from the “old” concepts of timetables, boring work, order and discipline, and embrace the new imaginary of the no-collars (Ross, 2002): Passionate young people with their work, that venerate values such as freedom, flexibility and creativity. In short, they insist on conveying the riders with their own self-image of young successful entrepreneurs:

Society is changing. The issue of flexibility is underestimated but it is very important. Being able to decide when, how and where you work is fundamental. I am sure that more and more people will say that they do not want to have bosses, do not want to have schedules, and will have different ways of income: will teach, work as *Glover*, and put their apartment in *Airbnb*... This is the trend of the future. In addition, it is very positive the amount of talent and wealth that these platforms generate in the technological level.

The recurring ideas of talent and technology aim to contribute to the dissolution of the concept of worker, whose imaginary results in concepts of labour relation and verticality. The platform “gamifies work with an ever–changing platter of incentives” (Rosenblat, 2018, p. 78). This is demonstrated by the initiative of Deliveroo, in May 2018, of “converting its workers into shareholders”, a more cosmetic than real initiative (the distribution among the total of workers among which, of course, riders are not included is equivalent to about 5,000 Euros per worker, in exchange for having people highly committed to the idea of “being part” of the company.

The rhetoric of Deliveroo and Glovo, as we see, runs practically identical at a visual and the semantic level: “Be your own boss”, “flexible work” and “freedom” are the most used concepts and replicate the mantra of happiness linked to the consumer society: “Our deliverymen share good energy and joy, always with a smile”. This story connects symbolically with the elaborated by Uber and its slogans “Freedom Pays Weekly”.

Picture 1 – Deliveroo and Glovo riders advertising images



From: www.deliveroo.es and www.glovo.es

The rhetoric that relies on the materials of the two companies also extends in their strategy of corporate communication in the media. The idealization of the riders as an extension of the technological and enterprising culture of the *start-ups* has its top expression in the Deliveroo's campaign "for charity" where Agatha Ruiz de la Prada personalizes five riders' work jackets. The idea is deeply ingrained in the consumer society, as evidenced by the *Glamour's* fashion editorial where models combine a Glovo backpack with Paco Rabanne, Prada or Gucci's garments, of more than 1000 Euros each, or the fact that Deliveroo's uniform becomes fashionable among British hipster.

Picture 2 – 'Tour is yours'



From: *Glamour*, March 2019.

The image of workers that Deliveroo and Glovo want to convey in their rhetoric is the one of young workers, who complement their studies with "flexible" part-time work with which they can access

the consumer market or travel. However, the high turnover of workers has radically changed the profile of employees in Deliveroo and Glovo:

Initially they promote the job as adequate to young people who like riding bikes but it is not, it's a lie, because they are fast growing companies and there are not many people who endure working there a lot of time. The companies don't have filters to hire (...), as a consequence, there are very different profiles of people but also there are people with difficulties to find any other type of work. These people know that they are only requested to present themselves with a self-employed certificate and a bike, hence, they end up working there. Núria Soto, (*RidersxDerechos spokelerson*, personal communication, March 14, 2019)

“Using the language of entrepreneurship, flexibility, autonomy, and choice, the burden of the biggest risks of life – unemployment, illness, and old age– have been lifted onto the shoulders of the workers” (Scholtz, 2017, p. 160). The use of meaningless words is a capital strategy for Deliveroo; they have produced an internal document, the “trainer’s guide”, which gives specific instructions to their trainers in order to avoid some words qualified as “wrong or illegal”. They constraint to use “mission or delivery” instead of “shifts”, “pay for service” instead of “salary/income”, “availability” instead of “work shift”, “delivery dress” instead of “uniform”, “collaboration” instead of “recruitment”. They are not allowed to use words such as “compulsory” to force people to work on weekends or peak hours; they are required to use “availability for the weekend” or “flexibility”.

By letting go of the language of labour we would lose association with the history of organized labour and related struggles and movements. Not talking about labour depoliticizes the discussion by disconnecting it from traditional labour practices as well as the accomplishments, sacrifices, and lessons learned from this history (Scholtz, 2017, p. 6).

Media built an entrepreneurial ideology hegemony that gave advantage to Glovo and Deliveroo in order to convince their collaborators (aka workers) of social success just for working precariously for them:

It was really curious because, in general, people wanted to be self employed. It was really odd because when you talked to them they presented their situation as ideal. That didn't happen to the more politicized workers but the others told you that it was a good situation, freer and with labour flexibility and easier ways to organize their lives and work. They had interiorized the companies' speech because it is obvious that they do not have any freedom. That's not freedom but they were convinced (...): being a worker is obsolete. The new thing, the modern is being a rider, a freelance Nacho Parra (*Col·lectiu Ronda* labour attorney, personal communication, March 20, 2019).

The most complicated things in our rights struggle are the difficult to organize and that kind of mentality. It was a really intelligent corporation strategy, wasn't it? Because in the past the people knew what they were fighting for, and they did demonstrations and so, but nowadays, they make you believe that you are your own boss, and then, you miss a big amount of people in demonstrations. So, it is complicated Núria Soto (*RidersxDerechos spokelerson*, personal communication, March 14, 2019)

Riders x Derechos⁵

Classic strategies: legal action and union action

In 2017 a group of Deliveroo riders of Barcelona expressed disagreement with their working conditions. This is the origin of *RidersxDerechos*. This small union is associated with a larger one, Intersindical Alternativa de Catalunya (IAC) that counts on the legal support of a famous labour attorney cooperative, Col·lectiu Ronda, in order to start the riders' legal action as a trade union:

I think that the more politicized people—some of them were already unionized—acted really intelligent because they had the foresight to avoid being too political by yelling mottos such as: 'honour and working class, comrades!' They were clever and things were evolving naturally. It was a process and 6 months later, the entire workforce agreed: not only did they want to be self-employed; but they also felt misled by the company. Nacho Parra (*Col·lectiu Ronda* labour attorney, personal communication, March 20, 2019)

Sharing real space is a key element to succeed in social and union organization, claims *RidersxDerechos*. Physical spaces devoted to informal meeting allowed *Deliveroo* workers in Barcelona to get in touch and develop their struggle awareness and strategy. In fact, after the first protests, the company closed the centroids, warehouses where the deliveries were organized, and in which the riders could meet:

When you finish an order, you have to go to the *centroids* and, at the end of the day, it would make the movement stronger because you are not asking to demonstrate to a stranger but to a workmate, to the people that you already meet and that allows you to build a network (...) Now you are always running into new stranger people. They decided to change our contract from a minimum guaranteed one to a contact by each order, and then they began to introduce a lot of new people because the company was not committed to pay a minimum and they were impoverishing conditions and increasing the number of riders. This happened along the elimination of the *centroids*. A high amount of new people came in, and these workers don't meet Núria Soto (*RidersxDerechos* spokesperson, personal communication, March 14, 2019)

Even if physical space is claimed as a capital organizing resource, social media is considered as useful for these digital workers in order to organize their struggle: "Today's digital labourers cannot be reached in cafés during lunch break, or outside the gates of the factory" (Scholtz, 2017, p.167). *RidersxDerechos* also tried to create a network of riders using a whatsapp group, nevertheless, without the previous physical access, mobilization, exclusively through the digital realm is really complicated.

In the United States of America, legal actions against "digital platform companies" began with claims against false advertising – the Federal Trade Commission imposed a 20 million dollars fine to Uber because they claimed higher benefits than real from the drivers– and against unilateral and unreasonable tax changes⁶. In Europe, each country is issuing sentences separately and the European Commission has established in 2019 vague recommendations in order to define a labour relation in the era of mobile apps (Urzi Brancati, Pesole & Fernandez-Macías, 2019). In the case of Spain, the legal action is clearly focused on labour rights.

RidersxDerechos quickly spread from Barcelona to all Spain. In June 2018 the court nº6 in Valencia dictated the first sentence (nº244/2018) recognizing a working dependence relation between a rider and

⁵ Riders for their Rights.

⁶ *uberBlack* drivers in Dallas and New York refused a price reduction in 2015, which levelled them to *uberX* prices. They organised a demonstration in front of the *Uber* headquarters.

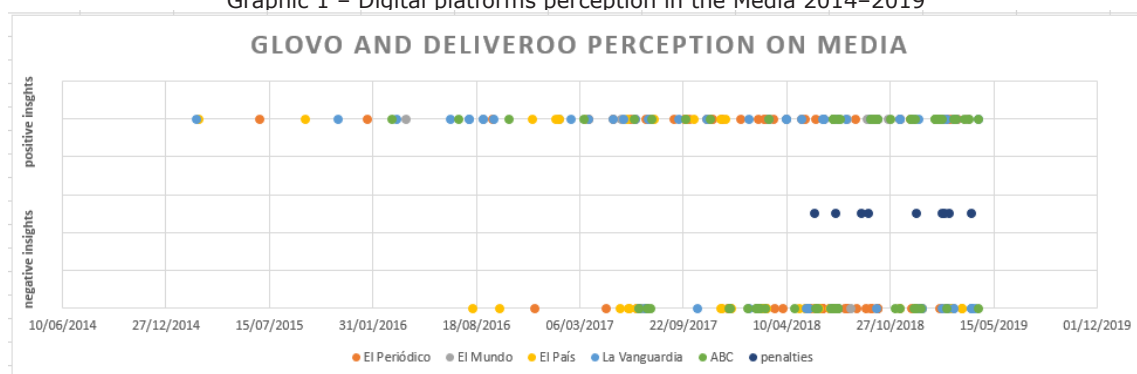
Deliveroo. This was the first one but there were others such as the 53/2019 11th February in Madrid or the 61/2019 20th February in Gijón. Not every sentence has been positive for the riders until now; there were two negative sentences (September the 3rd, nº 284/2018 in Madrid and 9th February, nº12/2019 also in Madrid). In this process, conducting to dismantle the “illegality–as–innovation” (Rosenblat, 2018, 174), Labour Inspection played an important role: it claimed more than 160.000 euros of nonpaid workers insurance to the State just in Valencia and the general labour inspection has engaged in a specific section in its *Strategic Labour Inspection Plan 2018–2020* related to companies that operate through digital platforms.

This legal strategy has produced an interesting effect on media, changing the discourse of entrepreneurial praise. *RidersxDerechos* is aware of how important the communication of these legal actions to the media is. Media praised young entrepreneurs who came back to Spain with a new app developed in the United States; but after the negative sentences Media have also contributed to spread the doubt on the rider’s self–employed condition, a condition that had been sponsored before.

There are two legal elements to discuss. The first one is if they are free or not to manage their own workday. The second being if they own the means of production or not. In short, those sentences that recognize *Deliveroo* proposal state that workers can chose the shifts and their bike is a means of production. Traditional differentiation between self–employed and wage–earning workers is based on two concepts: dependence (are they subject to manager’s disciplinary orders?) and otherness (are you keeping for yourself the work results or is it going to others?) (...) We proposed that this activity can only be developed if you have the app. That’s all. If you have, by one side the app and the clients by the other. Who owns the app and the clients? The company can deliver without a bike? Yes. Can you deliver without the app? No. At the end of the day, these are the parameters to discuss during the trials. Nacho Parra (*Col·lectiu Ronda* labour attorney, personal communication, March 20, 2019)

RidersXDerechos legal strategy has revealed effective in terms of media repercussion, even if we take into account the ideological difference among media and their different tendencies to inform about labour conflicts or not. After the first sentences, media coverage in relation to “platform economy” changed, conflict appeared in the agenda breaking the previous discourse of innovative and revolutionary companies who had come to change the world for good.

Graphic 1 – Digital platforms perception in the Media 2014–2019



From: Authors’ own elaboration

We have analysed 302 pieces of news related to Glovo or Deliveroo which have been published in the top five Spanish newspapers in 2017 (OJD classification⁷). Riders’ strikes and sentences related to the conflict have appeared in these five media. Nevertheless, there exist some differences in the

⁷ Spanish Circulation Audit Office.

news approaches between media. *El País* and *El Periódico* stress on labour precariousness – after having entrenched the “technological success” of some Spanish start-ups like Glovo. *La Vanguardia*, *El Mundo* and *ABC* counteract this negative news by publishing misleading advertisements of digital platform companies. They do this by covering their territorial expansion, their positive impact on restaurant business or giving voice to entrepreneurs who victimize themselves about the negative impact of labour regulation in their business.

It can be stated that after the first trials, media storytelling about Deliveroo and Glovo has changed, especially in progressive media. While in early stages (2015-2017) Media assumed the Silicon Valley narrative, from 2017 onward, the early demonstrations and the creation of *RidersxDerechos* media have changed their frame, from entrepreneurship and digital labour as flexibility to labour dispute, labour rights and work inspection requests. Nevertheless, this is not an absolute victory of *RidersxDerechos* media policy. We have detected that many media have just published directly the media agencies news with no changes, neither new sources. It can be guessed that media crisis and massive journalist firing (specially in *El País* and *El Periódico*) have weakened the gatekeeper and, in consequence, have weakened the ideological function of media, easing the dialectical function of media.

Building their own narrative in social media

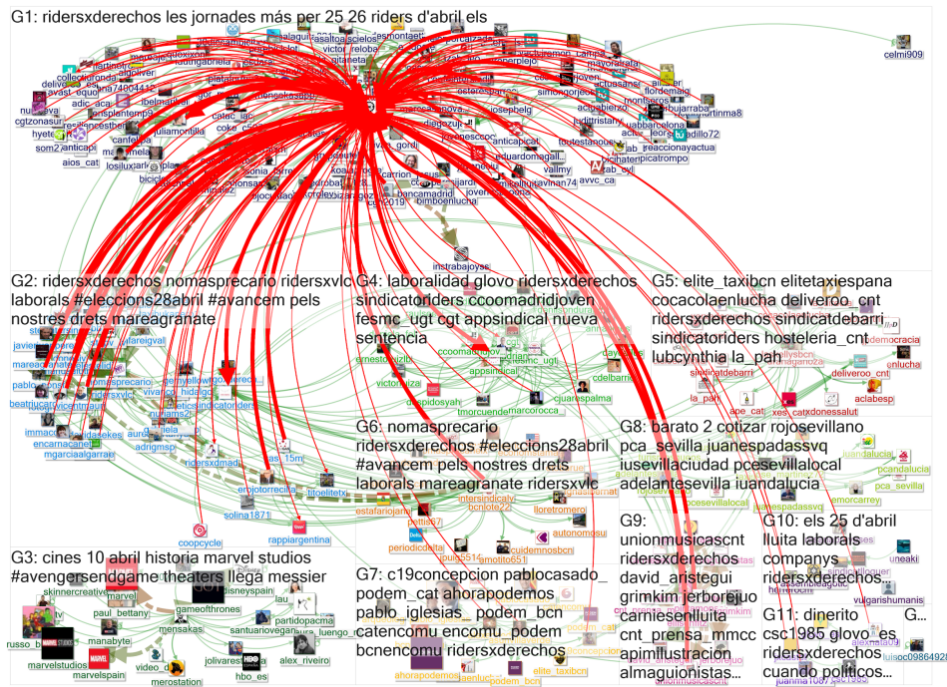
The social media strategy is highly linked to legal and Union strategy. The use of media to emphasize the struggle is accompanied by the use of social media as Twitter. Through the NodeXL tool Twitter conversations have been analysed between March 25th and April 5th 2019. As a relevant aspect, in April 3rd a new court ruling from Work Inspection forces Glovo to register workers as employed for Social Security, who will be able to benefit the labour agreement in Hospitality.

Two samples have been obtained through *NodeXL*: one set of 24.564 tweets from all around the world containing as key words “Glovo OR Deliveroo”, and another one of 986 tweets containing “*RidersxDerechos* OR *Mensakas*”, in order to analyse its action network. From the clustering of the first sample, it can be observed that *RidersxDerechos* is placed in the 11th position in relation to its centrality (that has the capacity to articulate relations between nodes or vertex). This means that *RidersxDerechos* is one of the central elements in the social media global conversation. In addition to the official global accounts of Glovo and Deliveroo, as well as those from Spain, Chile and Italy, *RidersxDerechos* is becoming one of the organized groups in the global conversation (G6 on figure 4). This makes a contrast with individual users who do not participate in the structured conversation.

The conversation in this sample is led by the hashtag #Mothersdaydeliveroo, a Deliveroo challenge for Mother’s Day in the UK with a £100 prize contest, but *RidersxDerechos* and its activist network are able to place on the social media agenda concepts such as false self-employed, trial and labour rights.

Canvas 1 – Users of the Twitter conversation in relation to Glovo and Deliveroo, clusterized by NodeXL between 25th March and 5th April 2019

Social media network connections among Twitter users



Created with NodeXL (http://nodexl.codeplex.com) from the Social Media Research Foundation (http://www.smrfoundation.org)

From: Authors' own elaboration

The rhetoric of *RidersxDerechos* in social media follows two different arguments: on one hand it highlights the struggles (sentences, rights, labour, collective agreement, exploitation) and on the other hand it adopts a propositive tone (alternative, improvement, activists, rethink). This speech transcends social media and is consistent with the *RidersxDerechos* global strategy. On 25th and 26th April 2019, the riders union organized a conference with the title ‘My boss is not an algorithm’. The main issues were the international alliance among riders; a local alliance among workers in conflict; and sociological scholar support from lawyers, computer programmers and researchers.

This propositive tone is materialized mainly in the proposal of an alternative to digital platforms: *Mensakas*.

Mensakas: re-appropriating technology

In May 2018, a group of people that came from *RidersxDerechos* union launched a crowdfunding campaign to fund a new initiative: *Mensakas App*, a rider’s cooperative that is presented as an alternative to conventional digital platforms.

It’s not an isolated initiative. In other economic sectors it is a phenomenon – although still in early stages– that is being developed in different countries, such as the United States (*Loconomics*, *Coopity*) or Germany (*Fairmondo*). In Spain, we can find *La pájara en bici* in Madrid, a delivery cooperative that is part of *Coopcycle*, an European federation of bike delivery actors. This European cooperative has been created to improve and share an open source software among almost 20 food delivery cooperatives. *Mensakas* began to develop its own digital platform before creating the association and nowadays is also working with this project. Scholz (2017) calls “platform co-operativism” these new business models that are cloning the technological heart of Uber, Task Rabbit, Airbnb or UpWork: these platforms embrace, adapt and reshape technologies of the sharing economy, putting them to work with different ownership models.

These models are re-thinking the concepts of innovation and efficiency from the perspective of common benefit, not the benefit of the few: “platform cooperatives can offer a clear alternative to the

individualist ethos of the ‘sharing economy’ (Scholtz, 2017, p. 2).

Within three months of the eventual initial contract, the worker has to become a partner. So you are not working anymore for others, you now belong to the project meaning you may want to do a better job. Building something together, participating in an assembly, methods that guarantees your rights and allows you to be comfortable, I think it is important and also notice the partners because the way of working is already different. Núria Soto (*RidersxDerechos and Mensakas cooperativist*, personal communication, March 14, 2019)

Mensakas proposes a different framework for its project, where they highlight concepts as dignified work, labour contract, social economy, feminism (5% higher wage to women) and ecological and sustainable work.

Picture 3 – *Mensakas* crowdfunding’s resource image: a worker and a unionist (identified by their shirts) shake their hands



From: www.goteo.org

Mensakas and platform cooperatives pick up the tradition of the p2p culture, the origins of Internet and the culture of collaboration that had been given a new meaning by Silicon Valley. They deconstruct again the rhetoric to come back to their origins. Real “sharing economy” abandons its technological solutions to switch to solid labour structures that, however, do not renounce the opportunities the digitization provides.

Scholz feels optimistic about the “common-based peer production” and platform cooperatives, as realistic ways to a more democratic and fair culture. In his 10 Principles for Platform Cooperativism, he highlights significant elements from these alternatives in the digital economy, such as ownership, income security, a protective legal framework, and the most relevant ones: rejection of excessive workplace surveillance and the right to log off.

That is the proposal of *Mensakas*, an app that must be competitive on current digital platforms, but without surveillance algorithms, nor customers ratings. The main difference: “Employment contract. Contract means you have the right to unemployment, holidays, right to motherhood... nowadays we are charging 7 euros, women charge 5% more as a symbolic act...” (Núria Soto, *RidersxDerechos and Mensakas cooperativist*). *Mensakas* is operating now in a traditional way, with personal organizing shifts in order to achieve compromises, but fully operative application will be launched by the end of Spring 2019.

Conclusions

A few but aware delivery drivers, with communication skills, managed to develop an integral strategy against the algorithm dictatorship. They created the union *RidersxDerechos* (an independent union but supported by IAC). They organized strikes and were able to clarify and unify their collective claims. Their access to media was successful thanks to strikes and court trials, facilitating a change of perspective in the treatment of platform economy. Media had been following the digital entrepreneurship rhetoric until then. *RidersxDerechos* has made a key work in order to change the neoliberal working storytelling on Media.

Along with the traditional media strategy – which they consider the most successful – *RidersxDerechos* developed a diversified communicative pathway in social media (Twitter, Instagram, Facebook, and Goteo). This digital strategy has allowed them to establish alliances with other riders even from other countries and cities. In addition, they have been able to communicate and spread their working cooperative, *Mensakas*, and they have achieved gaining crowdfunding for their app. The findings of this investigation suggest that the possibility to reach general public and be set in the media agenda is still loose in social media, while news production routines weakness have created gaps in traditional media that can be brightly used by trade unions and social movements. *RidersxDerechos* show clearly that traditional union struggle is still useful as a tool for defending labour rights and news media cannot remain absolutely deaf when court trials are involved, specially when digital economy is affecting also the news industry and this creates gaps from which workers can take advantage of.

All this communicative strategy would not have been powerful enough without the previous union work (meetings in the working places). It would have been impossible without the legal work in achieving dismissal complaints (disconnections) concerning the workers fired for their engagement in strikes, and without the participation of general labour commissions. All this union work made the delivery workers newsworthy, due to the legal struggle. This suggests that traditional struggle is still useful in new digital economy contradicting all the liberal narratives that state a disrupting context in digital and platform economy. The re-appropriation and use of technology have favoured the *RidersxDerechos* and *Mensakas* pathway. The basis of the project is not about an emancipatory technology, but labour and social organization. The cooperative also has other objectives but uses technology in an appropriate way to meet their needs for a working life with rights.

Technology is not politics by itself as it requires political mediation as confirmed by the Barcelona taxis vs. Uber conflict, when the direct political action achieved certain success with VTC licenses. In this same way, riders require an institutional action on behalf of city councils, with the regulation of transport licenses in the sector.

“We are not against new technology, we use and welcome it”. The discursive pretension of converting the claim to labour rights in a kind of *neoluddism* is not a new strategy of capitalism. Never did the Luddites protest themselves against progress, but against the use of technology to destroy their right to work.

References

- Batista-Domínguez, R. C. (2018). Nuevas formas de empleo en la era de Economías Colaborativas. *Innovación tecnológica*, v.24, nº 4. ISSN 1025–6054.
- Beer, D. (2017). The social power of algorithms. *Information, Communication and Society*, 20(1), 1–13.
- BOE (Boletín Oficial del Estado). (2019). Disposición 4645, Resolución de 19 de marzo de 2019, de la Dirección General de Trabajo, por la que se registran y publican los acuerdos de modificación y prórroga del V Acuerdo Laboral de ámbito estatal para el sector de Hostelería. 29/03/2019, pp: 32702–32712.
- Briziarelli, M. (2018). Spatial politics in the digital realm: the logistics/precarity dialectics and Deliveroo's

tertiary space struggles. *Cultural Studies*. Accessed in April 20, 2019 DOI: 10.1080/09502386.2018.1519583.

Casanova, G (2019, January 19). Los taxistas en Barcelona inician una huelga indefinida entre caos y agresiones. *El País*. Retrieved from https://elpais.com/ccaa/2019/01/18/catalunya/1547838506_733194.html.

Catà J. (2018, May 1). El fundador de Glovo: En el futuro la gente tendrá múltiples vías de ingresos. *El País*. Retrieved from https://retina.elpais.com/retina/2018/04/30/tendencias/1525088881_394696.html.

De Stefano, V. (2017). Labour is not a technology – Reasserting the Declaration of Philadelphia in Times of Platform–Work and Gig–Economy. *IUSLabor*, 2, p. 1–16.

El Periódico (2018, May 16). Deliveroo convierte en accionistas a sus trabajadores. [Press Release]. Retrieved from <https://www.elperiodico.com/es/economia/20180516/deliveroo-convierte-accionsitas-trabajadores-6821727>

Gillespie, T. (2010). The politics of “platforms”. *New Media & Society*, 12(3), 347–364.

Guerra, M.J. (2018). Hacia una teoría crítica de la precariedad. *Gaceta sindical: reflexión y debate*. nº 30. p. 95–108. ISSN 1133–035X.

Horkheimer, M. and Adorno, T. W. (2006). *Dialéctica de la Ilustración: fragmentos filosóficos*. Madrid: Trotta.

Jipson, J., Jithseeh, P.M. (2019). “There’s no such thing as Emancipatory Techonolgy”: Marxist Scholar David Harvey’. *The Wire*. Retrieved from <https://thewire.in/economy/david-harvey-marxist-scholar-neo-liberalism>. Accessed in February 12, 2019.

La Vanguardia. (2017, June 21). El uniforme de reparto de Deliveroo se pone de moda entre los hipsters británicos. *La Vanguardia*. Retrieved from: <https://cribeo.lavanguardia.com/cultura/14156/wtf-el-uniforme-de-repartidor-de-deliveroo-se-pone-de-moda-entre-los-hipsters-britanicos>

La Vanguardia. (2017, June 21). El uniforme de reparto de Deliveroo se pone de moda entre los hipsters británicos. *La Vanguardia*. Retrieved from: <https://cribeo.lavanguardia.com/cultura/14156/wtf-el-uniforme-de-repartidor-de-deliveroo-se-pone-de-moda-entre-los-hipsters-britanicos>

Medialdea, S. (2019, February 11) Los taxistas plantan a la Comunidad y ésta les acusa de “estar en el Pleistoceno”. *ABC*. Retrieved from https://www.abc.es/espana/madrid/abci-taxistas-abandonan-comite-transportes-esto-paripe-201902111247_noticia.html.

Morozov, E. (2018). *Capitalismo big tech. ¿Welfare o neofeudalismo digital?*. Madrid: Enclave.

Pedro Ordaz (2019, February 7). Por la libre competencia. *ABC*. Retrieved from https://www.abc.es/espana/comunidad-valenciana/abci-libre-competencia-201902071712_noticia.html.

Pérez-Chirinos, V. (2017). Lo que el caso Deliveroo puso sobre la mesa: autónomos y acción colectiva. *Arxius de Ciències Socials*, 2017, No. 36–37: 123

Rocha Sánchez, F. (2018). La intervención de los sindicatos de clase en la economía de plataformas. *Anuario IET. Presente y futuro del trabajo*. Vol 5, pp.77–94.

Rosenblat, A. (2018). *Uberland. How algorithms are rewriting the rules of work*. Oakland: University of California Press.

Ross, A. (2002) *No collar. The humane workplace and its hidden costs*. New York: Basic Books.

Reuters Institute (2018). *Digital News Report 2018*. Oxford University. Reuters Institute. Retrieved from <http://www.digitalnewsreport.org/>. Accessed in April 10, 2019.

Scholtz, T. (2017). *Uberworked and Underpaid. How workers are disrupting the digital economy*. Cambridge: Polity.

Smith, M.; Rainie, L., Himelboim, I., Shneiderman, B. (2014). Mapping Twitter Topic Networks: From Polarized Crowds to Community Clusters. *Pew Research center*.

Sun, P. (2019). Your order, their labor: An exploration of algorithms and laboring on food delivery platforms in China. *Chinese Journal of Communication*, 12(3), p. 308–323.

Thompson, E. P. (2012). *La formación de la clase obrera en Inglaterra*. Madrid: Capitán Swing.

Urzi Brancati, C., Pesole, A., Fernández–Macías, E. (2019). *Digital Labour Platforms in Europe: Numbers, Profiles, and Employment Status of Platform Worker*. Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2019. ISBN 978–92–76–08955–1. DOI:10.2760/16653, JRC117330.

Òscar Pierre in El País (2018, May 1). El fundador de Glovo: En el futuro la gente tendrá múltiples vías de ingresos. [Press Release]. Retrieved from https://retina.elpais.com/retina/2018/04/30/tendencias/1525088881_394696.html.

Warin, R., McCann, D. (2018). *Who watches the workers? Power and accountability in digital economy*. London: New Economics Foundation.

Wyatt, S. (2004). Danger! Metaphors at Work in Economics, Geophysiology, and the Internet. *Science, Technology, & Human Values*, 29(2), 242–261.

Interview to Núria Soto and Juanjo Lavergne, members of *RidersxDerechos*. March 14, 2019.

Interview to Nacho Parra, *Col·lectiu Ronda* labour attorney. March 20, 2019.

Aina Fernández holds a PhD in Audiovisual Communication from UAB University, Barcelona, and a Master in Information and Communication Society from UOC University. She has always combined her work in digital communication with teaching and research in media and new digital content. Also, she is the author of *Lliures o vassalls. El dilema digital (Free or Vassals. The digital dilemma)*.

M^a Soliña Barreiro holds a PhD in Social Communication and she is a full professor at Universidade de Santiago de Compostela. As a researcher, she specialises in avant-garde, documentary, silent film and working-class representation in media and film. She has coordinated the research group Narratives of Resistance at Tecnocampus-universitat Pompeu Fabra and worked as a researcher at Estudos Audiovisuais, Universidade de Santiago de Compostela.

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Da lean manufacturing à smart factory: a comunicação nos processos de organização do trabalho no capitalismo contemporâneo

From lean manufacturing to smart factory: communication in work organization processes in contemporary capitalism

CLAUDIA NOCIOLINI REBECHI

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: claudiarebechi@utfpr.edu.br. ORCID: 0000-0002-3072-5163.

GERALDO AUGUSTO PINTO

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: geraldoaugustopinto@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1347-2173.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

REBECHI, Claudia Nociolini; PINTO, Geraldo Augusto. Da lean manufacturing à smart factory: a comunicação nos processos de organização do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 84-100, abr./jul. 2020.

Submissão em: 11/11/2019. Revisor A: 24/01/2020; Revisor B: 08/02/2020; Revisor C: 20/02/2020; Revisor B: 08/03. Aceite em: 12/03/2020.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38576>

Resumo

Este artigo tem por propósito refletir sobre a comunicação na gestão do trabalho flexível por meio de uma discussão que dialoga com os estudos críticos sobre as novas formas de exploração do trabalho no capitalismo atual. Mais especificamente, procuramos tratar sobre formas de mobilização da comunicação em apoio à lógica organizativa do trabalho assumida pelas empresas que se consideram flexíveis e enxutas (*lean manufacturing*), ou inteligentes (*smart*). O enfoque principal está no exame crítico de elementos constitutivos de uma determinada narrativa, presente no mundo do trabalho contemporâneo, que combina transformações tecnológicas e a precarização do trabalho humano.

Palavras-chave

Comunicação e trabalho; *Lean manufacturing* (produção enxuta); *Smart factory* (fábrica inteligente).

Abstract

This article aims to reflect on communication in flexible labor management through a discussion that dialogues with critical studies on the new forms of labor exploitation in current capitalism. More specifically, we seek to address ways of mobilizing communication in support of the organizational logic of work assumed by companies that consider themselves flexible and lean, or smart. The main focus is on the critical examination of the constitutive elements of a particular narrative, present in the contemporary world of work, which combines technological transformations and the precariousness of human labour.

Keywords

Communication and work; *Lean manufacturing*; *Smart factory*.

Introdução

No contexto da atual configuração do capitalismo, apoiada no paulatino uso de recursos tecnológicos nas formas de exploração do trabalho humano, as empresas têm procurado se apresentar como organizações flexíveis alinhadas a princípios, conceitos e práticas que vêm se fazendo presentes no mundo do trabalho contemporâneo.

Sob esta égide, é possível observar a constituição e a circulação de uma narrativa na sociedade que difunde um certo ideário sobre o trabalho ligado aos conceitos de Indústria 4.0, quarta revolução industrial, *advanced manufacturing*, *smart factory*, assim como plataformação e uberização. Trata-se de ideias que têm encorpado um determinado referencial discursivo por meio do qual a imprensa, *think tanks* e a própria academia costumam debater e, cada qual a seu modo, orientar governos e diversos segmentos sociais em suas ações.

Esse referencial discursivo, vale dizer, já vinha historicamente carregado por outros elementos, tais como *lean manufacturing*, gestão flexível, toyotismo, taylorismo-fordismo, entre outros termos que representavam – como, em grande medida, ainda representam – princípios e práticas (estas também no sentido de artefatos e métodos) de organização do trabalho que são comumente aplicadas em fábricas, escritórios e em outros ambientes de produção. Enfim, em todos os espaços onde aqueles e aquelas¹ que vivem da venda do próprio trabalho desempenham as funções de, por um lado, prover a sociedade de bens e serviços (sobrevivendo com o que lhes é pago por tal atuação), e, por outro, gerar lucros aos que os empregam (ou seja, aos que compram a sua capacidade de trabalho como mercadoria).

Tendo isso em vista, o objetivo deste artigo é refletir sobre o papel da comunicação em apoio à lógica organizativa do trabalho flexível basilar ao mundo do trabalho, discutindo questões tais como: o que caracteriza os conceitos e elementos mobilizados na narrativa ligada à referida lógica; a que processos sociais e econômicos estão vinculados e como se correlacionam? Há algo de comum por traz da gênese de seus princípios e de suas práticas que os embasa e lhes dá coerência?

Embora esses conceitos e elementos sejam mobilizados por seus agentes de modo a representar a realidade concreta dos processos de trabalho das empresas com base em uma perspectiva neutra, imparcial e desvinculada das posições objetivas e subjetivas de classe, – e nesse sentido, apresentam a mera função de descrever a realidade tal qual ela é –, ao que tudo indica, eles defendem ideias e ideais, cuja finalidade última é dirigir o processo histórico, promover visões de mundo unilaterais e comportamentos adestrados.

Eis um universo indagativo no qual a Sociologia e a Comunicação, dedicadas aos estudos sobre o trabalho humano, se encontram. E é por meio desse encontro que se pretende, no presente texto, examinar as questões acima.

Trabalho e acumulação de capital

O capitalismo herdou dos modos de produção baseados na apropriação privada do trabalho alheio um aspecto que é crucial a esse tipo de organização societária: o controle da geração e difusão do conhecimento (como atividade teórica e prática) e o controle do uso do tempo e do espaço. Em retrospectiva, o escravismo havia privado os trabalhadores não só das decisões sobre as atividades que deviam forçosamente executar, e do acesso aos resultados destas, mas também de professarem os seus cultos, falarem as línguas de seus antepassados, e resgatarem a própria vida coletiva. A servidão feudal avançaria pouco a esse respeito: uma religiosidade oficial constituía o principal cimento ideológico dessa

¹ Por simplicidade expositiva, sem nenhuma conotação hierarquizante ou de outra natureza, será utilizado no restante deste texto uma só forma pronominal quando se tratar de sujeitos. E por ela se deve entender, sempre, tratem-se de seres humanos homens e mulheres, indistintamente.

forma de exploração do trabalho e, contanto que os servos camponeses (ou os aprendizes na corporação) não fossem em si propriedade privada dos senhores feudais (ou dos mestres de ofício), submetiam-se a eles mediante um severo controle em suas atividades laborais, as quais realizavam, em sua maior parte, em meios de produção alheios, sendo também apartados dos resultados ao final. Moradia e local de trabalho se confundiam e, se a um aprendiz cabia sonhar em um dia, talvez, ser mestre de ofício (se não viesse a concorrer com a corporação na qual se formara), aos camponeses algo similar equivalia a abandonar seus senhores e, com isso, a proteção da própria vida.

O capitalismo, supostamente, teria inovado nesses aspectos, ao garantir, juridicamente ao menos, a liberdade de escolha às pessoas (como indivíduos e consoante as regras de cada país ou região) sobre onde residir e para (ou com) quem trabalhar. Mas, como advertiu Marx (2013, p. 787), “esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam”. Em outras palavras, o capitalismo partiu de uma sociedade de despossuídos e, não só manteve, mas ampliou o que já estava em curso: a concentração dos meios de produção como propriedade privada de um grupo social, que, por meio disso, explora o labor da grande massa da população.

Conquanto todo modo de produção fundado na apropriação do trabalho alheio (como foram o escravista e o feudal) articule suas mediações em torno do controle das necessidades de existência dos trabalhadores, no capitalismo esse processo histórico adquire sutilezas e complexidades inusitadas, pois os proprietários dos meios de produção não adquirem o trabalho comprando totalmente, em corpo e alma, os que trabalham; compra-se a capacidade de trabalho dessas pessoas, e por um dado período de tempo. Disso decorrem graves consequências, nem sempre claras, pois por detrás da aparente probidade e liberalidade deste arranjo, há um gigantesco mecanismo de opressão psicossocial e de extração de trabalho não pago, frente ao qual o escravismo ou o servilismo feudal foram meros protótipos.

Tome-se, para início de análise, o fato de que cabe aos próprios produtores diretos (sejam assalariados ou trabalhadores autônomos) reproduzirem, por si mesmos, a mercadoria que vendem, qual seja: a capacidade de trabalho, e/ou os meios necessários à execução do próprio trabalho (no caso dos autônomos). Parece algo óbvio, mas o que passa é que reproduzir e conseguir vender o próprio trabalho como mercadoria é *conditio sine qua non* para que essas pessoas simplesmente *existam*; do contrário, tornam-se seres supérfluos e não há regra ou lei que leve alguém ou alguma instituição a lhes empregar ou manter vivos.

Aliás, o capitalismo não admite qualquer modalidade coletiva de planejamento da produção e da distribuição dos frutos do trabalho social (nem mesmo dos excedentes porventura advindos de uma elevação técnica da produtividade ou da saciedade temporária de determinado segmento social). Essas medidas – das quais poderiam advir, entre outras coisas, uma redução gradativa das jornadas de trabalho, ou um controle mais preciso dos efeitos colaterais do consumo, como a poluição ambiental – são blasfêmias às regras supostamente libertárias desse sistema.² Do que, contraditoriamente, resulta um crônico desperdício de capacidade de trabalho social (como nas crises de superprodução) e de seres vivos de todas as espécies (incluindo a humana, pois, na impossibilidade de vender o próprio trabalho, não são poucas as pessoas que morrem anualmente por privação de alimentação).³

² Nas palavras de Marx (2014, p. 610), “a ideia de que a acumulação se realiza à custa do consumo é – enunciada desse modo geral – ela mesma uma ilusão, que contradiz a essência da produção capitalista, na medida em que pressupõe que o objetivo e a mola propulsora desta última é o consumo, e não a subtração de mais-valor e sua capitalização, isto é, sua acumulação”.

³ Segundo publicação recente da Organização das Nações Unidas (FOME..., 2019): “cerca de 820 milhões de pessoas em todo o mundo não tiveram acesso suficiente a alimentos em 2018, frente a 811 milhões no ano anterior, no terceiro ano consecutivo de aumento. (...) O ritmo do progresso para reduzir para a metade o número de crianças com atraso no crescimento e de bebês nascidos abaixo do peso ideal é demasiado lento (...). A fome está aumentando em muitos países nos quais o crescimento econômico está estancado, particularmente nos países de renda média e naqueles que dependem em grande medida do

O desemprego e o conseqüente excesso de força de trabalho imobilizada, além de banalizar o desperdício e a vida, mais do que efeitos supostamente indesejados, são processos funcionais à reprodução do sistema capitalista na medida em que atacam o poder de barganha de quem depende do próprio trabalho para sobreviver, em face de quem compra o trabalho alheio e com ele não só vive, como lucra. A força de trabalho, por seu atributo de conservar e, mais do que isso, de agregar valor aos meios de produção, é a mercadoria mais valiosa a ser consumida por quem os detém, é a fonte de todo lucro industrial e comercial. Para a classe trabalhadora, contudo, o trabalho, como mercadoria da qual se deve alienar intermitentemente por toda a vida, torna-se um meio de sobrevivência. Isso na melhor das hipóteses, quando se considera o trabalho com um direito fundamental, por ser a garantia de proteger a própria vida. Mas tal critério não vai além da letra morta de regulamentos solenemente ignorados por empresas e Estados.

É interessante observar que, assim como a força de trabalho, os meios de produção também são produzidos e comprados como mercadorias pelo empresariado. E deter sua posse, apenas, é insuficiente. Deve-se pô-los em movimento para que gerem produtos e serviços, que, novamente na forma de mercadorias, são vendidos e convertidos em dinheiro, reiniciando-se o ciclo. Não se busca por meio disso, como é sabido, reaver a mesma quantia de dinheiro adiantado na compra de meios de produção (e de força de trabalho), mas um excedente – o lucro. Longe de ser o resultado de especulações (como comprar barato e vender caro), e tampouco o salário com que o empresariado sobrevive (pois assim não seria possível o crescente reinvestimento e, a partir dele, a reprodução ampliada da acumulação), o lucro é uma parcela do montante de trabalho comprado a um custo sempre menor do que o resultado desse trabalho efetivamente realizado e entregue. E isso somente é possível pelo fato de que empresários não compram, no capitalismo, qualquer capacidade de trabalho, e nem exploram toda a potência de seus vendedores (os trabalhadores) em quaisquer condições.

O capitalismo é, acima de tudo, um modo de produção fundado no trabalho cooperado, embora num sentido muito particular de cooperação: a maioria dos produtos e serviços resultam de processos de trabalho que são realizados no interior de espaços (mesmo que virtuais e/ou dispersos geograficamente) nos quais, mediante uma divisão técnica e social, diferentes indivíduos especializados operam, ao mesmo tempo e de forma combinada, meios de produção privados e construídos em larga escala. A produtividade decorrente desse tipo de arranjo social permite extrair um resultado muito maior (e crescente) do trabalho dessas pessoas frente ao que se obteria caso estivessem a produzir sozinhas. No entanto, é na condição de peças individuais dessas imensas engrenagens corporativas que os trabalhadores recebem os seus pagamentos em troca da massa de valor que geram ao operar, coletivamente, esses meios de produção, que não só são concentrados juridicamente como propriedades privadas, mas tecnicamente projetados para realizar com precisão esse tipo de exploração social massiva.

O consumo eficiente e contínuo dos meios de produção torna-se, por isso, também algo da maior relevância no capitalismo. E como só se pode dispor da força de trabalho por intervalos de tempo intermitentes (diários, mensais e anuais), à margem dos quais esses meios de produção (e os insumos que os alimentam) inevitavelmente desvalorizam-se, o capitalismo engendrou artefatos técnicos e métodos organizacionais que processam e intensificam as habilidades e energias humanas a níveis inimagináveis às sociedades anteriores. Na ausência de uma macro-estrutura coletiva que coordene a produção e a distribuição dos resultados do trabalho social, há na micro-esfera empresarial um *tour de force* cotidiano para extrair lucro de cada centavo aplicado e por cada bolha de tempo decorrido, pondo-se, sempre que possível, os meios de produção a operar no limite máximo de sua capacidade, ao longo das 24 horas/dia, dos 7 dias/semana e dos 365 dias/ano. Daí a necessidade dos variados turnos de trabalho, das horas-extras ou das variadas formas de flexibilizar ou mesmo burlar as jornadas.

comércio internacional de matérias-primas. (...) A desigualdade de renda está crescendo em muitos dos países onde a fome está aumentando, o que torna a situação ainda mais difícil para os mais pobres, vulneráveis ou marginalizados, frente à desaceleração e à recessão econômica”.

A organização do trabalho no capitalismo

Nessa guerra – entre, de um lado, os que se obrigam a girar esse moinho para dele extrair o direito à vida, e, de outro, os que o detém como capital para dele extrair não apenas a própria vida, mas, acima de tudo, lucros – não se emprega mais a simples violência ostensiva, ao modo primitivo do xingamento e da chibata. Diferentemente, empreendem-se as mais formidáveis engenharias de controle, envolvendo desde a investigação e a assimilação de saberes-fazeres, até a metrificação e imposição de padrões de percepção e conduta aos trabalhadores, do âmbito sócio-coletivo ao individual-psíquico e das esferas gerenciais aos níveis operacionais nas empresas - e nos próprios lares, no caso de trabalhos executados remotamente. As denominadas revoluções industriais, tão memoráveis pelos ditos avanços tecnológicos logrados, não foram senão o resultado dessa sanha empresarial em elevar continuamente a produtividade por meio do mais absoluto controle das atividades de trabalho e de sua execução em meios (espaços e artefatos) e sob condições (organizacionais) obstinadamente projetadas a gerar o máximo de lucros, ao invés de melhores meios de vida.⁴

O sistema de manufatura, logo de sua implantação ao final do século XVIII, já expunha essa necessidade de controle ao deslocar os trabalhadores para fora dos locais de moradia para operarem, ainda que inicialmente sob métodos tradicionais, equipamentos dispostos em larga escala e sob uma administração privada e centralizada (MARGLIN, 1996). Com o passar dos anos, um *staff* gerencial passou a acumular os saberes-fazeres vernaculares dos trabalhadores e a impor nos locais de trabalho uma profunda subdivisão técnica de atividades, que, reduzidas então a tarefas ocas e repetitivas, passaram a ser distribuídas entre grupos estanques de pessoas, num processo que, ao fim e ao cabo de décadas, tornou ex-artesãos em operários cultural e fisicamente mutilados (não raro em sentido literal) (MARX, 2013).

Essa especialização depauperante abriu espaço a um *design* unilateral e reducionista dos artefatos de trabalho, o que, *pari passu* às técnicas de obtenção e aplicação mais versáteis de energia (com o uso dos combustíveis fósseis e a eletricidade), permitiu uma automação do trabalho, com o advento de máquinas crescentemente complexas que passaram a executar desde a força motriz até as próprias operações com as ferramentas sobre os objetos de trabalho, primeiramente intermediando, mas com o tempo substituindo mesmo a presença do ser humano, e, acima de tudo, alterando social e culturalmente a relação deste com o objeto de labor. Ao superar, em muitos casos, a capacidade humana em rapidez e precisão em tarefas que, antes complexas e intuitivas, foram rebaixadas a atos reflexos e repetitivos, as máquinas passaram a ser empregadas massivamente desde o século XIX, alterando os ambientes de trabalho e assimilando funções (como controlar-se, abastecer-se etc.), num movimento que se espalhou da indústria à mineração, à agropecuária, aos transportes, à comunicação, alterando, enfim, as relações sociais do ser humano, o que inclui, evidentemente, o uso e a percepção do espaço e do tempo.

O surgimento de um sistema de mensuração por cronômetro de cada ato físico e mental, executado em ferramentas especiais num espaço laboral desenhado cuidadosamente para sugar cada lapso de tempo produtivo, tal como empreendeu o taylorismo na virada do século XIX para o XX, não foi, portanto, mais do que um avanço nessa mesma trajetória (PINTO, 2013). Logo depois, a introdução da linha de série fordista engendraria não só a produção, mas o consumo *de massa*, em uma sociedade na qual não só o

⁴ Segundo Rosdolsky (2001, p. 379): “o traço mais evidente desse sistema [e sua necessidade para reproduzir-se, acrescentaríamos nós] é – e segue sendo – sua busca insaciável de lucros crescentes. Por isso, só se produzem ‘bens’, ou valores de uso, que também sejam, ao mesmo tempo, valores; e as necessidades humanas só são satisfeitas na medida em que isso incrementa a mais-valia [fonte do lucro]. Por exemplo, os criadores de toda a riqueza social – os trabalhadores – têm grandes necessidades (afortunadamente, sempre crescentes); mas só podem satisfazê-las se sua força de trabalho for uma mercadoria vendável no mercado; e ela só é vendável se for capaz de criar mais-valia. O caso dos assim chamados <fatores objetivos> é semelhante: máquinas e instrumentos de produção, mesmo os mais aperfeiçoados, só são empregados se podem aumentar a taxa de lucro. Finalmente, também o <capitalista total> está restringido em suas comodidades e fruções pela necessidade da acumulação permanente de capital”.

conhecimento sobre o trabalho e o próprio ato de trabalhar, mas a percepção subjetiva acerca do direito, do dever e dos meios de se obter o resultado do trabalho, passaram a ser ressignificados e manipulados (GRAMSCI, 1996).⁵ Provam isso a endêmica sujeição da emergente classe média (e mesmo de setores do proletariado) no século XX à mercantilização do trabalho e de seus resultados, e a resignação diante da colossal burocracia e da maquinaria nela empregada⁶, configurando o que Marcuse (1987) denominaria como o advento de um ser humano *unidimensional*.

O passo seguinte nesse processo, a partir dos anos 1970, com a crise do petróleo, foi a difusão mundial do Sistema Toyota de Produção (CORIAT, 1994; HIRATA, 1993; MONDEN, 1984; OHNO, 1997), alcunhado nos EUA de *lean manufacturing* (produção enxuta) (WOMACK, JONES, ROOS, 1992). A inovação em relação ao taylorismo-fordismo estaria no fato de que o toyotismo, além de maior eficiência no consumo de materiais e de tempo na produção, permitia a elaboração de uma variedade maior (*mix*) de produtos (ou serviços), mesmo sob a produção em larga escala. Para conseguir isso, o toyotismo exige um redimensionamento do espaço produtivo, eliminando-se a tradicional esteira da linha de série e introduzindo-se espaços (células) que integram equipes de variados tamanhos e com trabalhadores polivalentes, aos quais é imposto um número crescente de diversas atividades e a operação, não raro simultânea, de mais de um tipo de equipamento. Daí atribuir-se ao toyotismo (ou à sua releitura ocidental, a *lean manufacturing*) a aura de uma flexibilidade em contraposição à rigidez do taylorismo-fordismo: o tipo ideal de empresa é a que se adapta rápido à anarquia de um mercado cada vez mais convulsionado e oscilante. E como as empresas não são mais do que compradoras e mobilizadoras de trabalho alheio, eis que surge o ideal do trabalhador flexível, capaz de se adaptar às bruscas mudanças provocadas pela concorrência nas qualificações e nas relações contratuais de trabalho, incluindo lidar com o próprio desemprego (ANTUNES, 1995, 1999; ANTUNES e PINTO, 2017; PINTO, 2011b).

Entretanto, flexibilidade é o que todos esses sistemas de organização engendrados pelo capitalismo exigiram à classe trabalhadora. Exigiu-se dos camponeses - junto, evidentemente, com a supressão de suas propriedades - adequarem-se ao arrendamento ou ao assalariamento na zona rural; ou migrar às cidades, onde passariam a concorrer com os ex-artesãos, tornados, também sob o risco de sucumbirem, em operários manufatureiros. A posterior introdução e o uso crescente da maquinaria de base eletromecânica na indústria, na mineração e no campo, além de intensificar o trabalho (sobretudo quando é impossível estender mais as jornadas, visando amortizar os custosos investimentos) (DAL ROSSO, 2008), levaria também inúmeras pessoas à condição de descartabilidade, num movimento que adquiriu especial virulência desde fins do século XX com a introdução da eletrônica e da informática nos equipamentos e espaços de trabalho (HARVEY, 1992; LOJKINE, 2002; SCHAFF, 1995; WOLFF, 2005).

A difusão de computadores de variados portes e sua integração em redes abastecidas com servidores, operados por *softwares* cada vez mais complexos e, ao mesmo tempo, mais versáteis e acessíveis aos usuários, provocou um crescimento exponencial da capacidade de armazenamento, mineração e processamento de dados. Conjugadas à esfera da comunicação, configurando o rol de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), essas novas forças produtivas potencializaram o controle do trabalho humano pela via da automação, ao permitir a coleta de dados produzidos pelos trabalhadores em suas jornadas (locais ou remotas) de trabalho, possibilitando evidenciar nos mínimos detalhes os saberes-

⁵ Nas palavras de Gramsci (1991, p. 393): “a história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento ‘animalidade’ do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão, precisão, que tornem possível as formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo”. Comentários sobre essa perspectiva gramsciana podem ser vistos em Pinto (2008, 2011a, 2012).

⁶ Não por acaso, o século XX ficou marcado pela viabilização industrial massiva do automóvel, mas também do avião e dos foguetes, cujos desenvolvimentos acelerados são tributários das guerras de 1914-1918 e 1939-1945 e suas consequências, como a Guerra Fria.

fazerem numa espécie de “texto eletrônico”, como expressa Zuboff (2018, p. 21).

Já no início dos anos 1980, Zuboff (ibid) relatava em seus artigos uma mudança qualitativa na automação do trabalho humano desde que este passou a ser, em suas palavras, “mediado pelo computador”. Se as formas de automação realizadas até então se limitavam à simplificação do trabalho e à substituição do ser humano por máquinas que ofereciam maior controle e continuidade, a introdução das TICs agregaria ainda outra camada de dominação do trabalho pelo capital: a geração e a acumulação de dados, produzidos simultaneamente ao desenrolar do trabalho, cujo processamento (e análise) à parte “(...) proporciona um nível mais profundo de transparência a atividades que pareciam parcial ou totalmente opacas”, o que produz uma “(...) ação ligada a uma voz reflexiva, pois a mediação pelo computador representa simbolicamente eventos, objetos e processos, que se tornam visíveis, passíveis de serem conhecidos e compartilhados de uma nova maneira” (ZUBOFF, 2018, p. 20).

Para Zuboff (2018, p. 20-21), há nesse estágio dois processos simultâneos: a automação e a informatização do trabalho; por esta última, amplia-se “(...) a codificação organizacional, resultando em uma abrangente textualização do ambiente de trabalho – o que chamei de ‘texto eletrônico’”. Com isso, acirrou-se ainda mais a disputa em torno do conhecimento do trabalho, pois o aprendizado em tempo real e mediado por computadores tornou-se algo cada vez mais comum e *endógeno* aos processos de trabalho (Id. ibid., loc. cit.). A emergência de novas mediações técnicas tendo a internet e suas ferramentas (aplicativos, plataformas, páginas, portais, blogs, canais, motores de busca etc.) como base e lugar comum do fluxo de ações e comunicação nos ambientes de trabalho, permitiu que a coleta, o armazenamento e o processamento de informações – por si inerentes à gestão capitalista – ultrapassassem os limites formais das relações de trabalho e atingissem níveis de controle social que vão ao âmago da vida privada dos trabalhadores:

Algumas dessas ações são mais formais: metodologias de aperfeiçoamento contínuo, integração empresarial, monitoramento de empregados, sistemas de tecnologia da informação e comunicação que proporcionam a coordenação global de operações dispersas de manufatura, atividades profissionais, formação de equipes de trabalho, informações sobre clientes, cadeias de fornecedores, projetos inter-empresas, forças de trabalho móveis e temporárias e abordagens de *marketing* para diferentes configurações de consumidores. Outras são menos formais: o fluxo incessante de mensagens eletrônicas, buscas *online*, atividades no *smartphone*, aplicativos, textos, videoconferências, interações em redes sociais etc. (...) O ponto-chave aqui é que o texto eletrônico, quando estamos tratando da esfera do mercado, já se encontra organizado pela lógica de acumulação na qual está incorporado, bem como pelos conflitos inerentes a essa lógica (ZUBOFF, 2018, p. 21-22).

As constatações de Zuboff (2018) evidenciam o quanto a aplicação das TICs na automação do trabalho permitem - e exigem, numa espécie de realimentação dos próprios aparatos de organização e seus métodos – a elaboração de uma gestão capitalista do universo simbólico do trabalho nas empresas, por meio da qual se constroem ambientes impositores de determinadas prescrições de comportamento no trabalho, exigidas por esses novos arranjos que se reivindicam *lean* (enxutos e flexíveis) e, mais recentemente, *smart* (inteligentes).

Assim como o sistema Toyota de produção superou, sem eliminar suas bases fundantes, o fordismo (tal como este fizera, ademais, com o taylorismo) (PINTO, 2007), a chamada *smart factory* (fábrica inteligente), propagada como parte do receituário alemão da *Indústria 4.0*, é uma fábrica organizada nos princípios da *lean manufacturing*, mas agregando outros elementos físicos e gerenciais, pautados no uso massivo da informática (sobretudo pela intensificação das formas de conectividade no sistema de maquinaria) e, como apontado por Zuboff (2018), de métodos de coleta permanente (e invasiva) de dados humanos pelas mediações digitais dos processos de trabalho, abrindo as portas a um nível de controle que concretiza o pesadelo do *panopticon* e possibilita vigiar e punir – parafraseando Foucault (2014) – em tempo real.

Dentro desse contexto, Srnicek (2017, p. 34-35) aponta que é possível perceber um número crescente de empresas e fábricas interessadas em integrar plataformas ao campo da manufatura tradicional, com o propósito de coletar dados, armazená-los e analisá-los, sendo que uma das tentativas dessas organizações em concretizar tal propósito é conhecida como “internet industrial das coisas” ou, simplesmente, “internet das coisas”. Basicamente, segundo ainda o mesmo estudioso, a ideia é que cada componente no processo de produção das empresas torne-se capaz, através do uso da internet, de se conectar com máquinas sob a orientação de trabalhadores e gestores. A “internet industrial das coisas” promete fazer o processo de produção ainda mais eficiente ao reduzir custos e tempo de inatividade.

Na área da automação, as empresas estão lançando mão de maquinaria com processamento computacional embarcado e gerido por interações mediante uma conexão contínua à rede mundial de computadores. Uma parte desses artefatos possui dispositivos que captam uma miríade de informações (de tempo e deslocamentos no espaço, de temperatura, pressão, maneiras com que são manipulados etc.), tanto de si e de outros equipamentos do entorno, como dos trabalhadores que os operam. Essas informações são processadas por *softwares* embarcados nesses equipamentos e/ou situados em determinados pontos do processo produtivo, permitindo tomadas autônomas (leia-se: máquinas) de decisão e até mesmo certo nível de aprendizado (*machine learning*), evidenciando, assim, a disseminação de técnicas de Inteligência Artificial (IA) nos espaços de trabalho. Por fim, essa colossal quantidade de dados gerados na interação entre trabalhadores e máquinas, e que são por elas mesmas sequestrados, é armazenada em grandes servidores a partir dos quais são minerados e processados, produzindo informações precisas e em tempo real que permitem à gerência capitalista uma leitura translúcida e quase ubíqua de cada tarefa, em todas as séries de atividades ao longo de centenas ou até milhares de postos de trabalho numa planta (e, no limite, em mais de uma planta numa cadeia produtiva). Eis o chamado *big data*.

Igualmente a outros tipos de plataformas, as chamadas plataformas industriais contam com a extração de dados como uma ferramenta competitiva no mercado, considerando serviços mais rápidos, flexíveis e baratos (Srnicek, 2017).

Um exemplo do que entendemos neste artigo por *smart factory*, ou do que Srnicek (2017) chama de plataformas industriais, – mesmo que ainda em fase de elaboração – é a fábrica de caminhões da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo, no Brasil. Essa antiga planta, inaugurada em 1956, vem recebendo desde 2015 altos investimentos do Grupo Daimler nas áreas acima citadas, que chegarão a R\$ 2,4 bilhões até 2022. Em 2018, já inaugurou uma nova linha de montagem de caminhões com mais de 300 *automatic guided vehicles* (AGVs) (PROJETO..., 2009), *autonomous intelligent vehicle* (AIVs, dotados de IA), robôs colaborativos (com sensores que lhes permitem atuar ao lado de seres humanos sem gaiolas de segurança), parafusadeiras eletrônicas e até exoesqueletos e óculos de realidade aumentada. Tudo isso está conectado em rede, gerando dados que são armazenados num *data lake*, gerido por uma plataforma que monitora não só esta planta, como pretende fazer o mesmo (conectando-a) com as demais fábricas do grupo, no Brasil e no mundo. Monitora-se a qualidade do trabalho por detecção de falhas de produção, traçam-se correlações entre produção e vendas (dando maior agilidade e flexibilidade ao *mix* produtivo), entre outras possibilidades. Segundo informa a empresa, um simples aplicativo para *smartphone* entrega uma interface ao usuário que permite acompanhar esses detalhes da produção em tempo real e a partir de qualquer lugar do mundo com conexão à internet (CURCIO, 2019; MERCEDES-BENZ..., 2018, 2019a, 2019b).

Diante do atual cenário do capitalismo digital, Sadowski (2019, p. 5, tradução nossa) nos lembra que: “diferentes indústrias acumulam diferentes tipos de dados para dar conta de suas próprias motivações e de seus objetivos”, considerando que os dados – sua extração, acumulação e circulação – são um elemento central da economia política do século XXI. Nesse sentido, os dados podem ser compreendidos, conforme o referido estudioso, como uma forma de capital que gera valor, levando em conta que os tipos de dados coletados e como eles são usados são aspectos fundamentais nesse contexto.

A comunicação na gestão capitalista do trabalho

Em cada um desses momentos, conjuntamente às estratégias gerenciais de organização das hierarquias, dos postos, das tarefas, dos espaços físicos e virtuais, e dos instrumentos de trabalho, a comunicação teve um papel essencial. Da mesma forma como o trabalho cooperado e as técnicas (artefatos; metodologias; linguagens corporais, verbais e escritas), a comunicação, como práxis social gestada e mediada pelo trabalho humano na história, têm como propósito adensar e aperfeiçoar as relações dos seres humanos entre si e com a natureza, sempre tendo como pressupostos os objetivos, as finalidades e os limites dados pelo contexto histórico e cultural de cada sociedade. Subordinada a modos de produção baseados na exploração privada do trabalho alheio, como o capitalista, a comunicação, tal como outras práxis sociais, tem sua virtuosidade pervertida pela imperiosa necessidade de controlar e ampliar a produtividade do trabalho – para, no entanto, como já aludido antes, gerar como resultado a concentração dessa crescente riqueza em posse de uma classe dominante, restando às demais submeter-se para garantir, ao menos (e a priori), a simples sobrevivência. Nesse sentido, Roseli Figaro (2008, p. 30) aponta esse aspecto contraditório da comunicação no trabalho da seguinte forma: “na sociedade capitalista globalizada, a comunicação extrapola o âmbito das relações genéricas do ser social em relação ao trabalho, para constituir-se em elemento do processo produtivo de riquezas e acúmulo de capital”.

Os métodos e artefatos de prospecção, metrificação, redefinição, padronização, controle e intensificação do trabalho nas empresas trazem em seu bojo usos da comunicação por um viés tecnocrático, associando-a às relações de poder, aos princípios da gestão estratégica – ou *management*, na linguagem dos expertos do capital –, sendo essas atividades de comunicação integradas a um gerenciamento que pretende racionalizar também o universo simbólico nos ambientes laborais. Trata-se de uma postura teórica e prática que, se bem reforça o papel social da comunicação, o faz aliando-a ao domínio de uma ideologia mercantil que é representativa de uma sociedade produtivista como a atual (SODRÉ, 2012).

Sodré (2014) alerta que capitalismo financeiro e comunicação caminham juntos na contemporaneidade. Atualmente, comunicação e informação podem ser consideradas relevantes ao capitalismo seja como base material, seja como base ideológica:

Ficcionando ou virtualizando o real em função da atualidade histórica do capital, o par comunicação/informação contribui, portanto, para “naturalizar” o mercado financeiro como base da aceleração do desenvolvimento econômico e como fonte da ideologia capitalista do bem-estar humano na atual etapa de penetração da lei estrutural do valor (o capital) em todos os espaços existenciais dos indivíduos. E assim representa um aspecto da luta de classes em que a modernização neoliberal acarreta o desmatamento do Estado de bem-estar social e da tradicional organização das forças produtivas em favor da precarização do trabalho, com vistas ao aumento de rendimentos do capital fictício (SODRÉ, 2014, p. 56-57).

O uso da comunicação nas funções de articulação e tracionamento da produção na esfera empresarial capitalista data, pelo menos, do advento da organização industrial da produção. Boutet (2008), em suas investigações sobre as inter-relações entre as atividades da linguagem e do trabalho, com base numa abordagem teórico-metodológica denominada de “via verbal no trabalho”, aponta que as manifestações comunicativas dos trabalhadores eram foco de atenção por parte dos gestores do capital já no século XIX.

Analisando mais de 300 *réglements d'ateliers* (regulamentos de oficinas), produzidos entre 1798 e 1936 na França, Boutet (2008) mostra que diferentes modalidades da atividade verbal de operários e operárias - como assobiar, conversar, gritar, injuriar ou cantar - eram censuradas e impedidas no ambiente de trabalho. Dois tipos de interdições à expressão comunicativa dos trabalhadores são identificados e categorizados pela linguista no material levantado: as de natureza *produtiva* e as de natureza *moral* (BOUTET, 2008, p. 28). As interdições do primeiro grupo agregam as práticas languageiras consideradas

impeditivas de um trabalho bem feito e de boa qualidade - neste caso, o silêncio é condição fundamental para o êxito da produção. Já o segundo grupo, de natureza moral, comporta interdições de qualquer expressão verbal tida como portadora de comportamentos transgressores de normas de civilidade e dos *bons costumes*.

A pesquisa de Boutet (2008) é interessante, entre outras coisas, por instigar a reflexão sobre as valorações diferenciadas do uso da comunicação nos ambientes laborais em distintos momentos no capitalismo. Se antes esse uso era rejeitado sob a acusação de ser considerado um entrave à produtividade, na atualidade a mobilização da comunicação é algo valorizado e explorado economicamente nesses ambientes. Em ambos os casos, no entanto, aponta Boutet (2008), perdura a vontade de racionalizar a linguagem e a comunicação no trabalho.⁷

No final do século XX, com difusão mundial do toyotismo e de sua versão ocidental, a *lean manufacturing*, a comunicação foi igualmente instrumentalizada pelos proprietários do capital e seus *managers* como parte dos métodos de racionalização do trabalho, como se pode notar pelo uso disseminado de *prescrições* cuidadosamente estudadas e difundidas nos ambientes empresariais. Essas prescrições são um conjunto de enunciados compostos, dispostos e difundidos em campos de trocas simbólicas, impulsionadas pelas disputas de poder e pelas relações de força a que elas estão sujeitas, em condições históricas e sociais determinadas. São enunciados materializados em discursos que revelam recomendações e orientações consideradas obrigatórias para a conformação de um determinado modo de pensar e de ordenar as relações sociais (REBECHI, 2014).

O uso prescrito da comunicação na gestão das relações de trabalho nas empresas, portanto, não é um fenômeno originado com a aparição de um novo tipo de organização do trabalho. Seu papel na gestão racionalizada do simbólico das situações de trabalho (OLIVESI, 2006) foi potencializado a partir das duas últimas décadas do século XX, com o surgimento de outros aspectos da configuração atualizada do trabalho.

Pode-se identificar a mobilização de prescrições de comunicação constituídas em relação aos princípios da gestão toyotista, que, conjuntamente aos princípios da flexibilidade e enxugamento, enfatizam ideais de “valorização do trabalhador como pessoa”, de incentivo à “acessibilidade à informação” no ambiente de trabalho, de “individualização do trabalhador” no tratamento dado pelas chefias e de “envolvimento do empregado à cultura da empresa” (REBECHI, 2009, p. 103). Essas prescrições de comunicação incorporaram também um vocabulário que passou a pautar uma nova imagem e significado das atividades de trabalho e dos próprios trabalhadores nas empresas que se reivindicam enxutas e flexíveis: o termo funcionário é substituído por parceiro, associado, colaborador, consultor; não se fala mais em qualificações, mas em competências; e expressões como polivalência e multifuncionalidade passaram a ser naturalizadas.

Se já existiam conceitos que sempre fizeram parte da atividade humana de trabalho e que ocasionalmente constituíam princípios de formas de gestão do trabalho – tais como diálogo, participação, inteligência, respeito, humanismo, autonomia etc. –, agora esses mesmos conceitos dão corpo, tanto ao discurso das empresas, como às prescrições de comunicação nos processos de trabalho. Percebe-se, portanto, uma readequação do emprego de um vocabulário ligado ao contexto ideológico constitutivo das empresas. Trata-se de um jogo ideológico do emprego da palavra, traduzido por Bakhtin (1986, p. 95) nos seguintes termos: “(...) não são as palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”.

⁷ No Brasil, por exemplo, a gênese das prescrições de comunicação no trabalho em contextos organizacionais empresariais remonta à difusão, por entidades como o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), na primeira metade do século XX, dos preceitos da “organização científica do trabalho”, oriundos do sistema taylorista-fordista (e da escola de “relações humanas”). Preceitos que foram propagados, dentro e fora das empresas, como orientações para a formação de uma força de trabalho adequada à industrialização e ao avanço do capitalismo no país (REBECHI, 2014).

Esse uso ideológico da comunicação é algo que está claramente presente no discurso de governantes, entidades empresariais e até mesmo de acadêmicos, acerca da “quarta revolução industrial” (SCHWAB, 2016), com ênfase no receituário germânico *Plattform Industrie 4.0* (PLATTFORM..., 2019) e no estadunidense *Advanced Manufacturing*, seguidos pelo chinês *Made in China 2025* (PARDI et al., 2018). Nota-se uma tentativa desses agentes públicos e privados de criar um discurso hegemônico, uma espécie de *clima* e de *estado de espírito*, sobre a inevitabilidade dos diversos segmentos e setores sociais se envolverem nessa onda de *transformação digital*. Schwab (2016, p. 17), fundador e executivo do Fórum Econômico Mundial, afirma em seu livro que:

(...) o mundo carece de uma narrativa coerente, positiva e comum que descreva as oportunidades e os desafios da quarta revolução industrial, uma narrativa essencial caso queiramos empoderar um grupo diversificado de indivíduos e comunidades e evitar uma reação popular contra as mudanças fundamentais em curso.

Na esteira desse discurso, emergem prescrições e orientações relacionadas ao trabalho que vêm sendo criadas e difundidas por empresas e suas entidades representativas, buscando destacar as vantagens e positividade dos ditames da Indústria 4.0, sempre alinhadas à ideia de uma “hegemonia informacional-digital” – parafraseando aqui Antunes (2018). Coloca-se como uma obrigatoriedade, às empresas e aos trabalhadores, adequarem-se à chamada *cultura digital* e aos recursos tecnológicos que lhe conformam, tais como a IA e a internet das coisas, sob pena de sucumbirem ou então retardarem os progressos que essas tecnologias supostamente trarão (como, por exemplo, o aumento da renda global pela elevação da produtividade, baseada numa produção composta por dispositivos inteligentes em cooperação com os trabalhadores). Promete-se a velha liberação dos trabalhadores para atividades mais prazerosas e criativas, desde que passem, claro, a pensar e agir como *nativos digitais*.

Se até aqui a presente análise se circunscreveu ao interior das fábricas (ou dos escritórios) ditos inteligentes⁸, cabe frisar que para além desses espaços vêm se expandindo outras modalidades de exploração do trabalho em cuja base artefactual e metodológica também estão as TICs e a gestão algorítmica, igualmente amparadas pelas prescrições de comunicação que apregoam a flexibilidade, a polivalência, a autonomia, o engajamento, o empreendedorismo e o consumo vigilante como os ideais de uma nova era. Tratam-se de modalidades de consumo privado dos frutos do trabalho alheio que se esquivam da relação de assalariamento mediante o estabelecimento de contratos com os trabalhadores como se estes fossem prestadores de serviço autônomos, ou mesmo empresários de si mesmos.

Essas modalidades de exploração fazem uso de algoritmos em plataformas digitais situadas na internet, emergindo desse movimento as ditas *empresas de plataformas*, em cuja liderança econômica (e propagandística) estão Airbnb e Uber (SLEE, 2017). Tomando-se a Uber, seus executivos (e outros entusiastas) defendem que a empresa não oferta serviços de transporte de passageiros, mas serviços de conexão entre passageiros e uma multidão heterogênea e oscilante de simples proprietários de veículos, que, por algum motivo, em certo momento descobrem que podem *compartilhar* as suas posses e habilidades, tornando-se motoristas autônomos ocasionais. Da parte destes, basta cadastrar-se num aplicativo (atendendo a regras minimalistas e que variam conforme cláusulas de poderes públicos locais) pelo qual podem prestar *seus* serviços por meio da Uber, que, por sua *colaboração*, recolhe de cada pagamento efetuado a seus *parceiros*, porcentuais que com frequência ultrapassam 20%. Riscos de acidentes, violência e adoecimentos (que podem, no mínimo, descontinuar a fonte de renda desses motoristas), assim como a responsabilidade pelo abastecimento e toda a manutenção física e tributária

⁸ Cuja maquinaria sequestra dados das operações que os seres humanos nela realizam, transformando-os em informação “inteligente” (leia-se: de interesse da acumulação capitalista). Aliás, em se tratando da expressão inteligência artificial, tida como uma consciência autopoietica, criativa e auxiliar do ser humano, eis aqui um fato questionável segundo Casilli (2018), para quem tais capacidades computacionais têm sido viáveis somente pelo sequestro de dados humanos, como já mencionado, *pari passu* à severa unilateralização das finalidades dos softwares e hardwares engendrados pelos interesses de seus detentores.

dos veículos, ficam por conta dos parceiros. E algo há que respingar, por óbvio, nos próprios passageiros, posto que, segundo a Uber, eles não estão contratando (e, portanto, não podem ser respaldados por) uma empresa de transporte; eles estão pagando por uma carona.

Esse modelo de negócio, agressivamente rentável e suavemente denominado *sharing economy* (economia de compartilhamento), rechaça por completo a necessidade de vínculos empregatícios e ainda exige do trabalhador que assuma, como um *empreendedor*, todos os riscos. A Uber se desvalida até mesmo da avaliação da qualidade e segurança do serviço que, por meio de sua plataforma, é prestado. Faz, na verdade, algo mais interessante: transfere essa tarefa de monitorar e controlar o trabalhador-motorista ao próprio consumidor-passageiro, por meio da ferramenta de avaliação em seu aplicativo. Em outros termos, a empresa-mãe do negócio (que em poucos anos se tornou uma megacorporação) sai de cena e deixa, frente a frente, dois indivíduos, dando a um deles, ao consumidor-passageiro, a tarefa (que deve realizar gratuitamente) e o poder (com a responsabilidade subjacente) de determinar (ainda que desprovido de todo critério além do senso comum, e isento de qualquer necessidade de justificativa) a qualidade e, no limite, a continuidade da prestação do serviço pelo trabalhador-motorista (SLEE, 2017).

Pesquisa recente, coordenada pela socióloga do trabalho inglesa Ursula Huws e outros pesquisadores, indicou que práticas da gestão do trabalho por plataformas digitais já estão sendo assumidas por empresas tradicionais na Europa, especialmente na área de serviços. Uma dessas práticas é a classificação que os clientes fazem para avaliar as atividades de trabalho realizadas, sendo considerada um meio de disciplinar os trabalhadores (THE PLATFORMISATION, 2019).

Esses diversos casos demonstram como as TICs têm contribuído para aprofundar o controle e a exploração do trabalho, abrindo o fosso entre concepção e execução do trabalho, simplificando e desqualificando o *savoir faire* desenvolvido pela classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1995, 1999), explorando ao máximo a subjetividade do ser humano e propiciando danos psicológicos e físicos aos trabalhadores (ALVES, 2011; LINHART, 2007). Diante disso, essa lógica organizativa do trabalho vinculada ao mundo digital nos remete, de algum modo, à interpretação de Braga (2009, p. 65), que, há anos atrás, já descrevia a paradoxal “(...) miséria do trabalho informacional autêntico com a prosperidade do trabalho informacional idealizado”.

Considerações finais

As organizações empresariais, em geral, têm se mostrado relevantes agentes da reestruturação produtiva do capital vinculada à atual lógica organizativa do trabalho que mescla transformações tecnológicas - no âmbito da informação e da comunicação - e aspectos da precarização do trabalho. As empresas flexíveis, nesse sentido, atuam de diversos modos, sejam como plataformas digitais ou empresas de plataforma, como fábricas inteligentes (*smart factories*) ou, até mesmo, como organizações que não necessariamente incorporaram procedimentos tecnológicos avançados em seus processos produtivos, mas que já vêm assumindo determinados aspectos de digitalização da sua gestão do trabalho, mesmo que somente de modo simbólico. E todas elas admitem uma série de prescrições no contexto do mundo do trabalho que são constitutivas de narrativas e discursos basilares do próprio capitalismo digital.

Diante disso, procurou-se, neste artigo, dar lastro histórico-materialista aos elementos e conceitos constitutivos do ideário que embasa a lógica do trabalho flexível, buscando demonstrar como representam a realidade, e nela atuam, por duas vias. De um lado, eles manifestam o advento de princípios e práticas (tecnologias) de organização e exploração do trabalho humano no capitalismo. De outro, tais elementos constituem um universo simbólico (ideológico) no qual prescrições de comunicação são usadas para performatizar a realidade, moldando visões de mundo e engendrando comportamentos adequados aos interesses de uma determinada classe social. Em termos de método, fez-se uso de uma revisão bibliográfica, com ênfase nas áreas da Sociologia e da Comunicação. Espera-se, com esse labor, contribuir com a seara de estudos críticos sobre as novas formas de exploração do trabalho no capitalismo atual.

Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1995.

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BAKHTIN, Mikhail Volochinov. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

BOUTET, Josiane. La vie verbale au travail. Des manufactures aux centres d'appels. Toulouse: Éditions Octarès, 2008.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. *In*: BRAGA, Ruy; ANTUNES, Ricardo (Orgs.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 59-88.

CASILLI, Antonio. Inteligencia artificial: ¿los humanos reemplazarán a los robots? *In*: AGETIC – Agencia de Gobierno Electrónico y Tecnologías de la Información y Comunicación (Coord.). Trabajo, conocimiento y vigilancia: 5 ensayos sobre tecnología. La Paz: Editorial del Estado, 2018. Disponível em: <https://agetic.gob.bo/pdf/estadotic/AGETIC-Trabajo-conocimiento-vigilancia.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan/ Editora da UFRJ, 1994.

CURCIO, Márcio. Mercedes ganha 15% de eficiência em nova linha de cabines: investimento de R\$ 100 milhões colocou o setor dentro da indústria 4.0. Automotive Business, São Paulo, 01 mar. 2019. Disponível em: <http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/28820/mercedes-ganha-15-de-eficiencia-em-nova-linha-de-cabines>. Acesso em 09 nov. 2019.

DAL ROSSO, Sadi. Mais trabalho! A intensificação do trabalho na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FIGARO, Roseli. Relações de comunicação no mundo do trabalho. São Paulo: Annablume, 2008.

FOME aumenta no mundo e atinge 820 milhões de pessoas, diz relatório da ONU. Nações Unidas Brasil, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fome-aumenta-no-mundo-e-atinge-820-milhoes-de-pessoas-diz-relatorio-da-onu/>. Acesso em: 09 nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. São Paulo: Vozes, 2014.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. *In*: GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 375-413.

HARVEY, David. Parte II – A transformação político econômica do capitalismo do final do século XX. *In*: HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992. p. 115-184.

HIRATA, Helena Sumiko (Org.) Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Edusp, 1993.

HUWS, Ursula et al. The platformisation of work in Europe. Brussels, Belgium; Hatfield, UK: Foundation for European Progressive Studies (FEPS), UNI Europa, University of Hertfordshire, 2019. Disponível em: <https://www.feps-europe.eu/attachments/publications/the%20platformisation%20of%20work%20in%20europe%20-%20final%20corrected.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

LINHART, Danièle. A desmedida do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

LOJKINE, Jean. A revolução informacional. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade contemporânea: o homem unidimensional. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (para que servem os padrões?). In: GORZ, André (Org.). Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 39-77.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política (Livro I – o processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política (Livro II – o processo de circulação do capital). São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MERCEDES-BENZ inicia uma nova era rumo à Indústria 4.0 no Brasil. Mercedes-Benz, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://www.mercedes-benz.com.br/institucional/imprensa/releases/corporativo/2018/3/20760-mercedes-benz-inicia-uma-nova-era-rumo-a-industria-4-0-no-brasil>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MERCEDES-BENZ nova linha de cabinas 4.0. Mercedes-Benz, sem data informada, 2019a. Disponível em: <http://www.m3midia.com/emk/mbb/linha-cabinas/pt/>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MERCEDES-BENZ revoluciona a produção de caminhões no país com tecnologias da Indústria 4.0. Mercedes-Benz, sem data informada, 2019b. Disponível em: <http://www.m3midia.com/emk/mbb/tag3r!m@ut3u/pt/>. Acesso em 09 nov. 2019.

MONDEN, Yasuhiro. Sistema Toyota de produção. São Paulo: Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais (IMAM), 1984.

OHNO, Taiichi. O Sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.

OLIVESI, Stéphane. La communication au travail. Une critique des nouvelles formes de pouvoir dans les entreprises. 2. ed. Grenoble: Press Universitaire de Grenoble, 2006.

PARDI, Tommaso; KRZYWDZINSKI, Martin; LUETHJE, Boy. Digital manufacturing revolutions as political projects and hypes: evidences from the auto sector. In: PARDI, Tommaso; DINCER, Evren; WENTEN, Frido; CARRILLO, Jorge; D’COSTA, Anthony; KRZYWDZINSKI, Martin; HEIM, Stéphane; LÜTHJE, Boy (Eds.). The future of work in the automotive industry. II. Strategies, technologies and institutions. [s.l.]: ILO Research Department, dez. 2018. p. 75-106. Disponível em: <http://gerpisa.org/en/node/5258>. Acesso em: 09 nov. 2019.

PINTO, Geraldo Augusto. A hegemonia vem da fábrica: gerência, operariado e organização do trabalho na produção industrial. Perspectivas, v. 39, p. 99-132, jan./jun. 2011a. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4754/4056>. Acesso: em 12 maio 2017.

PINTO, Geraldo Augusto. A máquina automotiva em suas partes: um estudo das estratégias do capital na indústria de autopeças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.

PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PINTO, Geraldo Augusto. De demiurgo a operário: uma análise gramsciana do trabalho sob o taylorismo/fordismo. *Si Somos Americanos: Revista de Estudios Transfronterizos*, Santiago, Chile, v. XII, n. 2, p. 133-151, jul./dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/ssa/v12n2/art06.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

PINTO, Geraldo Augusto. O Gramsci de Americanismo e Fordismo. *Gramsci e o Brasil*, jul. 2008. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=954>. Acesso em: 12 maio 2017.

PINTO, Geraldo Augusto. Uma abordagem metodológica do tema reestruturação produtiva. *Ideias*, v. 14, n. 1/2, p. 149-159, 2007.

PLATTFORM Industrie 4.0 [sítio eletrônico com vários documentos]. FMEAE – Federal Ministry for Economic Affairs and Energy; FMER – Federal Ministry of Education and Research, sem data informada, 2019. Disponível em: <https://www.plattform-i40.de/PI40/Navigation/EN/Home/home.html>. Acesso em: 09 nov. 2019.

PROJETO Mercedes de São Bernardo do Campo e Juiz de Fora. Sinova, sem data informada, 2019. Disponível em: <https://www.sinova.com.br/2018/06/27/projeto-mercedes-de-sao-bernardo-do-campo-e-juiz-de-fora/>. Acesso em: 09 nov. 2019.

REBECHI, Claudia Nociolini. Comunicação nas relações de trabalho: análise crítica de vozes da comunicação organizacional no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2009.

REBECHI, Claudia Nociolini. Prescrições de comunicação e racionalização do trabalho: os ditames de relações públicas em diálogo com o discurso do Idort (anos 1930-1960). Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2014.

ROSDOLSKY, Roman. A polêmica em torno dos esquemas de reprodução de Marx. *In: ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001. p. 371-419.

SADOWSKI, Jathan. When data is capital: datafication, accumulation and extraction. *Big Data & Society*, v. 6, n. 1, p. 1-12, jan./jun. 2019.

SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Editora da Universidade Paulista/Brasiliense, 1995.

SCHWAB, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Edipro, 2016.

SLEE, Tom. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

SODRÉ, Muniz. A Ciência do Comum. Petrópolis: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. *Matrizes*, ano 5, n. 2, p. 11-27, jan./jun. 2012.

SRNICEK, Nick. Platform Capitalism. London: Polity, 2017.

WOLFF, Simone. Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos Programas de Qualidade Total. Campinas: Editora da Unicamp/Eduel, 2005.

WOMACK, James P.; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. A máquina que mudou o mundo. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. *In: ZUBOFF, Shoshana; BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (Orgs.). Tecnopólicas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. p. 17-68.

Claudia Nociolini Rebechi é docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE/UTFPR) e do Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação (DALIC/UTFPR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Tecnologia e Capitalismo Digital da UTFPR e do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da ECA/USP. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa, com o desenvolvimento da discussão teórica, a interpretação dos dados, o apoio na revisão de texto, e a redação do manuscrito.

Geraldo Augusto Pinto é bacharel em Sociologia e Ciência Política, mestre e doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com ênfase em Sociologia do Trabalho. Professor adjunto do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais (Daeso) e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Curitiba. Pesquisador dos grupos: Ciências Humanas, Tecnologia e Sociedade (CHTS/UTFPR); Trabalho, Tecnologia e Capitalismo Digital (UTFPR); Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GPTM/Unicamp). Membro da Red Innovación y Trabajo en la Industria Automotriz Mexicana (RedItiam). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa, com o desenvolvimento da discussão teórica, a interpretação dos dados, o apoio na revisão de texto, e a redação do manuscrito.

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

A comunicação como trabalho no Capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo

Communication as work in platform Capitalism: The case of changes in journalism

ROSELI FIGARO

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: figaro@uol.com.br. ORCID: 0000-0002-9710-904X.

ANA FLÁVIA MARQUES DA SILVA

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: anaflaviamarx@usp.br. ORCID: 0000-0002-3447-3506.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

FIGARO, Roseli; SILVA, Ana Flávia Marques da. A comunicação como trabalho no Capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 101-115, abr./jul. 2020.

Submissão em: 11/11/2019. Revisor A: 06/01/2020; Revisor B: 25/01/2020. Aceite em: 09/03/2020

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38566>

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as mudanças no mundo do trabalho do jornalista no cenário do crescimento do trabalho digital e capitalismo de plataforma. Ainda sob os efeitos da crise de 2007, o processo de reestruturação do sistema de produção capitalista tem provocado mudanças na base sociotécnica que indica transformações estruturais na sociedade. O binômio comunicação e trabalho é a abordagem teórico-metodológica para compreender essas inovações na geração de valor do capital, o qual não pode prescindir de processos comunicacionais para a própria existência das plataformas e, conseqüentemente, na cadeia global de valor.

Palavras-chave

Trabalho de plataforma; Capitalismo de plataforma; Comunicação e trabalho; Redação virtual; Jornalismo.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the changes in the journalist's world of work in the scenario of digital work growth and platform capitalism. Still under the effects of the 2007 crisis, the restructuring process of the capitalist production system has caused changes in the socio-technical base that indicate structural changes in society. The binomial communication and work is the theoretical-methodological approach to understand these innovations in the value creation of capital, which cannot do without communication processes for the very existence of platforms and, consequently, in the global value chain and platform work.

Keywords

Platform capitalism; Communication and work; Virtual newsroom; Journalism.

Introdução

A mudança na base sociotécnica dos meios de produção traz desafios para a compreensão dos caminhos que a sociedade está tomando.

A perspectiva teórica do binômio comunicação e trabalho pode contribuir para compreendermos o papel destacado que tem a comunicação no reordenamento do trabalho e da produção. Nesse sentido, pretende-se argumentar, nesse artigo, sobre a relevância de a comunicação ser reconhecida nos processos de trabalho e também ser entendida ela mesma como trabalho.

Essa relevância se dá porque a comunicação é parte de toda a atividade humana de trabalho, seja nos relacionamentos para que o trabalho se realize na produção de normas e sua transmissão, seja nos processos do trabalho real, nos quais a renormalização depende da comunicação efetiva nos ambientes de trabalho. Também porque o sistema do capital necessita cada vez mais da fluidez da circulação das informações, sobretudo, comandadas por empresas de plataformas que operam com dados privados dos cidadãos e produzem formas de organização, vigilância e controle das riquezas da sociedade.

Trataremos do assunto em três tópicos: primeiro, os meios de comunicação como meios de produção, reportando-nos a Raymond Williams (2011) e a outros autores que têm estudado as formas de produção de valor nas empresas de plataforma. Segundo, as mudanças no mundo do trabalho de jornalistas e terceiro, o trabalho digital no jornalismo, aspectos que vêm apontados nos resultados das pesquisas do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da USP (LIMA, 2015), (FIGARO, 2018; (SILVA, 2019).

Os meios de comunicação como meios de produção

Jenkins (2008) tratou das inovações tecnológicas, chamando nossa atenção para a convergência de meios, narrativas e culturas. Mas, não problematizou os caminhos dessa convergência em termos das implicações para a concentração econômica, organizacional e política.

Parece-nos que as metáforas sociedade em rede (CASTELLS,1999), sociedade do conhecimento ou da informação não são suficientes para explicar os acontecimentos e estão se mostrando como face do aprofundamento da concentração econômica e do controle social. O certo é que as mudanças se dão no âmago da organização da base estrutural e simbólica da sociedade.

Assim, quando Raymond Williams (2011, p.69) trata os meios de comunicação “eles mesmos como meios de produção (...) uma vez que a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social (...)”, significa que o autor compreende os processos comunicacionais como intrínsecos ao trabalho e ao funcionamento do sistema econômico.

O mesmo ocorre com os meios de comunicação digitais. Esses meios na atualidade são a forma pela qual se organizam as atividades de trabalho nos mais diferentes ramos de produção: no setor da comunicação, dos transportes, da venda de mercadorias às indústrias de todo tipo de produtos, nas quais as lógicas da informação e da comunicação estão presentes. Esses meios estão para a valorização do capital assim como os meios de transporte foram lembrados por Marx (2011) para tratar dos processos de circulação da mercadoria em menor tempo como aspecto relevante na realização do mais valor.

Assim como a máquina a vapor introduziu mudanças fundamentais nas sociedades do século XIX, transformando definitivamente a vida nas cidades, as relações de trabalho e a forma de valorização do capital, este início de século XXI depara-se com a mais profunda transformação dos meios de produção, devido à lógica informacional pela qual as relações de produção estão sendo organizadas. A internet e a digitalização de todos os dados possíveis de serem captados, tratados, reorganizados, transferidos, circulados para gerar valor ganharam velocidade de desenvolvimento nunca antes conseguido por quaisquer meios de produção. A conexão e a circulação potencializaram

redes de produção de valor. Aquilo que representou a internet nos princípios dos anos de 1990 em seu aspecto libertário e autônomo, socializado e colaborativo está desaparecendo. Em seu lugar crescem o controle e a privatização da rede pelo amplo desenvolvimento tecnológico e de conhecimento não aberto (privado, secreto) de empresas como Google, Facebook, Amazon, Apple, Microsoft entre outras.

As plataformas são empresas de tecnologia digital que operam em rede, por lógicas algorítmicas e monetizam dados coletados por meio da oferta de algum serviço, sendo eles, a gestão de conexão, a mediação entre fornecedor e usuário, a oferta de software, de conteúdo etc. Comercializam riqueza inesgotável: os dados dos seres humanos. Exploram¹ o trabalho de uma massa de indivíduos, denominados de colaboradores, empreendedores de si próprios, trabalhadores do clique, terceirizados. Sua lógica de produção conta com os investimentos do mercado financeiro, numa escalada permanente de aportes milionários. Se assim não fosse, como explicar que a UBER ainda não registre lucro², embora esteja presente em todos os continentes, explorando a mão de obra de motoristas e os dados das pessoas e das cidades?

A ligação entre os conglomerados de plataformas e o mercado financeiro é o modelo que completa o que denominamos de capitalismo de plataforma. Os investidores mais poderosos e ricos do planeta estão vinculados a essas empresas. Vejamos o caso do investidor George Soros.³ Ele tem investimentos no Twitter, na Amazon, no Google, no Facebook etc. Simultaneamente investe milhões em sua Fundação Open Society para a expansão do uso do digital no mundo, sobretudo, em regiões da América Latina e Ásia.

Esse *modus operandi* entre conglomerados de Internet e mercado financeiro não obscurece, no entanto, toda a cadeia produtiva que faz parte dessa existência. A infraestrutura de cabos, metais, areias especiais, minérios, empresas de produção e montagem de equipamentos, material de construção, energia limpa ou fóssil. Tudo isso e os respectivos trabalhadores fazem parte da necessária cadeia de produção para a existência dos conglomerados de plataforma. O que eles têm de diferente das empresas tradicionais é o uso de tecnologia de ponta, frequentemente renovada, e se apresentam como mediadores, que oferecem suporte para ligar interessados a interesses; como se fossem janelas sem vidraça para não interferir nas relações.

Nick Srnicek, em *Capitalismo de Plataforma* (2018), categoriza os conglomerados em: a) Plataformas publicitárias: Google e Facebook; b) Plataformas de Nuvens: Amazon, Microsoft e IBM; c) Plataformas de produtos: Spotify, Rolls Royce, Pandora, Zipcar; d) Plataformas austeras: Uber, Airbnb. Cada uma delas apropria-se dos dados de usuários, parceiros, clientes, fornecedores para operar seu negócio e montar estratégias de lucratividade. Como já destacamos, todas elas dependem de infraestrutura material instalada de redes de cabos e produtos em conexão. As lógicas da comunicação são como processos racionalizados e instituem a possibilidade de funcionamento e existência do negócio.

É o trabalho de milhões de pessoas, envolvidas na produção de conteúdo, na produção de softwares, de equipamentos, dispositivos, cabos e infraestrutura – desde os mineiros até os chamados ‘analistas de rede’ ou trabalhadores do clique, que garante a forma de existência renovada do capital no mundo contemporâneo. Assim, o trabalho digital (Fuchs, 2014; Huws, 2017), ou seja, aquele mediado por plataformas e realizado em rede, a exemplo, do que faz o Uber, o Airbnb, a Amazon e, nos meios

¹ Aqui indicamos uma matéria jornalística entre as muitas existentes. Ver (Gilbert, 2020) nas referências do artigo.

² O assunto foi pauta para muitas matérias jornalísticas. Uma delas pode ser lida no link: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/11/12/como-o-uber-sobrevive-com-prejuizo-de-us-12-bilhao-e-sem-nunca-ter-dado-lucro.ghtml>. Acesso em: 08 maio. 2019.

³ George Soros por seu discurso de Davos, em janeiro de 2020, foi chamado pela revista Exame de “especulador que se transformou em filantropo”. Ora, só a partir de matérias de pouca apuração se pode chegar a essa conclusão. Afinal, Soros, ao protagonizar investimentos na expansão do digital, está garantindo retorno futuro a seus investimentos. Ver a matéria: <https://exame.abril.com.br/mundo/george-soros-promete-investir-us-1-bilhao-contra-ditadores/>. Acesso em: 08 maio 2019.

de comunicação, Youtube, Twitter, Telegram, Instagram etc., como trabalho profissional ou trabalho do usuário, é apropriado por esses conglomerados, possibilitando ao capitalismo - como colonialismo de dados para Nick Couldry, (2019) ou capitalismo de plataforma para Nick Srnicek (2018) - se remodelar e aprofundar a exploração, exigindo rearticulação das instituições e dos Estados nacionais.

Tim Wu, em *Impérios da comunicação* (2012), perguntou:

Será que a Internet prenunciaria um reinado de abertura industrial sem fim, abolindo de vez o Ciclo [de estabilização e monopolização]? Ou será que, apesar de seu projeto radicalmente descentralizado, se tornaria, com o tempo, o próximo alvo lógico das insuperáveis forças do império da informação, objeto da mais pomposa das centralizações realizadas? (WU, 2012, p. 19)

A resposta parece estar bem avançada: os seis maiores conglomerados de mídias tradicionais (National, Disney, TimeWarner, ConCast; News Corporation, Sony) disputam a especificidade de seus negócios com as empresas Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft. As duas empresas líderes mundiais em receitas publicitárias são o Google e o Facebook. As respectivas lógicas monopolistas têm atuado ora em aliança ora em confronto. Como enfrentar esse ciclo fragmentação, globalização e concentração econômica, controle da circulação e vigilância social?

Parece que o ciclo a que se refere Tim Wu está se estabilizando pela lógica da ordem hegemônica. Por isso, os ideólogos da chamada aldeia global, da liberdade total, da livre circulação são, na melhor das hipóteses, equivocados, porque não há autonomia da tecnologia em relação às condições de produção. A tecnologia é produto de seu tempo e os usos que se faz dela são regulados pelas lógicas econômicas e culturais desse tempo. O processo de criação e circulação de uma técnica, de um saber de uma tecnologia sofre o mesmo embate que qualquer outra criação do conhecimento humano.

No capitalismo de plataforma "(...) os dados são cada vez mais centrais para as empresas e suas relações com os trabalhadores, clientes e outros capitalistas."⁴ (SRNICEK, 2018, p.13, tradução livre).

Para Tylbor, é:

um novo modelo de negócio que se tornou um novo e poderoso tipo de empresa, o qual se foca na extração e uso de um tipo particular de matéria prima: os dados. As atividades dos usuários são a fonte natural dessa matéria prima, a qual, assim como o petróleo, é um recurso que se extrai, se refina e se usa de distintas maneiras.⁵ (TYLBOR, 2019, online, tradução livre)

Desse modo, o trabalho digital em plataformas configura-se como qualquer tipo de interação humana com meios digitais em rede. Essa interação propicia uma fonte inesgotável de material a ser transformado em valor de uso e valor de troca. A extração e a mineração de dados são a nova fronteira de riquezas que o sistema econômico hegemônico acumula e redimensiona nas organizações e nas instituições para poder usufruir dos lucros deles advindos. Todos os sistemas integrados das empresas atuam a partir de plataformas de informação. Essas plataformas de sistemas interligados propiciam processos de gestão de maior controle e vigilância do trabalho e dos trabalhadores.

Esses processos integrados ativados pelas prescrições algorítmicas têm alterado a forma de produção, circulação e recepção de todo tipo de produto, sobretudo, os produtos culturais. Além do jornalismo, podemos citar as séries de audiovisual, a cultura de fãs. Por exemplo, a plataforma de streaming Netflix, por meio de seus algoritmos, capta dados de seus usuários/clientes, organiza as ofertas

⁴ No original: "(...) los datos se han vuelto cada vez más centrales para las empresas y su relación con trabajadores, clientes y otros capitalistas".

⁵ No original: "(...) un nuevo modelo de negocios que ha devenido en un nuevo y poderoso tipo de compañía, el cual se enfoca en la extracción y uso de un tipo particular de materia prima: los datos. Las actividades de los usuarios son la fuente natural de esa materia prima, la cual, al igual que el petróleo, es un recurso que se extrae, se refina y se usa de distintas maneras".

de acordo com perfis específicos, e também, a partir da coleta e mineração de dados das preferências, determina temas e organiza a produção de filmes e séries. (LIMA et. al., 2015)

Tom Slee (2017) fala da precarização do trabalho nas empresas de plataforma. Ele usa o neologismo *uberização* para explicar como o trabalho tem sido precarizado e os lucros têm levado essas empresas a crescimento assombroso. Úrsula Huws (2017) discute a formação do *cibertariado*, ou seja, como os processos de informatização abrangem amplos espectros da classe trabalhadora. Há um conjunto de pesquisadores em todo o mundo ávidos por compreender as transformações e as repercussões delas na vida das pessoas, no trabalho e na organização social. Nós estudamos essas implicações no trabalho de jornalistas, categoria profissional que sinaliza, pelo tipo de sua atividade, como estão se reestruturando as atividades no setor da comunicação.

Há grande pressão para a manutenção dos interesses das forças tradicionais que comandam o negócio do jornalismo, sejam elas nacionais ou internacionais. A forma de monetização do negócio jornalístico entrou em fase bastante perigosa, pois a publicidade tradicional, o informe publicitário e a matéria paga ficaram *démodé* com a nova sensação de pautas originadas do volume de cliques em #toptrends de redes sociais, as mais lidas (clicadas) nos portais. As rotinas produtivas foram açambarcadas por lógicas que impõem na redação a espetacularização e a regra primeiro publica, depois apura.⁶ Por outro lado, há uma força humana profissional e de conhecimento abandonada e retirada do mercado de trabalho que não aceita o desprezo e o desalento e busca alternativas próprias para a situação do trabalho no jornalismo.

Renovações das práticas jornalísticas

Esse contexto, nos coloca no olho do furacão e a área da comunicação é um campo de ensaio importante para transformações ainda mais profundas. Conforme aponta Souza:

(...) muitos dos sintomas da “crise do jornalismo” são consequências da crise estrutural do capital. Essa, articula, via cooperação complexa, inovações tecnológicas e gerenciais, intensificando a subsunção do trabalho vivo ao sistema de metabolismo social vigente (SOUZA, 2018, p. 55).

Isso quer dizer que, os dilemas vividos no mundo do trabalho do jornalismo não provêm dele mesmo somente. As lógicas da circulação da informação e a valorização dela como aspecto de valorização do capital reverberam na área profissional do jornalismo. Essa repercussão incide para além da incorporação das tecnologias digitais, pois implica uma lógica produtiva e de relações de trabalho que têm como orientação atender às demandas do acesso prioritário à informação que aumenta o potencial de controle dos recursos e do poder para aqueles que já os detêm.

A informação é a mercadoria mais relevante para o sistema do capital, ela pode ser um dado qualquer (uma commodity) da natureza (meio ambiente) ou do corpo humano. A informação com maior valor agregado é aquela já trabalhada, ou seja, minerada e posta para circular. Assim, a informação jornalística é uma mercadoria superior que atrai anunciantes, consumidores e investimentos.

Como exemplo dessas implicações, podemos citar o relatório *A imprensa nas plataformas. Como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo*, publicação da edição brasileira da Columbia Journalism Review (BELL e OWEN, 2017). Ali temos dados alarmantes sobre a concentração do negócio do jornalismo e de

⁶ Podemos citar um elenco de pesquisas realizadas sobre as mudanças no trabalho do jornalista e a quebra da qualidade da informação. Thales Lelo. Reestruturações produtivas no mundo do trabalho do jornalista. Tese de doutorado da Unicamp, 2019. Janara Nicoletti. Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação. Proposta de um modelo de análise. Tese de doutorado da UFSC, 2019. Zélia Leal Adghirni. O jornalista: do mito ao mercado, 2017, Insular. Adriana Barsotti. Jornalista em mutação, 2014, Insular. Sylvia Moretzsohn. O novo ritmo da redação de O Globo: a prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho, 2014, Parágrafo (FIAM_FAAM). Jacques Mick. A precarização do trabalho dos jornalistas no Brasil, 2013, Fenaj.

sua completa reestruturação organizacional, financeira e de lógicas de produção e de circulação, a partir da convergência de meios, dirigida pela racionalidade financeira e pela regulação por algoritmos.

Quanto ao trabalho no jornalismo, além da convergência de meios, narrativas e polivalência/flexibilidade dos perfis profissionais, vemos a destruição de postos \, precarização das relações de trabalho e perda de credibilidade do produto jornalístico. As alternativas que os profissionais buscam são voltadas para maior autonomia e a possibilidade de produzir um jornalismo de qualidade para a democracia e os direitos dos cidadãos. Nonato Lima (2015) chamou-os de migrantes do jornalismo. Jornalistas vão em busca de arranjam-se em novas formas organizativas de trabalho e de sustentação.

Nesse arranjar cabe a constituição de empresas, associação, conjunções de microempreendedor individual ou outras formas não prescritas que sustentam a produção noticiosa. Mais do que forma jurídica de relação de trabalho, os arranjos alternativos⁷ dos jornalistas são espaços de sobrevivência, de arranjar formas criativas para desenvolver a atividade de comunicação e, embora, muitos deles não sejam remunerados, têm condições de ofertar conteúdo informativo para regiões e cidades que não possuem nenhuma fonte de informação sobre suas realidades.

A nova configuração da rotina produtiva e a instituição das redações virtuais da mídia alternativa dialogam com diferentes interfaces. Algumas delas podem ser destacadas: o aprofundamento do modo de acumulação flexível, o cenário pós-crise de 2007, a concentração de grandes e mundiais monopólios, a migração dos recursos publicitários para internet e compra de dados conforme nova lógica da publicidade, o papel do jornalismo na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, ter como centro redações descentralizadas que apresentam aspectos articulados com o modo combinado de fragmentação, polivalência e flexibilização é revelador das formas e contradições entre capital e trabalho. Essas contradições se apresentam como tensionamentos dentro do próprio jornalismo, cujas novas marcas ainda não se consolidaram e os velhos modos de trabalho ainda não foram superados; aspectos comuns de momentos de transição, crise e realidades instáveis em que há um embate entre o inovador e o anacrônico dentro do processo de produção do jornalismo que nunca é pronto e acabado, ao contrário, está sempre se transformando.

Os arranjos alternativos do trabalho do jornalista que são objetos deste artigo nasceram em formato digital e são frutos do acesso aos softwares, programas e à internet. Portanto, a convergência em unidades de produção que é habitual em pesquisas sobre a redação das grandes corporações de mídia, não se aplica.

Ser concebido no ambiente digital, como a maioria dos veículos e coletivos de mídia alternativa atuais, faz com que o principal obstáculo não seja mais com quais meios fazer, como era antigamente, visto que o celular é um dos principais instrumentos de transmissão de vídeo ao vivo, edição do texto, para fotografar e publicar nos sites e redes sociais. A dificuldade atual é a distribuição, circulação e ampliação do alcance do sentido do material produzido.

Ademais, os discursos dos monopólios da comunicação são reforçados através da internet, configurando-se como extenso lastro nas redes sociais. A força econômica dos monopólios de comunicação transborda para esses espaços, reforçando a sua hegemonia e fortalecendo seu bloco histórico (GRAMSCI, 2002).

A outra faceta da internet pode ser considerada uma fissura no sistema que possibilita a constituição de um circuito independente de trabalho, conecta ações comuns, como nas redações virtuais, a troca de experiências, constituição de redes, amplia as formas de cooperação e potencializa a circulação da informação dos meios alternativos.

⁷ De acordo com Nonato; Pachi; Figaro. (2018, p. 104), a "intenção é destacar a possibilidade de que micros e pequenas empresas, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, coletivos e outros grupos de trabalhadores da comunicação e do jornalismo possam representar efetiva alternativa de trabalho (empregabilidade) e de produção de um serviço de qualidade por seus vínculos e compromissos com a democratização dos meios de comunicação e com a sociedade", de maneira alternativa aos conglomerados de mídia.

Essa nova forma de organizar as rotinas produtivas e sua rede de jornalistas colaboradores pressionam o jornalismo feito pelas corporações de mídia de diversos modos. Por isso, para se diferenciarem negam o sentido jornalístico da mídia alternativa, denominando-o como jornalismo panfletário ou engajado (conforme se vê em *Manual da Folha* e *Diretrizes do Grupo O Globo*, ambos de 2018).

Em que pese haver poucos estudos sobre as rotinas produtivas e as condições de trabalho dos jornalistas da mídia alternativa, podemos inferir, após longa observação, mudanças na forma de produção da notícia e, conseqüentemente, certa atualização na teoria *Newsmaking*. Essa mudança é provocada pela alteração da relação tempo-espço, proporcionada pelo uso das tecnologias da informação e comunicação – as plataformas digitais, os celulares – o que cria um cronotopo (BAKHTIN, 1992) diferente para o tratamento da notícia, para a relação com as fontes e com o público.

A partir do ponto de vista da sociologia do conhecimento e da sociologia das profissões, a abordagem teórica do *newsmaking* combina a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos (GAYE TUCHMAN, 1978), enquadrados por valores-notícia, critérios de noticiabilidade, formato e a construção da audiência (WOLF, 2012). Dessa forma, estamos percebendo alterações que implicam nos valores notícia e nos critérios de noticiabilidade.

Faz parte do andamento produtivo tensões articuladas com o sentido ético da profissão, os valores que são necessários negociar no desenvolvimento de suas atribuições, a concepção de mundo do profissional e a posição editorial do veículo que dialoga com sua natureza e objetivo. Contar com uma rede ampla de jornalistas, em que muitas vezes há falta de condições, e o trabalho não alienado goza de mais liberdade e autonomia, faz esses embates e as “dramáticas do uso de si” (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007, p. 194) serem frequentes e marcarem o sentido do jornalismo produzido.

O trabalho digital no jornalismo: as redações virtuais

Durante as Pesquisas (FIGARO, 2018) e (SILVA, 2019) foi possível verificar as formas de organização do trabalho do jornalista em circunstâncias diferentes das redações tradicionais. Analisar as mudanças nesses espaços é fundamental para compreender as transformações no mundo do trabalho do jornalista e os tensionamentos do próprio jornalismo no uso das plataformas.

Sem as condições de trabalho ofertadas pelas corporações de comunicação tradicionais, o espaço virtual de plataformas como *G-talk*⁸, *Telegram* e *WhatsApp* é utilizado por arranjos da mídia alternativa como locais de organização de trabalho. Esses arranjos de mídia desafiam os processos produtivos do jornalismo tradicional, para se constituírem em produção jornalística com redação virtual, mais horizontalizadas e com permanente debate sobre aspectos editoriais. Podemos tomar como exemplo analítico: Agência Pressenza⁹, Jornalistas Livres¹⁰ e Opera Mundi¹¹.

⁸ G-Talk é Aplicativo de conversa da Google; Telegram é de origem russa; WhatsApp faz parte do monopólio de Mark Zuckerberg, proprietário do Instagram e Facebook. Os três são serviços de mensagens instantâneas baseados na nuvem em é possível o envio de mensagens de diversos formatos e chamadas telefônicas.

⁹ Agência Pressenza é a representação da agência de notícias internacional que tem sede em Quito e foi criada em Milão, Itália, em 2009. Com uma concepção pacifista e humanista, “participa de uma ampla rede de novos meios que conseguem difusão mundial de suas propostas locais ao mesmo tempo em que nutrem suas informações com o material que provê a agência” (SILVA, 2019, p. 36).

¹⁰ Jornalistas Livres “se apresenta como jornalismo democrático, plural, em rede, pela diversidade e defesa implacável dos direitos humanos” (SILVA, 2019, p. 35). Foi criado em 12 de março de 2015 em meio às manifestações pelo impeachment devido à “necessidade urgente de enfrentar a escalada da narrativa de ódio, antidemocrática e de permanente desrespeito aos direitos humanos e sociais”, que é apoiada pela mídia tradicional.

¹¹ O Opera Mundi, que foi lançado em 2008, se propõe a fazer uma ampla cobertura da política internacional com “incursões na área da cultura, comportamento e debate ideológico” (CERAVOLO e TERRA, 2014, p. 7). Assume-se o posicionamento de esquerda e afirma que “nunca abriu mão de princípios e fundamentos do fazer jornalístico informativo” com a influência do jornalismo da imprensa independente e alternativa.

Nos Jornalistas Livres, a redação é somente virtual com reuniões de pauta presenciais não periódicas. Na Agência Pressenza é virtual a redação internacional, mas a nacional é física, presencial. No Opera Mundi a redação é mista, ou seja, física e virtual. Nos dois tipos de redações, temos a imposição de perfil de jornalista polivalente, multitarefa, engajado e sem limites, que excede a jornada de trabalho, ocupando também o tempo privado, na execução do trabalho digital e, portanto, na criação de valores de uso e de troca. Assim como nas empresas monopolizadas de mídia, as relações de trabalho são marcadas pela precarização estrutural do trabalho.

É importante ressaltar que, através do olhar sobre o trabalho e as rotinas produtivas, esses processos de transformações que alteram as relações sociais são derivados do avanço das forças produtivas e da própria reestruturação do sistema capitalista. Essa recomposição é permanente e inerente para sustentação da cadeia de valor global do capital.

Não é somente no jornalismo que esse fenômeno acontece. Contudo, pelo papel da comunicação como qualificadora e exponente da geração de valor e por sua função de servidora ativa do sistema dominante, podemos verificar nas relações de trabalho do jornalismo como a antessala das mudanças de determinadas relações sociais.

As mudanças consolidadas com o avanço das forças produtivas, desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, combinadas com o acesso aos softwares, programas e aparelhos por meio da conectividade, configuram-se para esses novos arranjos como espaços de reorganização do trabalho do jornalista.

É essa função que cumpre a redação virtual nessas iniciativas jornalísticas. É nesse novo lugar social de produção do jornalismo, que junto com as ruas onde é realizada apuração *in loco* das matérias, conformam o chão de fábrica dos jornalistas da mídia alternativa cujo objetivo é organizar, estabelecer a rotina produtiva, consolidar métodos de produção do material jornalístico, se relacionar com as fontes que ora também assumem o lugar de público receptor da comunicação produzida.

Pode ser considerada uma redação virtual o agrupamento on-line a partir de três ou mais jornalistas, configurando um arranjo que tem como finalidade a produção de material jornalístico. A redação pode ser dividida por função ou linguagem (secretaria de redação, editor, fotógrafo, texto, vídeo, charge, tradução, designer etc.), ou editoria (nacional, internacional, política, moradia, cidades, direitos humanos etc.), coberturas, programas ou projetos especiais (em torno de eventos, acontecimentos, elaboração de livros, manuais, reportagens e programas especiais) ou por interesse dos colaboradores (educadores, trabalhadores do transporte, petroleiros etc.) que ora são fontes, ora cumprem papel de elaborar a matéria ou parte dela.

A redação virtual substitui o deslocamento, é o espaço para montar equipes virtuais, independentemente do local, com requisitos específicos em projetos determinados, criando oportunidades de participação para jornalistas.

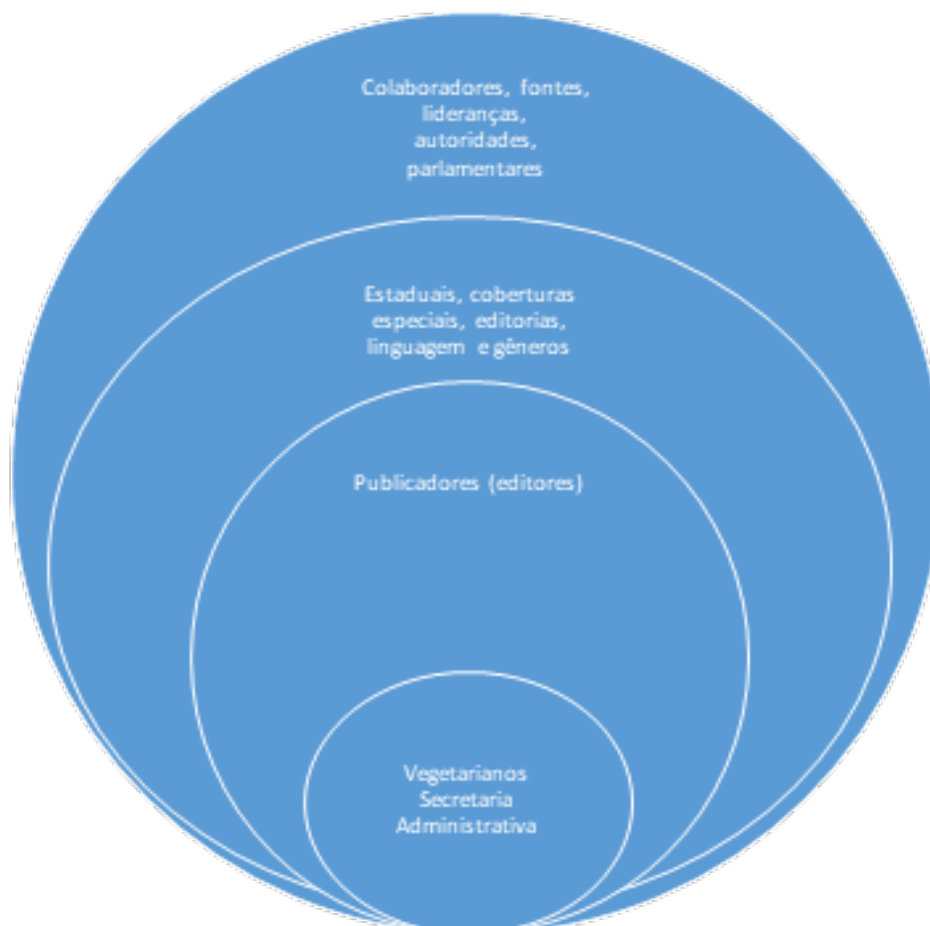
É o ambiente em que se modulam e se padronizam as relações de trabalho e é o local possível para se observar como esses jornalistas falam sobre e no trabalho (NOROUNDINE, 2002); como constroem valor de uso e de troca; como se dão as novas formas culturais das relações de produção, bem como os valores mobilizados para o trabalho e o que levam do trabalho para a sociedade.

A redação virtual é um espaço finito, delimitado e observável. Os rastros prováveis de recuperação da atividade permitem acompanhar e analisar as transformações do jornalismo, das condições de trabalho do jornalista e as mudanças quanto aos meios de produção, e assim ver como os profissionais interagem nesse contexto determinado com as tecnologias de informação e comunicação.

Essa nova redação se constitui em espaço e tempo nos quais se operam as ações e decisões sobre o trabalho. É ela a instituinte do cronotopo (BAKHTIN, 1992) que conforma a narrativa jornalística, ao mesmo tempo em que é a porta de entrada para analisar o gênero com a respectiva orientação de espaço e tempo e as condições sociais específicas, sendo o cronotopo o centro de organização dos acontecimentos espaço-temporais.

Assim como na redação física, o espaço social da produção jornalística também é marcado por hierarquias e atribuições diferenciadas. Nos três veículos analisados neste artigo, as relações são mais horizontais e o profissional goza de mais liberdade e autonomia no fazer jornalístico. Entretanto, essas relações estão localizadas em espaços-tempos diferentes, como podemos verificar na imagem do fluxo de trabalho dos Jornalistas Livres.

Gráfico 1 – Organização da redação virtual dos Jornalistas Livres



Fonte: Marques, 2019

Essa figura ilustra a hierarquia nos Jornalistas Livres cujas posições centrais orientam e decidem a produção jornalística. Embora essa organização seja diferente da verticalização da redação física, os círculos denotam a presença de direção no arranjo. O círculo menor é o núcleo dirigente que conta com menos pessoas e decide quem entra nos grupos, questões práticas etc.

O segundo círculo, a redação de Publicadores, engloba a secretaria e decide sobre as postagens, conteúdos, distribuição de pauta, etc. Os espaços destinados às coberturas estaduais, especiais e linguagem decidem sobre temas específicos atribuídos para esses locais; e o Colaboradores é um espaço amplo para o envio de textos prontos, fotos, sugestões de assuntos etc. Cada círculo representa uma esfera de decisão. Cada esfera tem seu próprio cronotopo: uma ordem tempo-espacial que resulta em determinado tipo de inserção enunciativa e tem uma lógica produtiva própria.

As redações virtuais analisadas estão inseridas em aplicativos e softwares com origem no exterior (Estados Unidos e Rússia). Essas plataformas detêm e produzem discursos ideológicos próprios e aparentam tornar as relações de produção espontâneas, sem hierarquia, livres e sem interesses no

controle algorítmico e na concentração de tráfego na rede mundial de computadores. Parecem ser componentes da esfera pública, quando são essencialmente privadas. Os coletivos e veículos alternativos que analisamos dependem desses aplicativos e softwares para existirem como lugar social do trabalho.

A produção dos arranjos jornalísticos é apropriada pela lógica algorítmica dessas plataformas: tanto na organização do trabalho, quanto na distribuição e circulação do produto jornalístico. Os jornalistas que se dedicam a esse trabalho não são remunerados pelas plataformas, embora contribuam com a produção de dados especializados que passam a constituir um ativo a ser negociado no mercado político, governamental e publicitário.

Por outro lado, verifica-se o esforço desses jornalistas em criar novas formas de produzir e circular jornalismo. A prática deles sintetiza a contradição que se necessita superar na atualidade. Temos meios de produção que nos convidam a socialização dos conhecimentos e das formas de distribuição de riquezas. No entanto, a organização social e política não superou o sistema de concentração imposto pela lógica do capital.

Ainda no que tange à redação virtual, podemos compreender que ela representa o espaço de transformações na produção do jornalismo, contudo, dialeticamente, é o espaço em que se dão as contradições do trabalho e as relações mais precárias, em alguns casos, similares com as do século passado, sem jornada fixa, divisão de tempo de trabalho e não trabalho e intensidade do trabalho com engajamento total e polivalência. Quanto menos formas de sustentação, maior a dependência da tecnologia para fazer jornalismo.

Novos sistemas e práticas são exigidos dentro da redação virtual dos Jornalistas Livres. O método de trabalho para publicação de qualquer material jornalístico é ser aprovado por três pessoas que precisam estar presentes no chat na hora da discussão da pauta. Isso acarreta certo tensionamento constante do jornalismo, expressos nas perguntas sobre o que é pauta, se está de acordo com a linha editorial do veículo, o que merece ser publicado, com qual viés, linguagem e enfoque. Essas são questões permanentes para todos os membros do coletivo.

Essa tensão constante por um lado, evidencia as dissensões entre o grupo e, por outro, torna o jornalismo do coletivo pungente e com vigor, diminuindo as possibilidades de erros por contar com vigilância coletiva.

Os desafios de trabalhar na redação virtual vão além das tensões da área. Como em qualquer outro lugar, o dispositivo comunicacional (MAINGUENEAU, 2001) organiza o discurso orientado pelo locutor, com uma finalidade e forma de ação em interatividade e dialogismo.

A construção das etapas de produção na redação virtual é feita em rede desde a apuração, edição e construção da pauta. Muitas vezes isso ocorre não somente entre os jornalistas do veículo, mas entre outros sites e coletivos da mídia alternativa. Essa é uma diferença essencial entre as redações tradicionais e a da mídia alternativa. Na mídia tradicional, muitas vezes, em busca de um reconhecimento e para se manter no trabalho, o jornalista encara o colega ao lado como seu opositor. A disputa por furos entre as empresas de comunicação é ainda mais sem ética na busca da matéria exclusiva.

No espaço virtual de trabalho dos arranjos alternativos, o editor-geral não dirige as matérias, mas contribui com as etapas da construção jornalística e, ao mesmo tempo, cria modelos de gestão.

A redação virtual da Agência Pressenza agrega profissionais de distintos países e estados – como é o caso do Brasil, contudo também é o espaço de conflitos, tensionamentos acerca do jornalismo e onde se expressam as múltiplas dimensões do trabalho, como o jornalista entende a sociedade e os valores acionados para o trabalho como para si próprio.

Na Agência Pressenza, o coordenador de redação também realiza diferentes funções. Organiza a cobertura da semana, distribui as pautas, coordena a produção e contribui com a formação dos profissionais em temas que têm expertise, tais como otimização de site, análise e mineração de dados.

Desse modo, o papel do editor-geral ou o coordenador de redação passa por uma atualização, seja pelo entendimento de suas funções ou por questões de falta de estrutura. No relatório sobre a adaptação

do jornalismo “aos novos tempos” elaborado por Anderson, Bell e Shirk (2013, p. 53), a função do editor é “(...) agregar conteúdo, dar links para material produzido ou não pela organização, fazendo uma meta-análise do processo e de fontes, dando continuidade à cobertura com o cultivo e a recomendação de fontes em público”. Como observamos, na redação virtual o editor faz muito mais que essas atribuições.

Novas funções emanam do trabalho digital. O grupo destinado aos editores dos Jornalistas Livres é chamado de Publicadores, onde “todos que estão nesse chat cumprem também a função de editor” [SILVA, 2019, p. 195]. Porém, o publicador é mais do que editor, porque muitas vezes a função não é editar algum material e sim só postar, distribuir o material em uma rede social ou no site.

Esse trabalho está longe de ser mecânico ou copiar e colar, visto que cada plataforma terá o material distribuído com as características que já são enquadradas por elas. Por exemplo, no Twitter, o publicador precisa elaborar a matéria com até 280 caracteres, utilizar a mensagem mais apropriada para esse mídiun que é diferente da postagem feita no Instagram ou Facebook.

As diferenças exigidas são marcadas até pelo léxico utilizado pelos jornalistas. Telegramar (enviar mensagem no Telegram), Facebookar (postar mensagens no Facebook) e Instagramar (fazer postagem no Instagram) são sinônimos de ações específicas do trabalho jornalístico. Da mesma forma que fazer base significa ficar de plantão e ser o responsável pela curadoria de conteúdo, distribuição e circulação do material produzido e enviados por colaboradores em diferentes lugares.

Durante um dia de cobertura intensa esse trabalho requer um método apropriado para que o conteúdo chegue ao seu destino. Fazer base significa organizar o fluxo, estabelecer critérios de relevância do conteúdo, encaminhar para os publicadores que autorizam a publicação, garantir a publicação, gerar o link e distribuir em diferentes grupos para assegurar a circulação.

Nos Jornalistas Livres também há uma jornalista que, entre as atribuições, tem o papel de mediação entre os grupos e administrar todos os chats, passar informação de um para outro, de maneira frenética, o que faz com que se sinta “muitas vezes como aquelas telefonistas de antigamente, tirando um cabo e conectando o outro ou como um chefe de reportagem no tempo que ele organizava o local” (SILVA, p. 198).

A fluência do trabalho em rede é valorizada na redação virtual, mas o desafio de controlar quem pode publicar e em qual rede para manter a vigilância e qualidade do material exige novas atribuições.

Outra jornalista entrevistada (SILVA, 2019) afirma que além das suas atribuições de gravar e editar vídeos, fazer textos e base e distribuir o conteúdo, também é uma mediadora de conflitos e guardiã de todas as senhas que dão acesso aos canais de distribuição. Essa mediação de conflitos, explicitada pela jornalista, é mais exigida, por óbvio, nas redes maiores e, conseqüentemente, mais complexas, cuja relação é de trabalho voluntário ou nos espaços onde as relações de trabalho são mais precárias.

Na redação virtual, o profissional tem liberdade de ação de maneira distinta da organização de trabalho de uma redação tradicional. O fluxo – e muitas vezes a ausência de um caminho para o processo produtivo – não se dá de forma “militaresca em que é difícil fazer qualquer coisa sem pisar no calo de alguém”, como apontado por Anderson, Bell e Shirk (2013, p. 62) ao analisarem a redação tradicional. De acordo com Franciscato (2018, p. 6), “o fenômeno da inovação é, então, um elemento com potencial para pensar as transformações da atividade jornalística, das organizações e da profissão em um cenário de intensificação dos impactos das tecnologias digitais.”

Em meio a essas transformações e às novas formas de sistematização e tratamento da informação, os critérios definidores de noticiabilidade e valores-notícias se encontram em transição. Esses critérios são comumente encarados de formas subjetivas, exterior à práxis jornalística, e colocam o profissional distante do acontecimento cujo papel é apenas relatar o fato. De forma objetiva, a notícia ou produto informativo é resultado das negociações que acontecem em graus e motivações diferenciadas no seio do processo de produção desde a seleção até a publicação. O objetivo é atrair os leitores, chamando atenção para aspectos da realidade social que o veículo ou o coletivo seleciona.

Os valores-notícia não são estáticos e cumprem a função de nortear a produção cotidiana da matéria

jornalística e suas ênfases, embora os interesses e a linha editorial sejam mais perenes e representem elementos de continuidade na decisão sobre porque o acontecimento é considerado notícia. A própria organização da redação virtual por temas, a seleção de fontes e a linguagem utilizada indicam os critérios de noticiabilidade do arranjo alternativo. Opostamente ao uso da fragmentação como tática de manipulação (PERSEU ABRAMO, 2002), o recorte do acontecimento-notícia acontece para recomposição e explicitação do que é o fato, como, onde e quem o realizou e qual é o interesse em demonstrar o evento-notícia.

Ao referenciar a atividade jornalística como análise e relato de uma jornada ou período, a produção da notícia acontece dentro do íterim da veiculação. No jornalismo realizado no ambiente digital, a lógica e noção de tempo são outras, desde o incontável tempo do imediatismo do furo até a periodicidade e tempo diferentes de acordo com a plataforma utilizada na distribuição.

A mesma matéria produzida pelo arranjo é veiculada em diferentes dias e horários nos canais diversos de distribuição. O uso da tecnologia determina a versão e o horário de distribuição da informação, extrapolando a matéria jornalística e conferindo interdiscursividade à produção.

Desse modo, o avanço e acesso aos meios diminuiu a lacuna entre a produção da redação tradicional e da mídia alternativa, distanciando-a do rótulo de amador, que a grande imprensa sempre colocou nos meios alternativos.

Considerações finais

O processo de reestruturação do sistema do capital iniciado com os abalos da crise de 2007 marca a transição e disputa mundial. Embora algumas plataformas tenham sido criadas antes desse período, como a Elance, fundada em 1999, a Odesk, de 2003 e a Amazon Mechanical Turk, fundada em 2005, é após a crise que as chamadas plataformas austeras (Srniczek, 2018) como Uber e Airbnb nasceram e, ao negar os direitos e garantias sociais, configuram uma nova forma de trabalho.

Assim como WhatsApp e Telegram, todas as plataformas dependem de infraestrutura material instalada de redes de cabos, produtos em conexão e de processos de comunicação para garantir o seu funcionamento. A comunicação é a face dialética do trabalho, sem ela não existe o trabalho de plataforma.

Deste forma, o trabalho do jornalista, que trata a informação, faz a mediação entre acontecimentos e um público mais amplo, é utilizado pelas plataformas para ampliar seus arquivos com esse tipo diferenciado de matéria que só pode ser produzida com a participação de um profissional. Além disso, os veículos jornalísticos geram volume maior de dados para essas empresas que expropriam o valor gerado pelo trabalho digital.

As formas de extração de valor feitas a partir de sistema privado de governança e gestão, baseada em ampla coleta de dados e interações 'datificadas' são pontos a serem explorados de forma aprofundada e articulada às discussões atuais sobre capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2018).

O capitalismo de plataforma segue os objetivos originários do capital de gerar lucro, controlar mercados, concentração extrema de renda e, conseqüentemente, desigualdade social através de um modelo econômico que captura a produção massiva de dados.

Por outro lado, em que pese serem empresas e constituírem uma esfera privada, os sites de redes sociais possuem também dimensões de socialização de conhecimento e novas relações produtivas que podem constituir uma cultura de resistência cujo papel é contribuir com a diversidade e pluralidade de informação para a sociedade em busca de avanços civilizatórios.

Compreender e ampliar a discussão sobre o trabalho digital e os espaços virtuais de trabalho são necessários para apreendermos as mudanças desses tempos de transição do modo capitalista de produção e os impactos nas relações sociais como forma de interpretar e gerar mudanças estruturais na realidade.

São exigidas outras qualificações para trabalhar no ambiente das plataformas e é requerida mais compreensão dos mecanismos de comunicação, refletindo em mudanças nas bases sociotécnicas da

divisão do trabalho.

Referências

ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação da grande imprensa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ADGHIRNI, Zélia. O jornalista: do mito ao mercado. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 45-57, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%x>. Acesso em: 08 maio 2019.

ANDERSON, CW; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo da ESPM**, ano 2, n. 5, p. 30- 89, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARSOTTI, Adriana. **Jornalista em mutação**: do cão de guarda ao mobilizador de audiência. Florianópolis: Insular, 2014.

BELL, Emily; OWEN, Taylor. A imprensa nas plataformas. Como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo. **Revista de Jornalismo ESPM**, v. 1, n. 1, p. 49-83, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8D79PWH>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FIGARO, Roseli. As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. São Paulo: CPCT/ECA-USP, 2018. Disponível em: <http://twixar.me/LqC3>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A tecnologia móvel como plataforma de inovação no jornalismo de cidades. **Líbero**, v. 21, n. 41, p. 39-56, 2018. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/952/973>. Acesso em: 25 mar. 2020

FUCHS, Christian. **Social Media**. A critical introduction. London: Sage, 2014.

Gilbert, Davi. Facebook: a louca rotina dos agentes de censura. **Vice Brasil**, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/facebook-a-louca-rotina-dos-agentes-de-censura/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6 Volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HUWS, Ursula. **A formação do cibertariado**. Trabalho virtual em um mundo real. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

JENKINS, Henri. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

LELO, Thales. **Reestruturas produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas**: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Estadual de Campinas, 2019.

LIMA, Cecília Almeida; MOREIRA, Diego. CALAZANS, Janaina. Netflix e a manutenção de gêneros televisivos fora do fluxo. **Matrizes**, v.9, n. 2, p. 237-256, jul./dez. Disponível em: DOI:<http://dx.doi.org/10.11.606/issn.1982-8160>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LIMA, Claudia Nonato. **Jornalistas, blogueiros migrantes da comunicação**: em busca de novos arranjos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de expressão. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2015.

- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos 1857-1858. Esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MICK, Jacques; LIMA, Samuel. Perfil do jornalista brasileiro. Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.
- MORETZSOHN, Sylvia. O 'Novo Ritmo da Redação' de O Globo: a prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho e produção da notícia. **Parágrafo**, v. 2, n. 2, p. 59-79. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/234>. Acesso em: 25 de março de 2020.
- NICOLETTI, Janara. Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação. Proposta de um modelo de análise. Tese (Doutorado em Curso) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.
- NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA E SILVA, Maria Cecília P.; FAÍTA, Daniel (Orgs.). **Linguagem e trabalho**. Construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis.(org.) Trabalho e Ergologia. Conversas sobre a atividade humana. Niterói: UFF, 2007.
- SILVA, Ana Flávia Marques. **A redação virtual e as rotinas produtivas dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes) – Universidade de São Paulo, 2019.
- SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
- SLEE, Tom. **Uberização**. A nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.
- TUCHMAN, Gay. Making News by Doing Work: Routinizing the Unespected. **American Journal of Sociology**, n. 79, p. 110-131, jul. 1974.
- VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 2012.
- WU, Tim. **Impérios da comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Roseli Figaro é professora livre-docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP. Coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; apoio na revisão de texto; redação da primeira parte do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Ana Flávia Marques é mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Atua como pesquisadora no Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; levantamento dos dados empíricos; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação da segunda parte do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

“É de confiar desconfiando”: Tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia

“It’s to trust not trusting”: Tensions and conflicts between LGBT activism and media

CAROLINA BONOTO

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: c.bonoto@gmail.com. ORCID: [0000-0003-2184-7625](https://orcid.org/0000-0003-2184-7625).

LILIANE DUTRA BRIGNOL

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: lilianebrignol@gmail.com. ORCID: [0000-0002-7323-038X](https://orcid.org/0000-0002-7323-038X).

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BONOTO, Carolina; BRIGNOL, Liliane Dutra. “É de confiar desconfiando”: Tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 116-130, abr./jul. 2020.

Enviado em: 15/4/2019. Revisor A: 24/6/2019; Revisor B: 15/7/2019. Revisor A: 4/8/2019; Revisor B: 14/10/2019. Aceito em: 1/11/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28512>

Resumo

Este artigo analisa a relação entre o ativismo LGBT brasileiro e os usos da internet, especificamente no âmbito das tensões e conflitos travados com a mídia tradicional. Através da observação de quatro plataformas digitais voltadas ao ativismo pró-LGBT e de entrevistas realizadas com os/as ativistas responsáveis, buscamos contribuir para o debate acerca do impacto desses espaços de comunicação online nas ações do ativismo LGBT. Os usos táticos e criativos da internet possibilitam que ativistas disputem narrativas compensando o fluxo unilateral de informação próprio da mídia tradicional, sobretudo em termos de visibilidade, diversidade de representações, estratégias de diálogo e busca por reconhecimento.

Palavras-chave

Ativismo LGBT; Mídia; Usos da internet.

Abstract

This article analyzes the relationship between Brazilian LGBT activism and the uses of the Internet, specifically in the context of tensions and conflicts with the traditional media. Through the observation of four digital platforms pro-LGBT and interviews with the responsible activists, we seek to contribute to the debate about the impact of these new spaces of communication in the strategies of LGBT activism. The tactical and creative uses of the Internet enable activists to dispute narratives by compensating the unilateral information flow of traditional media, especially in terms of visibility, diversity of representations, dialogue strategies and the search for recognition.

Keywords

LGBT Activism; Media; Internet uses.

Introdução

Questões referentes a gênero e sexualidade têm assumido notória centralidade nas agendas políticas atuais, especialmente durante as eleições presidenciais de 2018. O retorno da discussão sobre pseudoterapias de reversão sexual, popularmente chamadas de "cura gay"¹; a comoção em torno do projeto "Escola Sem Homofobia", conhecido de forma pejorativa como "kit-gay"²; e as discrepâncias entre a efetivação de políticas de enfrentamento às violências LGBTfóbicas e os discursos que as acompanham, são alguns exemplos dessa complexa conjuntura.

Com a subsequente eleição de Jair Bolsonaro (PSL) tais temas continuaram a receber especial atenção. Em seu primeiro ato documentado, o Presidente da República oficializou, em janeiro de 2019, uma Medida Provisória³ retirando a população LGBT das políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, de competência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da qual fazia parte desde 2004. Em abril do mesmo ano, determinou a proibição do uso de palavras e termos ligados ao "universo LGBT" em peças publicitárias e de divulgação de todas as empresas estatais brasileiras.⁴

A frustração com a política institucional pode dificultar a percepção de outras formas de ação coletiva que se desenvolvem no cotidiano, desafiando os padrões culturais e abrindo espaços para novos sentidos, como àquelas realizadas através da internet, por exemplo. As listas de e-mail, os fóruns de discussão, os blogs, os canais no Youtube, as páginas em redes sociais, configuram-se como novos recursos de engajamento e politização que redesenham as práticas comunicacionais dos movimentos sociais contemporâneos.

No ciberespaço, ativistas encontraram um lugar potencialmente democrático que, embora sujeito à criação de nichos de informação e às restrições impostas pelas lógicas de programação de cada plataforma, representa uma via de contestação à atuação homogeneizante dos meios tradicionais de comunicação, assim como a possibilidade de promover debates; preencher lacunas de representatividade; contra-agendar a mídia e construir novas formas de organização em torno de suas causas, muitas vezes extravasando, de forma complementar e simultânea, para o âmbito offline das ruas.

O presente trabalho integra uma pesquisa mais ampla que analisa os usos sociais da internet no combate à LGBTfobia por meio dos relatos de vida de ativistas brasileiros/as.⁵ Aqui, abordamos a relação entre o ativismo LGBT e os usos da internet com recorte nas aproximações e conflitos estabelecidos com a mídia. Nosso objetivo central é apresentar como os/as ativistas entrevistados/as percebem essa relação do ativismo com a mídia tradicional em termos de visibilidade, diversidade de representações, estratégias de diálogo, etc. Também, como compreendem o potencial dos novos espaços comunicacionais online no redimensionamento de tal relação com a mídia.

O termo mídia será utilizado como referência ao conjunto de veículos de comunicação impressos, radiofônicos e televisuais, assim como aos seus respectivos espaços no ambiente digital. Com base na

¹ O termo "cura gay" faz referência ao projeto de Decreto Legislativo 234/11, que buscava autorizar o tratamento psicológico para alterar a orientação sexual de homossexuais. Em 2017, o assunto voltou a ser discutido em razão da decisão judicial que concedeu liminar autorizando psicólogos a oferecerem tais pseudoterapias de reversão sexual, proibidas desde 1999 pelo Conselho Federal de Psicologia.

² O projeto, que consistia em um conjunto de materiais didáticos pelo Ministério da Educação (MEC) para tratar sobre gênero, diversidade sexual e preconceito junto a professores/as nas escolas, causou grande polêmica entre setores conservadores da sociedade e sua distribuição acabou vetada, em 2011, pela presidenta Dilma Rousseff. Porém, foi resgatado de forma infame durante as eleições de 2018.

³ Através da Medida Provisória nº 870 e do Decreto 9.668/2019, a promoção dos direitos dessa população fica a cargo de diretoria subordinada à Secretaria Nacional de Proteção Global, o que representa significativa perda de status em relação ao tratamento dado anteriormente.

⁴ A determinação veio após o Presidente vetar a veiculação de uma campanha publicitária do Banco do Brasil marcada pela diversidade sexual, racial e de gênero.

⁵ A dissertação é intitulada "Ativistas LGBT em rede: os usos sociais da internet no combate à LGBTfobia", sob orientação da Profa. Dra. Liliâne Dutra Brignol, e foi defendida em março de 2018.

proposta de Eliséo Verón (1997), consideramos como mídia os meios de comunicação marcados pela pluralidade e a simultaneidade no acesso às mensagens. De mesmo modo, “grande mídia” e “mídia tradicional” são utilizados para designar os veículos de alcance nacional ou regional, em virtude da ampla circulação ou influência social, diferenciando-os dos de menor influência e maior independência, também chamados de “alternativos”. Ainda que se reconheçam as problemáticas e contradições teóricas, tais definições se assemelham ao uso que os/as entrevistados/as fazem dos termos.

Após um mapeamento das plataformas digitais pró-LGBT, ou seja, sites, blogs e páginas em redes sociais, duas premissas pré-investigativas foram fortalecidas: o ativismo LGBT tem expandido sua atuação na internet;⁶ e essa atuação resulta em um cenário amplo, não estruturado e, por vezes conflitante entre grupos distintos. O levantamento sobre nosso campo, embora não seja exaustivo em sua proposta, foi fundamental na seleção dos/as ativistas participantes.

A escolha se deu, sobretudo, em razão do alcance das plataformas digitais as quais representam e de forma a contemplar, na medida do possível, a multiplicidade de identidades englobadas pela sigla LGBT. Em seguida, realizamos entrevistas em profundidade, ao longo de dois anos, com os/as ativistas responsáveis por tais plataformas.

Há um crescente interesse pela pesquisa das relações travadas entre movimento LGBT e a mídia brasileira e importantes contribuições como os trabalhos de Ribeiro (2010), Péret (2011), Leal e Carvalho (2012) e Coletto (2013) foram realizados na última década. Nossa proposta, portanto, situa-se no desejo de centralizar as vozes dos/as ativistas envolvidos/as nesta relação.

Considerando os papéis singulares que desempenham no ativismo LGBT, optamos por manter, com a devida autorização, a identificação dos/as ativistas partícipes. Assim, através da observação desses espaços comunicacionais e das entrevistas realizadas, buscamos contribuir com o debate acerca do impacto do ambiente digital na reconfiguração da relação entre o ativismo LGBT brasileiro e a mídia tradicional.

Visibilidade e representação no cotidiano LGBT

A história é a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. É, também, o relato que se faz de tudo isso, como nos lembra Michelle Perrot (2007). Ao debruçar-se sobre a historiografia das mulheres, a autora ressalta que a história, desde que passou a existir enquanto disciplina científica, a partir do século XIX, é fortemente marcada por uma visão masculina e heterossexual. Faz-se necessário, dessa forma, que seja entendida como o resultado de interpretações e representações fundadas em relações assimétricas de poder.

A perspectiva androcêntrica atravessou os séculos e embalou a divisão simbólica dos sexos de forma hierárquica sob a pretensa neutralidade biológica dos indivíduos. Homens e mulheres eram entendidos como seres à parte. Anatomias diferentes, essências diferentes e, portanto, funções sociais diferentes. Tal conceito de gênero foi progressivamente contestado pelos movimentos de mulheres do pós-guerra (HARAWAY, 2004), cabendo às feministas da metade do século XX repensá-lo além da perspectiva essencialista.

Em 1975, a antropóloga Gayle Rubin elaborou o chamado “sistema sexo/gênero”, estimulando a ruptura teórica que estava por vir na década seguinte. Ao debater a opressão e subordinação social da mulher, Rubin (1993) reitera a negação do determinismo biológico e encara o gênero como sistema de representações sociais orientado pelo pertencimento do indivíduo a um sexo biológico imbricado em relações de dominação.

O conceito de gênero, a partir dos anos 1980, passa a servir como uma ferramenta analítica (SCOTT, 1995) e, ao mesmo tempo, uma ferramenta política (LOURO, 1997). Refere-se ao modo como as características sexuais são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. De acordo

⁶ Das 106 plataformas mapeadas que continuam atualizadas com frequência, 40% foram criadas nos últimos cinco anos (2014-2019).

com Louro (1997) o gênero é agora utilizado com forte apelo relacional, uma vez que as justificativas para as desigualdades foram buscadas não mais nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Na visão de Scott (1995), a percepção das desigualdades de gênero permite que este seja utilizado enquanto categoria para compreender, explicar e justificar outras relações hierárquicas, como classe e sexualidade, pela associação entre as posições de poder e o que se convencionou como masculino. Corpo, gênero e sexualidade (e por extensão, o sexo, o desejo, as práticas e identidades sexuais) adquirem, então, posição nuclear nas experiências individuais e também nas formas através das quais essas experiências são interpretadas nas sociedades contemporâneas, fortemente enraizadas em valores heteronormativos.

De acordo com Miskolci (2009), a heteronormatividade expressa as expectativas, demandas e obrigações que derivam do pressuposto da heterossexualidade como algo natural. Indo além da noção de heterossexualidade compulsória⁷, ela representa um conjunto de preceitos basilares aos processos sociais de regulação e controle. Segundo o autor, trata-se de um regime de visibilidade onde a monogamia heterossexual é sustentada como norma, enquanto as demais sexualidades são marginalizadas.

Nesse contexto, os processos de comunicação se encontram no centro de um complexo fenômeno de interação entre os valores culturais, as instâncias de poder e a sociedade em geral, intervindo amplamente na vida cotidiana. Compreender a participação da mídia tradicional na produção de sentidos é fundamental para, dentro de uma grande moldura, entender como são produzidas e reiteradas as diferenças e hierarquias sociais.

Assim, questionamos quatro ativistas ligados/as ao movimento LGBT brasileiro quanto suas percepções sobre a relação entre temas referentes a gênero/sexualidade e a mídia tradicional. Antônio Kvalo, designer, estilista e ativista gay, é um dos idealizadores do Tem Local⁸ – a primeira plataforma colaborativa para o mapeamento de LGBTfobia no Brasil; Eric Seger, educador físico e ativista trans, é cofundador do coletivo Homens Trans em Ação (HTA)⁹; Hailey Kass, ativista trans e bissexual, é escritora e criadora do blog Transfeminismo¹⁰ – considerado o carro-chefe do movimento transfeminista brasileiro; e, por fim, Natasha Avital, servidora pública e ativista bissexual, integrante do coletivo midiático Bi-sides¹¹ – um dos principais sites voltado às questões de bissexualidade no país.

Ao abordarmos as estratégias de visibilidade, dois assuntos ganharam relevo: a cobertura noticiosa sobre paradas do orgulho LGBT e as representações em telenovelas. Inspiradas nas marchas que surgiram na Revolta de Stonewall¹² e se espalharam pelos Estados Unidos e Europa, as Paradas do Orgulho LGBT chegaram ao Brasil em 1995, na cidade do Rio de Janeiro, e se tornaram o maior símbolo público-midiático do movimento. São, na visão de Facchini (2012), os fenômenos sociais e políticos mais inovadores do Brasil urbano, unindo o protesto e a celebração. Em razão do forte apelo público, agendam a cobertura midiática dos meios de comunicação.

O ativista trans Eric Seger, cofundador do HTA, conta em entrevista:

As Paradas são quando a gente pode colocar nossa mensagem na rua, né. Pode mostrar

⁷ Termo utilizado pela primeira vez por Adrienne Rich, teórica feminista estadunidense, no ensaio *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*, escrito em 1980 e publicado em 1986. Representa a expectativa de uma continuidade entre sexo, gênero, identidade de gênero e identidade sexual, em que a causa final é a heterossexualidade (MISKOLCI, 2009).

⁸ Disponível em: www.temlocal.com.br. Acesso em: 10 jan. 2017

⁹ Disponível em: www.facebook.com/HTAContato. Acesso em: 10 jan. 2017

¹⁰ Disponível em: www.transfeminismo.com. Acesso em: 10 jan. 2017

¹¹ Disponível em: www.bisides.com. Acesso em: 10 jan. 2017

¹² Em 28 de junho de 1969, um grupo de travestis, gays, bissexuais e lésbicas confrontou a repressão policial em Nova York. Conhecida como a Revolta de Stonewall, a data é o marco contemporâneo de início do movimento LGBT civilmente organizado mais reconhecido pela literatura.

que tá ali, tá organizado e tem algo pra falar. E é importante também para outros homens trans ou famílias de homens trans, que não sabem que existe um movimento organizado pertinho deles, poderem se aproximar da gente. E pra nós é importante nesse sentido, de marcar presença, de botar uma faixa, usar as camisetas do grupo. Tu tá ali carregando o símbolo do HTA, isso marca pras pessoas, dá a visibilidade que a gente precisa (Entrevista Eric).

Para Antônio, um dos criadores do Tem Local?, a abordagem sobre as Paradas é genérica e, por vezes, repetitiva:

Entra ano, sai ano, as coberturas são as mesmas: falam o tema, quantas pessoas participaram, depois vem o número de furtos, os registros de ocorrências, imagens de pessoas bebendo e alguma família hétero falando da importância de apoiar a causa. Quem viu uma, viu todas. Mas pelo menos estão falando, né. Eu acho que não tem uma maldade, acho que estão tentando (Entrevista Antônio).

A visão do ativista reflete a complexidade do assunto ao identificar um discurso pró-direitos LGBT ao mesmo tempo em que reforçam o apagamento das pautas e dos próprios ativistas envolvidos na realização dos eventos. Outro exemplo é a Caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de São Paulo, que acontece no sábado antecedente ao da Parada LGBT, desde 2002. Natasha, integrante do coletivo midiático Bi-sides, sublinha algumas disparidades:

O movimento no Brasil ainda é muito GGGG. Prova disso é que muita gente, inclusive os jornais, ainda chamam a parada de “Parada Gay” ou “Parada do Orgulho Gay”. E a Caminhada é tanto uma forma de resistência a isso, quanto uma evidência disso. Não tem apoio, não tem patrocínio, *não sai nem uma notinha nas mídias*. Nem mesmo de divulgação. Tem gente que cruza e pergunta se é um evento “pré-parada”. Então, assim, é um evento pra lutar por essa visibilidade na sociedade, mas também dentro do movimento, sabe? (Entrevista Natasha).

Ainda que a Parada tenha deixado de usar o título “Orgulho Gay” em 2008, muitos veículos insistem em manter a nomenclatura e acabam reforçando o apagamento de lésbicas, bissexuais e trans. A crítica feita por Natasha não é nova e tensões semelhantes estão registradas em trabalhos como os de MacRae (1990); Facchini (2005); Simões e Facchini (2009). Na fala de Hailey Kass, criadora do blog Transfeminismo, identificamos crítica semelhante:

Não tem como falar em visibilidade sem as Paradas. Três milhões de LGBTs na rua é difícil ignorar. Então a visibilidade existe, mas nós temos que pensar que visibilidade é essa. Por exemplo, dia 22 de outubro é o Dia Internacional pela Despatologização Trans e o comum é você não encontrar uma notícia, uma nota, nada. E eu falo da militância também. Parece que a militância LGBT não tem interesse na luta das trans. Precisa lembrar que o movimento não é só G, tem o L, o B e o T também (Entrevista Hailey).

A avaliação de Hailey reitera a crítica previamente apontada por Natasha sobre a sub-representação na mídia e também dentro do ativismo LGBT. Esses dissensos se acentuam conforme avançamos no debate de representações midiáticas. Natasha, por exemplo, ponderou a necessidade de um olhar atento, a fim de evitar a perpetuação de já conhecidos estereótipos:

A gente [Bi-sides] teve uma experiência bem ruim com a Revista Galileu uns anos atrás. Eles estavam fazendo uma matéria sobre bissexualidade¹³ e eu fui uma das entrevistadas. A repórter parecia bem interessada, fez várias perguntas pertinentes, etc. Mas aí antes de sair a revista, ela me mandou um e-mail pra dar uma olhada. O título já era algo do tipo “Uma geração sem rótulos” e eu fiquei chocada. Nós temos rótulos, nós temos nome, é bissexual o nome! Mas a matéria saiu assim mesmo

¹³ Disponível em: www.revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/01/nova-revolucaoasexual.html. Acesso em: 19 set. 2017.

(Entrevista Natasha).

O estereótipo age, conforme descrito por João Freire Filho (2004), reduzindo toda a variedade de características de um determinado grupo social a alguns atributos considerados essenciais. Ao encorajar um conhecimento intuitivo sobre o *Outro*, geralmente através de julgamentos pré-definidos, o estereótipo age como uma forma de controle social, ajudando a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável (FREIRE FILHO, 2004). Sobre o impacto de tais representações, Natasha completa:

A bifobia, numa questão cultural, é a falta de representatividade, é a mídia parar de nos ignorar completamente. É básico, é só o mundo parar de trabalhar com o pressuposto de que gente como eu não existe. Na novela "Em Família", por exemplo, tinha uma personagem que se dizia bi, e eu fiquei bem feliz com isso. Mas eu, como não assistia, achava que ela se dizia lésbica. O motivo disso é que pela mídia e pelas redes sociais, eu só via as pessoas falando "das lésbicas da novela". É comum na literatura, no cinema e nos produtos em geral, a bissexualidade ser colocada como algo que um parceiro ou parceira vai corrigir em você (Entrevista Natasha).

A fala de Natasha reflete uma posição crítica ao apagamento da bissexualidade que pode ser explícito ou então diluído na ideia de "pessoas sem rótulos". De modo semelhante, Seffner (2003) destaca, em sua pesquisa sobre as representações midiáticas de bissexuais, a polarização hetero/homossexualidade como agente perpetuador da representação de "bissexuais indecisos" cuja "estabilidade" ou "correção", como pontua Natasha, é alcançada com o relacionamento monogâmico.

Ainda sobre as telenovelas, Antônio reflete sobre os limites das representações:

Assim como tem a mocinha ingênua e tem a vilã que não para de pensar no seu plano maquiavélico, tem a bicha pintosa. Não me incomoda. Eu sei a importância da bicha pintosa ser representada na novela porque naquele momento em que o personagem está fazendo sucesso as bichas pintosas do "interiorzão" começam a ser minimamente respeitadas. Eu acho válido. Eu prefiro até personagens assim do que falando coisas erradas. *O desserviço me incomoda mais que o mau-serviço* (Entrevista Antônio).

Representar significa atribuir sentidos, produzir normas e revelar sistemas de valores que apontam para um desejo social. É por intermédio dos significados construídos pelas representações que conferimos sentido às nossas experiências e formulamos identidades. Esses significados também determinam as identidades que são "corretas" e aquelas que representam as "desviantes". Tal distinção é evidenciada na avaliação de Hailey:

Representatividade e visibilidade melhoraram bastante nos últimos anos. Têm algumas artistas trans ganhando destaque, alguns personagens aparecendo nas novelas, mas longe ainda de representar uma multiplicidade de corpos. Eu pessoalmente não me sinto representada porque eu sou gorda, né. É difícil você ver uma mulher trans e gorda nesses produtos midiáticos. A gordofobia me parece ser mais problemática que a questão trans. E as trans são sempre muito passáveis. Sempre vai ser uma representatividade limitada, dentro de certo padrão. Quem sabe um dia a gente chega lá. Mas vou esperar sentada (Entrevista Hailey).

Passabilidade, explica Hailey ao longo da entrevista, é a possibilidade de "passar por" homem cis ou mulher cis. Tratam-se, de acordo com Butler (2015), de normas de inteligibilidade socialmente instituídas. Gêneros inteligíveis são aqueles que mantêm relações coerentes entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Por exemplo, um indivíduo nascido com genitais femininas deve se identificar como mulher, assumir papéis sociais reservados às mulheres e envolver-se sexual e afetivamente com homens. Na visão de Hailey, ainda que haja um aumento na presença de pessoas trans na mídia, as representações

disponíveis ainda são centradas em corpos que, embora rompam com a expectativa de sexo-gênero, estão próximos aos padrões estéticos valorizados pela hetero-cisnormatividade.

Ribeiro (2010), em seu livro “A TV no armário”, destaca as vias implícitas pelas quais as mídias televisivas são capazes de reproduzir visões heterocentradas e manter hierarquias de raça, gênero e sexualidade ao mesmo tempo em que rechaçam o rótulo de preconceituosas. Tal regulação também é percebida por Beleli (2009) ao analisar a visibilidade LGBT na mídia. A autora constata ser crescente a participação de LGBTs em telenovelas e propagandas publicitárias, porém chama atenção para a higienização das representações, não raro permeadas por convenções sociais “normalizadas”, como a de uma relação monogâmica com promessa de casamento (BELELI, 2009, p. 128).

Eric faz uma avaliação ponderada sobre a representação inédita de um homem trans e gay no horário nobre:

Será que esse personagem marcou as pessoas? A novela [A Força do Querer] tentou ser politicamente correta de ter alguém lá explicando o que era homem trans, alguma vez aqui e ali. Ao mesmo tempo em que fazia isso também, tinha outro homem trans passando a imagem de “enganar” as pessoas. Então eu não sei se ficou explicado. Mas eu acho que *no fim das contas foi um saldo positivo de poder referenciar isso*. Dizer: “olha só, lembra que tinha um personagem assim na novela?” Não vou ser exigente de cobrar tudo certinho, é passo a passo. No grupo [HTA] tiveram aqueles que reclamaram de alguns aspectos, mas a maioria se identificou. *Relataram que ajudou a falar com a família, que a família chorava assistindo porque se identificavam também* (Entrevista Eric).

Assim como Natasha e Hailey, Eric sublinha a limitação do que se deve esperar e do que se pode alcançar através da representação midiática, pois ao mesmo tempo em que a telenovela tentava construir uma narrativa próxima à realidade, reforçava a oposição entre “homem de verdade” e “falso homem”. Para o ativista trans, o ponto positivo está na potencialidade em conectar o tema da transexualidade ao cotidiano social.

O debate da representatividade enquanto política LGBT tem avançado tanto no ativismo quanto na academia. Também é crescente o número de personagens LGBTs, principalmente em produções internacionais.¹⁴ Entretanto, para além da quantidade, as/os entrevistadas/os destacam a importância de atentar para os modos como essas representações são construídas. Aproximamo-nos da análise de Colling (2011) quando reforça que os produtos midiáticos podem provocar discussões socialmente relevantes, desde que ofereçam representações diversificadas e personagens humanizados.

A mídia ocupa lugar central na cultura ao contribuir para as compreensões e produções de significados. Ela filtra e molda realidades por meio de suas representações, fornecendo critérios e referências para a condução da vida diária. Embora não seja nossa intenção analisar exaustivamente as representações construídas sobre as identidades LGBT, compreender as visões dos/as ativistas quanto aos sentidos disponíveis na mídia é fundamental para visualizar as motivações pessoais e políticas que resultam na criação e manutenção das plataformas de ativismo.

Ativismo e mídia: entre a negociação e a vigilância

Em um cenário de globalização e informatização, os movimentos sociais diversificaram-se e, na mesma medida, se complexificaram. Fortalecidos pelos usos e apropriações das tecnologias de informação e comunicação (TICs), esses movimentos inauguraram novas formas de interação, novas redes de disseminação de conhecimento e novos mecanismos de visibilidade. Os *movimentos sociais em rede*,

¹⁴ O relatório *Where We Are on TV*, do grupo Gay & Lesbian Alliance Against Defamation (GLAAD), especializado em monitoramento da mídia em relação às representações da população LGBTQ, aponta que, em 2018, dos personagens representados na TV aberta, a cabo e *streaming* 8,8% eram LGBTs, a maior porcentagem alcançada em quatorze anos de pesquisa.

como foram designados nos trabalhos recentes de Manuel Castells (2003; 2013; 2013b), são definidos enquanto ações coletivas do século XXI que se manifestam na e pela internet e visam a transformação de valores e instituições da sociedade.

Entretanto, Castells (2013b) enfatiza que tais movimentos não são resultado do desenvolvimento da internet ou de qualquer outra tecnologia. Para o autor, os movimentos sociais surgem da contradição, dos conflitos e, principalmente, do desejo de construir projetos alternativos de sociedade. Ao mesmo tempo, ressalta que, embora não seja elemento único na formação das ações coletivas, a internet ultrapassa o papel meramente instrumental:

Ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o momento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada (CASTELLS, 2013b, p. 171).

Necessário ressaltar, como lembra Martín-Barbero (2006), que as tecnologias não são neutras. Hoje, mais do que nunca, elas constituem grupos de condensação e interação de interesses econômicos e políticos com mediações sociais e conflitos simbólicos (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 70). A internet, por sua vez, encontra-se cercada pelo poder dos grandes conglomerados empresariais e, em variados níveis, regulada pelos governos. Além do mais, é preciso considerar as assimetrias existentes nas condições de acesso às novas tecnologias, sobretudo nos limites de exclusão digital, a fim de evitar perspectivas deterministas e ufanistas sobre a sua atuação.

Outro ponto de destaque é trazido por Gustavo Cardoso (2007) ao sublinhar que a internet, enquanto lugar de circulação de discursos, também pode levar a apropriações conservadoras, atuando na manutenção da vida social tal como se encontra constituída, inclusive dentro da mesma lógica centralizadora dos meios tradicionais de comunicação. A internet constitui-se, então, através de seus usos.

A expansão das novas tecnologias impulsionou a substituição das tradicionais estruturas hierárquicas de comunicação por estruturas de rede flexíveis, inaugurando um novo modelo comunicacional baseado na comunicação em rede. Essa nova forma de comunicação fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. São exemplos, a comunicação estabelecida através de redes sociais online como o Facebook, o Instagram, o Twitter, o Youtube e, também blogs e sites.

A história de interações entre o ativismo LGBT e a mídia não é nova no Brasil. Diversas ações de grupos ligados ao movimento, como cartas abertas, notas de repúdio, ofícios a órgãos públicos, pedidos de direito de resposta, têm ocorrido nos últimos dez anos. Coletto (2013), ao debruçar-se sobre as tensões estabelecidas entre o movimento LGBT e a mídia brasileira, extrai um conjunto de estratégias de atuação que envolvem, principalmente, o diálogo e o ativismo jurídico endereçados a uma série de setores, sobretudo telenovelas, imprensa, publicidade e a música.

Aqui, destacamos uma terceira estratégia: os usos criativos (DE CERTEAU, 2011) de espaços comunicacionais online onde as minorias possam subverter a gramática estabelecida pelos meios hegemônicos, contestando os conteúdos e as formas dominantes. Na observação das plataformas selecionadas, constatamos a presença de múltiplas estratégias de interação entre ativistas e mídia, porém duas se sobressaem: existe um claro direcionamento a preencher lacunas criadas pelo Estado e pela mídia no âmbito das questões LGBT; e é constante a ação de negociação e vigilância aos modos como os veículos midiáticos abordam tais temas.

Por meio desses espaços, os grupos ativistas trazem à esfera pública questões negligenciadas e, através da produção e distribuição de informações, impulsionam a disseminação de discussões pouco ou nada abordadas. A página Homens Trans em Ação (HTA) na rede social Facebook é um exemplo. De acordo

com Eric, ela surgiu da necessidade de ocupar um lugar ignorado pelas instituições:

Faltava um espaço que concentrasse informações sobre homens trans no país, né. Na verdade, ainda falta informação vinda do governo, da escola, da universidade, da mídia em geral. Muita gente nem sabe que nós existimos, não sabe o que é ser homem trans. Por isso nós criamos a página, *pra falar do que ninguém mais fala* (Entrevista Eric).

A crítica de Eric remete ao apagamento sistemático da luta trans na sociedade. Durante as entrevistas, o ativista relembrou histórias que refletem a função da página do HTA, que soma mais de 1.700 curtidas¹⁵, de informar e orientar homens trans sobre direitos, recursos de saúde e políticas públicas, como conta no trecho a seguir.

São poucos grupos organizados de homens trans no Brasil. No Sul nós somos os únicos, então aparece muito cara trans querendo tirar dúvidas pela página. Eles perguntam sobre hormonioterapia; como passar a usar o banheiro masculino; sobre onde tirar Carteira de Nome Social. E é nosso direito, né. Aqui no Estado [Rio Grande do Sul], pelo menos. E muitas vezes as pessoas não sabem que têm esse direito, ou se sabem, não sabem como garantir ele. Então a gente explica, orienta, indica. É importante ter com quem conversar. Ser homem trans às vezes é um processo bem solitário (Entrevista Eric).

A visão do ativista reforça a importância da presença do movimento trans na internet, transpondo barreiras geográfico-territoriais e permitindo a aproximação de pessoas de diferentes lugares. Em sua tese de doutorado, Simone Ávila (2014) acompanhou diversos espaços onde circulavam transhomens¹⁶ brasileiros e, após quatro anos de observação participante, sinalizou a forte recorrência de isolamento e exclusão social de pessoas trans, especialmente em razão do preconceito e rejeição em âmbito familiar e escolar. Pesquisas como a de Ávila (2014) e Carvalho (2015) indicam as redes de apoio através da internet como principal espaço de sociabilidade de homens trans.

De forma semelhante, o blog Transfeminismo conectou mulheres de todo país em torno do debate, até então escasso, da transgeneridade aliada ao feminismo. Nas entrevistas, Hailey contou:

Foi através do Tumblr que eu soube que tinha uma corrente feminista chamada transfeminismo, comecei a ler sobre e pensei “a gente tem que ter um debate desses aqui no Brasil”. Aí fiz um grupo no Facebook pra pessoas interessadas e juntas a gente decidiu fazer um site. Na época, não tinha mais ninguém falando sobre isso na internet, e tem coisas que o feminismo cis não alcança. Precisava ter um espaço específico para as pautas das mulheres trans. Existe muita força em poder debater certas questões com quem entende a mesma dor (Entrevista Hailey).

Hailey, que se identifica como trans e bissexual, reforça que a ideia era criar um lugar de debate, mas também de acolhimento. Na mesma linha está o relato de Natasha sobre a criação do Bi-sides. O site é hoje a principal plataforma comunicacional voltada à bissexualidade e, da mesma forma que o blog Transfeminismo, surgiu motivado pela inexistência de espaços de informação voltados a determinado segmento LGBT. Além do site, o Bi-sides ainda possui página, com mais de 5 mil curtidas¹⁷, e um grupo moderado no Facebook, que conta com 4 mil membros:

¹⁵ Dados de julho de 2019.

¹⁶ Em seu trabalho, Ávila (2014) conta que utiliza o termo “transhomem” por imaginado, ainda no início da pesquisa, que este fosse um “termo nativo” por em suas primeiras buscas sobre o tema ter encontrado o blog brasileiro “Transhomem Brasil”. Entretanto, no decorrer do tempo em campo, percebeu que os termos mais utilizados por seus interlocutores eram FTM (*Female to Male*) e transexual masculino (ÁVILA, 2014, p. 32). Em nossa pesquisa, porém, o termo “homem trans” foi escolhido por ser o termo utilizado por Eric durante as entrevistas, inclusive representando o nome de seu Coletivo.

¹⁷ Dados de julho de 2019.

Chega muita mensagem na página e muito comentário no grupo de gente agradecendo, dizendo que é o único lugar que se sente à vontade, que é o único lugar em que não precisa se explicar. Eu acho que isso de você não precisar se explicar é muito importante. Por que às vezes você está entre pessoas que são pessoas legais e elas te aceitam, mas elas não entendem questões específicas. Então você está entre pessoas que têm alguns aspectos seus que você não precisa explicar, que já tá presumido por que todo mundo já sabe o que você tá falando, sabe? Isso é muito importante (Entrevista Natasha).

Pesquisas como a de Nussbaumer (2004) e Daniliauskas (2014) têm indicado a relevância de espaços *online* de sociabilidade, especialmente para jovens LGBT, nos processos de reconhecimento, emancipação e auto-aceitação. Em nossas entrevistas, o mesmo pode ser constatado. Reiteradamente os/as ativistas indicaram o quão expressivo é estar entre pares no fortalecimento dos indivíduos e do próprio movimento LGBT.

Outro ponto relevante na relação entre ativismo e mídia são as estratégias de vigilância e diálogo constantemente travadas por meio das plataformas digitais. Ao questionamos Eric sobre o posicionamento do HTA em relação aos produtos midiáticos, o ativista destacou:

Tem que ficar sempre de olho. É de confiar desconfiando. Tem muita reportagem que só reforça o preconceito. Às vezes as matérias nos retratam como "um homem que virou mulher" ou "uma mulher que virou homem". E isso aí não nos serve. Não é qualquer visibilidade que ajuda. Em maio [2017] saiu uma matéria bem legal no G1 contra a internação compulsória de pessoas trans em instituições psiquiátricas. Usaram nome social e tudo. Mas aí, agora em julho, um homem trans foi assassinado aqui em Porto Alegre e no Clicrbs, que é do mesmo conglomerado do G1, tinha o nome feminino do registro civil dele na matéria. É um assassinato duplo: nos matam e nos negam nossa identidade (Entrevista Eric).

As duas matérias foram compartilhadas na página Homens Trans em Ação. A primeira, do site G1, foi repostada com o título "a importância da mídia"¹⁸ e recebeu elogios pela abordagem socialmente responsável e uso adequado dos artigos e pronomes de gênero. Já a segunda, do jornal Zero Hora – Grupo RBS, afiliado ao Grupo Globo, foi acompanhada de uma nota de repúdio¹⁹ por, repetidamente, utilizar o nome de registro civil feminino de um homem trans.

A demanda pelo uso correto dos artigos e pronomes de gênero para pessoas trans talvez seja uma das mais antigas do movimento LGBT em relação à mídia e, ainda assim, o uso de "o travesti" ou da identificação pelo nome do registro civil em matérias jornalísticas continua sendo comum. Quem também pontuou essa problemática foi Antônio:

Quando a gente não recebe as denúncias diretamente pela plataforma [Tem Local?], a gente acaba recebendo por alguma matéria de jornal. E as matérias de jornal insistem em continuar chamando as pessoas trans pelo nome de registro. A gente já leu coisas horróricas, como por exemplo: em destaque estava o nome de registro e aí dizia "atendia pelo apelido tal". Então a gente começa nesse processo: "Não! Essa pessoa é uma pessoa trans e o nome dela é tal". É uma negação da identidade de gênero atrás da outra. Então eu acho que é papel sim do ativismo ir corrigir a mídia, tentar melhorar as informações para a sociedade (Entrevista Antônio).

O entrevistado pontua a importância de um papel ativo do ativismo na correção dos veículos jornalísticos. Na mesma linha, Eric descreve como um "duplo assassinato" o apagamento identitário que ocorre mesmo após a morte. O ativista trans reitera a linha argumentativa apresentada rapidamente por Antônio ao sublinhar a importância de um olhar crítico sobre a representação das pautas LGBTs na mídia.

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/htacontato/posts/691888494348058?tn=-R>. Acesso em: 13 set. 2017.

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/htacontato/posts/719133094956931?tn=-R>. Acesso em: 13 set. 2017.

Hailey, por outro lado, faz uma avaliação distinta das de Eric e Antônio. Para ela, a transfobia no discurso midiático tem outra frente principal:

Me parece que os jornais um pouco mais comprometidos têm melhorado na questão de usar o pronome de gênero adequado. Mas isso porque a militância *bateu muito de frente, criticou muito essa questão*. Eu acho que um problema grande ainda é a patologização. As pessoas ainda não têm muita noção da questão trans fora dos marcos da patologia. Por exemplo, reforçando a ideia de que a pessoa trans só vai se sentir completa depois da cirurgia. Então assim, *me parece que as questões mais elementares, como o do respeito do nome social e do uso dos pronomes corretos, melhoraram bastante*. Mas a noção da transexualidade enquanto patologia ainda é muito forte e muito difícil de ser combatida nos meios, inclusive da esquerda (Entrevista Hailey).

A fala de Hailey denuncia a postura de exotismo e fetichismo com que os corpos trans são, muitas vezes, retratados. Eric faz crítica semelhante ao citar matérias que se referem às pessoas trans como “uma mulher que virou homem” ou “um homem que virou mulher”. Para ambos, trata-se de uma tentativa de deslegitimação. O “corpo-sexuado” (o corpo-homem e o corpo-mulher), como define Berenice Bento (2006), encontra nas experiências transexuais seus próprios limites discursivos, uma vez que nelas o gênero significará o corpo, revertendo um dos pilares de sustentação das normas de gênero.

A identidade de gênero não é uma essência que adquire visibilidade pelos atos e comportamentos; ao contrário, são os atos, linguísticos e corporais, que edificam os sujeitos generificados. O gênero é, portanto, perpassado por performatividades (BUTLER, 2015). Como lembra Bento (2006), os olhares acostumados a divisão dualista do gênero, se perdem diante destes corpos trans, que cruzam os limites tão aparentemente fixos do masculino e feminino e reivindicam, por meio de seus corpos e maneiras de ser, uma identidade de gênero oposta a informada em sua biologia.

As visões dos/as ativistas sobre a atenção da mídia tradicional às demandas da população LGBT são, portanto, diversas. Em comum, apresentam uma percepção positiva quanto ao papel da internet no reconhecimento e na articulação política de lésbicas, gays, bissexuais e trans. Como nos lembram Facchini e França (2009), o movimento LGBT é um ator social complexo, necessariamente em relação com outros atores que o influenciam e são por ele influenciados. O mesmo pode ser estendido aos/as ativistas que o integram, estejam em contextos organizacionais ou não. Assim, embora nosso esforço em refletir essas diferenças na composição dos/as entrevistados/as, ela está longe de ser representativa de todas as tensões e conflitos do ativismo LGBT brasileiro.

Considerações finais

Com as mudanças societárias decorrentes da comunicação digital, transformaram-se também as relações de poder. Para Castells (2015), as relações de poder, base das instituições que organizam a sociedade, são amplamente construídas na mentalidade das pessoas através, entre outras estruturas, dos processos de comunicação. O que configura, na visão do autor, uma forma mais decisiva e duradoura de dominação do que a subordinação por intimidação ou violência, pois se dá dentro de uma perspectiva de hegemonia.

Porém, onde há poder há também contrapoder, destaca Castells (2013). Representado pela capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Trata-se da tentativa deliberada de alterar as relações de poder reprogramando as redes em torno de outros valores ou rompendo as alternâncias predominantes.

Nesse contexto, a internet se configura como um espaço social amplo, diversificado e menos propenso à intervenção de mediadores. Ressalvadas suas restrições, seja em relação às assimetrias nas

condições de acesso ou nos limites que a lógica de mercado do capitalismo transnacional impõe para sua autonomia, a internet possibilita que indivíduos criem novas formas de comunicação como força compensatória ao fluxo unilateral que é próprio da mídia comercial.

Em rede, ativistas LGBT encontram um potencial inédito de interação e organização. As plataformas digitais analisadas, sem exceção, surgiram de pessoas conectadas em torno de interesses comuns e motivadas a preencher um lugar de produção e distribuição de informações até então negligenciado pelas demais instituições. Como resultado desses processos de engajamento, tornaram-se também espaços de acolhimento, sociabilidade e reconhecimento.

Na visão de nossos/as entrevistados/as a mídia tradicional, vem mostrando certa receptividade às pautas LGBT. Entretanto, são coberturas de acontecimentos pontuais e calendarizados, geralmente relacionadas aos megaeventos, como as Paradas de Orgulho. Tais posicionamentos têm gradações diversas, mas gravitam entre severas críticas e olhares desconfiados.²⁰

Já os modos como os/as ativistas LGBT interagem com a mídia são atravessados por ações de protagonismo individual, revelando uma estratégia não sistematizada de vigilância e negociação. Através da internet, denunciam matérias e reportagens identificadas como prejudiciais à população LGBT ou buscam corrigi-las.

No que concerne a avaliações gerais sobre representação na mídia, a maioria dos/as entrevistados/as fez críticas negativas, em níveis distintos, sobretudo aos personagens de telenovelas. As representações foram consideradas limitadas e, muitas vezes, perpetuadoras de estereótipos. Entre as críticas tecidas, foram apontadas: a existência de certa higienização dos corpos trans, seguindo um modelo de "passabilidade"; a retratação de bissexuais em histórias onde serão "corrigidos/as", optando, então, entre homo/heterossexualidade; e a ideia de pessoas enquanto "enganadoras".

De modo bastante claro, as avaliações das/os ativistas convergem quanto ao impacto da internet na organização destes que chamamos de ativismo LGBT em rede. São os usos estratégicos e criativos da internet, como os vistos nesse trabalho, que possibilitam mudanças político-institucionais capazes de politizar novos atores, renovar os processos democráticos e tensionar as estruturas heteronormativas que nos prendem.

Embora cada indivíduo construa seus próprios significados diante do mundo, esse processamento mental é fortemente perpassado pelo ambiente comunicacional. O que se pode presumir é que uma mudança nas práticas comunicativas pode, portanto, afetar as normas de construção de significados e, por consequência, as relações de poder. Se no início apresentamos que onde há poder, há também contrapoder, podemos concluir que onde quer que haja dominação existirá resistência.

Referências

ÁVILA, Simone. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem**: a emergência de transmasculinidades no Brasil Contemporâneo. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BELELI, Iara. Eles[as] parecem normais: visibilidade de gays e lésbicas na mídia. **Revista Bagoas**, n. 4, p. 113-130, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

20 Importante lembrar que nossa pesquisa envolveu apenas os relatos de ativistas, ou seja, uma mudança no perfil de entrevistados/as certamente traria pontos de vista mais variados.

- CARDOSO, Gustavo. **A Mídia na Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **“Muito prazer, eu existo!”**: Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz & Terra, 2013a.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013b.
- COLETTI, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia**: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- DANILIAUSKAS, Marcelo. **Não se nasce militante, torna-se**: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2016.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009.
- FACCHINI, Regina. Conexões, processos políticos e movimentos sociais uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. **Revista ADVIR**, v. 28, p. 6-20, jul. 2012.
- FREIRE FILHO, João. Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. **Revista Eco-Pós**, v. 7, n. 2, p. 45-71, ago./dez. 2004.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.
- GOMES DE JESUS, Jaqueline. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Revista Universitas Humanística (Online)**, n. 78, p. 241-257, 2014.
- LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo e Homofobia no Brasil**: mapeamento e reflexões. São Paulo: Intermeios, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Técnicas, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. *In*: MORAES, Denis (Org.). **Sociedade mediatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**, n. 21, p. 150-182, 2009.
- NUSSBAUMER, Gisele. **Comunicação, sociabilidade e escrita de si**: a comunidade GLS no ciberespaço. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Universidade Federal da Bahia, 2004.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**: entre a militância e o consumo. Publifolha, 2011.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Irineu Ramos. **A TV no armário**: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros. São Paulo: GLS, 2010.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex. *In*: REITER, Rayna (ed.) **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de mulheres**: notas sobre economia política do sexo. Recife: Edição SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 7, p. 71-99, 1995.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença na masculinidade bissexual. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

VERÓN, Eliséo. Esquema para el analisis de la mediatización. **Diálogos de la Comunicación**, Lima, n. 48, out. 1997.

Carolina Bonoto Espindola é Mestra em Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Liliane Dutra Brignol é Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica e revisão da versão em língua estrangeira.

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

O projeto Escola Sem Partido tem partido? Debate político nas redes sociais

The Polical Party School project has political party? Political debate on social network

KARLLA CHRISTINE ARAÚJO SOUZA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Mossoró, RN, Brasil. E-mail: karlla_chris@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0002-3992-2163.

IUSKA KALIANY FREIRE DE OLIVEIRA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Mossoró, RN, Brasil. E-mail: iuskafreire@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3339-1437.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SOUZA, Karlla Christine Araújo; OLIVEIRA, Iuska Kaliany Freire de. O projeto Escola Sem Partido tem partido? Debate político nas redes sociais. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 131-150, abr./jul. 2020.

Enviado em: 7/6/2019. Revisor A: 12/8/2019; Revisor B: 20/9/2019; Revisor A: 05/11/2019. Aceito em: 5/11/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28996>

Resumo

Este artigo é resultado da pesquisa intitulada *Motins Digitais, Insurgências nas redes sociais contra o projeto Escola Sem Partido*. Nosso estudo analisa dois espaços de resistência nas redes sociais contrários ao Projeto Escola Sem Partido, são eles: Escola sem Mordada e Professores contra o Escola Sem Partido. A problemática parte dos questionamentos de como a ação coletiva é organizada nas redes sociais para protestar contra o projeto Escola Sem Partido e de que forma esses espaços se consolidam como campo de debate político. Mapeamos também o coletivo MBL para compreendermos o viés político das postagens e através dos conceitos de *Bolha*, *Pós-Verdade* e *Totalitarismo* ir além dos binarismos e desmistificar os interesses políticos do projeto e seus apoiadores.

Palavras-chave

Escola Sem Partido; Escola sem Mordada; Professores contra o Escola Sem Partido; Debate Político; Redes Sociais.

Abstract

This article is a result of the research titled *Digital Riots, Insurgencies that resonate in social networks against the non-party school*. Our study analyzes two areas of resistance in social networks that oppose the Project Without a Political Party, they are: School without Gag and Teachers against the School without Political Party. The problematic part of the questionings as the political action is organized in the social networks to protest against the project School without Party and in what form these spaces consolidate like field of political debate. We also map the collective MBL to understand the political bias of the posts and through the concepts of Bubble, Post-Truth and Totalitarianism to go beyond binarisms and to demystify the political interests of the project and their supporters.

Keywords

School without Party; School without Gag; Teachers against school without Party; Political Debate; Social networks.

O mundo conectado

Este estudo foca nos movimentos sociais de insurgência que se disseminam nas redes sociais e dão margem ao que denominamos de motins digitais - uma apropriação do termo utilizado por Edward Thompson (1998) para retratar as rebeliões das classes populares da Inglaterra no século XVIII, quando o aumento do preço do trigo ameaçou o consumo do pão pelas classes populares e fez surgir movimentos insurgentes e rebeliões, os conhecidos motins. Para Thompson, tais movimentos não tinham como única causa o fator econômico, mas também eram preponderantes os fatores sociais, uma vez que o hábito e o costume do consumo do pão foram interrompidos. Traçando um paralelo com os dias atuais, analisando as manifestações realizadas no Facebook contra o Projeto Escola Sem Partido, o que seria o “pão ameaçado” dos professores? Nossa hipótese é que a autonomia docente e a liberdade de ensinar e de aprender é que estão sob ameaça. Como recorte dos movimentos sociais que se organizam no Facebook, optamos pelos coletivos Escola sem Mordaça e Professores contra o Escola Sem Partido tendo em vista a dinâmica organizada dos sujeitos que delas participam e os conteúdos políticos de suas postagens.

Enquanto problemática da pesquisa, questionamos como a ação coletiva é organizada nas redes sociais para protestar contra o projeto Escola Sem Partido e de que forma esses espaços se consolidam como campo de debate político. Tendo como objetivos analisar a organização das redes sociais como espaços de expressão; verificar o comportamento e as postagens dos usuários das duas páginas no Facebook, analisar suas motivações políticas e suas concepções sobre o papel da escola; investigar a dinâmica dessas postagens e o apelo popular que elas alcançam, determinadas pela interação e compartilhamento.

A fim de catalogarmos as postagens diárias de ambos os coletivos estudados, no período que decorreu entre 30 de junho de 2016 e 13 de março de 2019, utilizamos a etnografia virtual. O termo “etnografia virtual” foi popularizado pela pesquisadora inglesa Christine Hine, em livro homônimo escrito em 2000. Hine propôs inicialmente uma divisão entre o real e o virtual, o objetivo dessa abordagem foi delimitar o campo da pesquisa etnográfica na Internet. Tal pensamento foi atualizado posteriormente pela própria autora, que coloca a Internet como artefato cultural com múltiplos significados, sem fazer distinção entre os planos on-line e off-line.

A realização de trabalhos etnográficos em ambientes digitais suscita uma discussão em torno do papel do pesquisador, seu grau de envolvimento com o objeto e suas implicações éticas. Há dois tipos extremos de pesquisador na rede em termos de grau de inserção: o silencioso (*lurker*) e o participante (*insider*), (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011, p.193). Optamos pelo perfil do *lurker*, que é o pesquisador que entra em listas de discussão, fóruns, comunidades on-line etc. apenas como observador, sem participação ativa.

Para compreender o engajamento entre os sujeitos e a dinâmica das interações que os unem, estivemos ancoradas no conceito dos quadros interpretativos abrangentes, sob a ótica da política do confronto (TARROW, 2009). Nossa fundamentação teórico-metodológica também está fundamentada no procedimento de Tradução (SANTOS, 2010), nos estudos sobre os movimentos sociais na era da internet (CASTELLS, 2013), incluindo conceitos teóricos como Pós-verdade (D'ANCONA, 2018), Bolhas (PARISER, 2012) e o contexto do Totalitarismo (ARENDR, 1989).

A origem do projeto Escola Sem Partido

A ideia de fundar o movimento surgiu em 2004, por iniciativa do procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, coordenador e fundador do programa. Em entrevista concedida ao jornal El País¹, Miguel Nagib conta que no ano de 2003 sua filha chegou em casa comentando que o professor de história

¹ Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 01 jun. 2018.

tinha comparado Che Guevara a São Francisco de Assis, a analogia teria sido feita para exemplificar pessoas que abrem mão de tudo que tinham por uma ideologia, o primeiro, em nome de uma ideologia política, o segundo, por uma religiosa. Após esse episódio, Nagib redigiu uma carta aberta ao professor, imprimiu 300 cópias e distribuiu no estacionamento da escola da filha. A recepção não foi positiva, ele não encontrou apoio de outros pais e até uma mobilização em apoio ao professor foi realizada. Inconformado, ele fundou em 2004 o programa Escola Sem Partido.

A versão romantizada do início do movimento ignora outros aspectos políticos e ideológicos. Nagib foi integrante do Instituto Liberal de Brasília, que conta com o apoio de grandes grupos econômicos para defender e difundir valores neoliberais. Artigo produzido por Fernanda Moura, para a revista *Ciência Hoje* (2019), aponta que foi nesse espaço que aconteceu o contato de Nagib com as teses de Nelson Lehmann da Silva e Olavo de Carvalho, ideólogos da concepção de doutrinação na educação brasileira. Também foi no Instituto Liberal que ele conheceu o sociólogo Bráulio Porto de Matos, vice-coordenador do movimento Escola Sem Partido (ESP). Nagib também atuou como articulista do Instituto Millenium², que defende e trabalha ideais neoliberais.

Durante muitos anos, o programa não teve grande expressividade. O movimento alcançou maior projeção a partir de 2014, com a campanha presidencial que polarizou a sociedade em direita e esquerda, ou *coxinha* e *mortadela*, termos popularizados nas redes sociais. A oposição ao governo Dilma Rousseff responsabilizou o partido da então presidenta pela suposta doutrinação *comunista-homossexual* (MOURA, 2016).

No final de 2015 e no primeiro semestre de 2016, o movimento entrou em ebulição. Nas salas de aula, os professores que denunciavam a ruptura da ordem democrática, a partir do *impeachment* da presidente Dilma, eram vistos como doutrinadores que cometiam o abuso da liberdade de ensinar. O programa ganhou o reforço de outras correntes de extrema direita como o Movimento Brasil Livre (MBL).



Imagem 1 – Printscreen da postagem da página Escola Sem Partido, no Facebook, em 16 de abril de 2017

Fonte: Página Escola Sem Partido, no Facebook. acesso em: 01 maio 2017

² O Instituto Millenium (Imil) se denomina como uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o think tank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

O pesquisador Fernando Penna (2016) aponta a ligação do programa Escola Sem Partido com o Rio de Janeiro, pois foi na capital fluminense que os primeiros projetos de Lei referentes ao programa foram lançados. No dia 03 de maio de 2014, o deputado estadual Flávio Bolsonaro apresentou o Projeto de Lei nº 2974/2014 que instituía no âmbito do ensino estadual do Rio, o programa Escola Sem Partido. O mesmo projeto, com poucas alterações foi apresentado na esfera municipal pelo vereador Carlos Bolsonaro no dia 3 de junho de 2014. Disponibilizados no site do programa (www.escolasempartido.org), os projetos foram copiados e adaptados para outros estados e regiões.

Uma das publicações mais populares do movimento é esse banner que lista os seis deveres do professor:

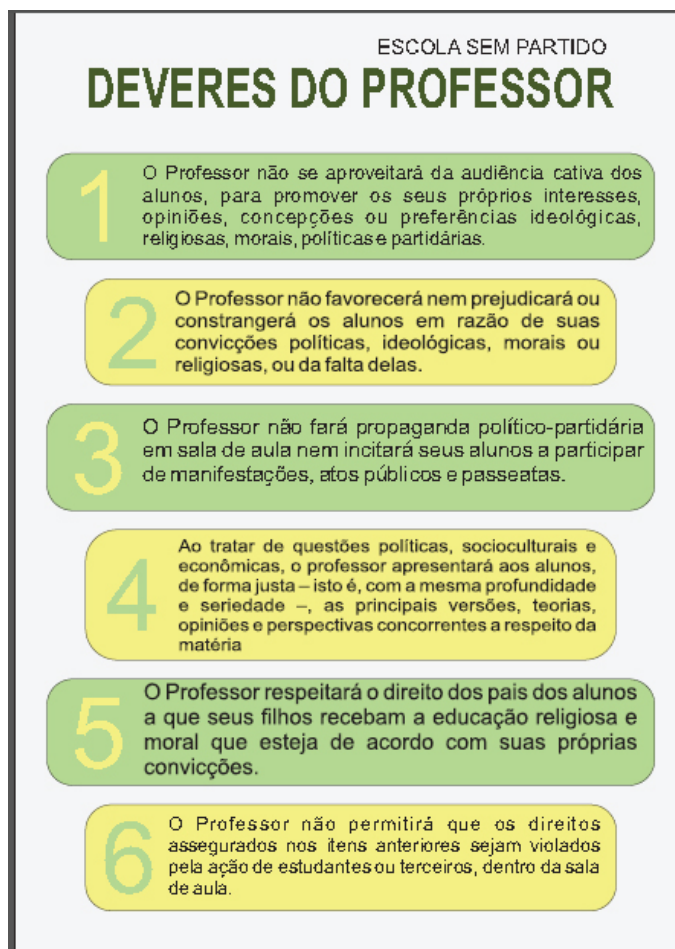


Imagem 2 – Printscreem de banner postado no site Escola Sem Partido
Fonte: Site do projeto Escola Sem partido. Acesso em: 19 ago. 2017

Os apoiadores do Projeto Escola Sem Partido defendem que esse cartaz deve ser fixado nas salas de aula, para que todos os alunos tenham conhecimento dos “seus direitos”. Analisando os seis pontos, observamos que o conteúdo restringe a liberdade de expressão dos professores e cria uma imagem distorcida da relação entre professor e aluno. É como se o professor, ao entrar em sala de aula, encarnasse a figura de um vilão manipulador que vai se aproveitar da audiência de seus alunos para lobotomizá-los, numa espécie de lavagem cerebral.

Em artigo publicado no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), inserido na coletânea *Resistências* (2016), Pedro Angelo Pagni (UNESP), Alexandre Filordi

de Carvalho (UNIFESP) e Sílvia Gallo (UNICAMP) analisam que o programa Escola Sem Partido ameaça seriamente as conquistas no que se refere aos direitos civis e as lutas dos movimentos pela igualdade de gênero, pela discussão das questões étnico-raciais e pelas diferenças em relação à orientação sexual, aos deficientes e à inclusão dos cidadãos que vivem na extrema pobreza como parte do processo de democratização do país.

Bolhas de controle social

Para entender como uma ideia se dissemina pelas redes sociais, atingindo um público cada vez maior, é necessário compreender as ferramentas de controle social. É nesse contexto que nos deparamos com as bolhas. A teoria do Filter Bubble (Filtros-bolha) foi elaborada pelo ativista norte-americano Eli Pariser. Santaella (2018) lembra que Pariser escreveu seu best-seller *Filter Bubble*, em 2011, cinco anos antes de dois acontecimentos considerados marcos na era da pós-verdade: a eleição de Donald Trump e o Brexit³ no Reino Unido. No Brasil a primeira edição foi publicada em 2012, com o título *O Filtro Invisível*. A pesquisadora explica que as bolhas são constituídas por pessoas que possuem a mesma visão de mundo, valores similares e o mesmo senso de humor. Acentua que as fontes para a geração de filtros personalizados incluem a história de buscas do usuário, o resultado de suas escolhas, sua interação com provedores de serviços, seus interesses demonstrados por produtos e serviços. Nada é ao acaso, tudo que se posta e compartilha nas redes sociais⁴ é também engolido pelos algoritmos de captura do perfil do usuário.

No livro *Democracia Conectada – A Internet como ferramenta de engajamento político democrática* (2014), Eduardo Magrani reforça o pensamento de Santaella e explica que a teoria da bolha reúne um conjunto de dados gerado por mecanismos algorítmicos utilizados para personificação de conteúdos da rede:

A internet estaria se transformando em um espaço no qual é mostrado o que se acha que é de nosso interesse, mas nos é ocultado aquilo que desejamos ou eventualmente precisamos ver. Desse modo, pode-se dizer que a *filter bubble* e seu caráter prejudicialmente paternalista pode implicar em restrições a direitos e a garantias fundamentais, a autonomia dos indivíduos e a liberdade de expressão, sendo prejudicial de forma geral para o debate na esfera pública conectada. No entanto, sabemos que a filtragem surgiu como uma necessidade e é muitas vezes considerada bem-vinda, gerando um comodismo muito grande ao usuário que encontra de forma rápida e eficaz, em grande parte das vezes, a informação ou qualquer outro conteúdo que deseja acessar (MAGRANI, 2014, p.120).

Para Magrani, a internet tem o potencial de se tornar um espaço de democratização, de debates, de apresentação de novas ideias e de mudanças de perspectiva. Contudo, algumas observações precisam ocorrer, como o estouro da bolha.

O controle das bolhas é fundamental para a exploração das *fake news*. Em um ensaio sobre as notícias falsas, Sérgio Branco (2017) classifica esse enclausuramento silencioso, como uma mistura de escolha tecnológica e analfabetismo digital que limita a diversidade. Uma vez na bolha, o usuário segue recebendo indefinidamente conteúdo postado por aqueles seus amigos e conhecidos com quem já detém

³ A saída do Reino Unido da União Europeia (UE) é apelidada de Brexit originada na língua inglesa resultante da junção das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). No dia 23 de junho de 2016 foi realizada a votação do referendo que aprovou a saída da União Europeia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sa%C3%ADda_do_Reino_Unido_da_Uni%C3%A3o_Europeia. Acesso em: 18 mar. 2019.

⁴ Em sua tese de doutorado, Raquel Recuero (2006) explica que redes sociais na Internet são as redes de atores formadas pela interação social mediada pelo computador e explica que o estudo das redes sociais na Internet foca no problema de como as estruturas sociais surgem, quais são seus tipos, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas.

afinidade ideológica. É uma zona de conforto sem conflitos e espaço para o contraditório. Há ainda o aspecto capitalista, principalmente no caso de páginas institucionais. O conteúdo dessas páginas é exibido a um número limitado de seguidores, para expandir essa bolha, é necessário pagar.

Para Sérgio Branco em nenhuma plataforma a liberdade de expressão teve tão grande impacto quanto nas redes sociais. Em outros meios de comunicação como jornais e revistas, sempre há um editor responsável por filtrar o conteúdo, o que não ocorre nas redes sociais, onde prevalece a vontade e a urgência do usuário.

Como se percebe, é a partir de escolhas dos usuários, mescladas a regras algorítmicas pouco claras, que o debate democrático encontra seus maiores obstáculos para consolidação na grande ágora que poderia ser a internet. Como o empenho maior parece ser quase sempre reforçar seus próprios argumentos, em vez de compreender os argumentos alheios, no mais das vezes sempre que a bolha pode ser potencialmente perfurada por um outsider, nós nos deparamos com ataques pessoais, informações falsas ou distorcidas, cinismo, deboche e toda sorte de manipulação linguística. Um diálogo de boa vontade é bastante raro (BRANCO, 2017, p. 57).

No livro *Como sair das bolhas* (2018), Pollyana Ferrari ressalta que a presença da informação mediada por uma tela de dispositivo móvel não é mais um privilégio de poucos, ela está presente na vida de grande parte da população global. O excesso de informação disponibilizado nas redes impede os usuários de lerem com atenção todas as notícias, refletir sobre seu conteúdo, buscar fontes alternativas, verificar os dados e emitir opiniões equilibradas. Dentro dessas bolhas se proliferam rapidamente as notícias falsas.

Apoio ao Projeto Escola Sem Partido nas redes sociais

A adesão ao projeto Escola Sem Partido, que no início parecia uma corrente segmentada foi tomando espaço em agendas políticas de todo o país, tramitando em câmaras municipais, assembleias legislativas, na câmara federal e no senado. A ascensão da bancada evangélica, forte defensora do projeto, pode explicar o seu avanço no meio político. O aumento do número de evangélicos no Brasil também explica o maior alcance desse discurso. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha em 2000, cerca de 26,2 milhões de pessoas que se disseram evangélicos, o que representava 15,4% da população. Em 2010, esse número saltou para 42,3 milhões, que equivale a 22,2% dos brasileiros. Em 19 de outubro de 2016, matéria publicada pelo jornal Estadão, cujo link⁵ está disponível na comunidade Escola sem Mordaça, destacava que a bancada evangélica iria comandar as discussões sobre o Escola Sem Partido no âmbito da Câmara Federal.

Temas como educação sexual, política e religiões de matriz africana são vistos como tabus, uma forma que os professores supostamente recorrem para coagir os alunos numa espécie de alienação cativa. Agora, os estudantes são estimulados a denunciarem os professores, inclusive com gravações em sala de aula. Entre os artigos propostos nos projetos de lei do Escola Sem Partido e similares, é comum o artigo referente ao combate à prática de doutrinação política e ideológica:

Art. 3º São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possa estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes (PL 867/2015).

⁵ Fonte: Estadão, disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-evangelica-vai-comandar-discussao-sobre-escola-sem-partido,10000083205>. Acesso em: 01 jun. 2018.

O primeiro projeto de Lei referente ao Escola Sem Partido foi aprovado em 2016 no estado de Alagoas, com o nome de *Escola Livre*. A lei alagoana proibia a doutrinação política e ideológica nas escolas estaduais, resguardando aos pais o direito de que seus filhos menores recebessem a educação moral livre de doutrinação política, religiosa ou ideológica. A lei foi suspensa em março de 2017 pelo ministro relator Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF). A expectativa era de que o Supremo analisasse a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em 2018, o que ainda não ocorreu.



Imagem 3 – Printscreem de postagem realizada no dia 22 de março de 2017 na comunidade Escola sem Mordança/Facebook

Fonte: Página Escola sem Mordança, no Facebook. Acesso em: 30 abr. 2017

Nesse confronto entre correntes ideológicas diferentes, emergem conflitos ligados diretamente ao campo da educação – como o avanço das escolas militarizadas e as discussões em torno do estudo doméstico. É nesse contexto que surgem novos atores sociais e bolhas como o Movimento Brasil Livre (MBL), que dominam as ferramentas das redes sociais para disseminar ideias conservadoras e se firmar como a renovação, a solução para as práticas antigas de fazer política. Trata-se do antigo com nova roupagem.

O fascismo vestido de novo Movimento Brasil Livre

O Movimento Brasil Livre possui mais de 3 milhões de curtidas no Facebook, a página foi criada em 01 de novembro de 2014 e assume a posição de grande influenciadora digital da direita. O coletivo se denomina como “uma entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”.⁶ Uma reportagem do *Le Mond Diplomatique Brasil*⁷ resgata a origem do MBL, no interior de São Paulo, município de Vinhedos, tendo como base antecessora o movimento Renova Vinhedo, grupo de militância liberal.

⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁷ Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-conservadorismo-moral-como-reinvencao-da-marca-m-bl-2/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Barcelos (2017) informa que apenas seis meses após a fundação do Renova Vinhedo, antecessor do MBL, seus membros investiram numa campanha eleitoral, com apoio ao candidato a deputado estadual Paulo Batista (PRP), famoso pelo bordão *raio privatizador*⁸ e por seus vídeos com apelo ao humor. A campanha não teve o sucesso eleitoral esperado, mas cultivou entre os membros a semente do que eles chamam de estética da zoeira:

Para eles, 'o uso da internet enquanto ferramenta era um pressuposto'. Portanto, era necessária a criação de uma 'estética da zoeira', advinda de fóruns e 'chans' [fóruns anônimos] de internet, mescla de uma postura anárquica e iconoclasta com montagens toscas e grosseiras e profundas referências à cultura pop'. Como conclui o Renova Vinhedo, 'zombar do sistema é sorrir para implodi-lo' (BARCELOS, 2017).

Se o Renova Vinhedo foi o pai do MBL, a mãe surgiu da ação dos *think tanks*⁹ norte-americanos, que são instituições formadoras do pensamento liberal por meio de grupos de interesse. Conforme Barcelos (2017), as diferentes organizações realizadoras dessas ações estão sob o guarda-chuva da rede *Atlas Network*, sediada nos Estados Unidos. Ainda sob influência dos grupos estrangeiros, foi criado em 2012, no Brasil o Estudantes pela Liberdade (EPL), que exerceu grande influência no nascimento do MBL, ao lado da Atlas.

É nesse cenário que os protestos de junho de 2013, pelo Passe Livre, colocam em evidência a insatisfação popular. Os membros do EPL não podiam participar dos protestos de 2013, devido ao recebimento de recursos das Tinks Tanks, que os impediam de desenvolver atividades políticas. A solução foi criar uma marca que dialogasse com o patriotismo de parcela da população, através do slogan Brasil Livre. Dentre os expoentes do grupo Estudantes pela Liberdade, responsável pela formação política de integrantes do MBL, destaca-se o atual deputado Kim Kataguiri, um jovem de 23 anos que é tido como o líder do MBL.

O grande auge do MBL foi no ano de 2016, quando eles foram às ruas pedir o *impeachment* da presidente Dilma Roussef. O movimento obteve ampla divulgação dos meios de comunicação, sobretudo da TV Globo, bem como de entidades como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que teve o famoso pato como símbolo dos protestos.

A filósofa Márcia Tiburi, em seu livro *Como conversar com um fascista* (2015) atribui ao analfabetismo político, o surgimento e a ascensão de coletivos como o MBL:

O que leva um indivíduo a reunir-se em um coletivo sem pensar com cuidado crítico nas causas e consequências dos seus atos configura aquilo que chamamos de analfabetismo político. Mas, no caso dos personagens jovens que surgem atualmente, líderes do fascistoide Movimento Brasil Livre, por exemplo, está em jogo a forma mais perversa de analfabetismo político. Aquele de quem foi manipulado desde cedo e não teve chance de pensar de modo autocrítico porque sua formação foi, no sentido político, 'de-formação', a interrupção da capacidade de pensar, de refletir e de discernir (TIBURI, 2015, p.50).

⁸ Conteúdo pode ser visto no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=htD7wMjUuhI>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁹ Think tank: laboratório de ideias, gabinete estratégico, centro de pensamento ou centro de reflexão é uma instituição ou grupo de especialistas de natureza investigativa e reflexiva cuja função é a reflexão intelectual sobre assuntos de política social, estratégia política, economia, assuntos militares, de tecnologia ou de cultura. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Think_tank. Acesso em: 20 mar. 2019.

O site do MBL disponibiliza um documento¹⁰ com sete páginas que reúne as propostas do MBL para o Brasil em diversas áreas. A área da Educação abre esse documento, e traz as seguintes propostas:

- Implementação do sistema de vouchers para ensino básico, fundamental, médio e superior, com valor igual para todos os alunos de cada nível. Complemento separado para alunos com deficiência.
- Legalização do homeschooling.
- Apresentação do Projeto de Lei Escola Sem Partido em legislativos estaduais e municipais.
- Elaborar uma diretriz nacional buscando a redução do número de alunos por professor.
- Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.
- Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil.
- Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas.
- Diminuição da burocracia para o registro de patentes.
- Redução de impostos das escolas privadas.
- Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.
- Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas.
- Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações.
- Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.
- Incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários.
- Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica.

Dentre as propostas na educação expostas pelo MBL, destacamos o apoio ao projeto Escola Sem Partido, uma de suas principais metas, além da militarização das escolas, assunto que trataremos a seguir, a partir da análise da ascensão dos movimentos de Direita e suas ligações com correntes extremistas.

A ascensão de direita e sua ligação com o totalitarismo

A guinada da direita vem produzindo o que Michael Apple (2003) denomina *modernização conservadora*, que alterou o senso comum e transformou as condições materiais e ideológicas em torno do ensino. Esse novo bloco de poder exerce uma influência cada vez maior na educação:

Combina frações múltiplas de capital comprometidas com as soluções mercantilizadas que os neoliberais apresentam para os problemas educacionais, com os intelectuais neoconservadores que querem um 'retorno' a um padrão de qualidade melhor e a uma 'cultura comum', com os fundamentalistas religiosos populistas e autoritários, profundamente preocupados com a secularidade e a preservação de suas próprias tradições (APPLE, 2003, p.79).

Para Matthew D'Ancona (2018, p. 19), nós entramos em uma nova fase de combate político e intelectual, em que "ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador". O atual cenário político mundial mostra o avanço das ideias e ações conservadoras que resgatam modelos de governo e regimes autoritários, como o totalitarismo e o fascismo.

Em *Origens do Totalitarismo* (1989), a filósofa judia Hannah Arendt descreve a gênese desses

¹⁰ Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

movimentos tomando com exemplos o regime nazista de Adolph Hitler na Alemanha e a experiência socialista com Stalin na Rússia. Arendt afirma que os regimes totalitários, enquanto no poder, e os líderes totalitários, enquanto vivos, sempre comandam e baseiam-se no apoio das massas (ARENDR, 1989). Para obter esse apoio das massas e instaurar esses regimes totalitários, entra em cena a propaganda dos movimentos totalitários, “invariavelmente tão franca quanto mentirosa”, sentenciou Arendt (1989, p. 356), ressaltando que os governantes totalitários geralmente iniciam suas carreiras vangloriando-se de crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros:

Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas — e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos, como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. Todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários, que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que outras condições lhes sejam favoráveis (ARENDR, 1989, p. 342).

Dessa forma, os governos totalitários se tornam viáveis apenas onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas. Já os movimentos totalitários são possíveis onde existam massas que, indiferente do motivo, desenvolveram interesse pela organização política. A autora justifica que as massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. Para Arendt, o termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores.

Há uma assustadora semelhança entre o que Hannah Arendt conceituou como movimentos totalitários e essa ascensão de movimentos fundamentalistas alinhados à extrema direita, bem como o perigo das *massas neutras*. A autora afirma que o sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral:

A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação. Agora, os movimentos totalitários demonstravam que o governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país. Assim; quando os movimentos totalitários invadiram o Parlamento com o seu desprezo pelo governo parlamentar, pareceram simplesmente contraditórios; mas, na verdade, conseguiram convencer o povo em geral de que as maiorias parlamentares eram espúrias e não correspondiam necessariamente à realidade do país, solapando com isto a dignidade e a confiança dos governos na soberania da maioria (ARENDR, 1989, p. 246).

A apatia e a indiferença das massas com a política podem trazer sérias consequências. Aplicando os conceitos de Arendt ao nosso objeto de estudo, identificamos algumas características do projeto Escola Sem Partido com os movimentos totalitários. O recrutamento da massa e a propaganda por novas plataformas de mídias digitais, como as redes sociais, conquistam essa parcela de pessoas que não se pronunciavam, mas se identificam com o tom alarmista e ameaçador adotado em textos, vídeos e correntes de WhatsApp. O projeto Escola Sem Partido seria, então, um movimento totalitário que usa das liberdades democráticas com o objetivo de suprimi-las.

A comunidade Escola sem Mordça

Final do primeiro semestre de 2016. No dia 30 de junho daquele ano, a página Escola sem Mordça fazia sua primeira postagem no Facebook, anunciando o lançamento da Frente Nacional contra o projeto Escola Sem Partido. O lançamento estava marcado para o dia 13 de julho de 2016, no Rio de Janeiro, tendo como local o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.



Imagem 4 – Printscreen da primeira postagem da página Escola sem Mordça/Facebook, julho de 2016
Fonte: Página Escola Sem Mordça, no Facebook. Acesso em: 12 jul. 2017.

O mês de julho foi intenso, com muitas postagens na página. Naquele momento o foco principal era o lançamento da Frente Nacional. No dia 6 de julho 2016, a página trouxe a informação de que o estado de Alagoas foi o primeiro do país a autorizar a *Lei da Mordça*, sob o nome Escola Livre. Como forma de legitimar sua bandeira de luta, a fala de outras pessoas e reportagens de jornais e revistas foram sendo incorporadas e apropriadas. Um exemplo é a postagem de 14 de julho de 2016, em que a revista Caros Amigos trouxe um texto afirmando que o projeto Escola Sem Partido era mais autoritário que o currículo educacional da ditadura.



Imagem 5 – Printscreen repercutindo reportagem da revista Caros Amigos/Facebook em 14 de julho de 2016
Fonte: Página Escola Sem Mordça, no Facebook. Acesso em: 13 jul. 2017

Ainda em julho de 2016, o senado federal lançou uma consulta pública sobre o PLS 193/2016, de autoria do senador Magno Malta. O resultado da consulta mostrou que a maioria das pessoas era contra a implantação do programa Escola Sem Partido, foram 199.873 votos a favor da proposta e 210.819 votos contrários. Na comunidade Escola sem Mordança houve muito incentivo para que as pessoas votassem contra o projeto. A postagem mais frequente dizia: “#escolasemmordança Não permita que o PL ‘Escola Sem Partido’ seja aprovado: lute conosco contra esse retrocesso!”.

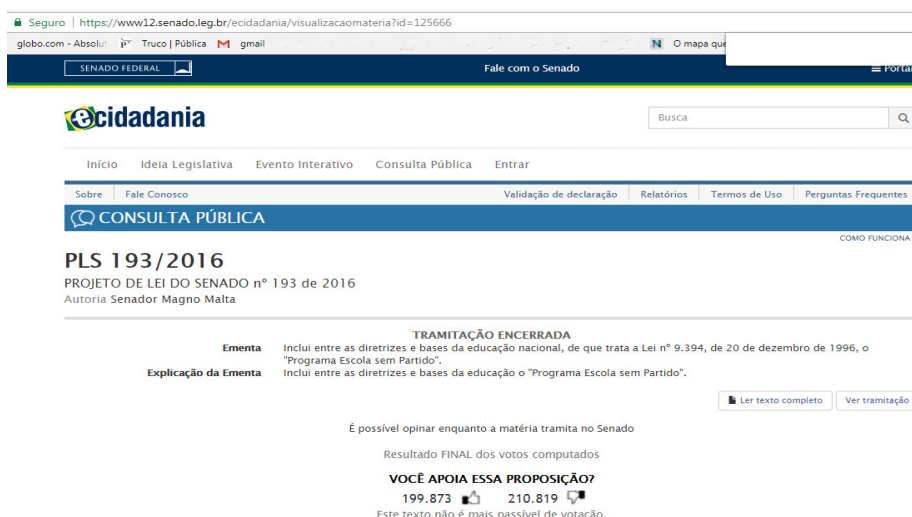


Imagem 6 – Printscreem do Resultado da consulta pública realizada pelo Senado Federal
Fonte: Site do Senado Federal, portal E-cidadania. Acesso em: 03 mar. 2017

Em 19 de julho de 2016, o programa *Sala Debate*, que vai ao ar no Canal Futura, promoveu um debate sobre o projeto. De um lado o professor da UFF, Fernando Penna, do outro lado o fundador da Escola Sem Partido, o advogado Miguel Nagib. Neste mesmo dia um tuitaço foi realizado promovendo a hashtag #Escolasemmordança.

Pesquisando o histórico das postagens da página, verificamos que uma das ferramentas mais utilizadas para gerar engajamento é a publicação de memes, que alcançam grande repercussão e compartilhamento devido ao seu caráter de replicação. Sobre a natureza dos memes, Raquel Recuero (2009) afirma que uma história nunca é contada exatamente do mesmo modo e essas pequenas variações vão gerando grandes mudanças com o passar do tempo. A seleção é o elemento que faz com que alguns memes chamem mais a atenção do que outros, permanecendo e sendo mais copiados, enquanto outros não são lembrados.

Caracterizando os memes, Recuero (2009) aborda os do tipo mimético, que apesar de sofrerem mutações e recombinações, permanecem como a mesma estrutura e são facilmente referenciáveis como imitações. Identificamos o uso desse tipo de meme nas postagens em julho de 2016. A publicação faz referência ao famoso meme da apresentadora Bela Gil, que em seu programa *Bela Cozinha*, na grade do canal pago GNT, oferece alternativas saudáveis à alimentação.



Imagem 7 – Meme publicado em 20 de julho de 2016 na comunidade Escola sem Mordação/Facebook
Fonte: Página Escola Sem Mordação, no Facebook. Acesso em: 05 mar. 2017



Imagem 8 – Meme Escola Sem Pastores, publicado em 20 de julho de 2016 na comunidade Escola sem Mordação/Facebook
Fonte: Página Escola Sem Mordação, no Facebook. Acesso em: 15 mar. 2017

Outras formas de engajamento são comumente associadas à página, como a publicação de manifestos gerados por plataformas digitais como a Change – que coleta assinaturas em forma de petições e abaixo-assinado online. O objetivo dessas iniciativas é mostrar apoio popular, através da adesão de pessoas que aprovam o manifesto, uma forma de mostrar sua legitimidade de sua causa. Por meio de ferramenta de busca na plataforma Change encontramos resultado de 31 petições relacionadas diretamente ao Escola Sem Partido. O mecanismo de busca aumenta o resultado quando inserimos outras palavras-chave, como Escola sem Mordação, Escola sem Censura e Escola sem Fascismo. Além de petições contra o projeto, também aparecem, em menor número, alguns manifestos favoráveis ao projeto.

O apoio de entidades externas também é amplamente divulgado, como a declaração de inconstitucionalidade do projeto pelo Ministério Público Federal (MPF), publicado no dia 24 de julho de 2016:



Imagem 9: Printscreem sobre o posicionamento do MPF, publicado no dia 24 de julho de 2016 pela Comunidade Escola sem Mordança/Facebook Fonte: Página Escola Sem Mordança no Facebook. Acesso em: 05 abr. 2017

No final de julho, a frente Escola sem Mordança convocou interessados para somar no trabalho de articulação, formação de pautas, construção de um canal no Youtube, perfis no Instagram e Twitter, site, gestão da *fanpage* no Facebook e a criação das frentes estaduais. O lançamento do canal do YouTube¹¹ não teve a repercussão esperada pelos organizadores. Embora o espaço esteja no ar, foram lançados apenas quatro vídeos e estes tiveram pouca audiência.

Em seus estudos, Raquel Recuero (2006) aborda de forma consistente que uma das características dos movimentos sociais ancorados na internet é a Cooperação. Ao pesquisar o histórico dos movimentos sociais na era da Internet, Manuel Castells (2013) aponta que as redes sociais da Internet são espaços de autonomia que vão além do controle de governos e empresas que, ao longo do tempo, exerceram o monopólio de canais de comunicação. Para Castells (2013), a insurgência não tem início como um programa ou uma estratégia política, mas pelas ações emocionais. Portanto, a insurgência é uma consequência e surge a partir da liderança, interna ou externa do movimento, quando se fomenta agendas políticas, ideológicas e pessoais que podem ou não se relacionar às origens e motivações dos participantes do movimento. Porém, o estopim de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação.

Nesse sentido da cooperação e da solidariedade, nos meses de outubro e novembro de 2016, a ocupação de centenas de escolas no Brasil, com estudantes se posicionando contra a reforma do Ensino Médio foi fortemente repercutida com a divulgação de vídeos, fotos e notícias. O site do coletivo foi lançado no dia 20 de novembro de 2016, com o domínio www.escolasemmordaca.org.br.

Desde então, a notícia mais atualizada remete a agosto de 2018. O ano de 2016 representa o auge do movimento Escola sem Mordança. A partir de 2017, as publicações foram sendo reduzidas, ao ponto de no mês de janeiro de 2017, haver apenas duas postagens. Até março de 2017, o assunto principal eram as repercussões em torno do projeto Escola Sem Partido. A partir de abril e maio de 2017, as postagens passam a agregar outras pautas políticas. Tarrow defende que o “declínio da massa militante não significa um declínio do movimento social clássico” (2009, p.92), mas determina um novo ciclo de confronto que se mostra instável e sujeito a divisão.

¹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCc88YWG_qwrV7I27zxLgTJg. Acesso em: 8 jun. 2018.

O monitoramento realizado pelo coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido

O coletivo Professores contra o Escola Sem Partido é um movimento de insurgência com forte ressonância nas redes sociais. Mantendo uma rotina diária de atualizações, com uma média de três publicações diárias, o coletivo surgiu em agosto de 2015, no Facebook. Eles se identificam como um grupo de professores e alunos que fazem oposição ao projeto Escola Sem Partido. A página do coletivo no Facebook mantém uma postagem fixa, onde está disponível o mapa com o número de projetos em tramitação no país.

A pesquisadora Fernanda Pereira de Moura catalogou os projetos de lei que fazem alusão ao Escola Sem Partido e analisou o impacto dos mesmos para o ensino de História. Até o início de março de 2018 foram catalogados mais de 150 projetos¹² em tramitação no país, número que é constantemente atualizado.

No blog do coletivo há uma seção, denominada de *Mobilização*, onde são disponibilizados dois links. Em um deles, os leitores podem assinar a carta Em Defesa da Liberdade de Expressão em Sala de Aula¹³; no outro, é possível acessar o formulário Mobilização Contra o Escola Sem Partido¹⁴, no qual o simpatizante pode contribuir com a coleta de informações a respeito de como andam a resistência e oposição ao *Escola Sem Partido* pelo Brasil.

A carta *Em Defesa da Liberdade de Expressão em Sala de Aula*, de autoria do professor Fernando de Araújo Penna (UFF), um dos porta-vozes do movimento de resistência contra o Escola Sem Partido, destaca que nenhum cidadão brasileiro, em qualquer situação, deve ser privado da sua liberdade de expressão:

Todos devem, em todos os momentos, respeitar os limites impostos pelas leis à sua liberdade de fala sem nunca abrir mão dela. O professor obviamente tem um programa a seguir, mas como ele fará isso – recorrendo a qualquer concepção pedagógica válida e relacionando a matéria com as temáticas que julgar pertinentes – depende apenas dos seus saberes profissionais.¹⁵

Por meio da página, os professores podem compartilhar relatos sobre casos de perseguição, censura ou retaliação sofridas no ambiente de trabalho. Como exemplos de denúncias aparecem acusação de *doutrinação*, ser impedido de trabalhar com questões de gênero ou de religiões de matriz africana, dentre outras denúncias.

A iniciativa do coletivo *Professores contra o Escola Sem Partido* condiz com o que Boaventura de Sousa Santos designa o procedimento de tradução, como um trabalho simultaneamente intelectual e político, além de emocional, pois “pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática” (SANTOS, 2010, p.129). Através de estudos, levantamento de dados e monitoramento, o trabalho desenvolvido pelos sujeitos do coletivo *Professores contra o Escola Sem Partido* oferece aos leitores informações contextualizadas e um panorama sobre a abrangência do projeto Escola Sem Partido. A resposta é permanente e possui uma lógica específica que lhe confere atualização diária.

¹² Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2018/03/tabela-1-panorama-do-escola-sem-partido-no-brasil-1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2018.

¹³ Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdx9JZR9HM9QGItDI4NXRncZgwfB13OY-6c0Wk-4eP7jccyyw/viewform>. Acesso em: 02 mar. 2018.

¹⁴ Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf4p_j_tWFPX9KwZM0iIG9gDWo-eCjmZ4r-22TOS06ovIQ2Lzw/viewform#responses. Acesso em: 02 mar. 2018.

¹⁵ Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/mobilizacao-contra-o-esp/>. Acesso em: 02 mar. 2018.

A página utiliza a convergência de mídias como estratégia de divulgação. É por meio do Facebook que eles divulgam o canal no Youtube, o perfil no Instagram e disponibilizam *podcasts*¹⁶ com temas atualizados sobre educação democrática e combate à censura na escola.

Essa postura é um exemplo dos repertórios de ação coletiva, dos quadros culturais e das estruturas de mobilização como fontes potenciais de poder, que “podem ser empregados tão facilmente para o controle social quanto para as revoltas” (TARROW, 2009, p.87). Como exemplo, citamos a liberação de comentários e postagens públicas que são contrárias ao que o coletivo prega. Essa postura, em permitir a expressão do pensamento contrário, demonstra uma tentativa de ampliar a bolha em que o coletivo está inserido, além de notificar as lacunas e fragilidades presentes nesse discurso, o que demonstra um exercício de argumentação. Isso fica evidenciado em uma postagem em janeiro de 2019:

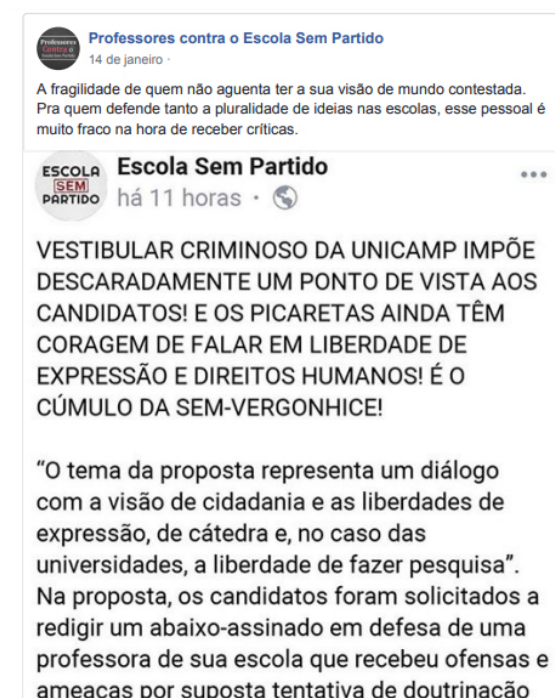


Imagem 10 – Printscreem de postagem na comunidade Professores contra o Escola Sem Partido/ Facebook em 14 de janeiro de 2019

Fonte: Página Professores Contra o Escola Sem partido, no Facebook. Acesso em: 14 mar. 2019

A imagem 10 exemplifica o que Sidney Tarrow chama de “Quadro interpretativo da injustiça”, que ocorre quando os movimentos sociais inserem os descontentamentos de forma coletiva em quadros amplos. O enquadramento interpretativo não se relaciona apenas à generalização dos descontentamentos, mas define o “nós” e “eles” na estrutura de conflito de um movimento.

Sobre o engajamento das pessoas em confrontos políticos, Tarrow (2009) acrescenta que isso ocorre quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade:

¹⁶ O *podcast* é como um programa de rádio, porém sua diferença e vantagem primordial é o conteúdo sob demanda. Você pode ouvir o que quiser, na hora que bem entender. Basta acessar e clicar no play ou baixar o episódio. Disponível em: <https://mundopodcast.com.br/artigos/o-que-e-podcast/>. Acesso em: 22 mar. 2019.

Quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente, em movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 30).

A ação coletiva do confronto é uma das bases dos movimentos sociais. Tarrow (2009) afirma que esta ação do confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, unem forças para resistir e enfrentar as elites, autoridades e opositores.

Sobre o uso das redes sociais como meio para o confronto, Malini e Antoun (2013) afirmam que a comunidade ativista transformou o sentido da palavra resistência ao mergulhar nas entranhas da Internet e constituir com postura anárquica e libertária às suas comunidades e práticas. “Resistir tornou-se também inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente” (2013, p. 142).

De outubro de 2018, às vésperas da eleição presidencial, até 13 março de 2019, catalogamos 258 páginas de postagens, um volume que mostra o nível de organização e atualizações diárias, fatores que ajudam a fidelizar a atenção dos leitores. A média de publicações gira em torno de três postagens ao dia, porém, em períodos de maior acirramento político, como a votação do projeto, esse número aumenta.

Considerações finais

A discussão sobre o projeto Escola Sem Partido acontece no momento em que o Brasil atravessa uma de suas maiores crises políticas, com manifestações nas ruas, troca de governo e criação de dispositivos que mudam o ensino médio, como a Base Nacional Comum Curricular. Um marco nesse estudo: 2016 foi o ano em que os professores foram mais atacados em sala de aula sob acusação de doutrinação ideológica. Fazendo um paralelo com a sociedade contemporânea, percebemos que hoje, as insatisfações são expostas no universo virtual e a internet é usada como ferramenta para reivindicar direitos nas redes sociais. No caso estudado, o que está em risco é um direito constitucional que alcança professores e alunos: liberdade de aprender e liberdade de educar.

Esta pesquisa foi realizada no ambiente da Internet, no Facebook. Analisamos o engajamento das pessoas ancorando-se no conceito dos “quadros interpretativos abrangentes”, de Sidney Tarrow (2009) e usamos o procedimento de Tradução, do sociólogo Boaventura de Sousa Santos para analisar o trabalho de articulação, colaboração e registro desenvolvido pelos sujeitos das comunidades estudadas. Para Santos, o objetivo da tradução entre práticas e seus agentes é criar as condições para uma justiça social global a partir da imaginação democrática, pois “pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática” (SANTOS, 2010, p. 129).

Como problemática, propusemo-nos a analisar como a ação coletiva como base nos movimentos sociais é organizada nas redes sociais e de que forma esses espaços se consolidam como campo de debate político. Verificamos que os dois coletivos estudados conseguiram atingir um grande número de seguidores. Eles utilizam suas redes para divulgar reuniões, debates, fazer mobilizações, pressionar políticos e até impedir votações.

Ambas as páginas utilizam de forma eficiente as ferramentas virtuais para deflagrar as bandeiras de lutas e, com a interação, conseguem conquistar mais adeptos, ampliando a bolha imposta pelos algoritmos e pela arquitetura própria das redes como Facebook, que limitam o alcance das mensagens. Tais páginas crescem e se mobilizam em meio a um processo histórico que indica o avanço dos movimentos conservadores e de extrema direita pelo mundo. É assustador pensar que regimes como o totalitarismo, que influenciou e anulou o pensamento das massas, vem atuando em nova roupagem nas redes sociais, aqui contextualizado pelo MBL.

Numa perspectiva otimista, acreditamos que os motins digitais podem oferecer resistências, no entanto, a polêmica em torno do projeto Escola Sem Partido está longe de acabar. Sua influência nas

escolas, disseminada por discursos cada vez mais conservadores nas salas de aula e no meio político, é prova de que esse projeto faz parte de algo maior e bem mais perigoso: trata-se de um movimento mundial de ascensão da extrema direita, essa nova direita que domina as ferramentas tecnológicas de comunicação, utilizando-as como perigosas trincheiras virtuais.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

APPLE, M. W. **Conhecimento Oficial: a educação democrática numa era conservadora**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

APPLE, M. W. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Cortez Editora/ Instituto Paulo Freire, 2003.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARCELOS, Gabriel. O conservadorismo moral como reinvenção da marca MBL. **Le Monde Diplomatique**, 01 out. 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-conservadorismo-moral-como-reinvencao-da-marca-mbl/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BEDINELLI, Talita. O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. **El País**, São Paulo, 25 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRANCO, Sérgio. Fake News e os Caminhos para Fora da Bolha. **ITS Rio**, sem data de publicação, 2017. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/08/sergio-fakenews.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 25-45, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/n-ec/n74/29638.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Barueri: Faro, 2018.

FAGUNDEZ, Ingrid. Mesmo sem lei, Escola Sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula. **BBC News Brasil**, São Paulo, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46006167>. Acesso em: 16 nov. 2018.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: Educ, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MAGRANI, Eduardo. **Democracia Conectada – A Internet como Ferramenta de Engajamento Político Democrático**. Curitiba: Juruá, 2014

- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MOURA, Fernanda Pereira de. **Escola Sem Partido**: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.
- MOURA, Fernanda Pereira de. Escola Sem Partido: Origens e Ideologias. **Ciência Hoje**, 06 fev. 2019. Disponível em: <http://cienciahoje.org.br/artigo/escola-sem-partido-origens-e-ideologias/?fbclid=IwAR2cwlhKDme33lWstsyW-P9stBrfWaDgfsJAcCA2iZo6JrCr3Jh96KLR8g4>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- PAGNI, Pedro Angelo; CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio. O programa Escola Sem Partido e a destruição de uma das virtudes modernas da escola. **Anped**, Rio de Janeiro, 03 ago. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/o-programa-escola-sem-partido-e-destruicao-de-uma-das-virtudes-modernas-da-escola>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a Internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- PENNA, Fernando. O ódio aos professores. *In*: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do Movimento Escola Sem Partido – 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- PENNA, Fernando. Programa Escola Sem Partido: Uma ameaça à educação emancipadora. *In*: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim (Orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- RECUERO, Raquel. **Comunidades virtuais em redes sociais na internet**: proposta de tipologia baseada no fotolog.com. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- SANTAELLA, Lúcia. **A Pós verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a Democracia**: os caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Marco Aurélio Moura dos. **O Discurso do Ódio em Redes Sociais**. São Paulo: Editora Lura, 2016.
- TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis: Vozes, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Karlla Christine Araújo Souza é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba com habilitação em Antropologia (2004), tem Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba PPGS/UFPB (2006), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba PPGS/UFPB (2010) e Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). Atualmente é professora adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Iuska Kalianny Freire de Oliveira é graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (2003), tem Especialização em Assessoria de Comunicação pela Universidade Potiguar (2012) e Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN) (2019). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e revisão da versão em língua estrangeira.

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Apropriações do discurso neoliberal das lutas por reconhecimento

The neoliberal discourse's appropriations of the struggles for recognition

ERCIO SENA

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: erciosena@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6683-2182.

JULIANA MAGALHÃES E RIBEIRO GUSMAN

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: jugusman@terra.com.br. ORCID: 0000-0002-8539-4437.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SENA, Ercio; GUSMAN, Juliana Magalhães e Ribeiro. Apropriações do discurso neoliberal das lutas por reconhecimento. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 151-166, abr./jul. 2020.

Enviado em: 5/4/2019. Revisor A: 1/7/2019; Revisor B: 25/8/2019; Aceito em: 1/10/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28438>

Resumo

O artigo pretende refletir sobre os limites das lutas simbólicas por reconhecimento, frequentemente desvinculadas de um projeto de transformação social ampla. O campo progressista tem sido criticado, atualmente, por tomar a questão identitária como um dos principais motores das lutas sociais. Ao se amparar na afirmação de identidades individuais, atores alinhados politicamente à esquerda tornam-se reféns da ideologia neoliberal do nosso tempo, que facilmente se apropria, em um sentido reverso, das reivindicações de seus adversários. Afinal, a forma ideológica neoliberal tornou-se capaz de orientar, até mesmo, a gramática das revoltas decorrentes de suas políticas. Para problematizar essa assimilação, propomos a análise de imagens divulgadas pelo grupo conservador Movimento Brasil Livre nas redes sociais, que julgamos representativas dessa tática do pensamento neoliberal.

Palavras-chave

Reconhecimento; Identidade; Representação.

Abstract

The article intends to reflect on the limits of the symbolic struggles for recognition, often disassociated with a wide social transformation project. The progressive field has been criticized today for taking the issue of identity as its main goal. By relying on the affirmation of individual identities, politically aligned actors on a left-wing perspective become hostages of the neoliberal ideology of our time, which easily appropriates their claims. After all, the neoliberal ideology has been able to define even the grammar of their revolt. In order to problematize this gesture, we propose the analysis of images published by the conservative group Movimento Brasil Livre in social networks, which we consider to be representative of neoliberal thought's tactic.

Keywords

Recognition; Identity; Representation.

Introdução: embates da representatividade

Em outubro de 2018, o até então pequeno Partido Social Liberal conquistou a presidência da República, alçando ao cargo um candidato de discursos notadamente LGBTfóbicos, racistas e sexistas. O partido de Jair Messias Bolsonaro elegeu, também, a autointitulada “mulher de um milhão de votos”, Joicy Hasselmann, outrora jornalista processada por plágios – ao menos 65¹ deles em um mês –, a deputada federal com a votação mais expressiva da história do país. No plano estadual, o recorde foi quebrado por Janaína Paschoal, candidata de São Paulo, que ficou conhecida por sua performance no processo de impeachment de Dilma Rousseff, do qual foi uma das autoras. Hélio Barbosa Lopes, o Hélio “Negão”, que às vezes toma emprestado o sobrenome do presidente, foi o candidato mais votado pelo Rio de Janeiro. O êxito do PSL de Bolsonaro nas urnas foi celebrado, nas redes sociais, pelo Movimento Brasil Livre, MBL, uma das principais organizações políticas da direita conservadora do país, que conseguiu eleger representantes próprios. Kim Kataguiri, cofundador do movimento, foi o quarto deputado federal com mais votos em São Paulo, eleito pelo Democratas (DEM). O MBL se vangloriou desses resultados, principalmente, por representarem uma vitória simbólica sobre a esquerda, que – conforme autores como Vladimir Safatle (2015a, 2017) e Nancy Fraser (2006) – tem ancorado sua luta, em grande medida, na representatividade cultural de minorias sociais.



Figura 1 – Narrativa da diversidade

Fonte: <https://www.instagram.com/p/Bor1VrDHjr8/>. Acesso em: 8 jan. 2019

Durante o processo eleitoral, pessoas e grupos identificados com o pensamento progressista buscaram destacar, em diversas instâncias e momentos, discursos de opressões estruturais em falas e atitudes do presidenciável Jair Bolsonaro, pouco aceitáveis em um contexto no qual pautas vinculadas às lutas antirracistas, antissexistas e antimachistas vinham ganhando força e adesão. Os usualmente designados “movimentos identitários” – de negros, mulheres, LGBTQIA+, entre outros – procuraram denunciar o caráter antidemocrático da candidatura do ex-capitão do exército – a manifestação Ele Não, liderada por mulheres no dia 29 de setembro de 2018 em todo país, talvez tenha sido o ápice desse embate. Porém, a partir da expressiva vitória de candidatos do PSL, especialmente de candidatas mulheres, movimentos à direita do espectro político tomaram para si o discurso da diversidade, afirmando sua capacidade de garantir a representatividade de grupos minoritários.

O artigo pretende pensar sobre a apropriação dessas bandeiras pelas representações neoliberais. Com notável atuação nas redes sociais, mas não apenas nelas, instâncias representativas desse pensamento, como o MBL, orientam seus discursos para assimilar determinadas pautas tradicionalmente defendidas

pela esquerda, como a questão identitária e a defesa de minorias sociais, deglutindo-as em seus próprios termos. Buscam, assim, anular o potencial aglutinador desse motor de lutas entre seus adversários. Supomos, entretanto, que o movimento incorporador dessas demandas seja possível não somente pela sagacidade dos neoliberais, mas pelas limitações das estratégias e dos pressupostos adotados no campo progressista, apoiados, frequentemente, na restrita defesa e valorização de identidades individuais.

Como será destacado no percurso desse trabalho, a crítica sobre os limites das lutas identitárias está presente em diferentes abordagens, nas quais esse texto se apoia. Com isso, o esforço aqui desenvolvido tenciona ser mais uma inserção engajada em perscrutar representações significativas de recentes embates discursivos entre forças neoliberais e de esquerda na política brasileira.

Lutas por reconhecimento

As lutas identitárias têm ganhado fôlego no Brasil nos últimos anos. Diversos autores localizam em 2013 um divisor de águas na expressão de movimentos sociais até então carentes de visibilidade ampla. Para Francisco Bosco (2017), as Jornadas de Junho² conseguiram mobilizar uma nova cultura política na sociedade, encontrando nas redes sociais uma potente plataforma de explicitação de conflitos latentes. O ciberespaço, a seu ver, foi fundamental para revitalizar e rearticular grupos minoritários, estimulando a criação e a proliferação de nichos virtuais – de informações, de imaginários e de cultura – bastante propícios para o fortalecimento de movimentos dessa natureza, inclusive em outros territórios que não o virtual.

Obviamente, não se tratam de fenômenos recentes. “Se hoje fomos pegos aparentemente de surpresa, por uma torrente de discursos, experiências, ativismos interseccionais, raciais, LGBTQIs, binários, cis e outros (...) foi certamente porque a escuta dos movimentos sociais e culturais foi fraca. Fraquíssima” (HOLLANDA, 2018, p. 241). Como nos lembra Heloísa Buarque de Hollanda (2018), antes mesmo do advento das redes sociais diversos movimentos que defendiam identidades subalternas abalaram perspectivas hegemônicas no passado. Certamente, experiências contemporâneas encontraram novas formas de expressão, mas muitos dos propósitos, dilemas e entraves que as acompanham foram herdados de lutas anteriores e permanecem vigentes.

Desde as décadas de 1960 e 1970, principalmente nos países do hemisfério Norte, mas também no Brasil, observa-se o fortalecimento das lutas feministas e antirracistas, comprometidas, também, com reivindicações por direitos civis. Foram os anos dos movimentos estudantis, do *flower power*, do *rock 'n' roll*, da pílula anticoncepcional, da resistência às ditaduras latino-americanas. Nesse contexto efervescente, entretanto, o imaginário socialista perdia sua centralidade como motor de lutas por emancipação social. Segundo Vladimir Safatle (2015a), as novas demandas reivindicavam a necessidade de se “reconhecer a diferença”, ou seja, de se demarcar e enaltecer particularidades inerentes a determinados grupos, especialmente os espoliados. Essa postura fez com que a luta por reconhecimento conquistasse centralidade no novo cenário. Tal perspectiva, de acordo com Safatle, tem prevalecido nos embates identitários até os dias de hoje.

O reconhecimento, conceito originário da filosofia hegeliana, é uma noção que prioriza demarcar e estimar diferenças de determinados grupos em vez de buscar uma perspectiva igualitária, objetivo da luta de classes que vigorou em períodos anteriores. Ao contrário da geração inspirada no ideal socialista de equidade radical e de transformação político-econômica, essa outra corrente voltou-se para uma luta contra hierarquias que condicionavam determinados grupos historicamente vulneráveis, como negros,

² As Jornadas de Junho foram uma onda de protestos em 2013, iniciados na cidade de São Paulo pelo Movimento Passe Livre que, em um primeiro momento, contestavam o aumento no preço das passagens de ônibus na capital. As manifestações foram ganhando adesão da população. Multiplicaram-se as pautas e o movimento foi federalizado atingindo, até mesmo, o governo de Dilma Rousseff, que sofreu severas críticas. As jornadas foram marcadas por forte repressão policial e pela ação de diversos coletivos de comunicação contra-hegemônicos que buscavam denunciar o ponto de vista dos manifestantes violentados, como a Mídia Ninja.

mulheres e gays, a experiências de desrespeito social e privação de direitos. A luta por reconhecimento engajou-se na afirmação das múltiplas particularidades que poderiam desafiar o universalismo imposto por grupos culturalmente hegemônicos.

Axel Honneth (2009), atual diretor do Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, é um dos principais autores a trabalhar com o conceito. Em sua tese de livre-docência, Honneth se dedicou a explicar a emergência e constituição da gramática moral dos conflitos sociais. Mostra que a sociedade e suas estruturas burocráticas e imperativas se contrapõem aos interesses dos indivíduos, que terão nos conflitos da ação social a mediação necessária para se erguerem contra esses arcabouços. O conflito, segundo o autor, estrutura a intersubjetividade vinculante das lutas sociais. Essas subversões, que recusam nomeações e violações de direitos, permitem a constituição de uma identidade coletiva que passa necessariamente pelo reconhecimento dos sujeitos vitimados por essas opressões. O interesse do autor é principalmente pelos conflitos originados de experiências de desrespeito social que atacam coletividades. A compreensão pode se dar na solidariedade a um membro de um agrupamento ou mesmo na defesa de uma agremiação. Nas lutas por reconhecimento, busca-se, então, afirmar sentimentos e valores positivos de um coletivo.

A identidade, portanto, se constitui no conflito interposto ao desrespeito, à denegação e à privação de direitos. A ação social mediadora torna-se necessária em função dos fenômenos negativos que devem ser superados na afirmação positiva do reconhecimento. Para Honneth (2009), inclusive, reivindicações por redistribuição econômica visavam garantir condições de consolidação de uma identidade. O autor apresenta até mesmo as lutas do movimento operário como lutas por reconhecimento, afirmando suas tradições e formas de vida. Destaca a obra *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Thompson, por exemplo, como um trabalho que envolve os valores da classe trabalhadora como uma luta afirmativa de reconhecimento. Com isso, a questão das lutas operárias e sua cultura, estimadas desde a origem e retomadas como valor no trabalho do historiador, faz com que a dimensão de classe também possa ser incorporada ao rol das lutas por reconhecimento.

Nancy Fraser (2007), no entanto, contesta em parte a perspectiva do filósofo alemão, apontando a importância de um enfrentamento específico de duas dimensões das lutas por emancipação: o reconhecimento e a redistribuição, considerando interseções entre os embates contra a injustiça cultural e distributiva. A autora discute o contraste entre a afirmação das diferenças, presente nas demandas identitárias, e a abolição delas, defendida no campo da redistribuição, para propor “remédios” afirmativos e transformativos nos dois âmbitos, por meio dos quais se seguem as lógicas contrapostas entre a diferença e a seu apagamento. Na esfera da redistribuição, não trabalhada por Honneth, a autora reforça a importância de remédios afirmativos para corrigir os efeitos da desigualdade vinculados à perspectiva do Estado de Bem-Estar Social, e indica remédios transformativos associados ao socialismo para remodelar as estruturas causadoras da desigualdade, embora não trate da supressão da propriedade privada dos meios de produção, apontada por Marx como causa da diferença fundamental entre classes. De qualquer forma, a autora retoma uma dimensão – redistributiva – das lutas emancipatórias negligenciada na análise honnethiana.

Porém, coletivos identificados com um pensamento à esquerda têm, de maneira incisiva, insistido quase que exclusivamente na centralidade das lutas por reconhecimento da diferença, em termos identitários. Para Safatle (2017), embora incontestavelmente justa e necessária, a questão da identidade foi transformada na única pauta política concreta da esquerda. O autor entende que, ao superestimar dimensões morais e culturais nas lutas de classes, a teoria do reconhecimento, que dá lastro à ação política, se constitui no vácuo deixado pelo esvaziamento do proletariado. A integração parcial do operariado nas políticas de bem-estar social e o abandono gradativo da crença na universalidade desses sujeitos históricos tornaram a cena do embate social mais complexa, marcada por uma multiplicidade de temas e reivindicações que pouco se articulavam entre si. Em sua argumentação, atribui a emergência desses fenômenos a questões como a desmotivação dos jovens com o trabalho taylorista, o enfraquecimento

de valores como estabilidade e segurança em confrontação com ideias de flexibilidade, maleabilidade e desterritorialização, além do reforço do multiculturalismo em uma nova onda crítica de enfraquecimento dos regimes socialistas.

A batalha pela legitimação de uma identidade individual, para Safatle (2015a), opera como uma espécie de compensação mediante a impossibilidade de uma luta revolucionária contra a desigualdade e a inexistência de um projeto transformador – principalmente no âmbito econômico e da produção – da esquerda. Por esse raciocínio, a saída, então, estaria na luta pela afirmação identitária das diferenças, deixando intacta a ordem capitalista existente. Dessa forma, o autor critica o caráter limitado do conceito defendido por Honneth, contrapondo-se a um de seus fundamentos, no qual o filósofo alemão destaca a integração do proletariado à classe média na incorporação dos ganhos provenientes do Estado de Bem-Estar Social. Como essas condições não estão garantidas nem mesmo no contexto europeu e, em outros lugares, sequer estiveram presentes, Safatle aponta os limites geográficos de uma abordagem teórica em que se pretende afirmar a universalidade. Entre outros problemas presentes na teoria do reconhecimento honnethiana, ele destaca, além do aspecto compensatório diante da impossibilidade de uma luta radical contra o capitalismo, a psicologização das demandas sociais, dando aos agentes do poder a possibilidade de oferecer respostas meramente terapêuticas a reivindicações e, por fim, levar à perda da função ontológica do proletariado na luta de classes.

Neoliberalismo, ideologia e limites da identidade

As lutas sociais foram, em suma, subordinadas e condicionadas a embates pela ressignificação da cultura, um desprendimento que facilitou, conforme Nancy Fraser (2007), a insurgência do neoliberalismo, cujo objetivo era reprimir, a qualquer custo, a memória do igualitarismo social. Afinal, a perspectiva neoliberal pode conviver muito bem com demandas circunscritas à esfera da cultura. Luiz Felipe Miguel (2018) observa que os mecanismos de reprodução da dominação neoliberal são capazes de acomodar elementos que representam, supostamente, sua completa negação.

Primeiramente, devemos destacar que o neoliberalismo pode não ser compreendido apenas como uma política econômica. “É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 7). Para Pierre Dardot e Christian Laval (2016), trata-se de uma racionalidade que fabrica determinados tipos de relações sociais, formas de vida e subjetividades, aparentemente inescapáveis. Eles entendem que “a prática disciplinar do neoliberalismo se impôs como um dado de fato, uma realidade diante da qual não se pode fazer nada, a não ser adaptar-se”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 234).

O neoliberalismo pode ser percebido como a ideologia, por excelência, de nosso tempo. Esse conceito, utilizado frequentemente em tradições marxistas, aparece, às vezes, de forma controversa. Nesse trabalho, reivindica-se uma das interpretações do pensamento de Marx. O conceito não será tomado como reflexo da ordem material, mas como expressão de interesses dominantes que se organizam como ideias em mútua determinação com as práticas de um tempo. Michael Löwy (1985) discorre sobre diferentes usos do conceito de ideologia, mostrando que, em Marx, ele designa apenas as concepções vinculadas à classe dominante, ao contrário de outro uso muito comum, decorrente de uma conceituação proposta por Lênin. O autor russo subtrai o sentido pejorativo dado ao termo por Marx para utilizá-lo como qualquer doutrina social vinculada às posições de classe. A nossa preferência pelo uso atribuído a Marx nos permite observar melhor a afirmação dos interesses de um grupo, definidos em amplo processo de diferenciação, porém inscritos e naturalizados na cultura como se fossem universais. Marx entende que a força de uma classe está diretamente ligada a seu poder de apresentar os próprios interesses como representativos de toda sociedade.

Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas (MARX, 2011, p. 48).

Em *A Ideologia Alemã*, Marx evidenciou que a interdependência industrial e econômica, por exemplo, estava articulada em organização mundial, daí a necessidade, inclusive, de um movimento solidário de uma resistência proletária internacional. As diferentes conexões do mundo capitalista foram explicadas por Marx como produtos do materialismo histórico no amplo contexto de uma história mundial e não local. Para ele, as ideias que dominam em determinada época assumem uma forma de universalidade. Os fundamentos filosóficos de seu tempo foram criticados por estarem presos ao idealismo de uma realidade que se pretendia universal, sem considerar outras realidades a ser reconhecidas por eles.

Se pensarmos sobre as condições dadas no presente, podemos observar que os embates contra as representações hegemônicas seguem obnubilando a compreensão do novo contexto. Nesse cenário, o campo progressista tornou-se refém não somente do modelo econômico de seus opositores, mas das estruturas ideológicas que produzem a inteligibilidade do mundo social. Assim, diante das capacidades ressignificativas da ordem neoliberal restrita, essencialmente, à afirmação de uma identidade individual, a esquerda pode acabar por se render inadvertidamente à racionalidade hegemônica que se apresenta estrategicamente como neutra.

Ao considerar esses aspectos, é possível afirmar que o cerne das limitações transformativas das lutas por reconhecimento identitário encontra-se no fato de que elas orientam grande parte de sua ação política a partir de uma noção de “indivíduo” própria de uma racionalidade predatória. Conforme Safatle (2016), elas se sustentam em uma concepção de sujeito liberal atrelado à ideia de posse: seja de atributos, predicados, narrativas ou objetos. Cada nicho cultural deve lutar para que suas demandas e predicados sejam ouvidos e legitimados em meio a diversas vozes concorrentes. Percebe-se, então, uma singularização cada vez maior dos discursos, como observa Miguel (2018), incapazes de dialogar entre si e propor alternativas concretas à lógica neoliberal. Tudo que resta ao indivíduo são os atributos que lhe garantem pertencimento endógeno. “O acúmulo das especificidades identitárias torna, cada um, único e a ação política se organiza não pelos eixos de divisão social, que não são mais capazes de agregar grupos, mas pelas vontades individuais”. (MIGUEL, 2018, p. 182). Ao se promover características coletivas, afirmando suas qualidades por meio da diferenciação, se estabelece um terreno no qual até aqueles que defendem eliminar as diferenças podem se sentir legitimados.

Nas manifestações de 2013, por exemplo, Safatle (2016) relembra que diversos atores tomaram a cena política, justamente, para reivindicar “o que é meu”. “No fundo e mais uma vez, o que se vê são apenas indivíduos à procura da defesa de suas propriedades (...). Esta foi a maior vitória do neoliberalismo: definir até mesmo a gramática da nossa revolta” (SAFATLE, 2016, p. 20). Uma luta que se edifica a partir de uma gramática opressora estará, logo, fadada ao fracasso: ela poderá ser facilmente desarticulada pelas forças que a controlam. Foi o que testemunhamos nas últimas eleições. Um número expressivo de mulheres, muitas delas simpáticas às discussões feministas, ocuparam as ruas do Brasil no dia 29 de setembro para afirmar que, como mulheres, violentadas pelo discurso machista e sexista de Jair Bolsonaro, jamais votariam no candidato. Partiram da premissa de que sujeitos dotados de características e predicados menosprezados pelo presidencialismo certamente o rejeitariam. Nas redes sociais, houve reverberações: diferentes grupos intitulados *Mulheres contra Bolsonaro* surgiram com o intuito de reforçar e orientar essa onda de indignação. No entanto, em resposta, outras mulheres, que também se reconhecem nessa categoria social, passaram a declarar apoio ao ex-capitão, buscando deslegitimar a premissa do movimento progressista. Pretendiam afirmar que mulheres votam, sim, em Jair Messias. Com considerável adesão, grupos designados por *Mulheres com Bolsonaro* também repercutiram nas ruas, tentando colocar em

xeque as acusações de machismo que pairavam sobre o candidato. Se a categoria “mulher” também é comportada e utilizada politicamente pelo discurso reacionário, a esquerda pode perder a substância de sua luta. O conservadorismo, familiar com a gramática identitária categórica, toma para si o direito de reivindicar demandas por representatividade, esvaziadas de qualquer propósito emancipatório.

Representações nas disputas simbólicas e considerações metodológicas

O debate sobre a luta por reconhecimento traz implicações importantes para o campo da comunicação. Não obstante, a relevância do debate reside não somente na busca de uma partilha de significações em torno das disputas simbólicas que possibilitam a gramática impulsionadora desse conflito. Stuart Hall (2016) mostra que nas dinâmicas de representação cultural há uma perspectiva ativa e constitutiva de processos sociais em interação e mutação constante. Para ele, o real se edifica também com as representações midiáticas. Nesse caso, elas são definidas como processo criativo, uma vez que se referem a pessoas, dilemas e questões do mundo e atuam sobre eles. O sujeito é, ao mesmo tempo, objeto e criador das representações que envolvem suas relações na sociedade.

Como seres entreimagens e entretextos, Hall nos propõe perceber imagens e significações como objetos de disputa fundamentais para contornar e definir lutas políticas. Destaca que o sentido das coisas é dado pela forma em que são representadas, por meio das palavras que utilizamos ou mesmo das histórias que construímos para criar esses conceitos. A partir dessas representações, nossas práticas e condutas são reguladas e orientadas. Em todo esse processo estão envolvidas formas de justificar e promover alguns valores em detrimento de outros, afetando simbólica e materialmente a vida comum. O sentido de representação aqui proposto se afasta, portanto, daquele que pretende ver o mundo refletido nela tal qual um espelho, ou mesmo daquele que escolhe a primazia do falante no estabelecimento do sentido desejado. Entendemos, nesse artigo, que o sentido depende da política de vários sistemas representacionais muitas vezes conflitantes e concorrentes entre si. A luta por reconhecimento, portanto, se dá, também e com relevância, no campo da representação midiática.

Os agentes do discurso que tomamos como referência nesse trabalho irão focar suas representações na disputa pela validação de seus valores, isto é, essencialmente em sua forma política. Elegemos disputas comunicativas do Movimento Brasil Livre, de expressão nacional, para pensarmos sobre a apropriação de discursos identitários, assim como litígios colocados em circulação. O MBL, surgido em 2014, esteve à frente de diversos acontecimentos significativos no plano nacional. Liderou grande parte dos protestos favoráveis ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, concluído em 2016, e, desde então, tem demonstrado apoio a políticos vinculados à extrema-direita, de viés neoliberal. Nas redes sociais, importantes espaços de sociabilização dos indivíduos e onde focalizamos o embate discursivo entre o MBL e as forças de esquerda, o movimento coloca-se na linha de frente da ação política e simbólica, almejando influir significativamente na formação da opinião pública.

O Instagram foi escolhido para se observar o confronto dessas representações simbólicas, pois nele é possível identificar a construção de significativos referenciais identitários da vida contemporânea, conforme atesta (CARRERA, 2012). Para abarcar as formas de apropriação do discurso identitário, escolhemos trabalhar com as postagens do Movimento Brasil Livre entre os meses de novembro de 2018 e janeiro de 2019, quando o resultado eleitoral estava definido e, portanto, consagrando uma vitória, ainda que não definitiva, das forças conservadoras no debate político.

Dentre o conjunto de imagens publicadas nesse período, várias abordagens puderam ser indicadas por meio de montagens, reproduções de *tweets* e vídeos curtos, nas quais o MBL discorre, principalmente sobre: acontecimentos recentes da política brasileira; pautas econômicas, privilegiando uma perspectiva de austeridade, colocando a corrupção como problemática central; críticas à esquerda, principalmente quanto

ao socialismo, ao comunismo, ao marxismo; e questões identitárias – e aqui salientamos a reincidência de discussões sobre mulheres e negros, com contestações diretas ao movimento feminista e antirracista.

Nesse artigo, ressaltamos imagens que dialogam com a pauta identitária, presente no debate sobre reconhecimento. Tendo em vista o propósito desse trabalho, optamos por destacar duas imagens desse conjunto, elegendo aquelas que, ao nosso ver, foram as mais representativas do discurso MBL no escopo da análise que propomos.

O “negão do Bolsonaro”



Figura 2 – O negão do Bolsonaro

Fonte: <https://bit.ly/2J4uiik>. Acesso em: 17 jan. 2019

O *tweet* do cantor Marcelo D2 sobre Hélio Fernando Barbosa Lopes, do Partido Social Liberal – deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, conforme anteriormente mencionado – foi explorado no perfil do Instagram do MBL. A presença constante do então candidato e apoiador negro em imagens feitas na residência de Bolsonaro, figurado também ao fundo na transmissão do primeiro discurso do presidente após a vitória eleitoral, devem ter inspirado a postagem do *rapper*, feita no dia 31 de outubro de 2018. Crítico declarado da candidatura Bolsonaro, o cantor, depois da publicação, foi tachado de racista por chamar o deputado de “negão do Bolsonaro”.

O *tweet*, com algumas respostas e menções de apoio ao deputado carioca, é recuperado pelo MBL, que buscou inverter a acusação de racismo, imputada agora ao *rapper* e não ao presidente, em decorrência de seu posicionamento. Em vários meios, a postagem e a polêmica foram repercutidas. A fala irônica sobre Hélio Bolsonaro, subtenente do Exército, foi recebida como mais uma controvérsia envolvendo o mundo artístico e o presidente, fato importante desde que parcela significativa desse meio aderiu ao movimento Ele Não.

A repercussão nas redes sociais foi tão intensa que se produziu uma forte reação entre os apoiadores do ex-capitão contra o *rapper*. A *hashtag* #MarceloD2racista foi elevada aos *Trending Topics* (TTs) do Twitter, ou seja, os tópicos mais comentados da plataforma, tornando-se o assunto mais reverberado nas redes sociais naquele momento (FERNANDES, 2018). O *tweet* foi tomado como polêmico, mesmo

estando no contexto em que cantor propõe uma breve análise sobre o papel submisso desempenhado por Hélio Negão na reta final da campanha. Na mesma proporção em que cresciam as acusações e circulavam declarações misóginas, homofóbicas e racistas do presidente eleito, as aparições públicas do candidato negro ao seu lado se intensificaram como blindagem ao seu comportamento explicitamente discriminatório.

Mesmo reconhecendo se tratar de um “assunto delicado”, como admite em seu texto, as justificativas dadas pelo cantor não foram suficientes para acalmar os ânimos do movimento capitaneado pelo MBL em torno do presidente eleito. Ainda que se considere a ação programada de robôs para ultradimensionar as representações construídas pela direita, o vigor da proposição de inverter a lógica dos ataques foi demonstrado pelos números próximos de 55 mil *tweets* a inundar a rede com o tema.

O grande defensor ideológico que não aceita as diferenças. Fora lixo #MARCELOD2RACISTA. Esquerda só respeita gays, mulheres e negros se forem esquerdas tbm! Fora isso, são tratados como bichos! Exemplo vivo foi o comentário do #MARCELOD2RACISTA HOJE NO TT (MARCELO D2, 2018a, sem paginação).

Esse tipo de postagens persistiu na repercussão da discussão sobre racismo, circundada pelo contexto eleitoral. Por ele buscou-se inverter sentidos reivindicados por movimentos identitários de esquerda. De denunciadores de relações opressivas, passam a condição de acusados de fomentar discursos e hábitos que apontam nas práticas hegemônicas. A divulgação da *hashtag* que associa o cantor ao racismo se desdobra em diversos ataques recebidos pelo pensamento conservador de direita. Neles, a esquerda é acusada de limitar o papel dos negros, mulheres e LGBTQIA+, tornando-os reféns de uma suposta propaganda “ideológica” desse campo.

O debate ocorre na omissão de outros contextos nos quais Jair Bolsonaro critica comunidades indígenas e quilombolas, não se importando com as questões controversas que poderiam abalar a defesa do presidente eleito. Em palestra realizada na sede da Hebraica, no Rio de Janeiro, o político expõe sua animosidade e evidencia racismo e preconceito contra esses grupos. A fala do então presidente eleito, feita em abril de 2017, foi amplamente explorada no contexto da eleição por seus adversários. Na oportunidade, Bolsonaro, sob risos da plateia de quase 300 pessoas que troçaram com sua intervenção, afirmou: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas³ Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles (...)” (BOLSONARO, 2017).

Embora a alusão preconceituosa fosse evidente, o que predomina no debate racial com D2, além da ocultação do fato recente, é o questionamento de uma esquerda que estranha o fato de o presidente Bolsonaro ter um amigo negro, destacando isso como prova do preconceito, não apenas de um membro, mas de toda uma coletividade identificada com essa posição. Não se reconhece que há estratégia de blindagem que se sobrepõe entre as imagens moduladas para produzir uma representação aceitável do candidato contra as evidências de suas próprias intervenções. Até mesmo a vitimização é reclamada por setores à direita do espectro político. No próprio perfil do Twitter do *rapper*, um internauta comenta: “Se fosse uma pessoa da Direita dizendo isso, o mundo estaria caindo... #MarceloD2racista” (MARCELO D2, 2018b).

As linguagens próprias dos coletivos antiracistas são acionadas como deslegitimação de suas representações na guerra simbólica para esvaziar e desacreditar o discurso do oponente: “Os Coletivos Negros já foram defender o Hélio ou estão calados porque o racista é lacrador?” (MARCELO D2, 2018a). A disputa das representações nesse campo busca ignorar até mesmo argumentos que poderiam ser tomados como mais isentos no contexto dessa polêmica. Em reportagem sobre as eleições, antes da realização do segundo turno, a BBC (CARNEIRO, 2018) destaca a candidatura de Hélio Negão como uma indefectível estratégia da

³ Arroba é uma medida usada para pesar gado; um arroba equivale a 15 kg.

campanha eleitoral de Bolsonaro tentar desfazer a associação de sua imagem com a discriminação racial, protegendo-a das críticas advindas do seu próprio comportamento publicamente demonstrado.

A juíza da Lava Jato



Figura 3 – A juíza da Lava Jato
Fonte: <https://bit.ly/2MV172C>. Acesso em: 14 jan. 2019

Em postagem do dia 13 de dezembro, o MBL pretende denunciar contradições do movimento feminista, trazendo à cena a figura de Gabriela Hardt, juíza federal responsável pelos julgamentos em primeira instância da Operação Lava Jato.⁴ Personagem recorrente nas publicações do movimento conservador, Hardt frequentemente surge como alguém representativa de um ideal de mulher “empoderada”, que alcançou posições socialmente prestigiosas. Em outro *post*, por exemplo, a juíza aparece trajando uma camiseta com os dizeres “lute como essa mulher”, enfatizando sua singularidade e distinção em contraposição a outras mulheres, na maioria das vezes feministas, que avocam o lugar de luta.

Hardt, ícone de setores da direita, é contrastada, na imagem analisada, com a ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, que também foi celebrada, à época de sua eleição, por sua identidade feminina. Em sua primeira campanha, nas eleições de 2010, explorou-se significativamente a possibilidade de o país eleger a primeira presidenta mulher. Consciente do apelo dessa representatividade, o Partido dos Trabalhadores optou, durante a campanha, por lançar mão do termo “presidenta” para reforçar a dimensão do gênero presente na candidatura, a despeito de críticas que recusavam a flexão da palavra, tida como incorreta. Setores progressistas insistiram no substantivo feminino para cultivar, politicamente, a mulheridade de Dilma Rousseff.

Se a esquerda celebrava a ascensão de uma mulher à presidência da República, a direita também poderia comemorar suas próprias conquistas na esfera da representatividade. O paralelo entre as duas mulheres é reiterado, ainda, quando o *post* as apresenta como a “primeira presidenta mulher” e a “primeira juíza mulher”. Trata-se, na verdade, de uma premissa equivocada. A primeira juíza mulher foi

a gaúcha Thereza Grisólia Tang.⁵ Embora falsa, a informação é utilizada estrategicamente para igualar a autoridade de Hardt à de Dilma, de maneira a constranger quaisquer críticas advindas do campo progressista direcionadas à magistrada.

O *post* retoma a pauta identitária comum à esquerda para apontar hipocrisias em seu discurso e tensionar sua legitimidade. Busca afirmar que se a luta feminista se preocupa com representatividade feminina, ela deveria reconhecê-la em diferentes instâncias, inclusive no campo adversário. O MBL, portanto, insinua sua própria capacidade de perceber essas contradições e reclama, para si e para a direita de forma geral, demandas por representatividade apontadas como falhas no campo progressista. O feminismo é encarado como uma ação política endógena preocupada somente com os direitos de seus aliados, e não com o bem comum.

Não obstante, a postagem aponta Fernanda Lima, modelo e apresentadora do programa *Amor & Sexo*, da Rede Globo, como representante do movimento feminista que rejeitam. Lima tornou-se alvo de críticas conservadoras após um discurso que foi ao ar em seu programa no dia 6 de novembro de 2018:

Chamam de louca a mulher que desafia as regras e não se conforma. Chamam de louca a mulher cheia de erotismo, de vida e de tesão. Chamam de louca a mulher que resiste e não desiste. Chamam de louca a mulher que diz sim e a mulher que diz não. Não importa o que façamos nos chamam de louca. Se levamos a fama, vamos sim deitar na cama. Vamos sabotar as engrenagens desse sistema de opressão. Vamos sabotar as engrenagens desse sistema homofóbico, racista, patriarcal, machista e misógino. Vamos jogar na fogueira as camisas de força da submissão, da tirania e da repressão. Vamos libertar todas nós e todos vocês. Nossa luta está apenas começando. Prepare-se porque essa revolução não tem volta. Bora sabotar tudo isso? (LIMA, 2018, sem paginação).

Tomada como uma afronta aos discursos machistas, sexistas e LGBTfóbicos de Jair Bolsonaro, a fala da apresentadora foi repercutida por várias pessoas ligadas à esquerda, inclusive por Manuela D'Ávila, do PCdoB, que concorria à vice-presidência da República na chapa com Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores. Como seria possível deduzir, Fernanda Lima costuma abordar, em *Amor & Sexo*, pautas culturalmente progressistas, como sexualidades não normativas e erotismo. Entretanto, trata-se de uma brecha da programação televisiva, mais conservadora. Se no nicho diversional e de entretenimento, por exemplo, é permitido sobressair aspectos críticos da vida cotidiana, como posições de setores progressistas e a valorização das demandas identitárias, no âmbito jornalístico a Rede Globo costuma orientar sua política editorial de acordo com interesses mercadológicos, privilegiando pautas favoráveis à elite política e econômica do país (GOMES, 2012).

Além de o discurso de Fernanda Lima ser pouco representativo da perspectiva majoritária da emissora, a apresentadora reproduz a racionalidade neoliberal em sua fala ao desarticular o racismo e o sexismo de seu caráter político e econômico. As “engrenagens do sistema opressor”, conforme a apresentadora, sustentariam hierarquias meramente culturais. Não se encaram estruturas dominantes em uma dimensão amplamente interseccional, que comporta desigualdades de classes, que atravessam e são atravessadas pelas de gênero e raça. De certa maneira, a Rede Globo opera a mesma apropriação característica da racionalidade neoliberal manejada pelo MBL, abordando pautas progressistas em seus programas periféricos – muitas vezes exibidos em horários de menor audiência. Como nos lembra Miguel (2018), a incorporação midiática das demandas por reconhecimento da identidade, descoladas de questões redistributivas e de desigualdade, podem fortalecer o próprio fazer hegemônico da mídia tradicional, que, por meio dessas ações, destaca propósitos parcialmente inclusivos sem colocar em risco estruturas e regimes de representação. Embora essas brechas sejam, de fato, significativas, elas estão longe de ser emancipatórias.

Por fim, é interessante notar como a questão LGBTQIA+, que também pode ser trabalhada em

⁵ Natural de São Luiz Gonzaga, no interior do Rio Grande do Sul, formou-se em direito pela UFRGS em 1951, foi nomeada juíza em 1954. Morreu em 2009, aos 87 anos. Ver referências.

uma chave identitária, é mais indigesta para a ideologia neoliberal do que a questão da representatividade de mulheres. Após criticar o movimento feminista, inferindo sua incapacidade de abarcar a coletividade de sujeitos que deveria representar, o MBL sugere que o movimento se preocupa mais e erroneamente com indivíduos considerados, na racionalidade conservadora, repulsivos, negligenciando as pessoas “normais”. A menção à cantora drag Pablllo Vittar ressoa todos os corpos considerados anômalos, abjetos, que não se encaixam no sistema de inteligibilidade heteronormativo pertencente a essa lógica domesticadora. Nota-se que corpos cujas identidades desafiam perspectivas categóricas de indivíduo, ou que recusam identidades estáveis – como transgêneros, transexuais e travestis, por exemplo – seguem rechaçados pelo pensamento dominante, percebidos como monstruosidades e problemas (BUTLER, 2016). Supõe-se que sujeitos menos afeitos à fixação de predicados podem esboçar demandas por reconhecimento potencialmente inapropriáveis.

O reconhecimento antipredicativo e sujeitos indigestos: breves considerações

O discurso ideológico do MBL – considerado, nesse trabalho, representativo da racionalidade neoliberal – se aproveita das limitações das estratégias de luta da esquerda para esvaziar seus sentidos ou substituí-los. Ancorado, em grande medida, em diligências por reconhecimento de identidades individuais, o campo progressista propõe uma demanda apropriável por outros atores políticos, como foi demonstrado. A perspectiva neoliberal parece enxergar o caráter compensatório das lutas identitárias, pouco atreladas a perspectivas transformativas. Ao tomar para si o discurso da representatividade, sob o pretexto de que a esquerda falha, até mesmo, em cumprir essa agenda política, a direita se apodera de um dos principais motores de mobilização de seu adversário. Não obstante, ao criticar a esquerda exclusivamente nessa chave, o pensamento conservador reforça sua circunscrição, ao passo que o campo progressista segue refém de um aprisionamento temático.

Ao reconhecer a importância das lutas por reconhecimento, mas também questioná-las, Safatle (2015b), em uma leitura de Judith Butler (2015), propõe, como alternativa, uma genealogia crítica de suas práticas de legitimação, que achamos importante, para o intento deste trabalho, retomar. Nessa perspectiva, é preciso promover interrogações acerca das identidades que as estruturas ideológicas hodiernas produzem, naturalizam e agridem. Os autores defendem que essas identidades sejam desestruturadas em vez de somente revalorizadas.

Assim, Safatle (2015a) advoga um conceito de reconhecimento antipredicativo, capaz de radicalizar o reconhecimento da alteridade. O autor sugere que o próprio reconhecimento possa ser ancorado em uma perspectiva igualitária em novos termos, na contramão de perspectivas que privilegiam a afirmação das diferenças. Quando defende essa abordagem, ele faz referência à necessidade de se abrir mão do sujeito possessivo, cultivando, dessa forma, uma “potência indeterminada” e uma “força de indistinção”. Para o autor, novas formas de solidariedade e igualdade podem ser criadas quando sujeitos se tornam suporte de práticas desconstrutivas capazes de promover a emergência de diferenças instáveis e de modificar as estruturas dos sistemas de representação social.

O objetivo dessa proposta é “relaxar o domínio coercitivo das normas sobre a vida (...) o que não é o mesmo que transcender ou abolir todas as normas” (BUTLER, 2018, p. 40). Trata-se de uma luta e uma prática política “que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos de nós” (BUTLER, 2018, p. 78). O motor da luta emancipatória deixa de ser a busca pela definição e valorização da identidade individual frente ao desrespeito, como propõe Honneth (2017), para ser a luta contra a precariedade gerada pela própria perspectiva identitária, cujas violentas hierarquias precisam ser enfrentadas e eliminadas. Somente o abandono de particularismos poderia possibilitar a emergência de forças concretas de transformação, uma vez que “sujeitos só se transformam em sujeitos políticos quando demandas

individuais se desindividualizam, podendo inclusive aparecer como condição maior para a ampliação genérica de direitos” (SAFATLE, 2015a, p. 103).

Em ávido debate intelectual, Butler e Safatle recuperam a força desidentitária presente no conceito de proletariado, proposto por Marx.

(...) o conceito de proletário não está presente no pensamento marxista apenas como a categoria sociológica dos trabalhadores que têm somente sua força de trabalho. Ele é uma categoria ontológica que diz respeito a certo modo de existência com grande força revolucionária, é um modo que depõe regimes de existência baseados na propriedade, no individualismo possessivo e na identidade, com seus sistemas defensivos projetivos (SAFATLE, 2017, p. 102).

O internacionalismo proletário decorre da sua condição de não ser portador de predicados, ou seja, daqueles que nada têm a perder, a não ser os seus grilhões, como apostam Marx e Engels (2008) no *Manifesto Comunista*. Em uma síntese possível, Safatle propõe resgatar, em outro patamar, a luta de classes como uma experiência pós-identitária, ressignificando antipredicativamente a luta por reconhecimento. Ao retomar a afirmação da universalidade do proletariado, o autor recupera as condições que tornaram essa classe fundamental no pensamento marxista. Para Marx, o proletariado, além de classe explorada, é composto por sujeitos despossuídos de identidade, portanto, historicamente universais, desprendidos de vínculos locais. Nos vários diálogos em que o estatuto da universalidade é reflexionado na perspectiva crítica à diferenciação, pretendemos, em consonância com esse pensamento, destacar que o sentido de universalidade nessa diferenciação pode fortalecer concepções dominantes e colonizadoras, como vimos nesse trabalho. Entretanto, o sentido de universalidade na desdiferenciação, a partir da concepção trazida por Marx, pode favorecer projetos emancipatórios.

A luta simbólica é constitutiva e inseparável das lutas populares e das movimentações sociais. Enfrentar o desafio de compreendê-las pressupõe, em cada época, reconhecer as circunstâncias em que elas ocorrem e os limites de entendimento que as envolvem. Ao reforçar determinadas apreciações teóricas, buscamos apoiar nossa visão no diálogo com formas críticas sobre as lutas identitárias e as demandas por reconhecimento. Percorremos caminhos em busca de mais uma, entre outras sínteses, sobre esses desafios. Diversos tipos de sabotagem serão prontamente acionados contra qualquer expressão simbólica que atuar contra os fundamentos de uma forma de dominação e propuser horizontes de emancipação. A crítica pretende uma nova antítese, capaz de assegurar definições de propósitos pouco ou nada adaptáveis aos interesses opressores. Os movimentos emancipatórios podem ultrapassar esses desafios tornando suas referências menos digeríveis, sujeitas a reformatação e ao aniquilamento de seus objetivos.

Referências

BOLSONARO é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica. **Veja**, Rio de Janeiro, 06 abr. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** São Paulo: Todavia, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CARNEIRO, Júlia Dias. Eleições 2018: Deputado federal mais votado no Rio, Hélio Negão desafia quem vê racismo no padrinho Bolsonaro. **BBC News Brasil**, 12 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45831493>. Acesso em 07 nov. 2018.

CARRERA, Fernando. Instagram no Facebook: Uma reflexão sobre *ethos*, consumo e construção de subjetividade em sites de redes sociais. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 11, n. 22, p. 148-165, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/animus/article/view/6850>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CONSELHO de Ética comprova plágio praticado pela jornalista Joice Hasselmann. **Sindicado dos Jornalistas Profissionais do Paraná**, 22 jun. 2015. Disponível em: www.sindijorpr.org.br/noticias/6066/conselho-de-etica-comprova-plagio-praticado-pela-jornalista-joyce-hasselmann. Acesso em: 10 jan. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Vítor. Marcelo D2 chama deputado eleito de ‘negão do Bolsonaro’ e é acusado de racismo. **BHAZ**, 31 out. 2018. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2018/10/31/marcelo-d2-negao-bolsonaro/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialistas”. **Cadernos de campo**, v.15, n. 14/15, p. 1-328, 2006.

GOMES, Itânia. Estabilidade em Fluxo: uma análise do Jornal Nacional, da Rede Globo. **34º Intercom**, Universidade Católica de Pernambuco, 2 a 6 de setembro de 2011. Disponível em: <http://tracc-ufba.com.br/wp-content/uploads/2016/10/TC-IG-06.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio/Apicuri, 2016.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2009.

MARCELO D2 critica imagem de Bolsonaro com deputado negro e é chamado de racista; entenda. **Jovem Pan Online**, 31 out. 2018a. Disponível em: <https://jovempan.uol.com.br/entretenimento/musica/marcelo-d2-critica-imagem-de-bolsonaro-com-deputado-negro-e-e-chamado-de-racista-entenda.html>. Acesso: em 05 jan. 2019.

MARCELO D2 é acusado de racismo após fala polêmica: ‘Negão de Bolsonaro’. **Bahia.ba**, Blog do Levi, 31 out. 2018b. Disponível em: <http://bahia.ba/entretenimento/marcelo-d2-e-acusado-de-racismo-apos-fala-polemica-negao-de-bolsonaro/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

LIMA, Fernanda. Discurso feminista e empoderado de Fernanda Lima no Amor & Sexo. **Clicknews BR**, 08 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bVC68o628xM>. Acesso em: 10 fev. 2019.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2015.

MARX, Karl. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORRE primeira juíza do país, antiga aluna da UFRGS. **Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR)**, Porto Alegre, 20 out. 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/caar/morre-primeira-juiza-do-pais-antiga-aluna-da-ufrgs/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

MOVIMENTO Brasil Livre. **Instagram**, 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/mblivre/?hl=pt-br>. Acesso em: 5 jan. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e Resistência**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFATLE, Vladimir. Por um conceito “antipredicativo” de reconhecimento. **Lua Nova**, n. 94, p. 79-116, 2015a.

SAFATLE, Vladimir. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. *In*: BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015b.

SAFATLE, Vladimir. **Quando as ruas queimam**: manifesto pela emergência. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

Ercio Sena é doutor em Letras pela PUC Minas. Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas e dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Cinema e Audiovisual. Membro do grupo de pesquisa Mídia e Narrativa (PUC Minas). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e redação do manuscrito.

Juliana Magalhães e Ribeiro Gusman é mestre em Comunicação Social pela PUC Minas. Professora substituta dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da mesma instituição. Membro do grupo de pesquisa Mídia e Narrativa (PUC Minas). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e redação do manuscrito.

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

A mídia como ator político: as manifestações brasileiras de 2013 e 2015 na Folha de S. Paulo

The media as a political actor: The 2013 and 2015 Brazilian manifestations in Folha de S. Paulo

CARLA REIS LONGHI

Universidade Paulista (UNIP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: carlalonghi@uol.com.br. ORCID: 0000-0003-2937-8982.

TALITA LUCARELLI

Universidade Paulista (UNIP) – São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: talitalucarelli@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8637-9557.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LONGHI, Carla Reis; LUCARELLI, Talita. A mídia como ator político: as manifestações brasileiras de 2013 e 2015 na Folha de S. Paulo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 167-178, abr./jul. 2020.

Enviado em: 16/4/2019. Revisor A: 7/6/2019; Revisor B: 26/8/2019. Aceito em: 13/9/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28546>

Resumo¹

Neste artigo, pretende-se analisar as publicações realizadas pela Folha de S. Paulo a respeito das Manifestações de Junho de 2013 no período entre 06 e 07 de junho de 2013 e das Manifestações pró *impeachment* de 2015 entre os dias 15 e 16 de março de 2015. A Análise de Conteúdo categorial será utilizada como suporte metodológico, visando perceber as similitudes e afastamentos do enquadramento dado pelo veículo aos eventos.

Palavras-chave

Comunicação; Manifestações; Política; Enquadramento.

Abstract

In this article, we intend to analyze the publications made by Folha de S. Paulo regarding the Manifestations of June 2013 in the period between 06 and 07 June 2013 and the Manifestations pro impeachment of 2015 between 15 and 16 March. The Categorical Content Analysis will be used as a methodological support, aiming at perceiving the similarities and estrangement from the vehicle's framework to the events.

Keywords

Communication; Manifestations; Politics; Framework.

¹ Artigo apresentado ao GT 03 – Jornalismo político e eleitoral do XVI Congresso Brasileiro de Comunicação Política e Marketing Eleitoral – São Paulo (SP).

Introdução

Objetiva-se neste trabalho verificar de que forma as notícias relativas às Manifestações de Junho de 2013 e às Manifestações pró *impeachment* de 2015 foram enquadradas pela Folha de S. Paulo. Estabeleceu-se como recorte as publicações dos dias 06 e 07 de junho de 2013 e 15 e 16 de junho de 2015, tendo em vista que estas datas correspondem, respectivamente, à primeira Manifestação organizada pelo MPL em reivindicação relativa à qualidade e às tarifas do transporte público, e a última por ter sido o dia 15 de junho o momento que marcou a volta dos manifestantes às ruas, articulados em gritos anticorrupção e pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (PT).

A respeito das características dos movimentos postos nas ruas em 2013 e 2015, cabe destacar não apenas a diversidade de demandas que os mobilizam, mas também os pontos em que divergem dos movimentos sociais que tradicionalmente articulam os protestos pelas ruas do país. Ainda que componham siglas que se assemelham e que podem até mesmo se confundir, as causas pelas quais se mobilizam o MPL (Movimento Passe Livre) e MBL (Movimento Brasil Livre), organizadores dos atos de 2013 e 2015, respectivamente, dizem respeito a matrizes políticas, ideologias e valores divergentes. As siglas, entretanto, convergem no sentido de se tratarem de movimentos que possuem lógicas de articulação e estruturação diferentes dos movimentos sociais clássicos, representados por grupos sindicais, movimentos da luta pela terra e habitação, conforme se pretende apontar neste artigo.

No que tange ao processo de produção das notícias, faz parte da rotina jornalística recortar e enquadrar os fatos antes de torná-los públicos. Conforme explica Motta (2010), o enquadramento de um fato ou de um evento presume que alguns aspectos sejam destacados em detrimento de outros. Desta forma, algumas informações podem ser incluídas ou excluídas no texto comunicativo.

A construção de conteúdos passa por fatores como a imposição de uma linha editorial pelos veículos aos jornalistas por eles empregados e pelas características e crenças individuais destes profissionais.

Cabe ainda a observação de que os veículos midiáticos se orientam por interesses que ultrapassam as linhas editoriais por eles adotadas, atendendo a interesses mercadológicos e operando através da lógica do capital. Torna-se importante observar que a indústria midiática é composta por empresas privadas que tendem a fragmentar a realidade de acordo com critérios que se relacionam a aspectos comerciais e ideológicos de cada uma. Através da análise proposta, acredita-se que seja possível perceber se há uma manutenção dos enquadramentos e discursos relativos aos atos de 2013 e de 2015 nas publicações da Folha de S. Paulo.

Enquadramentos: a atuação da mídia como ator político e social

O ambiente social está imerso na comunicação. E não apenas no contexto midiático-informativo. As novas tecnologias permitem que se estabeleçam trocas de mensagens em diferentes suportes em tempo real e sem limitações geográficas. Da mesma forma, o acesso à informação foi potencializado pela facilidade de acesso aos conteúdos disseminados pelos meios de comunicação, que tiveram que se adaptar ao fluxo intenso e imediatista sugerido pelo atual cenário, atravessado pela virtualidade.

Informar significa, em seu sentido etimológico, dar forma a. Toda informação pressupõe um suporte, traços materiais (meio de difusão da mensagem: tinta, ondas sonoras, pontos luminosos etc.) e um código através do qual a informação é elaborada, conforme enuncia Martino (2008). O contato com os conteúdos informativos é algo comum, faz parte da vivência social. Desta forma, a comunicação tem uma existência sensível, é do domínio do real, forjada como fato concreto do cotidiano, exposta de forma quase exaustiva na sociedade contemporânea (FRANÇA, 2008, p. 39). Embora a comunicação não tenha sido descoberta na modernidade, ela foi problematizada e complexificada ao longo dos séculos, o que permitiu o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização, como destaca França (2008).

Hohlfeldt (2008) enfatiza que há uma relação íntima entre a comunicação e os desenvolvimentos sociais. A comunicação não permite apenas a troca de mensagens, mas concretiza uma série de funções, entre as quais é possível citar a circulação de informações e a construção de consensos de opinião – destacando-se a sua participação em processos persuasivos e na formação de identidades.

Este artigo prioriza as teorias que analisam o jornalismo a partir da perspectiva construcionista, na qual se considera que os jornais são atores sociais que participam ativamente da construção social da realidade (BERGER & LUCKMANN, 1985). Na base deste arcabouço teórico estão as teorias do agendamento, a teoria do *newsmaking* e, principalmente, as teorias sobre o enquadramento, que revelam de que forma os fatos são recortados e selecionados e, para além disso, ganham ênfase em alguns aspectos em detrimento de outros. Entende-se que isso pode ocorrer em função de escolhas editoriais, por ações dos próprios jornalistas e até mesmo por aspectos relacionados às rotinas de produção e critérios de noticiabilidade. Isso revela a complexidade do fazer jornalístico compreendido como resultado de um conjunto de variáveis que atuam para transformar acontecimentos em notícias.

Segundo Sádaba (2007), para a teoria do enquadramento, o jornalista, ao cobrir um acontecimento, tende a influenciar o modo como o mesmo será noticiado. A autora elenca algumas características individuais do jornalista que podem interferir no processo de construção da notícia, tais como a etnia, o sexo, a idade, a educação recebida, o lugar onde ele estudou jornalismo, as experiências profissionais e as crenças que ele possui e a orientação editorial de seu veículo empregador. Além disso, a autora destaca que as fontes utilizadas pelo jornalista também exercem influência sobre a realidade por ele construída. Através da escolha das fontes é possível dar a notícia um encaminhamento que a faça compatível com os interesses dos jornalistas e dos veículos que representam.

O enquadramento predominantemente utilizado pelos veículos midiáticos no jornalismo político é, segundo Motta (2010), o *frame* dramático (narrativo). O autor esclarece que, ao estabelecer ordenamentos narrativos para a realidade, os jornalistas têm a possibilidade de contar uma história e estabelecer uma linha argumentativa que torna os fatos mais facilmente compreensíveis para o leitor. Sob a perspectiva de Motta (2010), o jornalismo político tende a utilizar enquadramentos dramáticos lúdicos, incorporando expressões como *guerra*, *batalha*, *duelo*, *quebra-cabeça*, porque esses *frames* permitem enquadrar os enfrentamentos políticos buscando torná-los mais claros para sua audiência.

A política, neste sentido, constitui-se como um complexo jogo de poder em que seus agentes passam por processos de formação de alianças, enfrentamentos, convergências e divergências. A produção de enquadramentos dramáticos permite que se apreenda as complexas relações que permeiam o campo político e que elas sejam relatadas ao público de forma didática. Relatar os fatos de forma lúdica facilita a assimilação por parte dos leitores devido ao fato de esses *frames* serem parte da cultura do senso comum (MOTTA, 2010, p. 158).

Os enquadramentos produzidos pela mídia são determinados por fatores que extrapolam a natureza real dos fatos. A seleção dos conteúdos noticiados é um processo que passa pelas características individuais dos jornalistas e pela visão editorial de cada veículo de comunicação. Isso significa que um mesmo acontecimento pode ser relatado sob pontos de vista diferentes. A realidade é apresentada de forma fragmentada pelos veículos de comunicação que irão enquadrá-la seguindo a critérios que atendam aos interesses comerciais e particulares de cada um deles.

Manifestações e ativismo: a nova configuração dos movimentos sociais brasileiros nas ruas

Tradicionalmente associados ao agir coletivo em nome de demandas que giram em torno da melhoria e conquista de direitos básicos e da garantia de sobrevivência, os movimentos sociais se articulam e organizam através das identidades e pertencimento a questões étnicas, de gênero ou culturais, na luta por uma causa em comum.

No Brasil, os movimentos sociais se fortaleceram entre as décadas de 1960 e 1970 como uma via de resistência à ditadura e ao autoritarismo do Estado, congregando segmentos das camadas mais populares da sociedade, artistas, estudantes e intelectuais. Estes grupos se articulavam em vias de democratizar o regime político e a sociedade. Na segunda metade da década de 1970, os movimentos dos atingidos por barragens, dos sem terra e os que se organizavam a partir das lutas identitárias feministas, étnicas etc. entraram também em cena. Às lutas identitárias destes grupos foram agregadas as reivindicações em busca da democracia (SCHERER-WARREN, 2008, p. 10).

Entre as décadas de 1980 e 1990, com a transição política para a democratização do Estado, os movimentos sociais se mobilizaram visando garantir e ampliar direitos na nova Constituição brasileira. Neste mesmo período, houve um aumento no número de ONGs e do terceiro setor de responsabilidade social, como explica Scherer-Warren (2008). Conforme elucida Gohn (2017), estes novos movimentos sociais na década de 1980 eram organizados de forma a se diferenciar dos grupos clássicos, afastando-se das estruturas rígidas comumente associadas aos movimentos sindicais e operários.

No que tange à primeira década dos anos 2000, Scherer-Warren (2008) salienta que os movimentos sociais convivem com características de momentos anteriores, mas passam a atuar em formato de rede, buscando por um maior engajamento em questões nacionais e mais autonomia com relação aos órgãos governamentais. Esta fase, de acordo com a autora, é marcada pela emergência de um movimento cidadão crítico comprometido não com um projeto de controle do Estado, mas de controle social tendo como via a cidadania, atuando na solução de questões nacionais de interesse público. Os movimentos sociais em rede, conforme explica Scherer-Warren (2008), tendem a contribuir para que as forças populares obtenham maior autonomia em relação ao Estado. A organização em rede contribui para que, com formas de comunicação e manifestação mais amplas e globais e, por meio da visibilidade que podem dar a suas causas, viabilizam o empoderamento de alguns grupos.

O ambiente interativo, colaborativo e descentralizado da internet deu aos movimentos sociais a possibilidade de difundir suas reivindicações sem a necessidade de submetê-las aos filtros da grande mídia. Ao contrário do alcance dos grandes conglomerados midiáticos, que atingem milhões de pessoas, os movimentos ambientados no ciberespaço buscam promover a disseminação de ideias a grupos que estejam dispostos a interagir, apoiar, sugerir ou contestar as pautas por eles sugeridas (MORAES, 2000, p. 142).

Gohn e Bringel (2013) destacam que a atuação dos movimentos através da rede virtual redimensionou as distâncias das ações coletivas, que muitas vezes ocorrem em um espaço geograficamente distante do local onde os grupos ou movimentos sociais se originaram. A ambientação destes movimentos no meio virtual não é caracterizada “apenas em função das conexões provocadas pelas tecnologias da comunicação, mas da sua composição variada de entidades e movimentos” (GOHN e BRINGEL, 2013, p. 31).

Há também a possibilidade de se utilizar a ambiência virtual como mediadora na interlocução de grupos de ativistas tanto com a sociedade civil quanto com o Estado. Scherer-Warren (2006) destaca que a partir da comunicação forjada na virtualidade entre os movimentos e seus pares, as ações presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçadas.

As mobilizações na esfera pública são fruto da articulação entre membros de movimentos sociais localizados, ONGs e simpatizantes de suas causas que, através de manifestações em praça pública, buscam produzir visibilidade na mídia, propiciar efeitos simbólicos que atinjam os próprios manifestantes, a sociedade em geral, além da possibilidade de exercer pressão política (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112).

Tendo como principal forma de articulação e organização a comunicação em rede, surgem em 2013 novos atores sociais na cena dos protestos. Gohn (2017) destaca que até junho de 2013 os movimentos clássicos e os *novos* eram os protagonistas dos protestos nas ruas brasileiras. A partir de 2013, entram em cena os grupos denominados como *novíssimos* pela autora, caracterizados por serem não somente heterogêneos como também por representarem diferentes correntes e contracorrentes relativas ao mundo da política e da cultura.

A construção identitária destes novíssimos movimentos é complexa devido ao fato de se tratarem de grupos com referências diversas em termos de faixas etárias, gostos, pertencimento e adesão à luta por alguma causa, valores e ideologias que os motivam. É comum que estes grupos se organizem preferencialmente em coletivos e neguem a possibilidade de se organizar em movimentos sociais por possuírem a visão de que estes movimentos representam formas engessadas, tradicionais e estruturas centralizadoras. Em contrapartida, os coletivos são vistos como agrupamentos fluidos, horizontais e autônomos, onde seus membros denominam-se como ativistas e não como militantes de alguma causa. Os membros de um movimento social militam por uma causa e são algo mais que ativistas casuais por não serem estritamente convocados por plataformas *online*. Eles possuem laços de pertencimento com um grupo, repertórios de demandas e práticas de organização (GOHN, 2017, p. 22-23).

Gohn (2017) destaca ainda que estes grupos denominados como novíssimos são diversificados em termos de referências, gostos, pertencimento e adesão à luta por alguma *causa* e são compostos por uma maioria de membros jovens. Segundo a autora, os movimentos nesta nova configuração deixaram não somente de ser hegemônicos como também aglutinadores de identidades. A organização em forma de coletivos pode envolver ou não práticas contestatórias, dependendo de seu perfil e das estruturas relacionais entre os jovens que os compõem. Em contrapartida, os movimentos sociais são presos a modelos mais tradicionais no que tange a estrutura, identidades mais coesas, projetos de sociedade ou resolução de problemas que surgem no campo social.

Ainda que se organizem e se articulem em torno de demandas e repertórios diferentes dos movimentos sociais clássicos e *novos*, os *novíssimos* tornaram-se figuras frequentes em protestos que tomaram as ruas do país no pós junho de 2013. Compreender quem são estes sujeitos é essencial para que seja possível tecer algum entendimento a respeito das mudanças políticas e sociais recentes.

As Manifestações de Junho de 2013 e os atos pró *impeachment* de 2015

Desde junho de 2013 tornaram-se frequentes na cena social brasileira as manifestações de massa. Articulando-se em torno de demandas heterogêneas, que variam entre a reivindicação por transporte público de qualidade, que inicialmente foram o mote dos atos de junho de 2013, às manifestações pró *impeachment*, inúmeras manifestações se espalharam em todo território brasileiro.

Em 2013, a insatisfação relativa à qualidade e ao reajuste tarifário do transporte público foi a pauta que levou o MPL (Movimento Passe Livre) às primeiras mobilizações na capital paulista. Estas insatisfações foram o estopim para que reivindicações diversas e até mesmo contraditórias ganhassem espaço nas ruas. Os manifestantes clamavam por melhorias na prestação de serviços como saúde e educação, pediam a redução dos impostos, posicionavam-se contra os gastos públicos na realização dos megaeventos programados para o país (Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), além de mostrar indignação ante ao cenário político nacional.

Silva e Ziviani (2014) apontam que a diversidade de opiniões, reivindicações e pontos de vista dificultou as compreensões dos movimentos sociais. Nas ruas, fundiram-se movimentos tradicionais e organizados, movimentos desorganizados e uma multidão que até então não havia se envolvido em nenhum tipo de atividade combativa. Houve neste período o aparecimento de um novo sujeito político que estava ausente há muitos anos, manifesto nos cidadãos que se reuniam nas ruas em protesto, em especial aqueles pertencentes às camadas médias da sociedade, conforme acrescenta Gohn (2014).

Embora o ideário das manifestações estivesse ligado a uma ideologia esquerdista, evidenciada através de demandas que sugeriam a igualdade de acesso aos serviços públicos e pela crítica às elites e à classe política, foi possível perceber que agrupamentos de extrema direita também marcavam posição nas ruas. Apesar de terem sido minoritários e marginais, a ação destes grupos em São Paulo fez com que os atos

do MPL se deslocassem para a periferia da cidade, como relembram Ricci e Arley (2014). Além disso, é válido ressaltar que foi a partir da ação destes manifestantes que o MPL e militantes da esquerda foram expulsos dos atos do dia 20 na capital paulista, sob a alegação de que se tratava de um protesto *antipartido*.

Em março de 2015, novas manifestações irrompem nas ruas brasileiras, e, embora se assemelhem ao cenário de junho de 2013 no que diz respeito ao número de pessoas presentes nos atos e na forma de organização via redes, as demandas através das quais foram articuladas são diferentes. A polarização política brasileira, acirrada no período eleitoral de 2014, onde Dilma Rousseff (PT) foi reconduzida à presidência da república após uma disputa com Aécio Neves (PSDB), foi evidenciada na figura dos *coxinhas* e *esquerdopatas*. Direita e esquerda disputavam não apenas por espaço no poder público, mas nas ruas, nas redes e na mídia. Em 2015, em meio a panelaços e a uma sociedade polarizada, setores médios da sociedade brasileira se uniram sob o argumento do combate à corrupção, clamando pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (PT).

Gohn (2017) destaca que a multidão presente nas ruas no dia 15 de março de 2015 foi convocada pelas redes sociais, especialmente por grupos que haviam surgido na cena nacional recente: o *Movimento Brasil Livre* (MBL), o Revoltados Online e o Vem pra Rua. Estes grupos se apresentavam em oposição ao governo federal, pedindo pela deposição da então presidente Dilma Rousseff (PT). A manifestação, que segundo estimativas reuniu mais de 200 mil pessoas só na cidade de São Paulo, chama a atenção não apenas pelo número de manifestantes, mas pela forma como ocorreram.

Gohn (2017) destaca a recorrência de *selfies* dos manifestantes, vestidos em sua maioria com camisas da CBF, com o aparato policial presente no evento. A força policial, que normalmente atua em vias de oprimir as manifestações com o uso da força, tornou-se alvo de fotos que mais tarde seriam compartilhadas pelo público dos atos nas redes sociais. A autora aponta ainda para a presença das classes médias brasileiras no ato do dia 15 de março.

As manifestações do dia 15 de março de 2015 foram convocadas com base em critérios e valores morais, fazendo apelo à ética e bradando contra a corrupção, não possuindo uma pauta específica como demanda e sem a associação a um passado de lutas e militância por parte dos manifestantes (GOHN, 2017, p. 69). Estes grupos se organizaram nas ruas nos meses que se seguiram em 2015 e continuaram a se mobilizar no ano posterior. Apesar de não terem poder decisivo no processo que culminou com a deposição de uma presidente democraticamente eleita e sem crime de responsabilidade, estes grupos tiveram peso considerável no desenrolar do processo.

Buscando compreender de que forma a Folha de S. Paulo, veículo de maior tiragem no país, que se posiciona como pluralista, crítico e apartidário, enquadrando as Manifestações de Junho de 2013 e as Manifestações de Março de 2015, pretende-se analisar as matérias divulgadas pelo veículo entre os dias 06 e 07 de junho de 2013 e 15 e 16 de março de 2015. Utilizando da análise de conteúdo categorial, pretende-se observar se há uma manutenção do discurso disseminado pelo veículo a respeito das manifestações de rua através dos enquadramentos por ele empregados, das valências dadas às publicações, das fontes acionadas e do próprio jornal, enquanto ator político.

Análise dos enquadramentos das publicações veiculadas pela Folha de S. Paulo a respeito das “Manifestações de Junho de 2013” e das “Manifestações de Março de 2015”

Com o intuito de verificar o enquadramento das notícias veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo foram coletadas as publicações referentes às Manifestações de Junho de 2013 e das Manifestações de Março de 2015, as quais receberam o destaque de capa no veículo de comunicação. O recorte compreende o período entre os dias 06 e 07 de junho de 2013 e 15 e 16 de março de 2015, que correspondem aos dias em que os atos ocorreram e aos dias posteriores, respectivamente.

Gohn (2017) explica que a multidão presente nas ruas no dia 15 de março de 2015 foi convocada pelas redes sociais, especialmente por grupos que haviam surgido na cena nacional recente: o *Movimento Brasil Livre* (MBL), o Revoltados Online e o Vem pra Rua. Estes grupos se apresentavam em oposição ao governo federal, pedindo pela deposição da então presidente Dilma Rousseff (PT). A manifestação, que segundo estimativas reuniu mais de 200 mil pessoas só na cidade de São Paulo, chama a atenção não apenas pelo número de manifestantes, mas pela forma como ocorreram. Gohn (2017) destaca a recorrência de *selfies* dos manifestantes, vestidos em sua maioria com camisas da CBF, com o aparato policial presente no evento. A força policial, que normalmente atua em vias de oprimir as manifestações com o uso da força, tornou-se alvo de fotos que mais tarde seriam compartilhadas pelo público dos atos nas redes sociais. A autora aponta ainda para a presença das classes médias brasileiras no ato do dia 15 de março.

Para que seja possível realizar a análise proposta, foram mobilizadas três categorias, onde serão apresentados os *Enquadramentos das manifestações*, levando-se em consideração a valência das publicações, os *Personagens/fontes* por ele acionadas, além do posicionamento do *Jornal como ator político*. Elencam-se abaixo os dados básicos das notícias estudadas, entre os quais estão dispostos o título, a data de publicação, a editoria e a valência (negativa, positiva, neutra ou equilibrada), sendo o (Quadro 1) correspondente às Manifestações de 2013 e o (Quadro 2) referente às Manifestações de 2015.

Quadro 1 – Enquadramento das notícias sobre as Manifestações de Junho de 2013

Título das notícias	Data	Editoria	Valência
-----	06/06/2013	-----	-----
Protesto contra aumento de ônibus tem conflito e vandalismo em SP	07/06/2013	Cotidiano	Negativa
Ato fecha até shopping e deixa estações depredadas	07/06/2013	Cotidiano	Negativa

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quadro 2 – Enquadramento das notícias sobre as Manifestações de 2015

Título das notícias	Data	Editoria	Valência
Oposição decide aderir em bloco a protesto anti-Dilma	15/03/2015	Poder	Positiva
Do Fasano para a rua	15/03/2015	Ilustrada	Positiva
Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta governo	16/03/2015	Poder	Positiva
Caras da avenida	16/03/2015	Poder	Positiva
Tietados, policiais posam para fotos com manifestantes	16/03/2015	Poder	Positiva

Fonte: Elaborado pelas autoras

Analisando-se cada matéria extraída da capa das edições das publicações de 2013 e de 2015 da *Folha* anteriormente citadas, é possível notar que há uma discrepância no que diz respeito às valências empregadas em cada um dos conteúdos. Enquanto as Manifestações de Junho de 2013 tiveram seu primeiro ato enquadrado sob vieses majoritariamente negativos, evidenciado pelo emprego constante de

termos que denotavam caráter depreciativo às manifestações (vandalismo, baderna, pânico, depredação etc.), o ato que inaugurou as manifestações pró *impeachment* de 2015 foi enquadrado de forma positiva pelo veículo, sendo utilizados termos que denotavam o caráter pacífico e ordeiro das manifestações (ato político, atmosfera pacífica, expressão do espírito democrático etc.).

Cabe ainda destacar a ausência de matérias a respeito dos atos do dia 06 de junho de 2013 na edição da *Folha* publicada na mesma data. Na ausência de informações a respeito das manifestações convocadas pelo MPL, há uma publicação a respeito da marcha ocorrida em Brasília contra o aborto e o casamento gay, que contou com a presença do pastor Silas Malafaia e grande adesão das comunidades evangélicas. Ao contrário do ocorrido na data da manifestação de junho de 2013, no dia 15 de junho de 2015 a *Folha* publicou duas matérias que diziam respeito aos atos que ocorreriam na mesma data. Para além da divulgação do horário em que os protestos ocorreriam, o veículo informou sobre pontos de encontro entre manifestantes e apresentou os movimentos que organizavam o evento.

Personagens/fontes

No que tange aos personagens acionados na cobertura da *Folha* nas publicações do dia 07 de junho de 2013, os membros do MPL figuraram não apenas como organizadores dos protestos, sendo também associados a uma *esquerda radical*, a grupos *anarquistas*. O protagonismo é dado aos manifestantes, que recebiam as alcunhas de vândalos, baderneiros e promotores da desordem. Atribuiu-se ao ato a responsabilidade pela interdição de importantes vias da capital paulista, causando grandes engarrafamentos e atrapalhando o fluxo da cidade. Além disso, é ressaltado em mais de um momento que a alta dos valores pagos pelo transporte coletivo foi dada numa cotação abaixo da inflação. Essa afirmação contribui para deslegitimar o movimento, que alegava que o acréscimo de vinte centavos causaria impactos negativos na vida de muitos trabalhadores que dependem do transporte público.

A Polícia Militar também figurou como personagem das publicações do dia 07 de junho de 2013. As ações da PM por vezes são retratadas como abusivas pelo veículo, mas, mesmo que de forma indireta, eram justificadas pela ação violenta dos manifestantes. Cabe ressaltar que as publicações se utilizam apenas de fontes oficiais, figurando, além da PM, lideranças políticas e a administração do Metrô. O MPL, principal organizador dos eventos, foi citado de forma indireta, atribuindo a um de seus líderes o argumento de que o grupo teria perdido o controle da manifestação. Ainda que tenha sido dado a sigla um breve lugar de fala, o espaço maior concedido a ela pelo veículo foi dado no sentido de explicar que o movimento era composto por militantes radicais de partidos de esquerda.

Nas publicações dos dias 15 e 16 de março de 2015, destaca-se o protagonismo de lideranças políticas de oposição, personificadas por partidos como PSDB e DEM e pelos grupos que seriam responsáveis pela convocação e organização dos atos (MBL, Vem pra Rua e Revoltados Online). Diferentemente do que se observa nas publicações referentes ao dia 07 de junho de 2013, as publicações referentes às manifestações pró *impeachment* trazem o povo que foi às ruas vestido de verde e amarelo como protagonistas do ato e lhe é concedido lugar de fala. Há o acionamento de fontes diretas que representavam o povo presente nas manifestações. Entre os ouvidos, destaca-se a fala de um artista que diz sentir vontade de sair do Brasil devido à alta do dólar, da inflação e das faltas de segurança, de qualidade do transporte e de educação. Há ainda um contador que evoca a necessidade de uma intervenção militar para colocar fim à corrupção.

São destacadas nas publicações as características dos manifestantes que protagonizaram o ato do dia 15 de março de 2015, composto principalmente por famílias. Relata-se as diferenças entre os atos de 2015 e 2013, destacando que os atos anteriores teriam sido marcados pela participação massiva de jovens e pelo confronto policial. Ao contrário de junho de 2013, os manifestantes presentes nos atos do dia 15 de março teriam chamado a atenção por tirar *selfies* com a PM e com a Tropa de Choque.

A Polícia Militar figura como protagonista dos atos do dia 15 de março, juntamente com os

manifestantes. Destaca-se o fato de que os PMs, comumente hostilizados durante as manifestações, teriam sido tediados por manifestantes que abraçavam, elogiavam e pediam para tirar *selfies* com os policiais. Fontes institucionais são acionadas de forma indireta. Além da Polícia Militar, lideranças políticas ligadas ao governo e oposicionistas são ouvidas pela publicação

Através da análise das publicações observa-se a predominância de matérias que utilizam fontes oficiais de forma massiva. Das unidades analisadas em 2013, atenta-se para a ausência de fontes provenientes do público presente nas manifestações. Ainda que tenham protagonizado grande parte das matérias, sua voz não aparece nelas de forma direta e seu protagonismo é colocado de forma pejorativa e associado ao vandalismo e à depredação do patrimônio público. No que tange às Manifestações de 2015, conforme o período analisado, percebe-se que, nas publicações posteriores aos atos, houve a inserção de fontes que estiveram presentes nas ruas e a exaltação ao civismo do povo presente nos atos.

A escolha pelas fontes primárias está relacionada à perspectiva construcionista do jornalismo (BERGER e LUCKMANN, 1985), mais especificamente à Teoria Estruturalista. Traquina (2001) explica que a imprensa luta contra a tirania do tempo e, para garantir o fechamento dos jornais, são levados a se organizar no tempo e no espaço. Para isso, criam uma rede de fontes que dão suporte para as diferentes editorias. Conforme explica Traquina (2001), há uma dependência cada vez maior dos jornalistas em relação aos *definidores primários*. Tanto no caso das manifestações de março de 2013 quanto nas de 2015, as fontes que aparecem com ênfase são a Polícia Militar, representantes dos governos e dos grupos que organizaram os movimentos, ainda que nos atos de 2015 os manifestantes tenham sido ouvidos pela *Folha*. Isso, segundo o autor, reforça a visão de mundo das instituições sociais consolidadas ao dar voz, preferencialmente, a fontes ligadas à lógica estrutural da sociedade.

O jornal como ator político

Considerando-se que as Manifestações de Junho de 2013 e as de Março de 2015 estão separadas por um curto espaço de tempo, poderia ser esperado que houvesse uma manutenção discursiva a respeito dos protestos por parte do veículo. Nota-se, entretanto, através dos enquadramentos, valências, fontes e personagens acionados, que a *Folha de S. Paulo* atribuiu aos eventos padrões valorativos diferenciados. Enquanto os atos de 2013 foram predominantemente enquadrados sob vieses negativos, as manifestações *pro impeachment* receberam avaliações positivas nas publicações que compreendem o período aqui analisado.

Sobre o posicionamento político do veículo, nas publicações do dia 07 de junho de 2013, é possível observar em vários momentos críticas indiretas aos partidos de esquerda e também à classe política de modo geral. Destacou-se que o MPL, idealizador dos protestos, era composto por estudantes ligados à esquerda radical e ao anarquismo. No caso das publicações do período analisado, como ficou evidente nos dados empíricos, a *Folha de S. Paulo*, por uma decisão editorial, optou por um enquadramento negativo e buscou criminalizar os atos, dando legitimidade, inclusive, à postura agressiva e violenta da Polícia Militar, tratando de forma depreciativa os manifestantes presentes nos atos.

Já nas publicações referentes aos dias 15 e 16 de março de 2015, a *Folha*, assim como nas publicações referentes a junho de 2013, manteve um posicionamento político de descrédito aos partidos de esquerda e aos agentes que os integram. Entretanto, as manifestações do dia 15 de março de 2015 não apenas tiveram espaço de divulgação como também de convocação, sendo publicados os horários dos atos e os locais de encontro dos grupos que os organizaram. O mesmo não pode ser observado a respeito das manifestações de 2013, que na publicação do dia 06 de junho não receberam nenhum destaque, vindo a se tornar pauta apenas após a realização dos atos.

Através da análise dos dados apresentados, é possível afirmar que o veículo, por uma decisão editorial, optou por destacar aspectos negativos dos atos do dia 06 de junho de 2013, ressaltando a

característica desordeira de seus manifestantes, enquanto os atos do dia 15 de março de 2015 receberam enquadramentos positivos, exaltando sua natureza democrática e pacífica.

Considerações finais

Através da análise empregada neste artigo é possível observar de que maneira a abordagem de um mesmo veículo sobre eventos de natureza semelhante (ambos se caracterizam pela aglomeração de pessoas nas ruas) podem receber tratamentos opostos sob a perspectiva dos enquadramentos aos quais são submetidos.

Para além dos enquadramentos observados nas publicações a respeito das manifestações de junho de 2013 e de março de 2015, predominantemente negativos para a primeira e positivos para a segunda, há também a diferenciação das massas presentes nas ruas. Se em 2013 os manifestantes não são ouvidos ou nomeados, sendo tratados na maior parte das vezes como vândalos e baderneiros, nos atos de 2015 têm lugar de fala, destacando-se que o povo presente nas ruas era composto por famílias que se reuniam pacificamente nas ruas em nome de uma manifestação democrática. Cabe ainda ressaltar que se optou por se referir a estes grupos como *povo*, *pessoas* ou a ouvi-los de forma direta, dando a eles nome e cara. Por meio destas escolhas lexicais, o termo *manifestante* foi utilizado de forma menos recorrente.

As Manifestações de Junho de 2013 e as Manifestações pró *impeachment* de 2015 guardam diferenças que dizem respeito às referências político-ideológicas dos manifestantes, ao repertório das demandas, aos grupos sociais que as articularam e aos valores que as fundamentavam. A Folha de S. Paulo assume, através dos enquadramentos dados aos fatos, um papel como ator político, conforme evidenciado anteriormente. Neste sentido, optou-se por tratar as manifestações e os manifestantes de 2013 de forma predominantemente negativa e depreciativa e, em contrapartida, adotou um tom ameno e civilizatório para descrever os atos de 2015. Dado o contexto em que ambos os eventos se articulam, o posicionamento da *Folha*, evidenciado ao longo do período aqui analisado, contradiz a política de isenção que o veículo atribui a si mesmo.

Referências

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FRANÇA, V. Vera. O objeto da comunicação – a comunicação como objeto. *In*: HOHLFELDT, Antonia; MARTINO, L. Carlos; FRANÇA, V. Vera. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- GOHN, M. Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.
- GOHN, M. Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- GOHN, M. Glória; BRINGEL, Breno. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação. *In*: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, L. Carlos; FRANÇA, V. Vera. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINO, L. Carlos. De qual comunicação estamos falando? *In*: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, L. Carlos; FRANÇA, V. Vera. (Orgs.). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORAES, Dênis. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 23, n. 2, p. 146-156, jul./dez. 2000.
- MOTTA, L. Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para enquadrar

narrativamente os conflitos políticos. *In*: MIGUEL, L. Felipe; BIROLI, Flávia. (Orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas** – a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

SÁDABA, Teresa. **Framing**: El encuadre de las noticias. Buenos Aires: La Crujía, 2007.

SCHERRER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERRER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: debates e tendências**, v. 7, n. 1, p. 9-21, 2008.

SILVA, R. Helena; ZIVIANI, Paula. **Ruas e redes** – dinâmica dos protestos BR. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

Carla Reis Longhi é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNIP e professora concursada do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Talita Lucarelli é doutoranda em Comunicação na UNIP. Graduada e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa, o desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

A relevância da crônica para o projeto de escrita de Luiz Ruffato: Formação da autoridade sobre uma temática específica

The relevance of the chronicle for Luiz Ruffato's writing project: the authority formation on a specific topic

CLÁUDIA DE ALBUQUERQUE THOMÉ

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. E-mail: cthomereis@gmail.com. ORCID: 0000-0003-4759-3643

MICHELE PEREIRA RODRIGUES

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. E-mail: michelepereira@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1567-8829

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

THOMÉ, Cláudia de Albuquerque; RODRIGUES, Michele Pereira. A relevância da crônica para o projeto de escrita de Luiz Ruffato: Formação da autoridade sobre uma temática específica. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 179-191, abr./jul. 2020.

Enviado em: 12/4/2019. Revisor A: 9/7/2019; Revisor B: 10/7/2019. Revisor C: 6/8/2019. Aceito em: xx/xx/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28519>

Resumo

A crônica é um gênero textual com grande potencial argumentativo. Por isso, comumente projeta o nome do cronista como formador de opinião. O objetivo deste trabalho é investigar a relevância da crônica para o projeto de Luiz Ruffato frente ao campo de produção cultural brasileiro. Para isso realizamos uma classificação temática das crônicas do autor publicadas no jornal El País a fim de identificar a qual tema ele mais se dedica. Identificamos a predominância de textos que traçam um panorama da situação política brasileira, o que nos permite afirmar que Ruffato se apresenta como uma referência no assunto, tornando-se um representante da opinião de seus leitores, ao mesmo tempo que a forma.

Palavras-chave

Crônica; Formação da autoridade; Luiz Ruffato.

Abstract

The chronicle is a textual genre with great argumentative potential. For this reason, it commonly projects the name of the chronicler as an opinion leader. The aim of this paper is to investigate the relevance of the chronicle for Luiz Ruffato's project concerning the Brazilian cultural production field. So, we made a thematic classification of the chronicles of the author published on the El País website in order to identify which theme the author is most dedicated to. We identified a predominance of texts that outline a panorama of the Brazilian politics, which allows us to affirm that Ruffato presents himself as a reference in the subject, acting as a representative of the opinion of his readers, at the same time that forms this opinion.

Keywords

Chronic; Formation of authority; Luiz Ruffato.

Introdução

A crônica, gênero textual que transita entre a literatura e o jornalismo, se desenvolveu no Brasil, diferente da maneira como ocorreu em outros países, como um espaço que abarca diversas possibilidades textuais. Por vezes, pode carregar características mais próximas à literatura e, em outras ocasiões, assemelhar-se com o texto jornalístico. Essa fluidez também permitiu ao gênero, nascido no meio impresso, adaptar-se a diversos meios de comunicação, como o rádio, a TV e, mais recentemente, a internet.

Um dos reflexos de sua versatilidade textual é a capacidade desse gênero discursivo de captar vestígios sociais que escapam ao noticiário. Assim, a crônica é considerada um rico indicador cultural e social de um tempo e de um espaço, seja quando se observa o contexto de sua produção ou quando se analisam as questões manifestas no texto.

Uma das principais funções que a crônica tem na atualidade é de ser formadora de opinião. Seu potencial argumentativo e sua capacidade de seduzir e envolver o leitor muitas vezes são usadas como estratégias para atingir as intencionalidades do autor ou do veículo para o qual ele escreve. Desse modo, diferente do que aconteceu em um primeiro momento, quando o gênero era entendido como menor e, por isso, muitos escritores usavam pseudônimos ao terem seus textos publicados em jornal, hoje ser cronista é sinal de prestígio, alçando o nome de seu autor ao patamar de formador de opinião. Aquilo que ele escreve, estando publicado num veículo de grande circulação e alcance, dá a ele projeção, ao passo que também implica determinadas responsabilidades com os princípios éticos que balizam a função social do jornalismo. Na mão inversa, os veículos de comunicação comumente convidam para se tornar cronista algum especialista, escritor ou jornalista que seja reconhecidamente formador de opinião, o que pode agregar a esse espaço um valor simbólico decorrente das contribuições desse cronista.

Operando desde 2013 no Brasil, o jornal *El País*, de origem espanhola, não foge desta realidade. Um de seus vários colunistas é Luiz Ruffato, escritor, reconhecido nacional e internacionalmente em função de seus romances, que se dedicam à representação da classe operária brasileira, seus conflitos e desafios e usam de tom severamente crítico em relação ao Brasil especialmente no que tange à política e a questões sociais. Se uma primeira leitura permite a inferência de um autor intencionalmente engajado, que defende bandeiras de forma clara, a observância de entrevistas e depoimentos dados pelo autor revela a disputa simbólica que ele trava em todo o campo de produção cultural.

Partindo do pressuposto de que o campo de disputa pelo poder da fala e pelo reconhecimento da intelectualidade é um espaço onde têm prevalecido camadas sociais financeiramente abastadas e instituições que tradicionalmente estão no poder, Ruffato parece ser o ponto fora da curva no meio em que decidiu seguir sua carreira. De origem humilde, trabalhou em diversos ofícios, como caixa, balconista, operário têxtil, torneiro mecânico, até se formar como jornalista pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1981. Já com a carreira consolidada, em 2013, ele é convidado a se tornar colunista semanal da versão brasileira do jornal *El País*, função que ocupou até junho de 2018.

Em suas crônicas, a combinação de textos factuais e ficcionais evidencia que os desafios da sociedade em geral refletem no cotidiano de cada um. A violência, a falta de dinheiro e o sentimento de desenraizamento são problemas que se humanizam quando tratados na esfera da vida particular. A memória da cidade mineira de Cataguases, presente no texto estampado na página do *El País*, a partir da narrativa do cronista, ajuda, entre outros recursos, na construção de seu discurso e sua legitimação.

Posto isso, procuramos investigar de que forma Ruffato faz uso de seu espaço no jornal para colocar-se frente ao campo de produção cultural brasileiro. Para isso, o objetivo deste trabalho é realizar uma classificação temática das crônicas de Ruffato publicadas no jornal *El País* a fim de identificar a qual tema o autor mais se dedica. Feito isso, tratamos de descrever esses temas. Desse modo, acreditamos obter maiores indicadores acerca de qual é o campo no qual o autor reivindica seu espaço enquanto

intelectual.

Os procedimentos metodológicos envolvem, em um primeiro momento, uma revisão bibliográfica acerca da crônica como gênero e da formação da opinião num contexto que as novas mídias possibilitam um alcance maior daquilo que é veiculado e, em seguida, a classificação das crônicas, que se dá à luz da metodologia de análise crítica da narrativa, proposta por Luiz Gonzaga Motta (2013).

O poder das mídias na formação da opinião

No senso comum, um intelectual comumente é percebido como um indivíduo que se torna uma referência a ser seguida em determinado assunto. Na sociedade atual, marcada pelo uso da internet, onde a capacidade de diálogo e de contato com as pessoas supera os limites físicos, a formação de grupos de interesses em comum não está mais condicionada a estarem no mesmo espaço, como em outros tempos. Por isso, amplia-se o alcance da influência.

Sobre esse assunto, Norberto Bobbio comenta:

Os meios com os quais os intelectuais podem tornar conhecidos e fazer valer as suas próprias ideias (se as têm ou mesmo se não as têm) são enormes. Nenhuma comparação possível entre o tempo em que Sócrates se entretinha com os amigos, os discípulos ou os alunos, em um diálogo íntimo, e o nosso tempo, no qual um artigo publicado em qualquer jornal pode ser lido imediatamente por milhares de pessoas ou uma aparição na televisão pode ser vista por milhões. Nosso auditório dilatou-se desmesuradamente. De limitado a uma região, a um território, a uma cidade, tornou-se nacional [...]. De nacional, torna-se, em alguns casos, quase internacional, graças à rapidez das traduções e à rapidez das comunicações (BOBBIO, 1997, p. 93-94).

Obviamente, todo ato é político e toda fala constitui uma tomada de posição. O que se discute aqui é que há sujeitos que se tornam uma espécie de líderes e suas ações são observadas, ao mesmo tempo em que reverberam nas posturas de outros. Assim, é importante observar o comportamento desse sujeito, pois ele refletirá sobre todos os demais que o tomam como liderança.

Implica também, da tomada de posição, uma postura que se afirma e exclui as demais, conforme comenta Barthes, citado por Ruth Amossy “O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo” (2011, p. 10). Essa postura remete a uma estética valorizada na atualidade, que privilegia as narrativas cujos autores se relacionam diretamente com o fato narrado, isto é, privilegia o local de onde se fala. Para cada local de fala, há expectativas de que o sujeito tenha determinados comportamentos. Não há, portanto, ampla representatividade nas mídias hegemônicas, bem como em diversos espaços sociais de destaque. A valorização da estética do local de fala emerge como uma contra força e um desejo pela democratização dos espaços de destaque.

As mídias, como a TV, as rádios, os jornais, como mais uma instituição da esfera pública, exercem um poder de formação da opinião pública e, sendo assim, tornam-se um desses campos de disputa por controle de espaço pelos atores que representam os poderes econômico, político e ideológico. Peter Burke e Asa Briggs apontam que

O conceito de “opinião pública” surgiu no final do século XVIII, e a preocupação com as “massas” pode ser observada a partir do século XIX, na época em que os jornais [...] ajudavam a moldar uma consciência nacional, levando as pessoas a ficarem atentas aos outros leitores (BURKE; BRIGGS, 2016, p.13).

A mídia, especialmente os jornais, que eram o suporte mais usual na época citada, emerge então, como um poder paralelo ao Estado. Ao mesmo tempo em que isso representa um avanço democrático, visto que distribui o poder para mais um ator social, torna-se um paradoxo, pois há necessidade de regulamentação desse poder.

Patrick Charaudeau, em seu livro *O discurso nas mídias*, de 2006, defende que as mídias estão pautadas por três lógicas: econômica, tecnológica e simbólica. Esta última, explica o autor, ocorre porque a mídia explora a imagem de ser um meio democrático e que tem a função social de ajudar a população. Isto acontece porque, na incapacidade de presenciar tudo o que acontece, os sujeitos delegam aos meios de comunicação a possibilidade de selecionar e sintetizar o que lhe é interessante. A esses meios muitas vezes se atribui a ideia de tornar público “tudo que o público necessita saber” (PENA, 2007, p. 71).

Em geral, valores como verdade, imparcialidade e objetividade ainda são buscados pela audiência, muitas vezes nutrida pela garantia dada pelos meios de comunicação acerca da possibilidade de se alcançar isso. A partir dessa noção, observa-se que a imprensa trabalha com a ideia de promessa. O leitor tem expectativas diante daquele veículo e acredita que elas serão atendidas. Muitas vezes, essa promessa é fomentada pela própria mídia, mesmo ciente da impossibilidade de cumpri-la (JOST, 2004).

Já o fator tecnológico influencia no alcance da informação. Mas, assim como os demais pontos destacados por Charaudeau, não podemos buscar entender o modo de produção midiático sem considerar que estamos tratando de empresas, isto é, instituições que visam a fins lucrativos e, sendo assim, em algum momento os interesses econômicos se farão presentes.

Como aponta Sodré (2009), o fato de que muitos meios de comunicação são controlados por empresas privadas não implica necessariamente manipulação deliberada de informações, mas, em última instância, deve-se notar que um jornal, para citar um exemplo, negocia com as empresas que anunciam neste espaço e suas audiências, e, portanto, de algum modo atende aos dispositivos tradicionais de poder.

Há-se de observar também, que o avanço nas tecnologias no setor de comunicações trouxe consigo uma revolução que afeta toda a cadeia produtiva e também ecoa na vida social e privada dos sujeitos. Permite, muitas vezes, o acesso direto às fontes, sem intermédio de um veículo. No jornalismo, reflexo disso é a mudança de um sistema de *gatekeeping*, que se refere à intervenção de jornalistas, produtores e editores sobre uma informação, que define o que, como e quando algo vai ser noticiado, para um modelo colaborativo, chamado de *gatematching*.

Com o aumento explosivo das informações em uma escala mundial, a necessidade de oferecer informações sobre informações se tornou uma adição crucial às habilidades e tarefas do jornalismo [...]. Isto redefine o papel do jornalista como um papel de anotador ou de orientador, uma mudança do cão de guarda para o “cão guia” (BARDOEL; DEUZE, 2001, p. 94).

Tem prevalecido a ideia de que “(...) que quanto mais participantes puderem examinar, avaliar e expandir as contribuições dos seus predecessores, mais provável será um resultado de qualidade forte e crescente” (BRUNS, 2008, p. 24). Decerto, os veículos tradicionais podem participar desse processo, não obstante, devem agora ver-se como mais um colaborador na produção de informações.

Nesse contexto, então, em que muitas vozes podem ser ouvidas, a disputa pela audiência se acentua. Observa-se que a quantidade de pessoas sobre a qual se tem influência torna-se uma moeda de troca. Um exemplo disso é o surgimento de novas funções como a de influenciador digital, que aparece a partir da popularização das redes sociais. A pessoa que exerce essa atividade, por diversos motivos, adquire o status de especialista sobre um assunto, como maquiagem, prática de exercícios físicos ou desempenho de sua profissão e, ao ganhar seguidores, é comum que consiga negociar campanhas publicitárias em troca de produtos e serviços dessas marcas, transformando assim, sua capacidade de influência em um negócio.

Enquanto o influenciador digital busca ampliar seu número de seguidores, o influenciador que é intelectual tradicionalmente tem outro foco. Esbarra no que se espera que seja seu objetivo último, que é uma causa nobre, a busca pelo entendimento das coisas. Pode, todavia, incorrer no erro de fechar-se sobre si e tornar seu conhecimento restrito a pequenos grupos.

Na atualidade, é possível encontrar filósofos, professores, historiadores, enfim, pessoas que tradicionalmente estão ligadas ao saber, presentes na mídia, divulgando seus trabalhos e falando para um número extenso de pessoas na rede social Youtube. Normalmente isso se dá através de palestras, debates, workshops¹, que deslizam para a web.

Ajuda a entender essa lógica a percepção de que o fenômeno da midiática tem afetado a maneira com as quais os sujeitos se relacionam entre si. Com o jornalismo não é diferente. Segundo Sodré, a midiática consiste em um processo a partir do qual a mídia “se torna uma espécie de suporte da consciência prática na medida em que os fluxos informativos fazem interface, reorganizam ou mesmo inventam rotinas inscritas no espaço-tempo existencial” (SODRÉ, 2006, p. 29).

No jornalismo, esse processo de midiática institui “um novo lugar às mídias”, como afirmam Soster e Piccinin (2016). Para os pesquisadores, o jornalismo midiático pode ser observado a partir de cinco movimentos: a autorreferencialidade, a correferencialidade, a descentralização, a atorização e a dialogia (SOSTER, 2013; PICCININ, SOSTER, 2016). É nesse contexto que os bastidores da notícia se popularizam e o jornalista, em um processo de atorização, se converte em um personagem midiático. Seu capital passa a ser o número de seguidores que possui e também a possibilidade de converter esse número em audiência.

Toda essa influência do sistema midiático na organização da sociedade implica a existência do que Muniz Sodré denominou de bios midiático.² O conceito se baseia na ideia de que a mídia é uma ambiência, uma forma de vida, e por isso, pode ser vista como o quarto bios, além daqueles que Aristóteles previu: conhecimento, prazer e política. Esse quarto bios aparece no horizonte humano a partir da combinação da extensão do mercado à esfera das relações sociais e do avanço no setor de comunicação, promovida pelo desenvolvimento da informática. A questão que se sobressai dessa lógica é que a mídia pauta e ajuda a modificar valores sociais, mas fala em nome do mercado, em uma linguagem que se ambiciona sedutora.

Podemos entender então que, como capital cultural que se tornou a influência, ela é almejada pelos sujeitos e, por isso, torna-se um valor a ser buscado. Pode até advir de uma característica nata, mas, na grande maioria dos casos, é desenvolvida e aperfeiçoada de maneira proposital através do aprendizado e do uso de técnicas.

No estudo da crônica, parece pertinente entender que muitos autores buscam, nos mais diversos meios, a possibilidade de movimentação no campo de produção cultural, para usar as palavras de Cerqueira, em sua tese de doutorado (Cerqueira, 2016). Cerqueira define movimentação como o conjunto de “negociações existentes entre o autor e o campo literário” (2016, p. 17), em que busca, ao mesmo tempo, reconhecimento e recompensa.

Posto isso, acreditamos na importância de demonstrar que os sujeitos na atualidade, na chamada era da informação, se portam com o objetivo de conquistar simpatizantes. O marketing deixa de ser uma prerrogativa exclusiva das empresas para atender também a um número crescente de indivíduos ávidos pela sua promoção pessoal. Numa sociedade prioritariamente imagética e que aprecia a capacidade de argumentação³, a construção da imagem de si é elemento fundamental na busca pelo sucesso.

¹ Vide exemplos como o de Leandro Karnal e Clóvis de Barros Filho. O primeiro é historiador e professor da Universidade de Campinas. O segundo é jornalista e professor livre-docente na área de Ética da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Ambos são palestrantes que versam sobre o comportamento humano para plateias que vão de universitários a empresas e o público em geral. Investem em conteúdo para as redes sociais e, juntos, somam milhões de acessos no YouTube.

² Muniz Sodré defende esse ponto de vista em entrevista a Desirée Rabelo, disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista9/entrevista%209-1.htm>. Acesso em: 27 jan. 2018.

³ Em 2016, *post-truth* foi nomeada a palavra do ano pelo Oxford Dictionaries, departamento da universidade de Oxford responsável pela elaboração de dicionários. Ali, o termo “descreve uma situação na qual, durante a criação e a formação da opinião pública, os fatos objetivos têm menos influência do que os apelos às emoções e às crenças pessoais”. Não constitui, portanto, sinônimo de mentira, mas uma relativização do que é verdade. Para mais informações sobre o assunto, consultar: www.revista-uno.com.br/

Esse fenômeno afeta as mais variadas esferas da vida e não seria diferente com a literatura e o jornalismo. A crônica, gênero que transita entre os dois campos, tem na versatilidade uma de suas principais características, além da proposta de apresentar fatos ou aspectos de um cotidiano que nem sempre tem espaço no noticiário.

Destacamos, entre tantos outros exemplos possíveis, as crônicas de Luiz Ruffato no *El País* e acreditamos que as explicações que se seguem ajudarão a justificar essa escolha.

A relevância da crônica para o projeto de Ruffato

O gênero crônica tem, em sua origem, a ideia de relatos cronológicos, chegando ao ponto de, nas expedições expansionistas portuguesa e espanhola, se instituir a figura do cronista-mor, como Pero Vaz de Caminha, considerado o primeiro cronista a escrever sobre o Brasil, em sua carta de 1500 (SÁ, 2005). Mas o gênero se consolidou em terras brasileiras de forma distinta à adotada em outras partes do mundo, observação feita por José Marques de Melo (1985, p. 111). O pesquisador explica que, nos demais países, a crônica se configura como relato cronológico. No Brasil, no entanto, o gênero se consolida como texto breve, opinativo, passeando entre a narrativa literária e o factual publicado nos jornais.

Marcada, então, por ser um gênero de fronteira entre o jornalismo e a literatura, e com foco no cotidiano, a crônica desliza pelos meios de comunicação, do jornal à web, passando pelo rádio e pela televisão. Além disso, e por sua fluidez, trata-se de um gênero de complexa classificação e diferentes tipologias. Para Muniz Sodré (2009), a definição do gênero está mais próxima à sua forma do que ao conteúdo. Antônio Prata, escritor, cronista e roteirista, aponta no mesmo sentido. Para ele o tema importa menos que a feitura do texto (REIS, 2015, p. 50). A partir dessa flexibilidade, portanto, o autor tem liberdade para trabalhar dentro daquele espaço, o que, em suma, tem como consequência a valorização de seu trabalho e a possibilidade de criação de uma identidade discursiva.

Uma das questões mais interessantes notadas durante a fala de Ruffato na I Jornada de Mídia e Literatura, que ocorreu em 2017 na Universidade Federal de Juiz de Fora⁴, é o destaque que ele dá à crônica em seu projeto como escritor. Ele reconhece ali o fato de que esses textos têm lhe dado mais projeção do que seus livros: “Hoje então eu tenho certeza que quando alguém ouve falar Luiz Ruffato, muito mais ouve falar por causa do *El País* do que propriamente dos meus livros (...)” (RUFFATO in RODRIGUES, 2018, p. 150). Em outro momento, continua: “É evidente que quando eu vou na Alemanha e alguém chega para mim e fala ‘Eu acompanho o Brasil a partir da sua escrita’ é muito importante” (RUFFATO in RODRIGUES, 2018, p. 153).

Nesse aspecto, percebemos que, a partir da sua produção, Ruffato vai criando uma autoridade sobre os assuntos que trata, contribuindo para a construção de sua imagem enquanto intelectual, representante de uma camada social insatisfeita e que, de algum modo, busca um futuro melhor. Como narra muitas vezes em primeira pessoa, colocando-se como personagem de suas histórias, passa também pelo crivo da credibilidade que é atribuído àqueles que exploram o local de fala e que ocorre a partir do momento em que ele se posiciona como conhecedor da realidade que narra por ter vivido situações próximas àquilo que aparece em seus textos.

Por isso, seria importante para esta pesquisa entender sobre quais assuntos Ruffato trata nos textos do *El País*, sobretudo porque a crônica constitui um gênero textual que abarca temáticas das mais diversas.⁵ Diante dessa liberdade, de que forma Ruffato atua? Quais os posicionamentos ele toma para si,

wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

⁴ Mais informações sobre o evento podem ser consultadas no endereço a seguir: <https://midiaeliteratura.wordpress.com/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

⁵ Dois importantes trabalhos que discutem a temática da crônica são *Literatura de ouvido: crônicas do cotidiano pelas ondas do rádio* e a tese *O subúrbio feito letra: o cotidiano da periferia em crônicas ácidas*

tendo em vista ser esse o espaço através do qual, atualmente, ele se torna mais conhecido? Para resolver esta questão, buscamos suporte na análise crítica da narrativa (MOTTA, 2013).

De acordo com Motta (2013), observar o texto buscando essa instância significa identificar as funcionalidades das personagens na narrativa, o encadeamento das sequências e o encaixe com as demais sequências para formar o enredo, uso de flashbacks e flashforwards⁶, a oposição entre personagens, etc. Desse modo, podemos encontrar dependendo do recorte que é feito (pode ser temático ou de tipos de crônica, por exemplo) e até mesmo numa análise de todo o universo de crônicas, sequências que começam num texto, mas se resolvem apenas em crônicas futuras, com o desenrolar de alguns fatos, como no caso de crônicas de análise política. É possível também notar personagens que vão se desenhando e se contrapondo ao longo dos textos, pontos de virada. Enfim, várias das situações que caracterizam uma narrativa.

A proposta metodológica escolhida também proporciona uma análise relacional do texto. Segundo Motta

O caminho proposto [...] parte da fenomenologia, método que possibilita perceber as narrativas em sua essência e em suas relações. O caminho da fenomenologia permite não apenas compreender os ajustes lógicos do discurso narrativo em resposta aos desejos e intenções da situação comunicativa, mas permite também aceder à sua significação integral e ao sentido dessa significação no contexto social e histórico (MOTTA, 2013, p. 123).

O conjunto de crônicas de Ruffato no El País, representa uma narrativa ampla e complexa, que passa de 200 textos. No entanto, há formas de subdividir a produção em camadas, fazendo o que Motta (2013) chama de nova síntese da narrativa.

Motta se baseia nos postulados de Greimas para sugerir que identifiquemos “o heterogêneo no homogêneo” (2013, p.107). Esse esforço é importante porque é na reunião das partes que “a audiência constrói a realidade” (MOTTA, 2013, p. 107). Ou seja, de acordo com Motta, a audiência constrói a realidade a partir das diversas informações a que tem acesso.

Na análise da mídia precisamos colocar o foco no processo de comunicação narrativa, na atitude e na posição do narrador, em suas intencionalidades e estratégias, seu papel mediador, nos dêiticos e implicaturas, nos efeitos de sentido possíveis e em outros aspectos do processo integral de comunicação narrativa – e não apenas com o produto, como faz a narratologia literária, cujo foco permanece ainda na obra e nas suas estruturas imanentes [...] (MOTTA, 2013, p. 92).

A perspectiva desse autor propõe um olhar sobre a narrativa que considere todo o contexto em que é produzida, levando em conta as forças que agem sobre a construção argumentativa, isto é, as condições de produção do narrador, como, por exemplo, a dialética entre suas intenções e os reconhecimentos dos destinatários. Nesse sentido, Motta propõe três instâncias de análise: o plano da expressão, que trata da linguagem usada na construção discursiva, o plano da estória, que busca o entendimento do conteúdo do objeto analisado e o plano da metanarrativa, que nos leva a buscar o tema de fundo daquela narrativa.

Em busca do que Motta (2013) chama de plano da estória, partimos então para a identificação temática da produção de Ruffato. É importante ressaltar que estamos considerando o intervalo de publicações que vai de 26/11/2013 a 30/09/2017. A data inicial corresponde à primeira crônica de Ruffato publicada no El País. Já a data final foi definida a partir da percepção de que havia um universo de crônicas já suficiente para análise. Nesse ínterim, foram 200 textos publicados.

e carnavalizadas, cujas referências podem ser consultadas ao final deste trabalho.

⁶ *Flashback* corresponde na linguagem da literatura a analepse: “todo movimento temporal retrospectivo destinado a relatar eventos anteriores ao presente da ação, ou até anteriores ao seu início” (MOTTA, 2013, p. 142). Já o *flashforwards* é a prolepse, isto é, um movimento de antecipação em que eventos futuros são expostos na ação presente (MOTTA, 2013).

Assim, classificamos as crônicas de Ruffato a partir das temáticas utilizadas. Faz-se mister frisar que as temáticas das crônicas não são estanques, principalmente quando estamos tratando de política, economia, saúde e educação. Em geral, a problemática de um tema se justifica pela ocorrência de situações externas a ele. Destacamos ainda que, embora a tipologia de estudo da crônica de Afrânio Coutinho (1984) esteja mais ligada à sua estrutura do que à temática, os pressupostos do autor inspiraram nossa classificação.

Abaixo, apresentamos uma tabela contendo cada uma dessas divisões temáticas, bem como o número de crônicas e a porcentagem correspondente em relação ao total de crônicas. Trata-se, portanto, de uma análise quantitativa das crônicas de Ruffato publicadas no El País.

Tabela 1 – Classificação das crônicas

Tipos de crônica	Comportamento social	Memória e cidade	Panorama da situação brasileira (política)	Outros
Nº de textos	18	43	123	16
Porcentagem	9%	21,5%	61,5%	8%

Fonte: As autoras

A partir da distribuição demonstrada acima, verificamos a recorrência de crônicas que fundamentalmente traçam um panorama da situação política, econômica e social brasileira a partir da visão de Luiz Ruffato.

A dedicação de Ruffato à temática política constitui uma pista relevante para o entendimento sobre a construção de sua imagem como escritor e cronista e também como intelectual, haja vista a afiliação a um determinado assunto, o que dá a ele certa autoridade intelectual.

Nesse sentido, entendemos que a construção da imagem do Brasil, a partir da percepção de Ruffato, se dá prioritariamente sob o prisma da análise política. Devemos considerar, porém, que mesmo nas demais categorias, observa-se o tom de denúncia e engajamento. O que muda é a estratégia discursiva.

Descrição das categorias

Após a análise e categorização das crônicas, foi necessário distinguir as características de cada uma das classificações adotadas. Esse esforço exigiu uma nova leitura do *corpus* para que verificássemos a adequação de cada texto nas descrições adotadas.

Ao fim desta tarefa, chegamos à descrição dos campos temáticos, baseando-nos, sobretudo, nos estudos de Afrânio Coutinho (1984) sobre a crônica.

Comportamento social

Nesta categoria, encontram-se crônicas que carregam a temática do preconceito social, racial e de gênero e intolerância com o diferente, inclusive quando se observa o apoio a partidos políticos. Esse grupo lembra a tipologia de crônica metafísica de Afrânio Coutinho (1984). Segundo esse autor, essas crônicas são “constituídas de reflexões mais ou menos filosóficas sobre os acontecimentos ou os homens” (COUTINHO, 1984, p. 291).

Em geral, Ruffato mostra nessas crônicas a miscigenação racial e social brasileira para desqualificar os argumentos daqueles que agem com algum preconceito. É importante destacar também que incluímos aqui os textos em que posicionamentos políticos opostos se confrontam.

Xenofobia e Burrice, publicado em 10 de maio de 2017, texto carregado de adjetivos fortes, é uma reflexão de Ruffato sobre a intolerância com o diferente, que é frequente no Brasil, segundo ele próprio afirma.

Afora os afrodescendentes, que vieram parar no Brasil à força de ferro e açoite, todos os outros somos usurpadores das terras indígenas. Não sendo, portanto, donos da casa, não temos moral para impedir que novos imigrantes escolham o Brasil para viver. Como imigrantes que somos, chegamos aqui, a imensa maioria de nós, miseráveis, fugindo da fome e da falta de perspectivas nos países de origem — tal qual os bolivianos, os haitianos, os nigerianos, os chineses que hoje formam as caras novas desse fenômeno que é mundial.⁷

No trecho acima, a ênfase dada por Ruffato ao fato de que a sociedade brasileira é formada a partir de diásporas serve para demonstrar seu incômodo no que tange à não aceitação de migrantes que queiram hoje entrar no país. Importante destacar que ele se coloca como partícipe dessa situação de conflito, pois a todo momento utiliza o pronome “nós”.

Memória e cidade

Identificamos nessa categoria que as narrativas em geral tratam das memórias da infância e adolescência de Ruffato em Cataguases. Portanto, em sua maioria, são histórias contadas em primeira pessoa, sobre situações acontecidas ou presenciadas por Ruffato. É possível notar a recorrência de menções às suas primeiras experiências com leitura, além de homenagens a pessoas próximas que morreram. Há algumas crônicas nesta categoria que são próximas ao conto, que não são narradas em primeira pessoa, mas que foram aqui incluídas por tratarem de dramas particulares assim como as anteriores e seguirem uma estrutura narrativa próxima às demais que foram incluídas aqui. Na classificação de Afrânio Coutinho (1984), esse grupo representa a crônica narrativa, “cujo eixo é uma história” (COUTINHO, 1984, p. 291).

Um exemplo das crônicas classificadas nessa temática é *Somos gelo desprendido de um iceberg*, publicada em 22 de janeiro de 2014.

No dia 31 de dezembro, fim de tarde, me encontrei com Marquinhos Taioba e Jorginho Peito-de-Pombo na Praça Rui Barbosa, e juntos concluímos que, para crescer, precisávamos com urgência ir embora da cidade. E marcamos nossa viagem para daí a seis dias, uma viagem que, começamos em Juiz de Fora, me levaria cada vez mais para longe de mim. Eu me sentei, então, sozinho, no banco de pastilhas brancas, próximo ao coreto modernista, mirei as sibipurunas que alardeiam pardais, aspirei o ar verde e quente do lusco-fusco, apertei com força o pacote vazio de pipoca, e acompanhei, com melancólico arrebatamento, o footing dos rapazes e moças que nada sabiam da conspiração do tempo.⁸

Nesse trecho, percebemos duas faces da atuação de Ruffato como cronista. O lado memorialístico, em que ele revela um dos dramas de sua vida e de seus amigos em Cataguases. A falta de emprego na cidade os compele a migrar para uma cidade maior. Além desse indicador social, que, da maneira sensível e particular como é contado, não estaria contemplado no texto jornalístico, notamos o retrato do cotidiano da cidade pelo olhar de Ruffato. O cenário que narra de forma detalhada é carregado de vida pelo olhar do narrador, muito por conta das sociabilidades apresentadas.

⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/10/opinion/1494451195_544941.html. Acesso em: 13 ago. 2019.

⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/22/opinion/1390395079_756493.html. Acesso em: 13 ago. 2019.

Panorama da situação (política) brasileira

Dentro deste grupo temático encontramos duas variações temáticas, que não justificariam a criação de um novo grupo, mas que guardam características particulares. A primeira são textos que tratam de política pública, onde são considerados dados gerais sobre economia, educação, política, corrupção e sociedade, e a segunda, crônicas que comentam a política partidária, onde Ruffato faz comentários sobre leis, atos de políticos, especialmente sobre Michel Temer, alvo frequente do escritor e também ao impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Buscamos entre os tipos de crônica definidos por Afrânio Coutinho (1984) uma correspondência para essas crônicas. Novamente, a crônica metafísica é que mais se aproxima.

O trecho que se segue é da crônica *Sobre estupro, racismo, homofobia, etc.*, de 30 de maio de 2016. Temos adiante um bom exemplo do que são os textos classificados como políticos. Muitas das vezes quando Ruffato traça uma reflexão sobre aspectos políticos do Brasil, ele o faz abordando temas que são transversais. A violência que ocorre no Brasil, por exemplo, é muitas vezes explicada por Ruffato por deficiências no sistema educacional.

Você que me acompanhou até aqui pode estar se perguntando: mas, afinal, o que tem a ver o título com o conteúdo deste artigo? Tem tudo a ver. Um país sem educação – sem pensamento crítico – acha normal que uma mulher seja estuprada a cada 11 minutos e que a cada hora e meia uma mulher seja morta. Um país sem educação – sem pensamento crítico – acha normal não termos professores negros, políticos negros, médicos negros, engenheiros negros, escritores negros, jornalistas negros. Um país sem educação – sem pensamento crítico – acha normal o homicídio de 381 homossexuais no último ano. Um país sem educação – sem pensamento crítico – acha normal que tenhamos 150 pessoas assassinadas por dia. Um país sem educação – sem pensamento crítico – acha normal a morte de 42.000 pessoas por ano em acidentes de trânsito. Um país sem educação – sem pensamento crítico – acha normal um ministro discutir planos de educação com um ator pornô, um obscuro empresário e uma promotora aposentada.⁹

Além disso, Ruffato comenta o apego dos brasileiros a milagres, o que ocorre, segundo ele, quando não há esperança de um futuro melhor. Na política, isso reflete na busca por soluções que parecem resolver o problema de imediato, mas que não se sustentam a longo prazo.

Temas gerais

Aqui estão as crônicas que tratam de temas gerais, como efemérides, comentários sobre futebol (principalmente no período de realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil), experiências com leitura e comentário sobre religião.

Catalogamos aqui as crônicas com temas diversos e que não poderiam compor as demais categorias. Não foram criadas categorias extras para encaixá-las porque muitas delas são únicas no tema em que tratam, ou seja, não se justifica a criação de uma categoria para abarcar um único texto. Esta categoria se baseia na crônica-comentário dos acontecimentos de Afrânio Coutinho. Coutinho cita a expressão de Eugênio Gomes para dizer que as crônicas desse tipo remetem a um “bazar asiático”, pois acumulam “muita coisa diferente ou díspar” (COUTINHO, 1984, p. 292).

À frente, um trecho de *Gaúchos e mineiros* publicada em 24 de junho de 2014.

Para não me estender muito, passo a enumerar algumas, dentre inúmeras, expressões comuns a gaúchos e mineiros: acabar com a raça, apertar os ossos, borra-bosta, botar o pau na mesa, botar os cachorros, firme?, fora de sacanagem, chuva de molhar bobo,

⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/30/opinion/1464621194_961252.html. Acesso em: 13 ago. 2019.

boa gente, bobo alegre, boca mole, boca grande, manteiga derretida, pau de viratripa, freguês de caderno, banho de gato, dar pra trás, deixar plantado, esperar sentado, ficar mordido, arrastar asa, cobertor de orelha...¹⁰

Nesse texto, o mote de Ruffato é a semelhança de expressões idiomáticas utilizadas por gaúchos e mineiros. Ele se diz surpreso porque muitas das expressões que acreditava serem especificamente utilizadas pelo povo de Minas Gerais, também são utilizadas pelos gaúchos. O gancho para tratar disso, segundo ele, foi a leitura o livro *Bá, tchê!* de Luiz Augusto Fischer, que havia ganhado.

Considerações finais

Na crônica de Ruffato, que se apresenta como uma narrativa fragmentada chegando ao leitor semanalmente, há um convite implícito para que o leitor participe na construção do texto, ao exigir que ele recorra a um repertório seja de crônicas ou mesmo do noticiário para que o efeito do texto se complete. No ambiente da internet, ainda recente, mas mais ainda para a crônica, Ruffato explora o recurso do hiperlink, dando pistas ao leitor sobre os espaços em que se informa e, assim, sob quais visões de mundo constrói sua narrativa.

Nesse sentido, acreditamos que a crônica de Ruffato consiste em um elemento vivo e em construção, ao contrário do que prevê o conceito de obra, que representa um projeto já acabado. A permeabilidade do discurso que perpassa toda a produção de Ruffato, transfigurando-se em cada suporte e meio em que o autor se faz presente, mostra-nos que o autor se preocupa tanto com a temática do texto e seu posicionamento frente a ela, como de que maneira esse texto comporá a totalidade de seu projeto.

Uma das estratégias para alcançar esses objetivos é a presença de um narrador que ora é protagonista, ora é testemunha, mas que em ambos os casos não possui uma postura neutra frente àquilo que narra. Pelo contrário, sua postura é combativa, resistente e engajada, mesmo nas crônicas em que o narrador oferece ao leitor pequenas doses do noticiário. A simples seleção de fatos, como dissemos antes, é suficiente para desconstruir o discurso de objetividade.

Por toda essa construção discursiva, Ruffato emerge como um intelectual que representa com sua escrita o grupo social que concorda com suas posturas. Seu espaço no jornal, um veículo da mídia tradicional, representa um espaço de resistência ao que se observa no campo da política brasileira.

A crônica, ao amear percepções compartilhadas e trazer à tona esse tipo de discussão, pode funcionar como um mecanismo de fomento ao engajamento coletivo. Talvez aí esteja uma de suas mais importantes funções.

Referências

AMOSSY, Ruth (Org). **Imagens de Si no Discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2011.

BARDOEL, Jo; DEUZE, Mark. 'Network journalism': Converging competencies of old and new media professionals. **Australian Journalism Review**, v. 23, n. 3, p. 91-103, 2001. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/3201/BardoelDeuze+NetworkJournalism+2001.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

¹⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/24/opinion/1403641142_051382.html. Acesso em: 13 ago. 2019.

CERQUEIRA, Rodrigo da Silva. **Um escritor excepcional, uma obra de exceção: o Inferno Provisório e as movimentações de Luiz Ruffato no campo literário.** Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **As formas da literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Bloch, 1984.

JOST, François. **Seis lições sobre televisão.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1985.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PENA, Felipe. Jornalismo, a objetividade subjetiva. **Observatório da Imprensa**, 06 fev., ed. 419, 2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/jornalismo-a-objetividade-subjetiva/>. Acesso em: 30 jun. 2017.

PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo. Da anatomia do telejornal midiaticado: metamorfoses e narrativas múltiplas. **Brazilian Journalism Research**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 118-134, jul. 2016. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/427>. Acesso em: 10 jun. 2019.

REIS, Marco Aurélio. **O subúrbio feito letra: o cotidiano da periferia em crônicas ácidas e carnavalizadas.** Tese (Doutorado em Letras - Ciência da Literatura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, Michele Pereira. **O cronismo de Luiz Ruffato no El País: narrativas de resistência e engajamento.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

SÁ, Jorge de. **A Crônica.** Rio de Janeiro: Ática, 2005.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticação. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 19-31.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. Dialogia e atorização: características do jornalismo midiaticado. **Anais do 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Universidade de Brasília, 7 a 9 de novembro de 2013.

Cláudia de Albuquerque Thomé é jornalista e doutora em Ciência da Literatura pela UFRJ. Professora da Faculdade de Comunicação (Facom/UFJF) e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFJF. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq "Narrativas midiáticas e dialogias". O artigo apresenta reflexões e análises de pesquisa realizada no PPGCOM/UFJF, em trabalho de orientação acadêmica. Nele, contribuiu com a fundamentação teórica, tendo como base autores referenciais do campo da Comunicação e teorias sobre o estudo da crônica no atual contexto midiático.

Michele Pereira Rodrigues é doutoranda em Comunicação pela PUC-Rio. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora e graduada em Turismo pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa/CNPq "Narrativas midiáticas e dialogias". Neste artigo, contribuiu com os procedimentos metodológicos, incluindo a seleção e análise do corpus, e a fundamentação teórica.